

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO
CULTURAL



TESE

LEGADO E RECONHECIMENTO:
TRAJETÓRIAS DE PRESERVAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA DA PRISÃO DE LUIZ
CARLOS PRESTES (1936-1945)

Cristiéle Santos de Souza

Pelotas, 2023

CRISTIÉLE SANTOS DE SOUZA

LEGADO E RECONHECIMENTO:

TRAJETÓRIAS DE PRESERVAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA DA PRISÃO DE LUIZ
CARLOS PRESTES (1936-1945)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dra. Carla Rodrigues Gastaud

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S719l Souza, Cristiële Santos de

Legado e reconhecimento : trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes (1936-1945) / Cristiële Santos de Souza ; Carla Rodrigues Gastaud, orientadora. — Pelotas, 2023.

290 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Escrita epistolar. 2. Salvaguarda. 3. Acervo. 4. Cartas da prisão. 5. Luiz Carlos Prestes. I. Gastaud, Carla Rodrigues, orient. II. Título.

CDD : 363.69

Cristiéle Santos de Souza

LEGADO E RECONHECIMENTO:

**TRAJETÓRIAS DE PRESERVAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA DA PRISÃO DE LUIZ
CARLOS PRESTES (1936-1945)**

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Data da Defesa: 18 de setembro de 2023.

Banca examinadora:

.....
Prof^a. Dra. Carla Rodrigues Gastaud - PPGMP/UFPel (Orientadora) - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

.....
Prof^a. Dra. Juliane Conceição Primon Serres – PPGMP/UFPel - Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS.

.....
Prof^a. Dra. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira – PPGMP/UFPel - Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS.

.....
Prof^a. Dra. Maria Stephanou - PPGEDU/UFRGS - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

.....
Prof^a. Dra. Vania Grim Thies - PPGE/UFPel - Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, UFPEL.

Agradeço à Prof^a. Dra. Anita Leocádia Prestes por sua colaboração com a pesquisa e por ter, com sua tia Lygia, guardado por tanto tempo essas cartas da prisão. Agradeço à equipe da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da Universidade Federal de São Carlos por ter me recebido e colaborado com a pesquisa, mesmo diante das limitações impostas pela pandemia de Covid 19. Agradeço aos meus professores e colegas do PPG pelos comentários e contribuições para a pesquisa e a CAPES pelos quatorze meses de bolsa. Agradeço à minha orientadora, Prof^a. Dra. Carla Rodrigues Gastaud, por compartilhar comigo esses anos de trabalho e por estar presente em todas as etapas do caminho. Agradeço a minha família pelo apoio de sempre e, em especial, ao meu companheiro, Giovane Rodrigues Jardim, pelas leituras, comentários e apoio incondicional.

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente.

Régine Robin

Escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas.

Carlo Ginzburg

RESUMO

Esta tese tem como objeto de estudo as trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes. Escritos entre os anos de 1936 e 1945, as cartas, os bilhetes e os telegramas que integram essa correspondência foram preservados por meio de diferentes ações, agentes e instituições ao longo de mais de oito décadas em diferentes trajetórias de preservação. Assim, o objetivo desta investigação foi o de compreender como, e a partir de quais relações de reconhecimento, essas trajetórias de preservação se constituíram, desde sua escritura até a sua publicização e/ou salvaguarda institucional. A noção de “rastro” pensada por Ginzburg (1989; 2007) a partir de uma dialética do indício e do testemunho, ofereceu a lente teórica por meio da qual o texto epistolar foi lido nesta pesquisa, permitindo uma leitura indiciária dos testemunhos, e uma leitura testemunhal dos indícios. Em complemento, a noção de “reconhecimento”, tal como trabalhada por Ricoeur (2006), permitiu que a partir desses rastros as relações existentes entre os sujeitos da correspondência, seus herdeiros, as instituições no interior das quais as cartas foram produzidas ou circularam, e a sua preservação, pudessem ser pensadas como parte do mesmo processo. Nesse sentido, o texto epistolar publicado, as memórias e biografias dos correspondentes, a história das instituições e dos poderes que atravessaram as suas vidas, foram pensados como fios que entrelaçados compõem o tecido narrativo dessa história de preservação.

Palavras-chave: escrita epistolar; salvaguarda; acervo; cartas da prisão; Luiz Carlos Prestes.

ABSTRACT

This thesis studies the trajectories of the preservation of Luiz Carlos Prestes' prison correspondence. Written between 1936 and 1945, the letters, tickets and telegrams that make up this correspondence were preserved through different actions, agents and institutions over more than eight decades, thus tracing different preservation trajectories. Thus, the objective of this investigation was to understand how, and from which relations of recognition, these preservation trajectories were constituted, from their writing to their publication and/or institutional safeguard. The notion of "trace" for Carlo Ginzburg (1989; 2007), thought from a dialectic of evidence and testimony, offered the theoretical lens through which the epistolary text was read in this research, allowing an evidentiary reading of the testimonies, and a testimonial reading of the evidence. In a complementary way, the notion of "recognition", as worked on by Ricoeur (2006), allowed us to consider the relationships between the subjects of the correspondence, their heirs, the institutions within which the letters were produced or circulated, and their preservation, as part of the same process. In this sense, the published epistolary text, the memories and biographies of the correspondents, the history of the institutions and powers that crossed their lives, were thought of as intertwined threads that make up the narrative fabric of this history of preservation.

Keywords: epistolary writing; safeguard; collection; prison letters; Luiz Carlos Prestes.

Lista de Figuras

Figura 1	Bilhete de Prestes a Siqueira Campos publicado em O Jornal.	62
Figura 2	Fotografia publicada com a reportagem de <i>O Jornal</i> , mostrando Leocádia Prestes e as filhas recebendo a primeira carta escrita por Prestes trazida de Gaiaba (Bolívia) pelo jornalista Raphael Correa de Oliveira.	63
Figura 3	O Capitão Filinto Muller e funcionários da polícia examinando a correspondência de Luiz Carlos Prestes. (Legenda original)	67
Figura 4	Leocádia e Lygia Prestes participando de um comício em Oviedo (Espanha), durante a Campanha Prestes, em maio de 1936.	72
Figura 5	Luiz Carlos Prestes e seu advogado Sobral Pinto no Tribunal de Segurança Nacional	78
Figura 6	Material de propaganda (cartão-postal) da Campanha Prestes na França; enviado aos milhares para a imprensa, exigindo a libertação de Olga e de sua filha	121
Figura 7	Anotações feitas por Luiz Carlos Prestes nas margens de um dos livros que leu na prisão.	147
Figura 8	Pacotes de papel pardo com o acervo doado por Anita Prestes a UMMA.	198
Figura 9	Detalhe de um dos bilhetes que acompanhavam o acervo doado.	198
Figura 10	Exposição de apresentação do Acervo Luiz Carlos Prestes na Biblioteca Comunitária da UFSCar	199
Figura 11	Exposição atual no espaço da UMMA	199
Figura 12	Folha de papel com “tirinhas” (anotações) feitas por Luiz Carlos Prestes encontradas entre as páginas de um de seus livros	200
Figura 13	Estante com livros que pertenceram a Luiz Carlos Prestes	201
Figura 14	Memorial da Coluna Prestes – Palmas/TO	205
Figura 15	Memorial da Coluna Prestes – Santo Ângelo/RS	206
Figura 16	Memorial Luiz Carlos Prestes – Porto Alegre/RS	208

Lista abreviaturas e siglas

AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
AIB	Ação Integralista Brasileira
AMORJ	Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CB	Coleção Brasileira.
CE	Colégio Estadual
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CMEI	Colégio Municipal de Educação Infantil
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DGIE	Departamento Geral de Investigações Especiais
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
FC	Coleção Ficção Científica
FF	Coleção Florestan Fernandes
FF-DF	Florestan Fernandes - Distrito Federal
FGF	Federação Gaúcha de Futebol
FGV	Fundação Getúlio Vargas
HLA	Coleção Henrique Luiz Alves
ILB	Revista Ilustração Brasileira
ILCP	Instituto Luiz Carlos Prestes
KGB	Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti (Comitê de Segurança do Estado)
LM	Coleção Luís Martins
MOW	Memory of the World (Programa Memória do Mundo)
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
P.S.	<i>Post Scriptum</i>
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PODE	Partido Podemos
PP	Partido Progressista
PROS	Partido Republicano da Ordem Social

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SNI	Serviço Nacional de Informações
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UMMA	Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. Cartas preservadas: uma relação de reconhecimento entre ato e potência.....	19
1.1. A carta como ato: escrita, leitura e comunicação	22
1.2. A carta como potência: memória, testemunho e documento.....	33
1.3. O Reconhecimento como perspectiva para pensar o gesto da preservação.....	47
2. As cartas antes das cartas.....	57
2.1. Luiz Carlos Prestes e suas cartas.....	59
2.2. O advogado, a mãe e o prisioneiro: o ano de 1937.....	69
3. As partes e o todo no universo epistolar.....	92
3.1. “As tuas cartas são para mim muito mais do que um simples pedaço de papel”...	93
3.2. “Pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo”	113
3.3. “Lygia, minha irmã, minha filha querida”	131
4. Legado e Reconhecimento: caminhos de preservação.....	155
4.1. Guardar cartas: uma questão familiar?.....	157
4.2. A salvaguarda por exigência legal.....	167
4.3. O leilão: sobre o valor das cartas e o direito à memória.....	174
4.4. Estima social: Reconhecimento público e preservação.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
REFERÊNCIAS.....	220
APÊNDICES.....	231
ANEXOS.....	287

INTRODUÇÃO

Na nossa inevitável subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao menos no sentido de que, embora permanecendo condenados a conhecê-lo exclusivamente com base em seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer.

Marc Bloch, 1943

Ao longo dos seus 92 anos de vida, Luiz Carlos Prestes (1898-1990)¹, o Cavaleiro da Esperança, escreveu muitas cartas. Algumas foram escritas como manifestos que tornaram públicas as suas ideias²; outras foram escritas em resposta às demandas de uma vida como revolucionário, líder comunista e Senador da República; outras, ainda, foram escritas no interior das relações familiares que testemunharam diferentes momentos de sua vida, como a marcha da Coluna, o exílio, a prisão e a vida na clandestinidade.

Essas cartas, muitas delas preservadas em instituições no Brasil e no exterior, documentam períodos importantes da história do país, protagonizados pela ação política e revolucionária de Prestes, o que as coloca entre os documentos de interesse público salvaguardados em defesa da história e da memória nacional. Porém, a trajetória de preservação de cada uma dessas cartas é uma história à parte, uma história das relações de reconhecimento, mantidas ou frustradas entre os correspondentes, seus herdeiros e as instituições que mediarão (ou mediam) essas relações (RICOEUR, 2006). Este trabalho investiga as trajetórias de preservação de algumas dessas cartas, àquelas escritas por Prestes ou enviadas a ele entre os anos de 1936 e 1945, período em que ele esteve preso e isolado do convívio de sua família e de outros presos. Para compreender um pouco mais acerca do processo da pesquisa em questão, é importante conhecer os motivos pelos quais essas cartas se tornaram objeto de interesse.

Em novembro de 2018, uma estranha notícia ganhou destaque na imprensa brasileira: cartas de amor escritas por Olga Benário a Luiz Carlos Prestes durante o período em que ambos estiveram presos, iriam a leilão por um lance mínimo de 350 mil reais. A ideia de que cartas de amor pudessem ser convertidas em produtos comercializáveis era perturbadora, mas não era, de modo algum, uma novidade. Além das casas de leilão, que há muito tempo perceberam o

¹ Ainda que em sua certidão de nascimento o prenome de Prestes esteja escrito com “s”, de acordo com Anita Prestes (2015), “durante toda a vida a grafia usada por ele, inclusive em sua assinatura, e registrada em seus documentos foi com “z”. Em razão disso, neste estudo, optou-se pelo uso da grafia com “z”.

² Em 1980, Prestes escreveu e tornou pública a *Carta aos Comunistas*, documento que marcou o seu rompimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Antes disso, em 1935, redigiu a sua carta de adesão à Aliança Nacional Libertadora (ANL) – também conhecida como *Carta de Barcelona* – a qual foi lida para cerca de 10 mil pessoas em um ato público promovido pela entidade. Houve, ainda, outras cartas de Prestes que foram publicadas em jornais ou compartilhadas por seus apoiadores, como veremos mais adiante neste texto.

valor agregado aos vestígios materiais da vida privada revestida de reconhecimento público, havia as correspondências publicadas e comercializadas, assim como os romances epistolares e toda diversidade da literatura biográfica e autorreferencial. Ainda assim, o anúncio do leilão suscitou várias questões: quem estaria vendendo essas cartas? Quem as teria guardado por tantos anos? Por que só agora estariam sendo vendidas? A quem elas pertenceriam de direito?

A busca por respostas para essas questões expôs a existência de um conjunto ainda maior de cartas escritas por Prestes ou enviadas a ele na prisão (Apêndice 5). Essa correspondência, publicada entre os anos de 2000 e 2002, não se restringia às cartas trocadas entre Prestes e Olga quando separados pela ação repressiva do Estado. Ao invés disso, incluía na narrativa amplamente midiaticizada da correspondência entre eles, novos e quase desconhecidos personagens. No que dizia respeito à correspondência de Prestes na prisão, havia, portanto, cartas à venda e cartas publicadas, mas qual seria a relação entre elas?

As notícias sobre o cancelamento do leilão e a disputa judicial que se seguiu, levaram ao questionamento, também, de o porquê haver tantos estudos sobre cartas e tão poucos dedicados à história de sua preservação. Nas últimas décadas, as cartas pessoais, assim como os diários íntimos e outras formas de “escritas de si” (SILVA, 2009), ocuparam, gradativamente, um lugar de destaque nas pesquisas dedicadas à vida privada, aos costumes, às questões de gênero, à história da educação e à história das ideias, entre outros. Contudo, apesar de as circunstâncias de sua preservação integrarem essas pesquisas, raramente os processos de guarda e salvaguarda são objetos desses estudos. A história das pessoas e das instituições responsáveis pela guarda ou pelo descarte desses documentos da vida privada não estaria emaranhada à história desses mesmos documentos?

Assim, o episódio do leilão e as perguntas suscitadas por ele fizeram parte das primeiras elaborações desta pesquisa, pensada no sentido de fazer das trajetórias de preservação o seu objeto de estudo e do texto epistolar a sua principal fonte documental. É importante ressaltar que a noção de preservação adotada nesta pesquisa, parte do entendimento de que preservar esses documentos significa mais do que garantir a sua integridade material, significa considerar a preservação das relações mantidas através deles, das lembranças que suscitam e das memórias que integram. Nesse sentido, a guarda, a produção de cópias, a salvaguarda institucional e as ações de publicização são pensadas como partes do mesmo processo que tem como resultado a preservação.

Em um primeiro levantamento, identificou-se a existência de cartas escritas por Prestes ou enviadas a ele no período de prisão em ao menos três instituições: o Arquivo Público do

Estado do Rio de Janeiro (APERJ), a Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da Universidade Federal de São Carlos (UMMA) e o Arquivo Estatal Russo de História Social e Política. Ainda que uma parte importante desses acervos não estivesse disponível ao acesso presencial de pesquisadores, a maioria dessas cartas havia sido publicada em sites, coletâneas e obras de cunho biográfico no Brasil e na Alemanha, de modo que o texto epistolar disponível se tornou o ponto de partida para uma leitura dos “rastros” (GINZBURG, 2007) deixados ao longo das diferentes trajetórias de preservação percorridas por essas cartas e por seus guardadores.

As cartas da prisão testemunharam um período difícil e pouco conhecido da vida de Prestes e de sua família. Um período marcado pelo exílio, pelo isolamento e pela dor de perdas irreparáveis. Em razão disso, os diferentes caminhos que levaram a sua preservação por mais de oito décadas, mostram-se igualmente desconhecidos, até mesmo para aqueles que as leem como cartas publicadas. Nesse sentido, o interesse sobre essas cartas não está apenas no seu potencial como documento capaz de expor a história dos anos em que Prestes esteve preso, mas no seu potencial como documento para a história das relações de reconhecimento que permeiam a salvaguarda ou o abandono de conjuntos epistolares, evidenciando, assim, a contribuição desta pesquisa para o campo dos estudos interdisciplinares que têm a memória e a preservação dos vestígios do passado como objeto de estudo.

A noção ginzburguiana de “rastro” pensada a partir de uma dialética do indício e do testemunho³, isto é, de uma leitura dos indícios que não se coloca em oposição ao testemunho escrito, mas em uma relação de complementaridade com ele, em que os textos, assim como quaisquer vestígios do passado, podem ser lidos a partir do seu potencial indiciário, ofereceu a lente teórica por meio da qual o texto epistolar foi lido nesta pesquisa, permitindo uma leitura indiciária dos testemunhos, e uma leitura testemunhal dos indícios. Isso porque, como lembra Ginzburg (2007, p. 8), “entre os testemunhos, seja os narrativos, seja os não narrativos, e a realidade testemunhada existe uma relação que deve ser repetidamente analisada”.

Sob a ótica de uma leitura dos rastros, o texto epistolar publicado evidenciou a importância de um olhar sobre o potencial narrativo e documental das cartas, isto é, sobre as narrativas construídas pelos correspondentes acerca do momento que viviam, dos desejos e esperanças que manifestavam, assim como dos sentidos reconhecidos por eles nessas cartas e

³Ao estabelecer os parâmetros para a concepção de rastro na relação entre história e memória, Paul Ricoeur (2007, p. 185) afirma que: “O benefício da contribuição de C. Ginzburg é o de estabelecer uma dialética do indício e do testemunho no interior da noção de rastro e de, assim, dar ao conceito de documento toda a sua envergadura. Ao mesmo tempo, a relação de complementaridade entre testemunho e indício vem escrever-se no círculo da coerência interna-externa que estrutura a prova documental”.

no gesto de guardá-las. A partir desse entendimento evidenciou-se, também, a necessidade de se pensar as histórias e os relatos construídos em torno dessas cartas e a partir delas, uma vez que nos processos de salvaguarda o “fio do relato” (GINZBURG, 2007) se consolida, seja na forma de meta-arquivo como lembra Fraiz (1998, p. 60)⁴, seja na forma de historiografia, quando as cartas alçam o posto de documentos históricos, ou ainda, na forma dos discursos que acompanham as publicações, exposições e reivindicações memoriais decorrentes do próprio processo de salvaguarda. Esse fio, que para Ginzburg (2007), se constitui do relato capaz de orientar o pesquisador pelo labirinto da realidade, não pode prescindir dos rastros deixados no caminho, de tal modo que a relação entre o fio e os rastros expõe não apenas a subjetividade dos testemunhos narrativos, como também o seu caráter indiciário.

A metáfora do labirinto, por meio da qual Ginzburg (2007) fundamenta a relação entre o fio e os rastros como parte do modelo epistemológico do paradigma indiciário, retoma o conhecido mito de Teseu, que orientado pelo fio dado a ele por Ariadne, guiou-se pelo labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Sem minimizar a importância do fio que garantiu o sucesso de Teseu, o autor lembra que ao andar pelo labirinto, ele deixou rastros dos quais o mito não fala. Assim, partindo do pressuposto de que “quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos”, Ginzburg (1989, p. 169) propõe uma leitura dos rastros como um caminho possível para conhecer o passado, bem mais do que nos dizem as narrativas construídas sobre ele.

Nesse sentido, a noção de rastro, pensada a partir da relação dialética entre indício e testemunho, possibilitou não apenas um caminho metodológico para esta pesquisa, como também evidenciou a pergunta que a norteou: Como e a partir de quais relações de reconhecimento evidenciadas, se constituíram as trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes, desde sua escritura até a sua publicização e/ou salvaguarda institucional?

No intento de pensar essas trajetórias, procurou-se compreender a relação de complementaridade existente entre o fio do relato – entrevistas, textos da imprensa, biografias e memórias dedicadas à vida dos correspondentes e, até mesmo, as histórias contadas no próprio texto epistolar – e os rastros, isto é, as evidências deixadas no legado documental de Prestes, nos discursos que envolveram a organização e a publicação de sua correspondência e, principalmente, no texto epistolar, que é fio e é rastro, à medida que, reúne elementos que

⁴De acordo com Fraiz (1998, p. 60), o conjunto de indícios ou ferramentas (índices, tabelas, textos autobiográficos, listas) pelos quais é possível compreender a constituição e a organização de um acervo pessoal é denominado “meta-arquivo”.

organizam a narrativa e, contém em si, indícios das relações de amor e cumplicidade existentes entre os correspondentes, assim como dos traços iniciais das relações de reconhecimento presentes nos discursos e nos gestos que envolveram, ao longo do tempo, as disputas em torno da memória de Prestes.

Nessa perspectiva, os capítulos desta tese foram pensados de modo a expor a complexidade dos acervos epistolares e dos diferentes caminhos percorridos por eles até a sua salvaguarda institucional, considerando os usos e os significados atribuídos às cartas ao longo desses caminhos, e as relações de reconhecimento que mediaram essas atribuições. Propõe-se, desse modo, uma leitura do texto epistolar, das circunstâncias de sua produção e dos valores mobilizados pelos correspondentes, pelos herdeiros e pelas instituições que os envolviam. Como também, pensar a salvaguarda sob a perspectiva do legado, as disputas em torno da memória, as cartas reivindicadas como direito e o seu lugar nas narrativas que sustentam a presença ou a ausência dos correspondentes na memória pública.

O primeiro capítulo, intitulado “Cartas: uma relação de reconhecimento entre ato e potência”, foi organizado de modo a colocar em discussão as ideias preconcebidas sobre o objeto carta missiva, não apenas as provenientes do sentido formal de sua definição, mas as decorrentes dos diferentes usos e significados que lhe são atribuídos, tais como: documento comprobatório, testemunho, objeto biográfico (BOSI, 2003), objeto-relíquia (RANUM, 2009), memento, patrimônio, herança, entre outros. Assim, as noções aristotélicas de ato de potência oferecem a base teórica por meio da qual os diferentes usos e definições dados às cartas e aos demais objetos resultantes da escrita epistolar são compreendidos como resultado das circunstâncias (pessoais, institucionais, políticas etc.) de sua escritura e das relações de reconhecimento mantidas entre os correspondentes, seus interlocutores, seus herdeiros e as instituições que os envolvem.

Esse capítulo, também apresenta e discute a noção de “Reconhecimento” (RICOEUR, 2006) em suas diferentes instâncias, desde o reconhecimento vivenciado na esfera do amor e das relações pré-jurídicas e como um direito reivindicado, até o reconhecimento no âmbito da estima social, isto é, aquele construído sobre os valores socialmente compartilhados por uma coletividade em um dado tempo e lugar. O objetivo desse capítulo não é outro, senão, discutir a importância das relações de reconhecimento como mediadoras dos usos e significados atribuídos às cartas, assim como das ações e das omissões que resultam na preservação ou no descarte de acervos epistolares.

O segundo capítulo, intitulado “As cartas antes das cartas”, apresenta os primeiros indícios relacionados ao universo epistolar de Luiz Carlos Prestes, apontando para o uso midiático de suas cartas ao longo dos anos em que sua imagem como homem público foi construída. Esse capítulo discute, ainda, a importância da correspondência ativa de Heráclito Fontoura Sobral Pinto, advogado *ex officio* de Prestes, para uma leitura das condições de enunciação⁵ nas quais a correspondência de Prestes com a família teve início, assim como para um maior entendimento da relação estabelecida entre o advogado, a mãe e o prisioneiro nos primeiros meses dessa correspondência. O objetivo desse capítulo é chamar a atenção para a estreita relação existente entre a biografia de Prestes e as circunstâncias nas quais suas cartas foram preservadas, não apenas por situar os nove anos de prisão no contexto maior da sua vida, mas por expor os primeiros indícios acerca das relações familiares e institucionais que, mais tarde protagonizaram a salvaguarda de suas cartas.

O terceiro capítulo, intitulado “As partes e o todo no universo epistolar”, é inteiramente dedicado a uma leitura do texto epistolar em busca dos rastros deixados pelos correspondentes acerca das circunstâncias emocionais, sociais, políticas e institucionais, nas quais suas cartas foram escritas e circularam ao longo dos anos vividos na prisão e/ou no exílio. Bem como, das relações de reconhecimento construídas entre os correspondentes e manifestadas por eles em suas cartas. Assim, considera-se que os diálogos epistolares mantidos por Prestes com a mãe, com a companheira e com uma de suas irmãs, abordam, cada um a seu modo, diferentes aspectos dessa correspondência. O objetivo desse capítulo é discutir a relação entre as partes e o todo no universo epistolar, colocando em evidência o potencial narrativo, testemunhal e indiciário das cartas.

O quarto capítulo, intitulado “Reconhecimento e Legado: caminhos de preservação”, propõe uma leitura dos diferentes caminhos de preservação trilhados pela correspondência de Prestes, parte-se do pressuposto de que os motivos pelos quais as cartas resistiram aos anos de perseguição, exílio e às disputas em torno de sua memória, estão diretamente relacionados aos vínculos estabelecidos entre as pessoas que as escreveram, as histórias que narraram e as relações de poder que as atravessaram. Com o objetivo de problematizar a preservação como uma questão familiar, este capítulo recupera muitas das evidências apresentadas no capítulo anterior e as coloca sob a ótica das relações de reconhecimento estabelecidas e mantidas pelos

⁵ Neste estudo, as “condições de enunciação” são pensadas em um sentido amplo, relacionado aos diferentes contextos de escritura, isto é, “referentes ao momento biográfico e à rede de sociabilidade que sustenta a troca epistolar, [...] o banco de elementos culturais que influenciam e interagem com a escrita das correspondências” (ZIMBRÃO, 2016, p. 130).

correspondentes. Da mesma forma, discute a preservação como exigência legal no contexto da estrutura burocrática da prisão, expõe as circunstâncias nas quais parte da correspondência de Prestes tornou-se objeto de disputa judicial, e questiona a preservação dessas cartas no âmbito da estima social, situando o lugar ocupado pelo gesto da salvaguarda no campo das disputas públicas em torno da memória de Prestes.

Por fim, cabe destacar, que os fios que entrelaçados contam a história de preservação da correspondência de Prestes na prisão são os mesmos que sustentam a narrativa construída ao longo desses capítulos, não apenas por evidenciarem a complexidade das cartas como textos e como artefatos culturais situados “na série temporal que os viu nascer” (BETTIOL, 2016, p. 231) e o potencial indiciário e narrativo do texto epistolar, como também, por problematizarem essas questões sob ótica das relações de reconhecimento e dos rastros deixados por elas.

1. CARTAS PRESERVADAS: UMA RELAÇÃO DE RECONHECIMENTO ENTRE ATO E POTÊNCIA

Querida Anita, meu querido marido, meu Garoto: choro debaixo das mantas para que ninguém me ouça, pois parece que hoje as forças não conseguem alcançar-me para suportar algo tão terrível. É precisamente por isso que esforço-me para despedir-me de vocês agora, para não ter que fazê-lo nas últimas e difíceis horas. Depois desta noite, quero viver para este futuro tão breve que me resta. De ti aprendi, querido, o quanto significa a força de vontade, especialmente se emana de fontes como as nossas. Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo. Prometo-te agora, ao despedir-me, que até o último instante não terão por que se envergonhar de mim.
Carta de Olga Benário, 1942

O percurso necessário para compreender o porquê de uma carta ser preservada e exposta ao olhar de terceiros, mesmo depois de tantos anos de sua escrita, passa pelo entendimento mais básico acerca de sua existência: o que é uma carta? A resposta para essa pergunta pode recair sobre a utilidade do objeto carta, ou ainda, sobre os objetivos da escrita epistolar, mas em todos os casos precisa, necessariamente, reconhecer o gesto da escrita e a intenção de comunicar que decorre do seu envio. Todavia, essa não é a única questão suscitada pela preservação de uma carta. Assim como tantas outras, a carta escrita por Olga Benário – às vésperas de sua execução em uma câmara de gás instalada no hospital da cidade de Bernburg, na Alemanha nazista –, em parte transcrita aqui como epígrafe, suscita outra questão: o que pode vir a ser uma carta?

Escrita em um momento de dor e em um ambiente de reclusão, a carta de Olga pode ser descrita como um gesto de despedida e como um legado à filha e ao marido, uma vez que fica evidente o modo como ela deseja ser lembrada por eles. Para além de um ato de amor e de intimidade, a carta é, também, nesse contexto, um testemunho que registra, pela ótica de Olga, as suas últimas horas, e se coloca como um contraponto documental ao memorando expedido pelo Escritório Central de Segurança do Reich, segundo o qual: “a acima mencionada [Olga Sarah Benário Prestes] veio a falecer no campo de concentração de Ravensbrück em 30/04/42 de insuficiência cardíaca causada por oclusão intestinal e peritonite”⁶.

Em 1985, com a publicação da obra *Olga*, de autoria de Fernando Moraes, o público brasileiro tomou conhecimento do conteúdo da última carta de Olga Benário que, a partir de então, passou a integrar discursos em defesa do reconhecimento de sua memória e de sua causa. As palavras “Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo” ganharam notoriedade e

⁶Fragmento do memorando expedido pelo Escritório Central de Segurança do Reich, em Berlim, e remetido ao Escritório Central da Polícia do Estado, em Munique; citado por Anita Prestes (2017, p. 78).

foram amplamente reproduzidas em vários locais, como sites de instituições de cunho político, revistas, *blogs*, estudos acadêmicos, entre outros⁷.

A última carta de Olga Benário integra um conjunto de dezenas de cartas, bilhetes e telegramas escritos ao seu companheiro, Luiz Carlos Prestes e à sua família, entre os anos de 1936 e 1942 (Apêndice 2). Essa correspondência atravessa o período de sua prisão no Brasil, a sua estada na prisão de mulheres, onde nasceu a sua filha Anita Leocádia Prestes, e os anos vividos em campos de concentração na Alemanha nazista. Essas cartas podem ser lidas como parte de um vasto conjunto epistolar, composto pela troca de mensagens ativa e passiva de Luiz Carlos Prestes durante os anos de sua prisão, preservada por diferentes instituições e reconhecida por seu valor documental para a história do Brasil.

Nessa perspectiva, a carta de Olga demonstra que as correspondências são, com efeito, objetos textuais cuja finalidade é comunicar algo a alguém, mas também demonstra que podem vir a ser gestos de amor, objetos de lembrança, instrumentos de divulgação de ideias, testemunhos de caráter confessional ou documentos revestidos de uma aura de valor histórico. Essa relação entre o ser e o vir a ser no contexto da escrita epistolar expõe as muitas possibilidades para se pensar a salvaguarda de cartas, cartões, bilhetes e demais artefatos resultantes dessa prática de escrita, pois, como afirma Chartier (2004, p. 14), é preciso “jamais confundir o estudo dos textos com o dos gestos ou dos pensamentos que eles supostamente produzem”.

Um texto pode suscitar sua guarda ou seu descarte, mas é preciso considerar a diversidade de fatores que interferem tanto no gesto de escrita quanto no de guarda, bem como as relações de reconhecimento mobilizadas e/ou promovidas por esses gestos. Nesse sentido, os gestos de guarda ou de descarte, pensados dentro das diferentes instâncias de reconhecimento (RICOEUR, 2006) se colocam como parte da trajetória de preservação de acervos epistolares, não como uma busca de respostas exclusivamente externas ao texto epistolar, mas como uma leitura que considera a carta como texto, como artefato cultural e como legado documental,

⁷A título de exemplo: “Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo”, PCB, 1 de março de 2010. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/299/glutei-pelo-justo-pelo-bom-e-pelo-melhor-do-mundoq/> Acesso em: 25 abr. 2023; “Última carta de Olga Benário”, ILCP, 2 de março de 2010. Disponível em: http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=93:ultima-carta-de-olga-benario&catid=29:sobre-olga&Itemid=158 Acesso em: 20 abr. 2023; “Carta de despedida de Olga Benário”, Revista Movimento, 12 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/02/carta-de-despedida-de-olga-benario/> Acesso em: 20 abr. 2023; “Carta de uma mãe condenada pelos nazistas que nunca chegou aos seus destinatários”, Operamundi, 3 de junho de 2020. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/cultura/65033/carta-de-uma-mae-condenada-pelos-nazistas-que-nunca-chegou-aos-seus-destinatarios> Acesso em: 20 abr. 2023.

atenta ao texto e às suas singularidades, assim como aos gestos que decorrem da leitura desses textos.

Cabe lembrar que antes mesmo da escrita e leitura serem consideradas modos eficazes de acesso ao conhecimento⁸, havia entre os gregos a preocupação em compreender a relação entre permanência e mudança, entre o que é e o devir. A distinção entre ato e potência feita por Aristóteles (384-322 a. C.) no estudo do ser, lançou luz sobre essa questão, definindo que aquilo que existe, existe em ato e aquilo que pode vir a ser, existe em potência, que para Aristóteles é o princípio originador da mudança. Sendo assim, “uma coisa pode existir em ato e não em potência, ou em potência e não em ato, de modo que é possível que um ser que tem a potência de andar não ande, e/ou que ande tendo o poder de não andar, e assim também em outros casos, como ver, pensar etc.” (SANTOS, 2013, p. 113). Para Aristóteles a potência pode estar presente tanto em seres animados como em inanimados, desse modo, uma carta que em ato é escrita, leitura e comunicação, em potência é testemunho, documento, memento, manifesto, símbolo, patrimônio, herança, entre outros.

Assim, compreendidos como ato e como potência, isto é, como o que são e o que podem vir a ser, os acervos epistolares expõe indícios que permitem pensar a salvaguarda de cartas e demais objetos epistolares em diferentes instâncias de reconhecimento, desde aquelas vivenciadas no âmbito familiar, até aquelas decorrentes da estima social. Considera-se que, o que existe em potência nem sempre passa a existir em ato, ou seja, a depender das condições e possibilidades de reconhecimento, uma carta pode ou não se tornar uma herança, um discurso de ódio, um documento comprobatório ou um símbolo na luta contra injustiças, por exemplo.

Seja enquanto ato, seja enquanto potência, os acervos epistolares possuem elementos de ambas as formas, tanto do que são (ato) como do que podem vir a ser (potência), atualizados por diferentes relações de reconhecimento. A relação das cartas como ato e como potência, ou vice-versa, não é de causa e efeito, de forma que para conhecer a sua trajetória de preservação, é preciso antes compreender a complexidade da carta como objeto resultante da escrita e com propósito de comunicação, assim como suas relações com as noções de memória e documento. Nesse sentido, o entendimento do princípio do Reconhecimento como uma chave de leitura das

⁸Na obra de Platão (427-347 a.C.), o diálogo entre Sócrates e Fedro é um indício da relação que os gregos instruídos tinham com a escrita, como pode ser lido no trecho a seguir: “O uso da escrita, Fedro, tem um inconveniente que se assemelha à pintura. Também as figuras pintadas têm a atitude das pessoas vivas, mas se alguém as interrogar conservar-se-ão gravemente caladas. O mesmo sucede com os discursos. Falam das cousas como se as conhecessem, mas quando alguém quer informar-se sobre qualquer ponto do assunto exposto, eles se limitam a repetir sempre a mesma coisa. Uma vez escrito, um discurso sai a vagar por toda parte, não só entre os conhecedores, mas também entre os que não o entendem, e nunca se pode dizer para quem serve e para quem não serve. Quando é desprezado ou injustamente censurado, necessita do auxílio do pai, pois não é capaz de defender-se nem de se proteger por si.” (PLATÃO, Fedro. Apud FISCHER, 2006, p. 48).

circunstâncias em que a preservação acontece, assim como uma leitura da carta como ato e potência, são fundamentais para se compreender a salvaguarda de cartas e demais objetos epistolares, e nesta pesquisa, as trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes.

1.1. A carta como ato: escrita, leitura e comunicação

Pensar a carta como ato, significa questionar sobre os elementos que a constituem, e sem os quais ela deixaria de existir. Não se trata, portanto, de estabelecer limites rígidos quanto à forma e à utilidade de uma carta, mas de destacar aquilo que a identifica e a diferencia de outros artefatos culturais ou até mesmo de outros gêneros textuais. Nessa perspectiva, importa uma leitura da carta como uma relação de interdependência entre escrita, leitura e comunicação.

A escrita é o gesto fundador da carta, mesmo quando pensamentos e sentimentos são ditados em palavras a outra pessoa, que em uma relação de confiança as coloca no papel, é o escrever que confere existência à carta, muito embora as discrepâncias entre o dito e o escrito possam suscitar questões sobre sua autoria. Nesse sentido, a carta é o resultado do gesto da escrita, pois a partir dele passam a existir o objeto carta e o texto epistolar. Trata-se, no entanto, de um tipo específico de escrita: a escrita epistolar⁹.

Ainda que a metáfora da conversa seja a mais comum entre os epistológrafos, a escrita epistolar é por definição uma forma de escrita de si, pois, como lembra Haroche-Bouzinac (2016, p. 127-128): “Embora o pior dos pecados epistolares, depois do silêncio, seja o narcisismo a carta não pode evitar o ‘eu’”. É a partir da perspectiva de quem escreve que a carta se consolida como texto e, nesse sentido, ela é confessional. De outro modo, ela é escrita sempre para um destinatário ou destinatários, ainda que presumidos, e traz consigo, o que o autor decide narrar e a imagem de si que pretende expor ao outro e, nesse sentido, ela é relacional.

De acordo com Silva (2009, p. 131), a escrita de si é o “espaço privativo onde o homem se revela sem os pudores subjacentes à dimensão pública”. Nas cartas, esse é o espaço do diálogo íntimo e da exposição mútua. Todavia, a noção de texto epistolar como escrita de si não se aplica a todos os tipos de carta, haja vista a existência de cartas institucionais, protocolares,

⁹Sobre a escrita epistolar é importante ressaltar dois aspectos: o primeiro refere-se a sua existência como um dos processos de afirmação da cultura escrita, com uma trajetória histórica datada que a evidencia como uma prática social (GASTAUD, 2009, p. 12); o segundo, diz respeito ao trabalho de crítica exigido pela documentação resultante da escrita epistolar, pois, de acordo com Silva (2007, p. 2), é preciso “atentar-se para uma série de questões que não envolvem apenas o indivíduo “autor” da carta, mas também a relação que se estabelece com o “receptor”, a quem ela se dirige”.

coletivas, entre outras, nas quais o indivíduo é conduzido pela norma e por modelos pré-estabelecidos. A escrita é comum a todas elas, mas a escrita de si refere-se a uma tipologia específica: as cartas privadas, isto é, aquelas escritas em contextos de intimidade e como parte de uma relação dialógica e pessoal.

Nesse sentido, a escrita é o ato fundador da carta, mas não encerra o processo da correspondência, pois como lembra Müller (2008), ao tratar da correspondência de Clarice Lispector:

Quando o ponto final era dado, em geral por meio de mais uma batida surda da máquina de escrever, não significava que a ação estava finalizada, mas que apenas metade do caminho fora percorrido. Era hora de endereçar o envelope, lacrar o conteúdo, lamber o selo e levá-la ao portador. E esperar. Sim, esperar. Porque o ato de escrever cartas é metade ação, pensamento, escrita, metade paciência, suspiro, espera. (MÜLLER, 2008, p. 321)

A expectativa de comunicação e de exposição aos olhos do outro é parte fundamental da carta. Quando o ciclo se completa, isto é, quando ela é escrita, enviada, lida e respondida, dando início a escrita de uma nova carta, tem-se a correspondência, e com ela um novo relacionamento, baseado em um pacto de reciprocidade: o pacto epistolar¹⁰.

Para Gomes (2004), pacto epistolar é um compromisso assumido entre os correspondentes de “receber, ler, responder e guardar cartas”, ainda estabelece, em certa medida, o lugar ocupado pelas partes dessa relação, na qual a escrita divide o protagonismo com a leitura e com a intenção de comunicar. Para a autora:

A escrita epistolar é uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao ‘outro’ uma série de informações e sentimentos íntimos, quanto porque cabe a quem lê, e não a quem escreve, a decisão de preservar o registro (GOMES, 2004, p. 19).

A existência desse pacto resulta do caráter relacional da escrita epistolar e coloca a carta como um objeto de troca e de guarda, no sentido de identificá-la como espaço de sociabilidade e de estreitamento dos vínculos entre os indivíduos. Cabe observar, contudo, ainda que os limites impostos pelo pacto epistolar reconheçam no agente da leitura a responsabilidade pela guarda das cartas, aquele que escreve também se coloca como um possível guardador, uma vez que a prática de copiar as cartas enviadas é recorrente entre epistológrafos regulares. Copiar,

¹⁰A noção de pacto epistolar está diretamente relacionada à ideia de a escrita epistolar como reciprocidade e, sobre isso, Rocha (2017, p. 51) observa que: “O dispositivo de resposta se encontra no cerne do protocolo de leitura do epistolar por fazer jus à especificidade desta escrita de si enquanto abertura para o outro e busca de diálogo junto ao destinatário. Se o remetente não obtiver resposta para sua missiva, seu desejo de se mostrar ao outro, de acolhê-lo e de com ele criar um fluxo de conversa não terá obtido êxito e sua empreitada estará fadada ao insucesso”.

nesse contexto, é um gesto de preservação, e nesse sentido, a escrita também está associada ao caráter de permanência atribuído à carta¹¹.

Historicamente, o desenvolvimento e a difusão da escrita estiveram associados à ideia de permanência e de comunicação. De acordo com Fischer (2009, p. 13), as origens do sistema de escrita “se encontram na necessidade fundamental dos seres humanos de armazenar informação para comunicar, a si mesmos ou a outros, distantes no tempo e no espaço”. Essa definição compreende alguns dos elementos fundamentais para se reconhecer a importância da articulação das práticas de escrita, leitura e comunicação como princípios integradores da escrita epistolar e, portanto, indiciários acerca da sua preservação.

O desenvolvimento da escrita permitiu, aos seres humanos, registrar e transmitir informações, recuperar acordos firmados, instruções de comportamento e ritos religiosos. Como uma “testemunha imortal” (FISCHER, 2006, p. 9), a escrita passa a ocupar um lugar de destaque na administração das cidades, do comércio e da vida em sociedade, sem, contudo, deixar de ser um privilégio de poucos. Aos homens e mulheres letrados, coube ao longo do tempo, o ônus e o bônus do conhecimento sobre uma das formas mais eficientes de preservar a memória das coisas.

O desenvolvimento e a difusão da escrita são, contudo, apenas uma parte dos elementos que importam à carta como ato. A leitura ocupa o polo oposto e garante a efetivação da finalidade da carta: a comunicação. Escrita e leitura desenvolveram-se de formas diferentes ao longo do tempo, de modo que a leitura passou a ser menos associada à ideia de permanência, e mais à possibilidade de acesso ao conhecimento. Ainda que toda escrita pressuponha uma leitura, a relação entre essas duas práticas não é simples, porém é fundamental para o entendimento dos processos de difusão da escrita epistolar.

A leitura não se restringe à decifração de símbolos e traços resultantes da escrita¹². Ela é, em sua forma completa, um ato de interpretação, por meio do qual o leitor recupera informações de sua memória e reconhece, por meio dessas informações, um sentido plausível para a mensagem grafada (MITCHELL, 1982). Na carta, leitura e escrita se complementam, em um ciclo que envolve uma chamada ao diálogo, uma expectativa de resposta e uma leitura que precede uma nova carta. A carta escrita em resposta é, ao mesmo tempo, o reconhecimento

¹¹A título de exemplo, cabe lembrar dos copiadorees de cartas de D. Joaquim Ferreira de Mello, segundo bispo de Pelotas, nos quais foi preservada sua correspondência ativa por mais de vinte anos. (SOUZA, 2014).

¹²Ainda que nesta pesquisa a leitura seja pensada como parte da tríade leitura, escrita e comunicação no universo epistolar, cabe observar que ela é um importante tema de reflexão para o campo da educação, no qual destaco a transcrição de uma palestra proferida por Paulo Freire em 1981, na qual o autor defende que “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. (FREIRE, 1981, p. 13).

pela leitura e uma escrita comprometida com o diálogo. A palavra “ler” tem origem no latim *lego* (leio), que, entre outros significados, designava: “reúno, coleciono; escolho, seleciono; examino, analiso; declamo, leio em voz alta, recito”. (FISCHER, 2006, p. 62) O gesto de ler é, desse modo, uma forma de reconhecimento e de apropriação, no sentido de tomar conhecimento de algo e de compartilhar seu significado.

As cartas, assim como os demais artefatos culturais, passaram por transformações ao longo do tempo, tanto em sua finalidade e conteúdo quanto em sua forma. O modo objetivo e utilitário das tabuletas de Vindolanda¹³ foi aos poucos agregando influências que lhe conferiram características únicas, fundadoras do gênero epistolar. Tin (2005, p. 18) lembra que, já na Antiguidade, as cartas são mencionadas em tratados de retórica, e que as cartas de Cícero e Sêneca escritas nesse período serviram de modelo para a epistolografia dos séculos XV e XVI. Mais tarde, os tratados de epistolografia normatizaram a escrita de cartas, estabeleceram modelos e restrições que se mantiveram, em alguns segmentos da sociedade, como a Igreja, até o século XX. Da mesma forma, os Secretários (publicados desde o século XVII, com a finalidade de auxiliar na redação de cartas) e os manuais de epistolografia (difundidos durante o século XIX) integraram uma ampla rede de regulação da prática da escrita epistolar¹⁴.

Ao mesmo tempo, que havia um esforço no sentido de estabelecer um modelo para a escrita de cartas, não se tem conhecimento de um protocolo de leitura epistolar no período. Ler uma carta era um gesto previsível no percurso das trocas epistolares, mas, com o tempo, o desenvolvimento das formas de escrita e a ampliação da produção e da circulação de correspondências expuseram algumas das muitas formas de ler uma carta. O que não significa que não havia uma preocupação, por parte dos correspondentes, relativa à forma como a sua carta seria lida. Em um artigo intitulado *História da Leitura*, Darnton (2011, p. 203) cita os conselhos de Ovídio quanto à leitura de uma carta de amor:

Se sua amante lhe fizer propostas por meio de algumas palavras inscritas em placas entregues a você por um criado esperto, medite com cuidado sobre elas, examine suas expressões e tente adivinhar se seu amor é apenas simulado, ou se suas súplicas partem na verdade de um coração sinceramente apaixonado.

¹³Datadas de um período compreendido entre 85 e 130 d.C., as tabuletas de Vindolanda preservaram a correspondência de homens e mulheres que viviam em diferentes lugares do Império Romano. De acordo com Fischer (2006, p. 64), o sítio de Vindolanda contém o maior arquivo de escritos romanos antigos jamais descobertos. Nele, todas as inscrições foram realizadas com tinta ou entalhadas com buril em cera.

¹⁴De acordo com Gastaud (2009, p. 28), “a partir do século XVI, diversas obras, que traziam modelos e normas para a prática da correspondência foram publicadas para estruturar pequenos conjuntos de regras que podiam referir-se, por exemplo, às formas dos cabeçalhos e das frases de despedida”. Esses manuais, que, em um primeiro momento, circulavam apenas entre nobres e burgueses, passaram a ocupar espaço entre as publicações dedicadas a outras camadas sociais, de maneira que a escrita epistolar compôs o universo de assuntos tratados nas instituições de ensino. Assim, a forma adequada de escrever uma carta passou a ser tema recorrente nos manuais escolares nos séculos XIX e XX.

Da mesma forma, Haroche-Bouzinac (2016, p. 12) chama a atenção para as diferentes formas como as cartas podem ser lidas, bem como para a influência que a expectativa de leitura tem sobre aquele que escreve a carta. A primeira leitura que se pode prever é aquela feita pelo destinatário, que pode ser um indivíduo, um grupo ou mesmo duas pessoas vivendo em épocas diferentes, como demonstra a carta escrita por Diderot à sua amante Sophie Volland, de 18 de outubro de 1760:

Oh, minha Sophie, quantos momentos felizes te devo! Quantos ainda ficarei a dever!
Oh, Angélique, minha filha querida, falo-te aqui, mas não me ouves; se um dia leres estas palavras quando eu não mais existir, pois sobreviverás a mim, verás que eu cuidava de ti e te dizia, num tempo em que eu ignorava que sorte me preparavas, que dependeria de ti fazer-me morrer de prazer ou de dor.¹⁵

Na carta, Diderot pressupõe duas leitoras, ainda que, para uma delas, a leitura só tenha sido possível como uma forma de herança da memória epistolar de seu pai. A carta indicia, também, uma relação de reconhecimento, uma vez que o autor entende que ela será preservada e legada à sua descendência. Existe, portanto, ao olhar de Diderot, a leitura feita por Sophie Volland, com quem ele mantinha correspondência constante, a quem não se devia explicar ou exigir protocolos, e uma leitora do futuro, a filha Angélique, para quem a carta seria, essencialmente, memória. A esse tipo de leitura, Haroche-Bouzinac (2016, p. 13) chamou de “leitura de inclusão”, isto é, antevista no texto da carta pelo próprio redator, que “pressupõe uma projeção da imagem do destinatário tal como o epistológrafo o idealiza em sua mente”.

Essa forma de leitura, fortemente conexa às formas de reconhecimento oriundas do amor e das relações pré-jurídicas, diz respeito às cartas escritas e preservadas em contextos familiares e de amizade, pois parte de um discurso direto que reconhece no outro uma relação de reciprocidade, um “ser reconhecido” pelo olhar do outro. São cartas como a de Diderot que exemplificam o reconhecimento da linhagem e a ideia de transmissão, elementos que expõem a potência da escrita epistolar como legado.

Outra forma de leitura descrita por Haroche-Bouzinac (2016, p. 14) é aquela que “se realiza num espaço exterior à dupla epistolar e num tempo que não é o tempo da redação da mensagem”. Esse tipo de leitura é aquele no qual os objetos são as cartas publicadas em coletâneas e biografias, ou ainda, expostas em museus e memoriais. Essa leitura recupera o sentido de testemunho e de documento atribuído às cartas, de modo a suscitar questões como a autenticidade, o culto à personalidade e as similaridades e diferenças com os textos epistolares

¹⁵Fragmento de carta citado por Haroche-Bouzinac (2016, p. 12).

ficcionais. Os leitores, nesse caso, podem ser de qualquer origem e ter quaisquer objetivos: podem ser curiosos quanto ao modo de vida e ao comportamento das pessoas que viveram no passado; podem buscar inspiração em um escritor ou em um artista conhecido; ou, ainda, podem buscar no texto epistolar uma fonte diferenciada de pesquisa. No entanto, essa será sempre uma leitura deslocada no tempo, que é um pouco uma invasão de privacidade. Ao refletir acerca da leitura e do tempo, Darnton (2011) diz que:

Ao mesmo tempo familiar e estranho, [o ato de ler] é uma atividade que compartilhamos com nossos ancestrais, embora ela jamais possa ser a mesma que eles experimentaram. Podemos desfrutar a ilusão de sair do tempo para entrar em contato com autores que viveram há séculos. Mas mesmo que seus textos tenham chegado intactos até nós – uma impossibilidade virtual, considerando-se a evolução dos projetos e dos livros como objetos físicos –, nossa relação com esses textos não pode ser a mesma que aquela dos leitores do passado. (DARNTON, 2011, p. 204)

A possibilidade ou impossibilidade de efetivação dessa modalidade de leitura está diretamente relacionada à preservação das cartas escritas e enviadas, como também às políticas de edição (no caso das cartas publicadas) e aos processos de arquivamento, musealização e patrimonialização (no caso das cartas preservadas em museus, memoriais, bibliotecas e arquivos). Essa relação incide sobre diferentes formas de reconhecimento mediadas pela leitura, o que significa que os motivos que levam à leitura podem ser os mesmos, ou estarem relacionados, aos motivos que levam à preservação das cartas.

Ainda dentro dessa modalidade, cabe lembrar que a leitura de uma carta, ou de um epistolário, também é modificada pela unilateralidade do acervo, isto é, quando se tem acesso apenas a uma das vozes do diálogo epistolar. Nesse caso, diz Haroche-Bouzinac (2016, p. 15), “o leitor pode reconstruir a identidade do destinatário através de uma única parte do conjunto, mas terá à disposição um único ponto de vista, o do remetente”. A literatura dedicada ao estudo de cartas trata de inúmeros “diálogos de uma só voz”, quase sempre resultantes da decisão, de um dos correspondentes ou de seus herdeiros, de destruir as cartas recebidas ou de exigir a devolução das enviadas. A título de exemplo, é possível citar as cartas de Madame de Grignan, filha de Madame de Sévigné, destruídas por sua filha Pauline, fato que fez da correspondência de Sévigné com sua filha um “diálogo de uma só voz” (AMARAL, 2000, p. 25). Ou, ainda, as cartas escritas por Rahel Varnhagen ao seu primeiro amor, Karl von Finckenstein, e destruídas por ele após o rompimento do noivado. O conteúdo dessas cartas só pôde ser conhecido graças às cópias que Rahel manteve consigo (ARENDT, 1994, p. 50).

Essa leitura de segunda mão ocupa as fronteiras entre as diferentes formas de reconhecimento. Há desde um reconhecimento no âmbito do amor, que garante o primeiro

momento de guarda, até um reconhecimento no âmbito da estima social, quando a salvaguarda das cartas está condicionada ao lugar ocupado pelo remetente e/ou destinatário no *hall* da notoriedade mantido pela sociedade, ou ainda, quando está condicionada às condições históricas de produção, isto é, guerras, revoluções, movimentos artísticos e literários, entre outros.

A leitura de uma carta pode, ainda, ter caráter meditativo ou moralista, quando “busca extrair desses testemunhos um saber antropológico sobre os comportamentos humanos, modelizando algumas atitudes de vida” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 16). Esse tipo de leitura, não raro, está associado ao discurso militante por diferentes causas, desde as questões de gênero e classe, até demandas de cunho político-ideológico. Reside nesse tipo de leitura, mais do que em qualquer outro, o risco representado pela “ilusão de verdade”, descrita por Gomes (1998) como algo perigoso para quem se dedica ao estudo de documentos pessoais, como as cartas, uma vez que esses documentos “permitem uma espécie de contato muito próximo com os sujeitos da história” (GOMES, 1998, p. 126). No mesmo sentido, Diaz (2016, p. 20) ressalta que “é preciso evitar essa mitologia tenaz que vê o epistológrafo como um escritor ingênuo”, pois é preciso considerar que aquele que escreve o faz como tributário de suas memórias, de suas expectativas e de seu passado epistolar.

Lidas dessa forma, as cartas podem inspirar movimentos político-culturais, fortalecer modelos de caráter ou discursos de ódio. Uma vez publicizadas e integradas a políticas de memória, podem, ainda, estabelecer padrões de comportamento e civilidade relativos ao passado. O uso discursivo do texto epistolar abre uma ampla janela de possibilidades para a sua preservação, desde sua sacralização e/ou ritualização, como exemplificam as cartas do apóstolo Paulo¹⁶, até sua monumentalização, como demonstram os inúmeros monumentos com a transcrição da Carta-testamento de Getúlio Vargas¹⁷, que ocupam praças e parques em municípios brasileiros.

As diferentes formas de leitura suscitadas por uma carta e/ou por seus contextos de guarda e escrita representam, também, os diferentes meios pelos quais é possível investigar a sua inserção no universo da cultura escrita como um todo. As cartas, contudo, possuem a finalidade da comunicação, uma comunicação que é dialógica e individualizada, mesmo quando

¹⁶De acordo com Mesters (2008), o apóstolo Paulo nasceu em Tarso, na região da Cilícia, Ásia Menor, atual Turquia. Seu nome era Saulo de Tarso, e após a sua conversão ao cristianismo se tornou um apóstolo itinerante, percorreu diversas regiões para a propagação de sua fé, tendo sido o primeiro a levar o cristianismo a Roma, e posteriormente para a região da Gália. Em suas atividades, a escrita de cartas para as comunidades que havia fundado e/ou visitado se tornou uma marca da expansão do cristianismo pelo mundo.

¹⁷Conforme: Carta testamento de Getúlio Vargas. Disponível em: https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/gv_c_1954.08.24.2.pdf Acesso em: 09 jul. 2023.

é remetida a mais de um destinatário. A carta é, como diz Brito (1980) em *O Fantasma sem Castelo*, um “monólogo em busca de diálogo”. Sendo assim, as correspondências são, ao mesmo tempo, escritas de si e escritas de si para o outro.

Mais do que a finalidade da carta, a comunicação é o elemento chave para compreender a difusão da escrita epistolar como parte da consolidação de uma cultura escrita em diferentes contextos. Considerando que a comunicação resulta de um processo de articulação entre linguagem, cultura e tecnologia (PERLES, 2007, p. 1), cabe ressaltar que, no que tange à escrita de cartas, ela acontece tanto no diálogo entre remetente e destinatário como em função da publicação de coletâneas de cartas, romances epistolares e manuais de epistolografia, com cada um desses elementos, a seu modo, contribuindo para a construção de uma cultura da epistolografia. Nessa perspectiva, os meios pelos quais as cartas circulam, correios ou mensageiros, o modo como são lidas, coletivo ou individual, e as formas pelas quais são publicizadas, publicações ou exposições, também contribuem para um efetivo ambiente de comunicação.

Da mesma forma, as transformações tecnológicas que acompanharam o desenvolvimento da escrita e da leitura, como a fabricação de tabuletas de argila, a possibilidade de transportar e guardar o escrito em rolos de papiro, a tecnologia de fabricação do pergaminho, a criação do códice, a fabricação do papel e até mesmo a invenção da prensa de tipos móveis, podem ter contribuído para a difusão da escrita epistolar e, conseqüentemente, para os processos de comunicação promovidos por ela. As cartas são, assim, instrumentos de comunicação, cuja origem é sempre a ausência, mas cuja forma e conteúdo acompanham as transformações decorrentes do desenvolvimento da tecnologia e do desenvolvimento da cultura escrita.

Os motivos da comunicação e o modo como ela acontece também estão na base da concepção dos diferentes tipos de cartas, que, ao longo do tempo, se adaptaram a diversos usos e nomenclaturas. Para além das mensagens de cunho prático trocadas entre comerciantes, com o auxílio de escribas durante a Antiguidade, é possível considerar as “cartas familiares”, no sentido ciceroniano, como um dos mais antigos tipos de carta. Essas cartas não obedeciam ao rigor das cartas protocolares, de patentes ou de nobreza, as quais tinham sua conservação associada à função de garantia e/ou de atestação (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 39). As cartas familiares foram aquelas descritas por Cícero (106 – 43 a.C.) como *familiare et jocosum*, isto é, cartas dotadas de um estilo familiar e bem-humorado, escritas com cortesia, como uma forma de demonstração de afeto, o que não significa que não continham uma organização da linguagem e uma preocupação com forma e conteúdo.

De acordo com Borges (2015, p. 77) as cartas familiares, no tempo de Cícero, tinham um caráter semipúblico, pois não raro eram lidas por um círculo amplo de pessoas além do destinatário. Por conta disso, havia uma preocupação com a imagem construída pelo epistológrafo sobre si, buscavam, em certa medida, a admiração dos leitores. As cartas familiares eram trocadas entre amigos, parentes, amantes e demais pessoas que frequentavam o círculo de intimidade do correspondente. Por conta disso, além da temática e do estilo, o vocativo era um elemento fundamental para a caracterização da carta familiar.

Por volta do século XVII, ao acompanhar um aumento no acesso às capacidades de leitura e escrita no continente europeu, as cartas foram perdendo a eloquência acadêmica que haviam adquirido durante a Idade Média e nos tratados de retórica no seio da Igreja. Aos poucos, a escrita epistolar foi retomando a informalidade das cartas familiares, difundindo-se na sociedade burguesa em formação e consolidando uma forma de escrita semelhante à conversação. De acordo com Diaz (2016, p. 16), “no fim do século [XVII], não se espera mais das cartas a perfeição bem calibrada de uma composição retórica impecável, mas nelas se aprecia, bem ao contrário, as falhas, as hesitações e as pausas de uma palavra simplesmente humana”. As cartas passaram a ser objeto comum no cotidiano da sociedade burguesa, ao mesmo tempo, que se consolidaram como ferramenta no funcionamento do Estado e da economia. Ainda, segundo Diaz (2016, p. 16) “é nessa época que a carta reivindica claramente o título de ‘espelho da alma’, segundo uma metáfora tão emblemática quanto estabelecida, já presente em Demétrio”.

Não por acaso, nesse mesmo século, cresceu o interesse por publicações como as polêmicas *Cartas Portuguesas*, publicadas pela primeira vez em Paris, no ano de 1669. As cartas, cuja autoria não foi revelada na primeira edição, foram apresentadas ao público como uma forma de acesso aos verdadeiros sentimentos humanos. Na apresentação à primeira edição, o editor francês fez a seguinte consideração:

Consegui, à custa de muitos trabalhos e dificuldades, recuperar uma cópia correta da tradução de cinco cartas portuguesas que foram escritas a um nobre gentil-homem que servia em Portugal. Todos os que conhecem os sentimentos do coração humano são unânimes ou em louvá-las ou em procurá-las com tanto empenho que julguei prestar-lhes um bom serviço imprimindo-as. (ALCOFORADO, 2016, p. 9-10)

Mais tarde, a autoria das cartas foi atribuída a uma freira portuguesa chamada Mariana Alcoforado, que as teria remetido ao amante francês conhecido como Marquês de Chamilly¹⁸.

¹⁸A polêmica em torno das *Cartas Portuguesas* mobilizou, nos últimos séculos, autores como: Stendhal, Sainte-Beuve, Rainer Marie Rilke, La Bruyère, Jean-Jacques Rousseau, entre outros. Foi apenas no século XIX, que o

Se foram cartas de amor, escritas em um momento de dor e saudade, ou se foram obra de ficção, cuja publicação deu-se sob uma estratégia de *marketing*, baseada na ideia das cartas como um “espelho da alma”, não se sabe, mas é possível afirmar que havia, já nesse contexto, a concepção da carta como um texto livre das amarras institucionais.

Contudo, a formalidade e o estilo regrado dos tratados de epistolografia não deixaram de existir, pelo contrário, fortaleceram-se como prática regular em ordens religiosas que se espalharam pelo mundo como parte do processo de colonização empreendido pelos Estados europeus. A essa tipologia de carta, formal, longa e solene, convencionou-se chamar “Epístola”. Nas palavras de Haroche-Bouzinac (2016, p. 42): “A epístola destaca a relação de endereçamento para transmitir um conteúdo cuja finalidade é educativa, no sentido amplo do termo. Os valores estéticos sobre os quais repousa distanciam-se da espontaneidade recomendada para a carta familiar”. Sendo assim, a epístola e a carta familiar estabelecem formas distintas de comunicação, articulando leitura e escrita com propósitos e estilos diferentes.

Ainda que tenham sido contemporâneas em seu desenvolvimento, as trajetórias de salvaguarda desses tipos distintos de carta são significativamente diferentes. Enquanto a preservação das epístolas esteve sob a estrutura organizacional do Estado e de outras instituições – por meio de suas políticas de salvaguarda, seja no sentido de garantir a sua preservação ou de impor o seu descarte –, as cartas familiares estiveram sujeitas às relações de reconhecimento, construídas no ambiente de intimidade e, portanto, dependentes das subjetividades que permeiam essas relações.

Cabe ressaltar, que, mesmo no funcionamento da estrutura organizacional de instituições como o Estado e a Igreja, há a produção de cartas e bilhetes de ordem privada, ainda que tratem de questões institucionais. A preservação desses acervos, geralmente, não é prevista pelas políticas institucionais de salvaguarda, estando sujeitas a iniciativas individuais. O conhecido caso dos bilhetes de Jânio Quadros e da sua trajetória de preservação pode ser citado como exemplo. Esses bilhetes, datilografados ou manuscritos por Jânio Quadros no curto período em que foi Presidente da República brasileira, tratam de questões como: privatização de aeroportos, modernização dos portos, venda de jogadores de futebol, entre outros assuntos.

Depois da morte de Jânio, sua filha Dirce Maria Quadros (Tutu) confiou os bilhetes a José Aparecido de Oliveira, antigo secretário particular de seu pai. Os bilhetes permaneceram com ele até a sua morte, quando seus herdeiros doaram o acervo para o Arquivo Público de

periódico francês *Journal de L'Empire* publicou a descoberta da possível autoria de Mariana Alcoforado. (ALCOFORADO, 2016, p. 10-11)

Minas Gerais, onde permanecem até hoje. O caso dos bilhetes de Jânio Quadros demonstra que as fronteiras entre a formalidade e a espontaneidade, tão promovidas entre os epistológrafos dos séculos XVII e XVIII, tornaram-se cada vez mais frágeis ao longo do tempo, haja vista o uso de bilhetes para organizar a comunicação dentro da estrutura estatal.

O bilhete, também conhecido como o “bastardo das cartas e epístolas”¹⁹, teve origem na inserção da escrita epistolar nos ambientes de intimidade e das relações cotidianas de comunicação. Com estilo objetivo e menos comprometido com o excesso de códigos, o bilhete nasceu da necessidade de comunicação simplificada entre pessoas que já haviam estabelecido um intercâmbio epistolar (HAROCHE-BOUZINAC, 2016). Assim como as cartas familiares, os bilhetes tiveram a sua preservação sujeita às oscilações das formas de reconhecimento no âmbito do amor e das relações de intimidade. As características fundamentais, como objetividade, brevidade e intimidade, fizeram com que eles fossem escritos em diferentes suportes, como no verso de fotografias ou em guardanapos de papel, fato que se reflete na presença de bilhetes preservados como parte de acervos pessoais, ao lado de objetos da infância e de ingressos de teatro, por exemplo.

No *hall* das correspondências transformadas pela relação entre cultura e tecnologia, é possível dizer que o cartão-postal inaugurou, no universo da escrita epistolar, uma nova forma de comunicação, tão objetiva quanto o bilhete e tão coloquial quanto as cartas familiares. Os cartões-postais foram uma invenção do século XIX que se consolidou no século XX (DALTOZO, 2006). Por serem de folha única e enviados sem o uso de envelopes, os cartões-postais, inicialmente, foram utilizados para o envio de mensagens curtas como felicitações, pêsames e notícias de eventos. No final do século XIX, surgiram os primeiros cartões-postais com desenhos figurativos e, mais tarde, com fotografias, fato que lhes conferiu uma nova forma de comunicar e um novo motivo para que fossem preservados. Os cartões-postais mobilizaram formas diferentes de escrita e de leitura e inauguraram um fluxo de comunicação que, ao contrário do que ocorria nas cartas familiares, nas epístolas e nos bilhetes, podia contar com o poder narrativo das imagens.

Em comum, as cartas familiares, as epístolas, os bilhetes e os cartões-postais tinham, quando de sua produção, a presença da ausência e o propósito da comunicação. Em ato, todos os tipos de cartas são escrita, leitura e comunicação. Todavia, o processo de articulação das três esferas que compõem a carta pessoal não se dá de modo isolado dos propósitos e dos

¹⁹Expressão utilizada por La F  vrierie, Extraordinaire du Mercure Galant, jul. 1683. (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 46).

sentimentos de seus epistológrafos. Basta lembrar, que existe na correspondência uma relação de troca e de reconhecimento, que, em certa medida, a diferencia das demais formas de escrita de si. A carta, por meio do ambiente de comunicação que estabelece, pode vir a ser um campo de afirmação identitária. “Em outras palavras, não é um simples reflexo de si que se ofereceria para captar o olhar fascinado daquele que se convocou para isso, mas é o processo de escrita pelo qual o sujeito se produz, tomando ciência da presença e do peso de outro na constituição de sua identidade” (DIAZ, 2016, p. 151). Nesse sentido, o texto epistolar é um texto, ao mesmo tempo, de exposição do remetente ao olhar que ele tem sobre si e de busca por reconhecimento de si pelo outro.

1.2. A carta como potência: memória, testemunho e documento

As práticas de escrita e a sua relação com o fenômeno da memória, a leitura como um gesto interpretativo e capaz de atribuir sentidos e significados diversos para um mesmo texto e a comunicação como um elemento que é, ao mesmo tempo, mobilizador e mobilizado pela cultura, são todas questões fundamentais para que se possa compreender a carta como ato. Contudo, essas questões expõem, também, as possibilidades de se pensar a existência das cartas como potência, isto é, como o que elas podem vir a ser mediadas por diferentes instâncias de reconhecimento, que resultam ou não em sua preservação como memória, testemunho e documento.

Em 2012, quando da publicação das cartas escritas por Jorge Amado e Zélia Gattai no período de exílio europeu, até a construção da casa do Rio Vermelho (1948-1967), seu filho João Jorge Amado, organizador da publicação, narrou a experiência de encontro com o legado epistolar de seus pais:

Pouco tempo depois da morte de minha mãe, Paloma estava de mudança para o Rio de Janeiro, desmontando apartamento, escolhendo o que iria levar e dando destino ao que não ia. Uma tarde me procurou com cinco pastas debaixo do braço. “Tenho uma prebenda para você”, disse-me. “Aqui estão as cartas que mamãe guardou. Elas precisam ser organizadas e acho que daria um belo livro, mas não tenho condição de enfrentar esse trabalho. Ler essas cartas de papai é demais para mim.” Recebi as cartas de Paloma e, de uma forma totalmente irresponsável, me comprometi a encarar o desafio (AMADO, 2012, p. 11).

O relato de João Jorge, em muito se parece aos de tantos filhos e filhas que se deparam com caixas e pastas guardadas ou esquecidas em gavetas pela casa, com cartas, fotografias, mechas de cabelo, entre outros objetos, que, por algum motivo, foram guardados por seus pais. Basta uma mudança de casa, uma reforma ou um ímpeto de organização para que esses objetos-

reliquia sejam redescobertos e reinseridos no círculo das memórias familiares. Contudo, o relato de João Jorge traz outros elementos que permitem pensar a dimensão de potência da escrita epistolar, quais sejam: a dificuldade dos herdeiros em relação à leitura das cartas, o reconhecimento do seu potencial de publicização e a responsabilidade que recai sobre aquele que aceita as tarefas de organizar e tornar públicos esses escritos.

A trajetória percorrida por essas cartas familiares, desde a sua escrita até a sua publicação por uma editora de circulação nacional, iniciou com uma escolha de reconhecimento realizada por Zélia Gattai, que, segundo seu filho, “não jogava nada fora”. Com a sua morte em 2008, as cartas, assim como o restante de seus guardados, passaram a integrar o universo do legado, do valor atribuído pela memória e pela promessa de conhecimento e de reconhecimento.

A leitura das cartas revelou a João Jorge o potencial evocador de memórias. Essas cartas, muitas delas remetidas também aos filhos, trouxeram de volta uma relação familiar que já havia se estabelecido no campo da saudade, assim como revelaram o seu valor como documento e testemunho. Para João Jorge, reconhecer o valor documental e testemunhal das cartas de seus pais foi importante para a continuidade do projeto de publicação, como demonstra o excerto a seguir:

Essa primeira leitura se mostrou muito difícil para mim. Difícil emocionalmente. Muitas vezes tive que interromper a leitura para chorar um pouco. Cheguei mesmo a pensar em desistir da tarefa. A partir da leitura, contudo, pude verificar que as cartas de meu pai mostram um quadro das atividades políticas que desenvolvia na Europa, muito pouco conhecidas (ou conhecidas apenas de alguns poucos). Mostram também o esforço de um homem visivelmente apaixonado pela mulher que escolheu como companheira, e que foi por ela escolhido, para tranquilizá-la e aplacar seus ciúmes (motivados ou não, como saber?) (AMADO, 2012, p. 13-14).

As cartas de Jorge Amado e de Zélia Gattai exemplificam, a complexidade das relações de reconhecimento e de apropriação que envolvem os objetos epistolares, nas fronteiras entre o ambiente das relações familiares e o espaço público, situação na qual esses objetos adquirem significados diversos daqueles atribuídos pela família. Nas palavras escritas pelo organizador da obra e filho dos correspondentes, é possível perceber o que essas cartas, assim como tantas outras em contextos semelhantes, são em potência, isto é, um constructo de memória, testemunho e documento.

As relações entre memória e escrita epistolar remetem tanto à ideia de permanência – que a escrita inaugurou, aliada aos esforços da humanidade para superar a passagem do tempo – quanto à concepção da carta como um instrumento capaz de fazer presente a pessoa ausente. O entendimento de que a memória poderia ser preservada por meio da escrita, contribuiu para uma ressignificação das noções de testemunho e de documento, colocando na ordem do dia

questões relativas à autenticidade, ao poder de prova e à existência de uma hierarquia entre narrativas escritas e orais.

A dúvida, se a escrita seria ou não uma ferramenta da memória, remonta à Antiguidade e pode ser lida no diálogo entre Fedro e Sócrates, descrito por Platão na obra *Fedro ou da Beleza*. No diálogo, Sócrates conta ter ouvido, na região de Náucratis, uma lenda transmitida pela tradição antiga, segundo a qual, na cidade de Tebas, no Egito, o deus Thoth, inventor do cálculo, da geometria, da astronomia e dos caracteres escritos, teria exibido seus inventos ao rei Tamuz, descrevendo suas qualidades e utilidades. Em determinado momento, Thoth teria apresentado a escrita como a arte que tornaria os egípcios mais sábios, pois fortaleceria a sua memória. O rei teria respondido que, ao contrário do que Thoth acreditava, a escrita faria dos egípcios um povo esquecido, pois, ao escrever, os homens deixariam de exercitar a memória e passariam a confiar apenas em marcas e sinais que são exteriores a si. Por fim, o rei teria dito a Thoth: “não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração” (PLATÃO, 2000, p. 121)

Com o propósito de pensar a relação entre a escrita e a memória, Ricoeur (2007) lembra que a escrita é exterior ao indivíduo, mas advém dele, de suas experiências e conhecimentos, como uma forma de expressão, que é também uma marca que desafia o tempo, pois através dela é possível enviar uma mensagem para o futuro. Nessa perspectiva, Ricoeur (2006) reconhece, na metáfora do traço, descrita na obra *Teeteto* de Aristóteles, ao menos três manifestações da memória. Segundo Ricoeur (2006):

a ideia de impressão deixada na cera por um anel permanecerá ao longo dos séculos o modelo da ideia de traço cuja fortuna é conhecida graças às suas ramificações; desse modo, distingo três tipos de traço, os traços corticais de que tratam as ciências neuronais, os traços psíquicos das impressões que fizeram sobre nossos sentidos e nossa afetividade os acontecimentos que denominamos marcantes, até mesmo traumatizantes, e, por fim, os traços documentais conservados em nossos arquivos privados ou públicos (RICOEUR, 2006, p. 125).

As cartas, independentemente de sua tipologia, estão entre os traços documentais, aqueles que preservam, em sua materialidade, a experiência da memória. Contudo, o acesso ao texto epistolar se dá por meio da leitura, processo que é sempre interpretativo e sujeito às impressões deixadas por outros traços da memória. Basta lembrar, que a leitura de uma carta de amor feita pelo ser amado será sempre diferente da leitura feita por alguém que desconhece os correspondentes. A escrita é um traço forte, mas como já dizia Sócrates em seu diálogo com Fedro, ela ao ser questionada, está limitada ao que já foi dito e, portanto, não pode defender a si mesma.

Por meio da escrita, as cartas têm o potencial de preservar o momento, quase como um retrato, que se quer fidedigno, mas resultante do olhar do retratista mediado pela luz. Talvez decorra desse desejo de permanência o gesto comum entre epistológrafos de fazer e guardar cópias de suas cartas, ou ainda o costume, descrito por Ranum (2009, p. 245), no qual “as cartas de amor são portadas como talismãs, numa bolsinha de couro pendurada ao pescoço”.

A metáfora do traço provoca, ainda, outra reflexão, a de que toda manifestação da memória se dá no presente, por meio dos traços deixados pela impressão. Sendo assim, a leitura extemporânea de uma carta, ou mesmo as políticas e ações de salvaguarda de acervos epistolares, reconhecem nesses escritos a existência de uma memória em potência. Da mesma forma, o gesto de guardar os textos resultantes da escrita epistolar reconhece seu potencial como testemunho e como documento.

A guarda de conjuntos epistolares pode ou não resultar na sua publicização, mas quando isso acontece, outras questões relativas à memória são suscitadas, tais como sua dimensão coletiva, seus lugares e manifestações, suas políticas e, principalmente, seus desdobramentos como parte de uma memória histórica. Assim, como a preservação de um monumento ou de uma obra de arte, pode resultar na valorização de determinadas narrativas em detrimento de outras, o mesmo pode se dar em relação às cartas, que, por habitarem as fronteiras entre o público e o privado, estão frequentemente associadas à memória de seus correspondentes; daí o risco de o texto epistolar alimentar a construção de estereótipos e de discursos generalizantes.

A memória, quando pensada em âmbito coletivo, trata mais dos desdobramentos narrativos das experiências vividas e compartilhadas do que das subjetividades que envolvem o fenômeno da recordação. É nesse âmbito, também, que a memória se faz perceber nos lugares, nos costumes e nas materialidades que abrangem a vida em sociedade. Nas palavras de Bosi (2003, p. 31): “A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns”. Nesse sentido, as cartas escritas e trocadas no interior de grupos, cujos vínculos de afinidades eletivas sustentam relações de amizade, admiração mútua ou compartilhamento de interesses comuns, conferem certa perenidade a essas relações, que preservadas pela escrita, têm o potencial de evocação das memórias compartilhadas por esses grupos.

Ao reconhecer que a memória não pode ser compreendida apenas como um fenômeno individual e que o grupo social ao qual se pertence estabelece as bases sobre as quais ela é evocada, Halbwachs (2003) propôs pensar as questões relacionadas aos quadros sociais em que as memórias se manifestam, ampliando a compreensão sobre o que é externo ao indivíduo e que, de forma direta ou indireta, constitui a sua memória. De acordo com Halbwachs (2003):

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Os estudos de Halbwachs (2003) permitiram que as experiências, os lugares, as narrativas e os objetos reconhecidos coletivamente fossem considerados como parte dos quadros sociais nos quais a memória se constitui e se manifesta. No entanto, conforme o autor, para que a memória coletiva seja possível, não basta que um grupo de pessoas tenha testemunhado um mesmo acontecimento ou que tenha registrado as suas impressões sobre ele. O autor entende que é necessária a manutenção das relações estabelecidas entre os indivíduos que compõem esse grupo para que as suas memórias continuem a concordar umas com as outras e, assim, fazer sentido coletivamente. Em suas palavras:

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele, e vice-versa, o que será possível somente se tiveram feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2003, p. 39).

Nessa perspectiva, os documentos escritos, como cartas, diários, crônicas, *hypomnematas*, entre outros objetos que medeiam as relações sociais e que constituem narrativas sobre as experiências vividas em sociedade, são compreendidos como documentos para a História, e não como suportes para a manutenção de uma memória coletiva. Como cultura material, esses documentos tendem a sobreviver aos seus autores e a adquirir novos sentidos ao longo do tempo, compõem narrativas e recuperam histórias, o que não configura, na perspectiva de Halbwachs (2003), uma memória coletiva.

Nesse contexto, a própria noção de uma “Memória Histórica” é problematizada, pois encerra em si uma contradição. Enquanto, na concepção de Halbwachs (2003, p. 102), a memória coletiva se mantém como “uma corrente de pensamento contínuo de uma comunidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”, a História exige certo distanciamento em tempo e espaço, se situa fora e acima dos grupos, por conta da fragmentação em períodos resultantes de uma necessidade didática de esquematização.

A noção de História expressa por Halbwachs (2003), contudo, está pautada no paradigma positivista, referência para a produção do conhecimento histórico no período em que ele tratou desse assunto pela primeira vez, em *Les cadres sociaux de la mémoire*, publicado em

1925. Na obra, o autor chama a atenção para os limites da História, no sentido de reforçar a ideia de objetividade e distanciamento da narrativa histórica, em contraponto às formas como a sociedade repercute e atribui significados aos diferentes acontecimentos vivenciados, estabelecendo os contextos nos quais as memórias coletivas se consolidam. Para Halbwachs (1952):

Les historiens se refusent de plus en plus à tirer des événements du passé des conclusions générales et des leçons. Mais la société qui porte des jugements sur les hommes de leur vivant, et le jour de leur mort, aussi bien que sur les faits, lorsqu'ils se produisent, enferme en réalité dans chacun de ses souvenirs importants non seulement un fragment de son expérience, mais encore comme un reflet de ses réflexions. Puisqu'un fait passé est un enseignement, et un personnage disparu, un encouragement ou un avertissement, ce que nous appelons le cadre de la mémoire est aussi une chaîne d'idées et de jugements (HALBWACHS, 1952, p. 201)²⁰.

Se, como afirma Halbwachs (1952), o que se compreende por moldura social da memória inclui as ideias e os julgamentos que uma sociedade constrói e exerce sobre seus indivíduos, não seriam as narrativas escritas indícios do modo como esses indivíduos percebem e descrevem a si e as suas experiências vividas em sociedade? Sendo assim, qual seria a relevância dessas narrativas escritas nos processos de transmissão e manutenção de memórias socialmente compartilhadas?

Halbwachs (2003; 1952) não trata das relações entre a prática da escrita e a memória, mas suas reflexões acerca da memória como um fato social permitem compreender que o ato de lembrar não se dá em separado da vida em sociedade e, portanto, dos produtos resultantes desse modo de vida. Nas sociedades, nas quais a escrita se desenvolveu como uma prática cotidiana, ocupando espaços de intimidade, escrever passou a ser mais do que uma forma de registro e comunicação; passou a representar, também, um lugar de transmissão e de compartilhamento de representações sociais.

Do mesmo modo, ao situar a escrita entre as formas de exteriorização da memória, Candau (2012) lembra que a necessidade humana de produzir e de transmitir traços de sua existência se torna mais evidente com o desenvolvimento da escrita, no sentido de impor uma forma de resistência ao esquecimento. Ainda, segundo Candau (2012, p. 107), “os primeiros memoriais consagrados ao Holocausto não foram monumentos, mas narrativas, os *Yizkor Bucher*, ou livros da lembrança, que contam a vida e a destruição das sociedades judaicas.” A

²⁰ Tradução nossa: “Os historiadores recusam-se cada vez mais a tirar conclusões e lições gerais de eventos passados. Mas a sociedade que julga os homens em vida e no dia de sua morte, bem como os fatos, quando ocorrem, na realidade encerra em cada uma de suas memórias importantes não apenas um fragmento de sua experiência, mas ainda como um reflexo de suas reflexões. Visto que um fato passado é um ensinamento, e um personagem ausente um encorajamento ou uma advertência, o que chamamos de moldura da memória também é uma cadeia de ideias e julgamentos”.

escrita, em casos como esse, atua como uma ferramenta da memória, seja no sentido de provocar uma lembrança, isto é, como memento, seja como um recurso identitário.

O entendimento de Halbwachs (2003) acerca da relação de complementaridade entre o compartilhamento de representações sociais e a consolidação de memórias coletivas, viabilizadas por discursos, práticas e costumes, assim como a concepção de Candau (2012) acerca da escrita como um fator de exteriorização da memória, trouxe para o centro das discussões a noção de testemunho. Ainda que o gesto de testemunhar seja frequentemente associado às narrativas orais e ao princípio da atestação, isto é, ao ato de atestar a veracidade de um fato, o testemunho não se restringe à esfera do direito e do uso historiográfico. Ele é, em princípio, uma construção narrativa, que, assim como qualquer outra, está condicionada às subjetividades do sujeito que narra e aos limites das condições de narração e de acolhimento do fato narrado. Sendo assim, não se pode tratar do testemunho sem se considerar o meio pelo qual se tem acesso a ele. A escrita constitui um desses suportes, e, por meio dela, é possível acessar testemunhos distantes no tempo e produzidos em diferentes contextos.

Ao tratar da fase documental da operação historiográfica, Ricoeur (2007, p. 156) utiliza o termo “memória arquivada”, no sentido de reconhecer no testemunho o elemento fundamental para se pensar tanto a memória declarada quanto às políticas de salvaguarda. Para o autor, “com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental” (RICOEUR, 2007, p. 170). Nessa perspectiva, o testemunho é o ponto de partida para os processos de exteriorização da memória, que não se encerram na constituição de arquivos e instituições de salvaguarda, pois para Ricoeur (2007, p. 171), o testemunho “ressurge no fim do percurso epistemológico no nível da representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagens”.

Seria possível, portanto, tratar do testemunho em diferentes suportes, desde a literatura e a arte testemunhal, até as narrativas autobiográficas que ganharam notoriedade na segunda metade do século XX, como uma forma de elaborar o passado traumático marcado pelas guerras e pelo genocídio. Entre os testemunhos que marcaram esse período, cabe destacar a obra de Primo Levi, sobrevivente dos campos de concentração nazistas e autor de livros como: *É isto um homem?* e *A Trégua*. O testemunho de Primo Levi se tornou emblemático para a luta pelo reconhecimento do direito das vítimas de compartilhar as suas memórias, ao mesmo tempo, expôs a força política e discursiva que as narrativas autobiográficas têm nos contextos de busca por justiça e reparação. Ao descrever seu intento de testemunhar, Primo Levi fez as seguintes considerações:

A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. Daí, seu caráter fragmentário: seus capítulos foram escritos não em sucessão lógica, mas por ordem de urgência. O trabalho de ligação e fusão foi planejado posteriormente. Acho desnecessário acrescentar que nenhum dos episódios foi fruto de imaginação (LEVI, 1988, p. 8).

As palavras escritas por Primo Levi (1988) no prefácio da obra *É isto um homem?* trazem alguns dos principais elementos que caracterizam o testemunho, a começar pela necessidade de contar aos outros e, a partir disso, torná-los participantes do trauma vivido.

O testemunho é um gesto essencialmente relacional, pois para que ele possa existir enquanto narrativa, é preciso haver alguém para quem contar, alguém que esteja disposto a compartilhar a experiência narrada. Para Primo Levi (1988), escrever sobre o que aconteceu foi uma forma de “liberação interior”, bem como um meio de atestar que os episódios descritos realmente aconteceram e não foram fruto de sua imaginação. O caráter de atestação, presente em seu testemunho, somou-se à singularidade das narrativas escritas, para as quais há sempre o tempo da leitura e da organização. Por conta disso, os capítulos, escritos conforme a urgência da necessidade de narrar, só adquiriram a forma conhecida pela publicação após um processo posterior de “ligação e fusão” das partes.

O legado de Primo Levi expõe, ainda, outros indícios relativos às singularidades dos testemunhos por escrito. A obra *Assim foi Auschwitz: testemunhos 1945-1986* organizada por Fábio Levi e Domenico Scarpa, reúne diferentes tipos de testemunhos escritos e/ou organizados por Primo Levi e Leonardo de Benedetti (2015). Entre esses testemunhos, que incluem relatórios, depoimentos judiciais, memórias e denúncias públicas, está uma carta escrita por uma estudante ginásial à seção *Specchio dei tempi*, da revista *La Stampa*, em 29 de novembro de 1959, em parte transcrita abaixo:

Frequento o ginásio, e como tantas colegas minhas, fui visitar a exposição dos campos de concentração alemães que se encerra no domingo. Depois surgiram discussões. Há quem duvide e diga que a exposição é uma propaganda antialemã. Há quem diga que é exagero e quem garanta que é tudo verdade. Uma de minhas colegas diz que “se aquelas coisas tivessem realmente acontecido, haveria algum sinal em nossos livros de história”. Outra diz: “Se aquelas fotos fossem realmente verdadeiras, acho que poderiam ter ampliado para fazer uma exposição como aquela sobre a família do Palazzo Madama”. Outras dizem que não querem que estudemos a última guerra justamente porque aconteceram coisas feias demais. Os professores dão razão a quem pensa assim. Suspiram e dizem: “infelizmente”, mas eu queria que alguém me dissesse algo mais. Eu, filha de um fascista, fiquei assustada com o que vi e rezei a Deus que meu pai seja inocente desse massacre (LEVI; BENEDETTI, 2015, p. 73-74).

A carta, como é comum no universo epistolar, foi publicada junto à resposta escrita por Primo Levi à mesma revista, em 03 de dezembro de 1959, na qual o já conhecido autor e membro da Associação dos ex-deportados, responsável pela organização da exposição, reafirma sua condição de testemunha, dizendo: “Não, senhorita, não há como duvidar da verdade dessas imagens. Essas coisas realmente aconteceram, e ocorreram assim: não séculos atrás, não em países remotos, mas há quinze anos, e no coração desta nossa Europa.” Na sequência da carta, o autor propõe àqueles que não acreditam na veracidade dos fatos apresentados na exposição que visitem os lugares onde tudo aconteceu e que vejam com os próprios olhos aquilo que a vergonha os impede de compreender pelo testemunho. Ainda, conclui: “Mas a exposição não foi dedicada aos pais, e sim aos filhos, e aos filhos dos filhos, com a finalidade de demonstrar as reservas de perversidade que jazem no fundo do espírito humano e os perigos que ameaçam tanto hoje como ontem, nossa civilização” (LEVI, 2015, p.75).

As cartas, no contexto em que foram escritas, carregavam consigo a premissa do testemunho, seja na narrativa da jovem estudante como expectadora da exposição sobre os campos de concentração alemães, seja no discurso de atestação e de reconhecimento da capacidade de narrar e narrar-se, demonstrado na resposta de Primo Levi. Além disso, quando a obra foi organizada com o propósito de reunir testemunhos escritos ou proferidos por Primo Levi e Leonardo Benedetti, essas cartas foram selecionadas, lado a lado com textos como: “Testemunho de um companheiro de prisão”, “Testemunho para Eichmann”, “Assim foi Auschwitz”, entre outros textos de caráter testemunhal.

Por ser um diálogo por escrito, a carta nasce como uma ferramenta de comunicação viabilizada pela escrita e pela leitura, mas constitui-se, em potência, como um documento que registra essa comunicação, e é a sua inserção no campo do legado e das materialidades do passado que potencializa o seu valor de testemunho. O que não significa que uma carta não possa ter sido escrita como um testemunho, isto é, com o propósito de narrar algo testemunhado, tal como exemplifica a carta de Primo Levi escrita à revista *La Stampa*, ou, de forma mais protocolar, a “Carta de Pero Vaz de Caminha” (ou “Carta a el-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil”²¹), na qual o escrivão português descreve ao rei o que viu no novo mundo.

No âmbito da memória arquivada, as cartas podem ser pensadas como testemunhos, nem sempre voluntários, do modo como uma coletividade compreende a necessidade de

²¹Embora tenha sido escrita no século XVI, a Carta de Pero Vaz de Caminha só foi publicada no século XVIII, na Europa. No Brasil, a primeira edição data do século XIX. Atualmente, a carta está sob guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo; ela foi inscrita no Programa Memória do Mundo/UNESCO em 2005.

registrar e comunicar as suas memórias. Em *Apologia da História ou o ofício do historiador*, Bloch (2002) defende que no caminho daqueles que se dedicam a olhar para o passado existem testemunhos voluntários, como os escritos de Heródoto de Túrio, e testemunhos involuntários, como as inscrições em túmulos egípcios. Em suas palavras:

A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas alheias a nosso trabalho avaliam a extensão dessas possibilidades. É que continuam a se aferrar a uma ideia obsoleta de nossa ciência: a do tempo em que não se sabia ler senão os testemunhos voluntários (BLOCH, 2002, p. 80).

Mesmo nos testemunhos voluntários, Bloch (2002, p. 78) afirma que é possível extrair mais do que o passado julgaria sensato dar a conhecer, pois existe um testemunho, em potência, em cada produto da ação humana. Entre os objetos escritos, essa potência se soma ao caráter declarativo dos textos, inserindo o seu estudo no campo da interpretação. Não se trata, portanto, de ignorar o grau de independência que um texto tem em relação ao seu autor, tampouco de desconhecer que o meio de acesso a esses testemunhos é a leitura – “prática encarnada em gestos, espaços e hábitos” (CHARTIER, 2002, p. 178) –, mas de compreender que, assim como o texto está submetido ao princípio da autonomia semântica e da leitura como um fenômeno social (RICOEUR, 2019), também a mensagem continua a ser escrita por alguém, a mais alguém, sobre alguma coisa, isto é, a ser produto da ação humana mediada pela vida em sociedade²².

O caráter testemunhal das cartas acabou por inseri-las no ambiente das escritas de si, junto aos diários íntimos, às memórias e às autobiografias, cuja produção e leitura foram amplamente difundidas a partir do século XVII, acompanhando uma crescente ampliação dos espaços de intimidade e o desenvolvimento da alfabetização no Ocidente²³. Nesse mesmo contexto, teve início um debate sobre a condição da epistolografia como um gênero feminino. De acordo com Diaz (2016, p. 197), “Aberto desde o século XVII, [esse debate] demorou mais de três séculos para se acalmar e finalmente morrer de morte natural por falta de combatentes”.

²²Ao pensar a escrita no âmbito do testemunho, Ricoeur (2007) insere as questões relacionadas à autoria, à autonomia semântica e ao potencial narrativo da escrita no campo de estudos da memória e evidencia a relevância da leitura como um processo interminável de contextualização e recontextualização. Nesse sentido, quando preservados da ação do tempo, os textos e seus suportes são expostos a outros olhares e, conseqüentemente, a outros processos de contextualização e recontextualização, integrando discursos de memória e sendo reconhecidos como bens culturais.

²³Ao tratar do acesso à escrita entre os séculos XVI e XVIII, Chartier (2009, p. 119) defende que: “A relação pessoal com o texto lido ou escrito libera das antigas mediações, subtrai aos controles do grupo, autoriza o recolhimento”.

A ideia, difundida no senso comum, de que a escrita epistolar era um gênero adequado às necessidades e limitações da escrita feminina, por se tratar de um estilo livre e pouco exigente, contribuiu para o fortalecimento de algumas barreiras que dificultaram a inserção das mulheres no campo intelectual. Ao mesmo tempo, o ambiente de produção e de circulação de cartas possibilitou que essas mulheres encontrassem um lugar de escrita e de desenvolvimento de seus projetos criativos. Para muitas mulheres, as cartas escritas ao longo de suas vidas constituíram o único legado intelectual possível, pois a escrita epistolar tornou-se um meio de contornar as limitações impostas à sua educação. Algumas dessas mulheres, como Madame de Sévigné, ganharam notoriedade por meio de sua produção epistolar noticiosa e com estilo único (AMARAL, 2000). Outras, ainda, como Rahel Varnhagen – sobre a qual Friedrich von Gentz disse que escrevia cartas “que trazem dentro flores e frutos, junto com raízes cheias de terra, arrancadas diretamente do solo” (ARENDT, 1994, p. 39), – fizeram, de suas cartas, um lugar para o exercício do pensamento.

Como uma forma de subversão, essas mulheres fizeram, da escrita epistolar, uma “tribuna acessível” (DIAZ, 2016, p. 26), situada entre o espaço restrito da família e o campo ilimitado das ideias. Nesse contexto, as cartas representaram mais do que um instrumento de comunicação; elas abrigaram o testemunho dessas mulheres sobre o lugar e as condições em que viviam, assim como documentaram o desenvolvimento da escrita como prática cotidiana no ambiente familiar.

A literatura acompanhou esse processo, e as cartas passaram a figurar como protagonistas em romances epistolares, memórias, biografias e autobiografias, nos quais surgiram com vozes femininas. Por exemplo, a voz de Júlia, em *Júlia ou a Nova Heloísa*, de Rousseau, obra publicada pela primeira vez em 1761, que trazia um enredo de amor e renúncia, descrito nas cartas trocadas entre dois amantes. A referência à Heloísa no título não se deve ao acaso, pois já nessa época, eram conhecidas as cartas de Heloísa e Abelardo, que viveram uma trágica história de amor no século XII, a qual foi registrada em um conjunto de cartas que, ao longo dos séculos seguintes, foram publicadas em diferentes formatos²⁴.

Todavia, as histórias de amor não foram as únicas retratadas pelos romances epistolares e pelas coletâneas de cartas, tampouco foram ouvidas apenas as vozes de mulheres virtuosas.

²⁴De acordo com Neves (2017, p. 34) “O manuscrito mais antigo, o *Troyes 802*, contém a totalidade da correspondência do casal, além da História *Calamitatum* e a *Regra do Convento do Paraclete*, escrita por Abelardo. Existem também outros quatro manuscritos similares ao *Troyes 802*, que podem ter sido construídos a partir de um manuscrito perdido legado por Simon de Plumetot à abadia de Saint-Victor de Paris por volta de 1440. Manuscritos sobre a Correspondência e outras obras do casal obtiveram grande difusão após a morte da Abadessa, sendo cópias encontradas inclusive em Notre-Dame, devido a Nicolas de Baye. Após sua morte, em 1419, foram encontradas várias cópias de manuscritos da correspondência, bem como outras obras de autoria de ambos”.

Em 1782, na publicação do romance epistolar *As relações Perigosas*, Pierre-Ambroise François Choderlos de Laclos apresentou ao público a inescrupulosa Marquesa de Merteuil em um polifônico comércio epistolar que expunha o ambiente de libertinagem da França pré-revolucionária. Nessa obra, assim como na publicação das *Cartas Portuguesas*, a dúvida sobre a autenticidade das cartas foi utilizada como uma estratégia pelos editores, que advertiam: “Julgamos de nosso dever prevenir o público de que, apesar do título desta obra e do que dela diz o redator em seu prefácio, não garantimos a autenticidade da coletânea, e temos mesmo fortes razões para pensar que se trata apenas de um romance” (CIVITA, 1980, p. 9).

Fictícias ou não, essas cartas mobilizaram o mercado editorial durante os séculos seguintes e inspiraram a escrita de outras cartas e outros romances epistolares. O sucesso editorial dos romances epistolares e de outras formas de escrita se refletiu também na correspondência mantida entre leitores e escritores renomados, o que possibilitou que cartas de pessoas comuns fossem preservadas, por serem remetidas a pessoas cujo reconhecimento público estava consolidado. Em seu estudo sobre as trocas epistolares no ambiente literário, Diaz (2016) chama a atenção para as cartas recebidas por George Sand, remetidas por leitoras de diferentes lugares e classes sociais, com o propósito de buscar uma mentora, ou apenas uma leitora para as suas experiências literárias. De acordo com Diaz (2016, p. 216), para essas mulheres, a correspondência com escritores “é uma maneira de continuar, apesar de tudo, em conformidade com as prescrições sociais que, por meio dos manuais epistolares, lembram àquelas que não se submeteram que a escrita das cartas é de fato a única que elas se permitiram praticar no decorrer de sua vida doméstica”.

Nesse contexto, a literatura epistolar tornou-se um espaço promotor do desenvolvimento da escrita de cartas como uma forma de documento e de testemunho; essa literatura demonstrou, com a publicação de epistolários e de romances epistolares, que as cartas constituíam um tipo de legado, e que, por meio delas, era possível contar histórias e dar a conhecer ao público homens e mulheres que, de outro modo, seriam ignorados. Em paralelo a esse processo, a publicação de cartas escritas ou recebidas por personagens notáveis como escritores, artistas, estadistas, entre outros, fez com que as cartas fossem vistas como um meio de acesso à intimidade e às subjetividades dessas pessoas.

A aproximação entre a escrita epistolar e o universo da literatura, assim como a difusão da ideia de que essa prática de escrita seria livre de formalidades e semelhante a uma conversa entre amigos, resultou em uma falsa percepção de “pureza” da carta como documento, isto é, as publicações de coletâneas de cartas foram lidas como evidências de comportamentos e/ou pensamentos íntimos revelados pela escrita. Cabe ressaltar, que o caráter documental das cartas

está na base da construção de discursos sobre o lugar ocupado pela escrita epistolar na organização de sociedades em que a escrita tem *status* de destaque no desenvolvimento das práticas socioculturais. Questões como a predominância de mulheres entre os principais epistológrafos, ou o abandono das práticas tradicionais de epistolografia, podem ser facilmente colocadas em dúvida, quando contrastadas com acervos preservados por instituições como a Igreja e o Estado. Desse modo, a carta como documento precisa ser pensada nos termos de Le Goff (1990): dentro dos limites impostos a qualquer produto da ação humana, sujeito às subjetividades de quem o produz e, principalmente, de quem o acessa como documento. De acordo com Le Goff:

do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento (LE GOFF, 1990, p. 9-10).

Se, como afirma Le Goff (1990), o documento é monumento, então, mais do que representar o poder das sociedades do passado sobre a memória, os seus usos e as condições de sua preservação, ele representa, também, o modo como as sociedades de hoje se relacionam com o seu passado e como constroem discursos e políticas de reconhecimento. As cartas presentes em exposições museológicas e em publicações de coletâneas, reproduzidas em monumentos, vendidas em feiras de antiguidades, arquivadas institucionalmente, ou apenas guardadas em pastas e gavetas nas casas de pessoas comuns, apresentam-se como um reflexo dessa relação.

Os diferentes contextos de salvaguarda de cartas e similares apresentam, ainda, outro ponto de discussão, o qual interfere diretamente nas práticas e políticas de preservação. Há contextos em que as cartas são consideradas apenas em seu valor textual, de modo que o objeto a ser preservado é o conteúdo da carta. Em casos como esse, um processo de digitalização ou a publicação em uma coletânea já garantiria a sua salvaguarda, ainda que parcial. Há, contudo, contextos em que as cartas são consideradas como cultura material, de modo que as preservar significa preservar seu suporte e, como consequência, seu conteúdo.

As oscilações entre essas duas formas de pensar a salvaguarda de conjuntos epistolares também decorrem das diferentes formas de reconhecimento, nas quais questões como o estilo e a beleza do texto, a antiguidade do suporte e dos objetos associados, como selos e envelopes, são mais ou menos consideradas. A prática da filatelia, por exemplo, pode ser entendida como

um fator de influência nesse processo, assim como o hábito de copiar fragmentos ou cartas inteiras em diários íntimos²⁵.

A mesma relação entre suporte e conteúdo pode ser observada nas casas de leilão²⁶ que têm em seus catálogos cartas de artistas, escritores, políticos ou, até mesmo, cartas de pessoas desconhecidas, que foram escritas em situações excepcionais, como guerras e revoluções. Nesses leilões, é comum que partes das cartas sejam expostas, como estratégia de divulgação do lote. Essa prática demonstra que a estratégia de divulgação visa a um comprador interessado na posse dos originais e não apenas em conhecer o conteúdo das cartas. Questões como autenticidade, antiguidade e origem têm, em contextos como esse, um peso maior do que o estilo e a complexidade do texto. Da mesma forma, a noção de objeto de *status* (BOSI, 2003)²⁷ pode contribuir para o entendimento das relações entre proprietários, leiloeiros e compradores.

Sendo assim, o entendimento do que as cartas são e do que elas podem vir a ser é um pré-requisito para o estudo dos seus processos de salvaguarda, os quais estão relacionados tanto aos contextos de produção, isto é, aos lugares e períodos em que foram escritas, às condições em que viviam seus autores e, até mesmo, aos suportes e materiais utilizados para a sua produção e o seu envio quanto aos contextos em que são acessadas, os quais podem mobilizar as relações familiares, as práticas de colecionismo, as políticas institucionais e o mercado de antiguidades.

Por fim, cabe lembrar que a relação entre ato e potência é de complementaridade pensada sobre as condições e possibilidades de mudança e permanência. As coisas que são em potência, quando efetivadas, existem em ato e, por sua vez, abrem possibilidades de outras formas de existência em potência. Sendo assim, a mudança e a permanência existem como parte de um mesmo fenômeno. Daí a necessidade de se pensar a salvaguarda de acervos epistolares dentro dessa mesma lógica, uma vez que o entendimento das condições de mudança e de permanência que incidem sobre as escolhas individuais, coletivas ou institucionais concernentes à preservação desses acervos é fundamental para a identificação das diferentes

²⁵A título de exemplo, vale lembrar que parte significativa da correspondência trocada entre Anaïs Nin e Henry Miller – em especial bilhetes e fragmentos de cartas – só se tornou conhecida do público e alvo de uma política de preservação por estar transcrita nos diários de Anaïs, os quais foram publicados na década de 1950.

²⁶Dentre as muitas casas de leilão que promovem o comércio de cartas de similares está a Christie's, que, nos últimos anos, leiloou cartas de Lord Byron, Winston Churchill, Charles Dickens, Sigmund Freud, Oliver Cromwell, Claude Monet, Oscar Wilde, Charlotte Brontë, entre outros.

²⁷De acordo com Bosi (2003, p. 26 - 28), na relação que os indivíduos estabelecem com o seu passado e com suas memórias, existe uma oposição entre os objetos biográficos e objetos de *status*. De acordo com a autora, “Só o objeto biográfico é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade”, já a noção de objeto de *status*, nasce do valor atribuído a um dado objeto, baseado no seu potencial de sustentar o lugar social de seus proprietários.

formas de reconhecimento que consolidam práticas e políticas de salvaguarda, para além de uma relação de atribuição de valores.

1.3. O Reconhecimento como perspectiva para pensar o gesto da preservação

A relação de identificação e de apropriação que os indivíduos e as coletividades estabelecem com os vestígios materiais de seu passado, bem como os seus gestos de reivindicação, preservação ou abandono, todas essas questões integram uma lógica que desafia a compreensão da noção de reconhecimento como um fenômeno vinculante entre os diferentes fragmentos que compõem as noções de passado, presente e futuro vivenciadas por esses indivíduos e coletividades. Nesse sentido, o percurso do reconhecimento proposto por Ricoeur (2006) amplia as possibilidades de compreensão dos processos de salvaguarda de acervos epistolares, para além de um gesto de autopreservação, uma vez que, o autor parte do reconhecimento como uma noção epistemológica relacionada à identificação, passa pela capacidade antropológica do reconhecimento de si, até que, finalmente, chega ao reconhecimento como uma noção política e relacional.

O percurso proposto por Ricoeur (2006) tem início com a definição lexicográfica do verbo “reconhecer”, que, por derivação, está diretamente relacionada ao substantivo “reconhecimento”. Desse modo, o gesto de reconhecer pode significar “apreender pela mente, pelo pensamento, [...] distinguir, identificar, conhecer por meio da memória, pelo julgamento ou pela ação” (RICOEUR, 2006, p. 22-23); ou ainda, aceitar como verdadeiro e expressar gratidão a alguém. Em comum, todas as definições têm a sua origem na ação, no gesto daquele que reconhece, e não nos contextos de reivindicação, que são, o caminho para distinguir as noções de conhecimento e reconhecimento e, assim, transpor a ideia de reconhecimento como distinção e identificação, para uma concepção de algo mútuo e relacional.

Nessa perspectiva, Ricoeur (2006) propõe mudar a utilização do verbo “reconhecer”, de uma voz ativa, “eu reconheço”, para uma voz passiva, “sou reconhecido”. Com isso, ele pretende compreender a extensão do reconhecimento, enquanto conceito, como algo que rompe os limites de um conhecimento apreendido pelo pensamento como uma unidade de sentido. Em suas palavras:

Reconhecer enquanto ato expressa uma pretensão, uma *claim*, de exercer um domínio intelectual sobre o campo das significações, das asserções significativas. No polo oposto da trajetória, a solicitação de reconhecimento expressa uma expectativa que pode ser satisfeita somente enquanto reconhecimento mútuo, quer este permaneça

como um sonho inacessível, quer ele requeira procedimentos e instituições que elevam o reconhecimento ao plano político (RICOEUR, 2006, p. 28).

Quando o objeto de estudo se situa tanto no espaço público quanto no privado e transita por diferentes instituições, desde a família até o Estado, passando pela Igreja e pelas organizações da sociedade civil, como acontece com a escrita epistolar, o percurso proposto por Ricoeur (2006) oferece uma base teórica sólida, que expõe que o reconhecimento – enquanto um elemento chave para a compreensão das relações de troca e de apropriação das coletividades entre si e dos indivíduos como parte dessas coletividades – se dá, inicialmente, pelo entendimento das capacidades de julgar e de distinguir, presentes no gesto da identificação. Nesse gesto, distinguem-se duas formas de identidade: a *ipseidade*, relativa ao que é diverso e mutável no tempo; e a *mesmidade*, que representa uma permanência estrutural na formação identitária.

Nesse primeiro momento do percurso, ainda não é possível diferenciar os gestos de conhecer e de reconhecer, pois para Ricoeur (2006), nesse estágio, o reconhecimento continua sendo percebido como um gesto unilateral daquele que reconhece, não estabelecendo uma relação de alteridade. Quando pensadas no âmbito da preservação de bens culturais, as noções de conhecimento e de reconhecimento conduzem a caminhos diferentes, enquanto justificativa para a salvaguarda. Isso ocorre, pois o reconhecimento pressupõe o autorreconhecimento e o gesto da identificação. O reconhecimento busca estabelecer uma relação entre duas coisas, como de distinção ou de vinculação. Nesse sentido, mobiliza campos de motivação que vão além do gesto de conhecer para preservar, pois “é do lado das coisas e das suas relações diferentes com a mudança, quer elas sejam objetos usuais, seres animados ou pessoas, que o reconhecer se distingue de modo decisivo do conhecer, a ponto de precedê-lo” (RICOEUR, 2006, p. 43-44).

A transição para o exercício de um reconhecimento mútuo e, portanto, de um agir político, passa pela compreensão das diferentes vias pelas quais os indivíduos reconhecem-se a si mesmos. Partindo de uma leitura de Homero, Sófocles e Aristóteles, Ricoeur (2006) busca, nas ações e nos discursos de Ulisses, no retorno a Ítaca; nos de Édipo, no fim da vida; e nas lições de ética a Nicômaco, a raiz do princípio do “reconhecimento da responsabilidade”, por meio do entendimento do “homem capaz” de dizer, de agir, de narrar e narrar-se, de imputar e de prometer. Para Ricoeur (2006), o reconhecimento da responsabilidade se dá como uma forma de atestação, no sentido de tomar como possível e verdadeiro, estabelecendo certo parentesco com a noção de testemunho.

É no reconhecimento da responsabilidade/capacidade de narrar e narrar-se que Ricoeur (2006) identifica uma forma de apropriação crítica da noção de reconhecimento de si, uma vez que, quando se narra, o indivíduo garante a relação dialética entre as identidades *mesmidade* e *ipseidade*: isto é, a relação de troca e de hibridismo entre os elementos que são imutáveis na identidade de um indivíduo e aqueles que são considerados em sua condição histórica. Essa relação dialética se faz possível, por meio de uma “identidade narrativa” que revela sua fragilidade quando confrontada com outrem em uma relação de alteridade. Nas palavras de Ricoeur (2006):

As ameaças que atestam a fragilidade da identidade pessoal ou coletiva não são ilusórias: é digno de nota que as ideologias do poder procurem, com um sucesso inquietador, manipular essas identidades frágeis pelo viés das mediações simbólicas da ação, e principalmente graças a recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa, pois é sempre possível, como dissemos anteriormente, narrar de um modo diferente (RICOEUR, 2006, p. 118).

Daí a importância de se pensar o reconhecimento como um princípio relativo à identidade, tanto em uma perspectiva individual, como o reconhecimento de si e de suas capacidades, quanto em uma perspectiva coletiva, como um elemento de fortalecimento de identidades narrativas. Ao se reconhecer como um homem capaz de narrar e narrar-se, o indivíduo se coloca em condição de produzir, escolher e atribuir valor aos bens culturais e aos elementos representativos de sua memória. A identidade narrativa, por assim dizer, se fortalece quando o reconhecimento dessas capacidades extrapola os limites do indivíduo e se consolida no âmbito público e do compartilhamento de representações sociais.

Nessa perspectiva, a memória social pode refletir o fortalecimento, a anulação ou a manipulação das identidades narrativas e, conseqüentemente, expor situações de reconhecimento e de abandono. De acordo com Ricoeur (2006), o reconhecimento de si acontece no âmbito da memória e da promessa, bem como no de seus negativos imperativos, o esquecimento e a traição. Nesse sentido, a memória é compreendida como uma noção retrospectiva, relativa ao passado e à história de vida, enquanto a promessa é tida como uma noção prospectiva, um gesto de engajamento com o futuro e, portanto, uma ação essencialmente relacional, pois pressupõe um beneficiário.

O frágil equilíbrio entre a memória e a promessa está na base da concepção que o indivíduo tem do legado material das suas experiências como ser social. A expectativa de reconhecimento entre os seus pares e a ideia de posteridade caminham lado a lado com os vínculos afetivos que esse indivíduo constrói ao longo da vida. A busca por reconhecimento é, nesse contexto, uma busca pelo passado e uma expectativa de futuro.

Em um esforço para compreender de que modo o reconhecimento do passado contribui para o reconhecimento de si, Ricoeur (2006) busca em Aristóteles as noções de memória e de reminiscência como parte fundamental do gesto da recordação, cuja garantia de sucesso é a experiência do reconhecimento. Da mesma forma, estabelece uma relação de interdependência entre memória, esquecimento e reconhecimento, quando afirma que, “com efeito, é a memória, no momento do reconhecimento do objeto esquecido, que confirma o esquecimento” (RICOEUR, 2006, p. 131). Em outras palavras, é preciso reconhecer a ausência de uma lembrança, para que se possa lembrar que esqueceu. Mas é em Bergson, e na sua concepção de reconhecimento e de sobrevivência das imagens na memória, que o autor encontra o papel exercido pelo reconhecimento no exercício da rememoração. Para Bergson, compreende Ricoeur (2006, p. 137), “o ato concreto pelo qual reconhecemos o passado no presente é o reconhecimento”.

Nesse contexto, a promessa constitui a outra parte da relação estabelecida entre o reconhecimento e as muitas formas pelas quais os indivíduos e as coletividades compreendem e vivenciam suas noções de passado, presente e futuro. A ideia da promessa retoma a questão do “homem capaz”, como uma nova forma de capacidade que engloba todas as outras, pois para ser capaz de prometer, é preciso ser capaz de dizer, de agir, de narrar e narrar-se e, principalmente, de imputar culpa a si mesmo. Em suma, a promessa se dá como uma forma de reconhecimento da responsabilidade e do compromisso com o outro. Nesse sentido, é possível pensar que é por meio da promessa e da sua relação com a memória que a transição de um reconhecimento de si para um reconhecimento mútuo se faz viável.

Nesse ponto da argumentação de Ricoeur (2006), já é possível estabelecer relações entre o reconhecimento e os gestos de selecionar, preservar e/ou descartar os vestígios materiais do passado. Do mesmo modo, é possível compreender que a identidade, em sua configuração narrativa, pode atuar como mediadora nessas relações, o que não impede que esteja exposta às inconstâncias das manifestações de poder, das reivindicações memoriais e dos conflitos em torno das representações do passado. Da mesma forma, não só é possível perceber que o reconhecimento não se restringe ao gesto de atribuição de valores, mas também parte de um processo de identificação e de apropriação do indivíduo diante de suas capacidades, para só depois estabelecer as condições para uma forma mútua de reconhecimento.

No caso das escritas de si, entre as quais as cartas se inscrevem, a busca por reconhecimento é ainda mais flagrante, uma vez que as noções de memória e de promessa estão presentes desde a sua concepção até o gesto final de preservar ou de descartar. O reconhecimento de si é parte fundamental da escrita de si, pois, ao escrever para si, como em

um diário íntimo, ou escrever para o outro, como nas cartas, o indivíduo reconhece em si as capacidades de narrar e narrar-se. Do mesmo modo, ao decidir guardar o diário íntimo ou até mesmo deixá-lo como herança, enviar a carta ou fazer cópias para guardar, o indivíduo manifesta um desejo de memória e uma expectativa de futuro.

A possibilidade de publicização dessas escritas de si, seja por meio do mercado editorial, seja por meio da exposição em museus e memoriais, insere a busca por reconhecimento no campo da identidade narrativa, isto é, não basta ao indivíduo reconhecer em si as capacidades de narrar e narrar-se, é preciso que sua narrativa seja reconhecida pela coletividade e por seus instrumentos de atribuição de valor. A memória e a promessa não se restringem, portanto, às aspirações individuais, mas medeiam a relação que as coletividades estabelecem com o tempo e com as suas materialidades.

Na transição do reconhecimento de si para o reconhecimento mútuo, são as capacidades sociais, condicionadas pela relação entre as representações coletivas e as práticas sociais, que expõem as circunstâncias em que não basta ao reconhecimento a atestação por parte do indivíduo. Nesse contexto, as capacidades passam a ser “reivindicadas por coletividades e submetidas à apreciação e à aprovação públicas” (RICOEUR, 2006, p. 147). As representações coletivas são tomadas como mediadoras simbólicas das práticas sociais, contribuem para a instauração de um vínculo social e identitário. Assim, o reconhecimento, entendido como um ato mnemônico por excelência, é inserido no campo regido pelo compartilhamento de representações sociais; campo esse que, em última instância, também é o da memória social.

O percurso proposto por Ricoeur (2006) encontra no reconhecimento mútuo o ponto de chegada, ao mesmo tempo, possibilita que as noções de alteridade e de luta por reconhecimento conduzam o estudo para o campo da política, no sentido de buscar uma motivação moral para os conflitos sociais. Em um diálogo com Honneth (2003), Ricoeur busca em Hegel, no período de Iena, o caminho para compreender as diferentes formas de institucionalização do reconhecimento, bem como as suas manifestações em âmbito público e privado. Isso ocorre a partir da articulação de três modelos de reconhecimento, “colocados sucessivamente sob a égide do amor, do direito e da estima social” (RICOEUR, 2006, p. 202). Tão importante quanto a definição desses três modelos é o entendimento das formas pelas quais esses modelos de reconhecimento são frustrados, o que gera uma relação de menosprezo e, conseqüentemente, de conflito (HONNETH, 2003).

Ainda que o objetivo de Honneth (2003) tenha sido compreender a gramática moral dos conflitos sociais em contextos de luta por reconhecimento, a tripartição – amor, direito, estima social – proposta por ele em um estudo contemporâneo da obra de Hegel possibilita uma leitura

organizada das diferentes formas de reconhecimento que revestem as práticas de preservação, levando-se em consideração as condições e os limites impostos pelos contextos em que elas se formam e se mantêm. Deve-se considerar, ainda, que o gesto de preservar é também uma forma de luta por reconhecimento, uma vez que esse gesto se refere ao modo como os indivíduos e as coletividades manifestam o seu desejo de serem lembrados.

O amor é o primeiro dos três modelos propostos por Hegel, atualizados por Honneth (2003) e retomados por Ricoeur (2006) a fim de compreender o reconhecimento para além do fenômeno de identificação e de distinção que os indivíduos estabelecem consigo mesmos, isto é, a fim de entender o lugar do reconhecimento nas relações interpessoais, seja sob a forma de alteridade, seja sob a de conflito²⁸. De acordo com Ricoeur (2006), o modelo de reconhecimento colocado sob a égide do amor trata de um grau pré-jurídico das relações interpessoais, que compreende as relações eróticas, de amizade e familiares, fundadas e mantidas por laços de afeto e pela necessidade de aprovação que um indivíduo tem em relação ao outro. Quando essa aprovação é frustrada, explica Ricoeur (2006), o que se tem é uma situação de menosprezo e de humilhação, para a qual a resposta é a luta por reconhecimento, por meio do conflito ou de outras formas de reivindicação.

Para Ricoeur (2006), a família é a instituição na qual o reconhecimento mantido pelo amor encontra o seu desenvolvimento pleno, pois a partir do nascimento, é estabelecida uma relação de reconhecimento mútuo entre pais e filhos, como uma forma de reconhecimento da linhagem e da ideia de transmissão. Nessa relação, os pais reconhecem os filhos como parte de sua genealogia e são reconhecidos, pelos últimos, como transmissores de uma herança. Nas palavras de Ricoeur (2006, p. 208): “Em suma, como fui reconhecido como filho ou filha de, eu me reconheço como tal, e, a esse título, esse inestimável objeto de transmissão sou eu”.

A ideia de transmissão traz consigo a perspectiva da continuidade e da existência de um legado de reconhecimento, cuja aceitação insere as relações familiares no universo da memória e faz com que o gesto de preservar esse legado seja também de autopreservação. Nesse sentido, o nome de família, as genealogias, as relações de parentesco e até mesmo os caracteres fenotípicos comuns entre os membros da família podem manter relações de reconhecimento mútuo, que, quando frustradas, instauram as condições de uma luta por reconhecimento.

²⁸ Cabe ressaltar que neste estudo tanto os conceitos de família quanto o de amor são trabalhados em suas acepções amplas, segundo as quais “por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizade e de relações pais/filho” (HONNETH, 2003, p. 59).

Em contextos de reconhecimento ou de frustração, da expectativa de reconhecimento no âmbito do amor e da família, no que tange à preservação de conjuntos epistolares, as próprias cartas, ou sua ausência, indiciam as condições de preservação. Um exemplo pode ser observado na correspondência de Henri Beyle (1783-1842), escritor francês, que manteve um profícuo diálogo epistolar com a sua irmã, ao longo do qual reiterou inúmeras vezes o desejo de que as suas cartas fossem arquivadas. No entanto, lembra Diaz (2016, p. 136), no dia seguinte ao casamento de sua irmã, ele fez um estranho pedido: “Acredito que me darás sua palavra de honra quanto a queimares esse rabisco anexo. Aproveita-o como quiser, mas queima-o, assim como todas as minhas cartas. Exijo uma resposta sobre isso; uma sentença: queime tudo”. A correspondência, como se pode perceber, não foi queimada. Além disso, o diálogo epistolar entre os irmãos continuou, mesmo depois do casamento da irmã.

O reconhecimento no plano jurídico se coloca como o segundo estágio das relações de reconhecimento mútuo e o primeiro a deixar o universo privado das relações interpessoais. De acordo com Ricoeur (2006), os primeiros traços do ser-reconhecido no plano jurídico tiveram espaço na obra de Hegel, quando, no intuito de buscar uma razão moral para sair da “guerra de todos contra todos”, exposta por Hobbes como característica do “estado de natureza”, se deparou com a concepção de posse legal dos bens materiais como uma forma contratual de troca. O conflito e a luta por reconhecimento dentro dessa modalidade se dariam, então, quando esse contrato fosse rompido, o que geraria a coação legal e o crime, esse último como uma forma de resistência do indivíduo. Nesse sentido, o reconhecimento no plano jurídico se estabelece como uma relação do indivíduo com o outro, mas dentro das limitações impostas pela instituição do direito.

Ao citar Honneth (2003), Ricoeur (2006, p. 211) caracteriza o reconhecimento jurídico como a situação em que “não podemos nos compreender como portadores de direitos se não tivermos ao mesmo tempo conhecimento das obrigações normativas às quais estamos vinculados em relação a outrem”. Sendo assim, o reconhecimento mútuo, no plano jurídico, se dá, em parte, em relação à norma – isto é, aquilo que é considerado ou admitido como válido –, e, em parte, em relação ao outro, no sentido de se reconhecer “cada pessoa enquanto livre e igual a toda outra pessoa” (RICOEUR, 2006. p. 211).

Considerando a noção de pluralidade humana e a diversidade das demandas sociais relativas ao reconhecimento no plano jurídico, Honneth (2003, p. 189) propõe uma tripartição das instâncias do direito: direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis são aqueles “direitos negativos que protegem a pessoa, em sua liberdade, sua vida, sua propriedade, diante das usurpações ilegítimas do Estado”. Os direitos políticos são aqueles “direitos positivos que

garantem a participação nos processos de formação da vontade pública”. E os direitos sociais são aqueles direitos positivos “que garantem a cada um uma parte equitativa na distribuição de bens elementares”. Com demandas diferentes, cada uma das formas de direito apresenta diferentes modos de menosprezo e, portanto, diferentes frentes de luta por reconhecimento, pois como afirma Ricoeur (2006, p. 214), “a indignação constitui a estrutura de transição entre o menosprezo sentido na emoção da irritação e a vontade de se tornar um parceiro na luta pelo reconhecimento”.

Ainda que o direito à memória não seja discutido por Ricoeur (2006) em relação ao reconhecimento no plano jurídico, este se impõe como um elemento transversal a outras instâncias do direito, no sentido de integrar a noção de identidade, que está no cerne dos processos pelos quais os homens se reconhecem como sujeitos de direito. A memória e a promessa estão na base das reivindicações pelo direito à liberdade e à propriedade, estão na constituição do discurso que embasa o agir político, assim como integram as lutas pelo acesso à justa distribuição dos bens. Em certos contextos, como nas violações de direitos humanos, o direito à memória e ao esquecimento tornam-se demandas sociais e políticas fundamentais para o exercício da cidadania.

As questões relativas à preservação de acervos epistolares, compreendidas no campo do reconhecimento em âmbito jurídico, passam, invariavelmente, pela noção de direito à memória e ao esquecimento, também dizem respeito às cartas do cárcere, ao comércio e à publicação de cartas pessoais e ao litígio pela guarda e pela autoria de cartas. A título de exemplo, cabe lembrar das “cartas falsas” que, atribuídas a Arthur Bernardes – candidato à presidência da República brasileira em 1921 –, mudaram os rumos da política oligárquica e mobilizaram as forças oposicionistas, resultando em luta armada e em um governo bernardista quase todo em estado de sítio²⁹. A salvaguarda das “cartas falsas” se deu, nesse contexto, não apenas por sua relevância para a história política Brasil, mas por serem documentos comprobatórios de uma fraude apurada pela justiça.

O último dos três modelos propostos é aquele resultante da estima social, isto é, aquele que trata das modalidades de reconhecimento mútuo que ultrapassam a igualdade de direitos

²⁹Pinheiro (2000, p. 258) chama a atenção para a mobilização das forças políticas em torno da autenticidade das cartas, assim como para o fato de que, mesmo depois de exposta a falsificação, os efeitos da publicização das cartas não puderam ser contidos. Em suas palavras: “No dia 24 de março de 1922, na presença do jurista Paulo de Lacerda e de um tabelião, fez-se o relato completo do episódio. Oldemar na imprensa confessa a autoria intelectual da falsificação, entrega os nomes de políticos e jornalistas, o roubo do papel gráfico oficial em Minas, como conseguiram os documentos com a assinatura de Bernardes para a imitação. [...] As cabalas das cartas, se não elegeram o candidato da Reação Republicana, Nilo, pelo menos atizaram e mantiveram viva a conspiração para a ‘Revolução’”.

entre sujeitos livres. De acordo com Ricoeur (2006), essa modalidade é pensada por Honneth (2003) como resultado de uma comunidade de valores compartilhados por uma coletividade em um dado tempo e espaço, pois “é com os mesmos valores e com os mesmos fins que as pessoas avaliam a importância de suas qualidades próprias para a vida do outro” (RICOEUR, 2006, p. 216).

Ao tratar de valores compartilhados e atribuídos, Honneth (2003) insere a questão do reconhecimento mútuo e da estima social no universo das relações de poder e das mediações simbólicas que garantem a preponderância de práticas e discursos autorizados e legitimados sobre outras práticas e outros discursos subalternizados nessas mesmas circunstâncias. Mais uma vez, a memória está no centro da discussão, não apenas como a faculdade de lembrar, mas também no sentido de comunicar e de legitimar reivindicações identitárias e de reconhecimento. A frustração dessas reivindicações pode ser expressa pela ausência de representação nos espaços públicos de memória e em instituições de preservação, ou, ainda, por processos de expropriação cultural e de desrespeito aos direitos de lembrar e de esquecer.

O reconhecimento, visto sob a ótica da estima social, diz respeito aos diferentes ambientes em que se pode observar o desenvolvimento de uma memória coletiva, no sentido trabalhado por Halbwachs (2003). A estima social, assim como a memória coletiva, deve ser compreendida dentro de “quadros sociais” sujeitos às oscilações das relações de poder, que interferem direta ou indiretamente sobre a construção das identidades narrativas; que, por sua vez, fortalecem certas histórias, em detrimento de outras (HALBWACHS, 1952).

Para Ricoeur (2006), a análise de Honneth (2003) suscita a necessidade de que se reflita sobre a diversidade das formas de reivindicação de reconhecimento no campo da estima social, bem como sobre as muitas formas de menosprezo e de conflito. Segundo o autor:

Ao anunciar que essas relações de estima variam segundo as épocas, o autor abre o campo para uma exploração multidimensional das mediações sociais consideradas do ponto de vista de sua constituição simbólica, com a concepção cultural que uma sociedade faz de si mesma constituindo a soma dos valores e dos fins éticos mobilizados a cada vez (RICOEUR, 2006, p. 216).

Essa modalidade de reconhecimento mútuo vai tratar, portanto, da reivindicação e do menosprezo do reconhecimento nas relações mediadas pelo exercício da política, pelas instituições e pelas concepções de gênero, classe e raça. Sendo assim, sob a égide da estima social, é possível pensar ao menos em duas categorias relativas à salvaguarda de acervos epistolares. A primeira é formada por cartas escritas ou recebidas por notáveis, isto é, pessoas cuja vida ou obra inspiraram admiração ou marcaram a memória coletiva e/ou histórica, de modo a justificar a salvaguarda de seu legado documental. A segunda é formada por cartas

escritas ou recebidas por pessoas descritas quase sempre no plural, como “as massas”, “os comuns”, “os infames”, entre outras expressões generalizantes, e que tiveram suas vidas atravessadas por diferentes instâncias de poder (FOUCAULT, 2003). A condição dessas pessoas fez com que seus escritos fossem preservados, menos em função de quem os escreveu e mais em razão das condições em que foram escritos.

No que tange às práticas e às políticas de preservação de acervos epistolares, as fronteiras do reconhecimento mútuo são frágeis e flexíveis. O amor, o direito e a estima social se confundem, em histórias de vidas que, em algum momento, são atravessadas pelo olhar coletivo, mas que não deixam de ser o lugar das relações de intimidade. Da mesma forma, cartas que nascem sob os holofotes da história, como a carta derradeira de Getúlio Vargas, não deixam de ser cartas pessoais e de tratar das coisas da vida.

O reconhecimento, enquanto uma categoria para se pensar o gesto da preservação, pode ser atribuído a qualquer materialidade, prática ou costume que se queira preservar, pois, em uma primeira acepção, está relacionado à identificação, ao ato de distinguir e admitir algo como verdadeiro, isto é, à apropriação de algo por meio do entendimento de sua importância. Diretamente relacionado às noções de memória e de promessa, o reconhecimento está presente nas questões identitárias, na identificação e atribuição de valores a coisas, lugares e pessoas, na consolidação de práticas e discursos no âmbito da política e, principalmente, na mediação da relação que os indivíduos estabelecem com o tempo.

No que concerne às diferentes trajetórias de preservação que um acervo epistolar pode percorrer, a noção de reconhecimento surge como um recurso de atualização da relação entre ato e potência existente na definição da carta como um artefato cultural. As mudanças, as permanências e as relações de reconhecimento construídas entre os indivíduos envolvidos em uma relação epistolar são, da mesma forma, elementos fundamentais para a trajetória de preservação das cartas resultantes dessa relação. São os indivíduos que reconhecem, são seus gestos que expõem esse reconhecimento, são suas instituições que estabelecem políticas e práticas de preservação e abandono, assim como, são suas vidas que são atravessadas por essas histórias preservadas em papel. Nessa perspectiva, os capítulos seguintes buscam compreender o lugar ocupado por esses indivíduos e por suas escolhas, no emaranhado de fios que compõem as trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes.

2. AS CARTAS ANTES DAS CARTAS

A vida de Luiz Carlos Prestes atravessa a história do Brasil e marca, dramaticamente, os limites da atividade libertadora, nacionalista e revolucionária. Tornou-se herói antes de se afirmar como símbolo das possibilidades revolucionárias frustradas e foi a sua lenda que levou os comunistas até ele.
Florestan Fernandes

Escrito originalmente em 1987, quando Prestes ainda estava vivo, o texto de Florestan Fernandes, em epígrafe, foi publicado pela primeira vez somente cinco anos após a morte de Prestes, enquanto seu legado político e sua memória eram disputados em homenagens públicas e discursos reivindicatórios. Nas linhas dedicadas ao Cavaleiro da Esperança³⁰, Fernandes (2015) ressalta a contradição existente entre a polissemia da imagem pública de Prestes e a coerência de suas ações como homem público. Todavia, o caráter multifacetado da imagem pública de Prestes não foi um fenômeno restrito ao fim de sua vida e às disputas pelo seu legado.

Desde que a marcha da Coluna Prestes o tirou do anonimato, seu nome foi associado a diferentes discursos, imagens e representações públicas. Em muitas dessas construções discursivas, as cartas e os bilhetes escritos por Prestes ou enviados a ele foram expostos ou mencionados como prova documental de seus atos rebeldes ou revolucionários. Daí a importância de se conhecer “as cartas antes das cartas”, isto é, conhecer o Luiz Carlos Prestes missivista e o lugar ocupado pela escrita epistolar em sua vida, assim como compreender o potencial documental das cartas para uma leitura dos acontecimentos que deram início a correspondência da prisão.

Luiz Carlos Prestes escreveu muitas cartas ao longo dos 92 anos de vida, não apenas por ser essa a forma mais comum de comunicação à distância nos anos de sua juventude, mas também porque as circunstâncias em que viveu, impuseram a ele longas distâncias e difíceis períodos de isolamento. As cartas intermediaram sua relação com o mundo no período de prisão, e também foram importantes antes dele, quando Prestes foi o Cavaleiro da Esperança, para logo em seguida se tornar o herói exilado e o revolucionário comunista.

“As cartas antes das cartas” foram aquelas que, publicadas ou mencionadas nos jornais durante a marcha da Coluna e no período anterior à prisão de Prestes, inauguraram o potencial documental de sua correspondência como líder revolucionário, como militar rebelado ou como traidor da pátria, isso porque, essas cartas ganharam a cena pública como fiadoras de narrativas nem sempre elogiosas a seu respeito. As cartas, como lembra Bettiol (2016, p. 231), “[...] só

³⁰ De acordo com Anita Prestes (2015, p. 100), “A expressão ‘Cavaleiro da Esperança’ foi lançada pelo jornal carioca *A Esquerda*, 3 jan. 1928, em edição dedicada ao 30º aniversário de Prestes”.

têm verdadeiro sentido na série temporal que as viu nascer, isto é, as cartas estão ligadas às circunstâncias que as determinam, situações históricas e ideológicas”. Nesse sentido, o lugar ocupado pelas cartas na construção da imagem pública de Prestes, assim como elemento de atestação nas histórias contadas sobre ele, se coloca como parte do trabalho de compreensão que expõe a relação entre o “mundo do texto” – a fixação, pela escrita, do acontecimento da linguagem e a interpretação subjetiva que se faz dela (RICOEUR, 1989, p. 7) – e o mundo do autor/correspondente – referências que decorrem das suas condições de enunciação.

No caso das cartas de Prestes publicadas nos jornais, retiradas de seus contextos originais e acompanhadas de uma narrativa para a qual foram apresentadas como provas incontestáveis, a relação entre o mundo do texto e o mundo do autor se desequilibra, no sentido de que a leitura se dá de modo independente das intenções do remetente, tornando ilimitados os sentidos que podem ser atribuídos. Nessa perspectiva, afirma Ricoeur (1989, p. 118) “graças à escrita o mundo do texto pode desagregar o mundo do autor”.

Mais do que a exposição do contexto de escritura, ou mesmo dos antecedentes do período estudado, a busca pelas “cartas antes das cartas” é uma busca pela série temporal a partir da qual a correspondência da prisão pode ser pensada como parte da biografia de Prestes, ao mesmo tempo, em que sua biografia também passa a ser pensada como parte da trajetória de preservação dessas cartas. Porém, as “cartas antes das cartas” não se restringem àquelas publicizadas pela imprensa, elas também se colocam na relação estabelecida entre Leocádia Prestes e o advogado *ex-offício* de seu filho, Heráclito Fontoura Sobral Pinto.

Primeiros fios dessa trama epistolar, a correspondência mantida entre Sobral Pinto e Leocádia Prestes ao longo do ano de 1937, expõe as condições nas quais foi possível a correspondência autorizada de Prestes com a família, assim como as redes de influência mobilizadas pelo advogado no sentido de garantir a Prestes uma defesa regular em um ambiente de tantas irregularidades. As cartas de Sobral Pinto, publicadas antes mesmo das cartas da prisão de Prestes, são, em um sentido diverso daquele atribuído às cartas publicadas nos jornais, “cartas antes das cartas”, não por apresentarem indícios do reconhecimento público do potencial documental da correspondência de Prestes como homem público, mas por mostrarem as tramas paralelas à luta travada por ele para romper o isolamento que lhe foi imposto.

Para percorrer os rastros epistolares deixados na construção da imagem pública de Prestes antes da prisão, bem como na correspondência ativa de Sobral Pinto e na sua relação epistolar com Leocádia Prestes, este capítulo propõe dar a conhecer o emaranhado de acontecimentos que principiam a correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes, assim como

os primeiros indícios das relações de reconhecimento que resultaram na preservação dessas cartas.

2.1. Luiz Carlos Prestes e suas cartas

Em 1942, quando Luiz Carlos Prestes ainda estava preso e sua mãe mobilizava a opinião internacional em sua defesa, através de grupos de apoio em diversos países da Europa e de outros continentes, Jorge Amado, então exilado na Argentina, escreveu e publicou em espanhol a biografia intitulada *Vida de Luiz Carlos Prestes, el caballero de la esperanza*³¹. A obra, escrita com o propósito de colaborar com a campanha internacional pela anistia dos presos políticos do Estado Novo, contribuiu para a construção da imagem de Prestes como um herói nacional forjado na luta pela liberdade. No Brasil, a publicação aconteceu somente em 1945, mas antes disso, alguns poucos exemplares da edição argentina entraram no país clandestinamente. No prefácio à primeira edição brasileira, Jorge Amado comentou a repercussão social e política da obra:

Os exemplares aqui vendidos nunca chegaram a ser propriedade individual de alguém, viveram sempre de mão em mão. O povo se referia a este livro com os mais diversos nomes: *Vida de São Luís*, *Vida do rei Luís*, *Travessuras de Luizinho* etc. Depois também sua edição argentina foi proibida e queimada em Buenos Aires, por ordem do governo Perón. Valorizaram-se ainda mais os exemplares que circulavam no Brasil. Houve quem visse do aluguel de exemplares. Na luta pela anistia, pela democracia e contra Estado Novo, mas principalmente contra o fascismo, este livro foi uma arma (AMADO, 2011, p. 11).

Enquanto o romancista narrava a vida e os feitos heroicos do Cavaleiro da Esperança, Prestes enfrentava o sexto ano de prisão em isolamento, ao longo dos quais as cartas foram a única forma possível de comunicação com o mundo fora do cárcere, exceto pelas visitas do advogado e do convívio com os carcereiros. As cartas escritas por Prestes ou enviadas a ele nesse período contam uma parte de sua biografia que mais tarde marcaria sua imagem pública, não apenas em razão de sua atuação política nos anos seguintes, mas também pela notoriedade

³¹De acordo com a Fundação Casa de Jorge Amado, “A 1ª edição brasileira em junho de 1945, tinha 366 páginas e foi da Livraria Martins Editora, São Paulo, até a 12ª edição de 1952. Em 1948, a Livraria Martins Editora concedeu autorização à Editorial Vitória, Rio de Janeiro, para promover uma edição especial ilustrada por Renina Katz e outras edições simples, a última da série, a 17ª edição, de 1963. A Editora Record, Rio de Janeiro, deteve os direitos de publicação até 37ª edição. A partir de 2011 o livro recebe o selo editorial da Companhia das Letras. Publicado em Portugal e traduzido para: albanês, alemão, árabe, búlgaro, chinês, espanhol, eslovaco, francês, grego, hebraico, holandês, húngaro, italiano, japonês, mongol, persa, polonês, romeno, russo e tcheco”.

que ganhou a história trágica de sua companheira, morta em um campo de extermínio nazista enquanto ele estava preso no Brasil.

A biografia escrita por Jorge Amado foi a primeira de muitas obras de cunho biográfico dedicadas à vida de Luiz Carlos Prestes, algumas delas trataram eventos específicos, como a Coluna Prestes, outras, mais abrangentes, propunham dar a conhecer a infância, a formação militar e a atuação política do homem cuja imagem controversa, ora como herói, ora como vilão, povoava o imaginário dos brasileiros³².

Filho do militar Antônio Pereira Prestes e da professora Leocádia Felizardo Prestes, Luiz Carlos Prestes nasceu em 1898, na cidade de Porto Alegre, mas viveu a maior parte da infância e da adolescência no Rio de Janeiro, cidade para onde a família se mudou em busca de tratamento médico para Antônio, que faleceu em 1908, quando Prestes tinha apenas 10 anos, deixando Leocádia e o filhos ainda pequenos.

Ainda muito jovem, Prestes frequentou o Colégio Militar e, posteriormente, a Escola Militar de Realengo, onde formou-se, em 1920, como bacharel em Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia Militar, recebendo a patente de 2º Tenente do Exército. A formação militar foi sua porta de entrada para a vida política, por meio do Movimento Tenentista, que mobilizou a jovem oficialidade militar nas primeiras décadas do século XX, em defesa das forças armadas, contra o governo instituído e pelo direito de representação.

O movimento iniciou quando o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou duas cartas atribuídas a Arthur Bernardes³³, então candidato à presidência da República, nas quais havia insultos aos militares e aos apoiadores de Hermes da Fonseca. Mais tarde, soube-se que as cartas eram falsas, mas a crise institucional já havia se instalado. Os desdobramentos do movimento levaram à revolta do Forte de Copacabana, em janeiro de 1922, violentamente debelada, e, mais tarde, a outros levantes militares: um deles em São Paulo, origem da Coluna Paulista, liderada por Miguel Costa, e outro no Rio Grande do Sul, do qual resultou a Coluna Gaúcha, liderada por Luiz Carlos Prestes³⁴. A união das duas colunas na região do Paraná deu formação à Coluna Miguel Costa-Prestes, conhecida como Coluna Prestes.

³²Foram publicadas no Brasil um total de cinco biografias de Luiz Carlos Prestes: em 1945, por Jorge Amado, *Vida de Luís Carlos Prestes: o cavaleiro da esperança*; em 2006, por Anita Prestes, *Luiz Carlos Prestes: Patriota Revolucionário, Comunista*; em 2007, por Moacir Assunção, *Luiz Carlos Prestes: um revolucionário brasileiro*; em 2014, por Daniel Aarão Reis, *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*; e, em 2015, por Anita Prestes, *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*.

³³Sobre as cartas falsas e sua repercussão no contexto da eleição de Arthur Bernardes, ver: PINHEIRO (2000. p. 251-259).

³⁴De acordo com Anita Prestes (2015), depois do fracasso da Revolta do Forte de Copacabana, na qual Luiz Carlos Prestes teve participação indireta, foi transferido para o Rio Grande do Sul como punição, onde deveria inspecionar a construção de quartéis.

Em 1942, quando Jorge Amado publicou a biografia de Prestes, este já era conhecido no cenário político nacional por ter sido um dos líderes da Coluna que, com cerca de 1.500 combatentes, percorreu, aproximadamente, 25 mil quilômetros por 13 estados brasileiros. Durante a marcha da Coluna, cartas e bilhetes atribuídos a Prestes foram publicados nos jornais, mas como havia forte censura à imprensa durante o governo de Arthur Bernardes, principalmente após a Lei da Imprensa³⁵, a publicação desses bilhetes e cartas era uma das poucas formas pelas quais se podia obter informações sobre os feitos da Coluna.

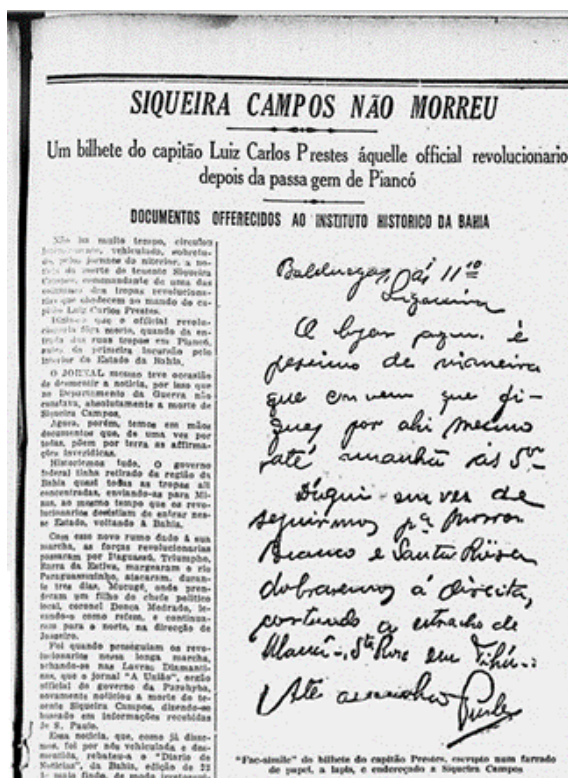
As informações divulgadas nem sempre eram positivas, de modo que as cartas e os bilhetes de Prestes eram transcritos e citados como documentos comprobatórios, tanto a favor como contra a Coluna revolucionária³⁶. Um exemplo dessas publicações aconteceu em 27 de agosto de 1926, em *O Jornal*, o mesmo periódico que no ano seguinte, livre da censura, publicaria uma série de reportagens de cunho elogioso aos combatentes da Coluna. A reportagem, escrita com o propósito de desmentir os boatos sobre a morte de Siqueira Campos, mencionava a destruição causada pelos combatentes da Coluna a uma cidade no interior da Bahia e expunha a fotografia de um bilhete escrito por Prestes a Siqueira Campos (Figura 1)³⁷. A reportagem ainda informava que os documentos encontrados, entre eles o bilhete de Prestes, seriam doados ao “Instituto Histórico para enriquecer a coleção deste, referente à revolução”. As cartas de Prestes, no contexto da Coluna, funcionavam como declarações involuntárias do revolucionário à imprensa, assim como eram reconhecidas como documentos de interesse público.

³⁵A lei da imprensa, conhecida pelo nome de “Lei infame”, foi assinada em novembro de 1923 e estabeleceu a censura da imprensa. Alguns de seus artigos atacavam diretamente o anonimato, fazendo com que os autores precisassem se comprometer publicamente, como demonstra o seguinte excerto: “não é permitido o anonimato na imprensa; todo o artigo de doutrina, crítica, polêmica ou informação, publicado na seção editorial ou ineditorial de qualquer órgão de imprensa será assinado pelo seu autor.” (CARONE, 1983, op. cit., p. 371)

³⁶A título de exemplo: “Porque não se effectuou o ataque a Teresina pelas forças revolucionárias”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 9 de setembro de 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/830372/2525> Acesso em: 22 abr. 2023; “Um documento precioso”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/30114 Acesso em 22 abr. 2023.

³⁷ Conforme: “Siqueira Campos não morreu”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/27052 Acesso em: 22 abr. 2023. Transcrição publicada pelo jornal: “Baldruegas, às 11.10. – Siqueira – O lugar aqui é péssimo, de maneira que convém que fiques por ahi mesmo, até amanhã, às 5 horas. Daqui envez de seguirmos para Morro Branco e Santa Rosa, dobraremos à direita, cortando a estrada de Uauá – Santa Rosa em Tihú. Até amanhã. Prestes.”

Figura 1: Bilhete de Prestes a Siqueira Campos publicado em *O Jornal*.



Fonte: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1926.

Despertando ou não o interesse da imprensa e sobrevivendo às inúmeras investidas das forças governistas, o movimento revolucionário se manteve de 1925 a 1927, quando os remanescentes saíram do território nacional e passaram a viver exilados na Bolívia e no Paraguai³⁸. De acordo com Fausto (2014, p. 173), houve pouco êxito militar na Coluna, mas “ela teve um efeito simbólico entre os setores da população urbana insatisfeitos com a elite dirigente. Fosse como fosse, a seus olhos havia esperança de mudar os destinos da República, como mostravam aqueles heróis que corriam todos os riscos para salvar a nação”. Foi nesse contexto que Prestes deixou de ser o Tenente anônimo e se tornou o Cavaleiro da Esperança, alcunha que o acompanharia por toda a vida.

Seis décadas mais tarde, em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, Luiz Carlos Prestes viria a dizer que foi durante a marcha da Coluna que ele se deparou com a amplitude das desigualdades sociais do Brasil; apenas com o fim dela e no exílio ele se aproximou dos ideais comunistas e teve o primeiro contato com as obras de Marx e Lenin³⁹. O

³⁸De acordo com Anita Prestes (2015, p. 97), “A Coluna não fugiu; partiu organizada para a Bolívia, tendo repellido todas as investidas inimigas até os últimos dias de seu périplo pelo Brasil. Na Bolívia, o comando da Coluna depôs armas voluntariamente e assinou uma ata conjunta com as autoridades daquele país”.

³⁹A entrevista ao programa de televisão *Roda Viva*, da TV Cultura, foi exibida em 1986, quatro anos antes da morte de Prestes. O programa está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aKkCysZb0V0>. Acesso em: 20 abr. 2023.

período de exílio na Bolívia, na Argentina e, posteriormente, no Uruguai, marcou o rompimento de Prestes com os ideais liberais dos Tenentes, sua aproximação com lideranças comunistas da América Latina e seu isolamento político no Brasil, pois em sua maioria, os Tenentes haviam declarado apoio à Aliança Liberal, que propunha a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República.

Quando ainda estava exilado na Bolívia, Prestes foi entrevistado por Raphael Correa de Oliveira, jornalista que escreveu a já mencionada série de reportagens sobre os combatentes da Coluna, publicada no periódico carioca *O Jornal*⁴⁰. Raphael também foi o portador da primeira carta enviada, do exílio, por Prestes à mãe e às irmãs. A entrega foi registrada em fotografia (Figura 2) e as circunstâncias da entrega, publicadas em uma reportagem de Raphael em *O Jornal*⁴¹.

Figura 2: Fotografia publicada com a reportagem de *O Jornal*, mostrando Leocádia Prestes e as filhas recebendo a primeira carta escrita por Prestes trazida de Gaiaba (Bolívia) pelo jornalista Raphael Correa de Oliveira.



Fonte: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1927.

⁴⁰Conforme: “Luiz Carlos Prestes começa amanhã a falar à opinião brasileira, através das colunas D’O Jornal”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/30877 Acesso em: 22 abr. 2023. “Ouvindo e falando à Luiz Carlos Prestes o “Codottieri” fascinante da revolução”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 de março de 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/30891 Acesso em: 22 abr. 2023.

⁴¹Conforme: “Ouvindo e falando à Luiz Carlos Prestes o “Codottieri” fascinante da revolução”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/30967 Acesso em: 22 abr. 2023.

Foi também nesse período que as cartas de Prestes passaram a ser mencionadas com mais frequência pela imprensa brasileira. Em um primeiro momento, relacionadas à polêmica em torno do possível apoio de Prestes à Aliança Liberal, e depois relacionadas às alianças políticas feitas por ele no contexto dos levantes de 1935⁴². Em uma delas, datada de 29 de novembro de 1929, Prestes expunha a Cordeiro de Freitas e Silo Meirelles seus argumentos contrários ao apoio dos Tenentes à Aliança Liberal e firmava seu entendimento sobre os rumos do movimento tenentista, com o qual viria a romper poucos meses depois. Em suas palavras:

Se não rompermos clara e positivamente com os tais liberais; se não aproveitarmos o momento político e econômico para radicalizarmos o nosso programa, seremos ridiculamente envolvidos pelos bernardes e epitácios, sacrificando por um problemático auxílio material a grande força moral de que dispúnhamos, fruto do sacrifício de numerosos companheiros.⁴³

No dia 2 de junho de 1930, uma cópia da carta, em *fac-símile*, foi publicada pelo jornal carioca *A Noite*, com o propósito de confrontar as declarações dos Tenentes, que se diziam surpresos com o “Manifesto de maio de 1930”, documento, escrito no exílio, que marcou o rompimento de Prestes com os antigos companheiros.

De acordo com Anita Prestes (2015, p. 120), a publicação da carta só foi possível, pois a censura a havia interceptado e feito uma cópia da versão original, a qual o jornal teve acesso. A correspondência privada entre Prestes e seus companheiros, interceptada pela censura e publicada em um jornal sem a autorização prévia das partes envolvidas, sugere que, como um ato ilegal, o sigilo postal não se aplicava à correspondência de exilados políticos e que, para a imprensa, a carta representava um contraponto documental ao pronunciamento dos Tenentes referente às ideias defendidas por Prestes no exílio.

Mas não eram apenas as cartas trocadas entre os antigos Tenentes que interessavam aos leitores dos jornais brasileiros. Em janeiro de 1932, a imprensa⁴⁴ noticiou o relatório do Procurador Especial da Justiça Revolucionária, referente ao processo movido contra o presidente deposto, Washington Luís, no qual havia menções a violações de correspondências realizadas por ordem do então presidente. Entre as correspondências copiadas e enviadas a ele

⁴²Nesta pesquisa optou-se pelo uso dos termos “levantes de 1935” e “Levantes comunistas de 1935”, todavia a historiografia brasileira apresenta, ainda outras nomenclaturas para o evento, tais como: “Levantes antifascistas de 1935” (PRESTES, A., 2015), “tentativa de golpe militar de novembro de 1935” (FAUSTO, 2014, p. 198), “tentativa revolucionária” (REIS, 2014, p. 188), “Insurreição Comunista de 1935” (COSTA, 2015), “Rebeliões de novembro de 1935” (VIANNA, 2003) e “Intentona Comunista” (RAMOS, 2016), entre outras.

⁴³Carta publicada no periódico *A Noite*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1930, p. 1. (PRESTES, A., 2015, p. 120)

⁴⁴*Diário da Noite* (18 de janeiro de 1932), *A Noite* (18 de janeiro de 1932), *O Jornal* (19 de janeiro de 1932), *Diário Nacional* (19 de janeiro de 1932) e *República* (23 de janeiro de 1932).

pelos Correios e Telégrafos estão as cartas de Prestes enviadas à sua mãe. Os jornais não especificaram o número, tampouco transcreveram-nas, exceto por um trecho de uma delas em que Prestes perguntava à mãe: “como vai a esquerda?”⁴⁵.

Em 1932, quando a correspondência de Prestes com a mãe era notícia na imprensa brasileira, ela e as filhas já viviam há mais de um ano, junto de Prestes, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde Prestes trabalhou como engenheiro e se dedicou ao estudo do marxismo-leninismo.

Depois de finalmente ser aceito no Partido Comunista Brasileiro (PCB), em dezembro de 1934, Prestes iniciou a sua viagem de retorno ao Brasil, com a missão de organizar e liderar os levantes revolucionários que propunham conduzir o país ao comunismo. Para garantir a sua segurança, uma vez que havia sobre ele uma acusação de deserção, o Partido Comunista designou a jovem, mas experiente comunista alemã, Olga Benário. Durante a viagem, Olga e Prestes viveram um relacionamento amoroso, que se consolidou ao longo do ano de 1935. Quando os levantes fracassaram e Prestes passou a ser perseguido pela polícia, Olga já havia se tornado sua companheira.

No período compreendido entre o fracasso dos levantes de 1935 e a prisão de Prestes e Olga em março de 1936, as cartas de Prestes voltaram a ocupar as páginas da imprensa brasileira. Ao contrário dos anos anteriores, as cartas publicadas nesse período eram apresentadas como indícios da organização dos levantes, bem como do comprometimento de agentes do Estado e de militantes presos, e não das ideias e dos apoios políticos declarados pelo ilustre exilado.

Nos dias que se seguiram ao fracasso do levante comunista levado a cabo na madrugada de 27 de novembro de 1935, a polícia política, liderada pelo capitão Filinto Müller, iniciou uma caçada em busca dos articuladores do movimento e, principalmente, de Luiz Carlos Prestes (REIS, 2014). Poucos dias depois, no dia 8 de dezembro, o jornal *Diário Carioca*⁴⁶ noticiava: “Uma sensacional diligência policial no apartamento de um oficial do exército no Largo do Machado”, que ocorreu no apartamento do Tenente Neno Canabarro Lucas, declarado foragido,

⁴⁵Conforme: “O processo contra o sr. Washington Luís”, *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_01/9467 Acesso em: 22 abr. 23; “A correspondência política do sr. Washington Luís”, *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_03/7149 Acesso em: 22 abr. 2023; O processo contra Washington Luís”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1932.

⁴⁶A mesma notícia foi veiculada no dia 9 de dezembro pelo jornal *Diário da Noite*, a qual fazia referência ao caráter subversivo da documentação encontrada. Conforme: “Sensacional diligência policial no apartamento de um oficial do Exército no Largo do Machado”, *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093092_02/22367 Último acesso em 22/04/2023; “Grande cópia de documentos comprometedores no apartamento de um oficial do Exército”, *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1935; Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_01/24735 Acesso em: 22 abr. 2023.

durante a qual foram encontrados, segundo a notícia, livros, cadernos, anotações, cartas e telegramas de Luiz Carlos Prestes. A notícia informava, ainda, que a documentação apreendida seria utilizada pela polícia para realizar novas diligências e prisões, o que de fato aconteceu.

No dia 10 de janeiro de 1936, o jornal *Diário de Pernambuco* noticiou mais uma diligência policial, dessa vez seguida da prisão de Henry Berger e Machla Lenazucki, codinomes de Arthur Ernest Ewert, dirigente do Partido Comunista Alemão, e sua esposa, Elisabeth Saborowsky Ewert (Sabo). De acordo com a notícia, durante a prisão do casal foi “apreendida uma volumosa e bastante compromettedora correspondência”, incluindo “cartas dirigidas a Luiz Carlos Prestes, por correligionários seus”⁴⁷.

Nesse contexto, as cartas foram apontadas como documentos comprometedores e reveladores da organização do movimento, de modo que ter escrito a Luiz Carlos Prestes e/ou ter recebido cartas suas passou a ser uma condição de risco. Mesmo assim, outras apreensões foram feitas e nelas as cartas de Prestes continuavam entre os documentos encontrados com militantes e colaboradores do movimento.

Artigos foram publicados na imprensa com o propósito de explicar a organização do movimento e expor as evidências coletadas pela polícia até então. Nesses textos, as cartas de Prestes apareciam como elementos fundamentais para a articulação da informação dentro do movimento, tanto elas quanto os telegramas eram a forma mais usual de comunicação a distância naquele período e naquelas condições, isto é, a vida na clandestinidade e a organização de um movimento revolucionário. Em 3 de dezembro de 1935, o jornal carioca *Diário da Noite* publicou o artigo intitulado “*Como Prestes preparou a Revolução*”, no qual a correspondência de Prestes foi apresentada da seguinte forma:

A correspondencia de Luiz Carlos Prestes era dirigida, entre muitas outras, para o capitão Agildo Barata, capitão Moesias Rollim, para o comandante Hercolino Cascardo, e outros, para só falar dos militares. A correspondencia com os civis era também muito grande e era feita, ora através do correio, ora por elementos de confiança do partido comunista.⁴⁸

A prisão de Prestes e de Olga em 5 de março de 1935 também resultou na apreensão de documentos e foi amplamente divulgada pela imprensa. No dia seguinte à prisão, o jornal *O Imparcial* publicou uma matéria de capa com o relato da prisão, na qual pode ser vista a fotografia (Figura 3) a seguir:

⁴⁷Conforme: “Orientador do movimento comunista na América do Sul”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 de janeiro de 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_11/17873 Acesso em: 22 abr. 2023.

⁴⁸Conforme: “Como Prestes preparou a revolução”, *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_01/24655 Acesso em: 22 abr. 2023.

Figura 3: O Capitão Filinto Muller e funcionários da polícia examinando a correspondência de Luiz Carlos Prestes. (Legenda original)



Fonte: Jornal *O Imparcial*, 06 de março de 1936.

Prestes foi mantido preso em isolamento por nove anos, de 1936 a 1945, quando foi beneficiado pela anistia, que garantiu a soltura dos presos políticos no Brasil. Foram movidos contra ele um total de três processos: o primeiro por deserção, do qual foi absolvido, e outros dois relativos ao seu envolvimento nos eventos de 1935, nos quais foi condenado a um total de 46 anos e oito meses de prisão. Uma de suas condenações esteve diretamente relacionada à sua correspondência com membros do PCB.

Essa correspondência, que foi utilizada como prova e divulgada na imprensa, trata do desaparecimento e morte de Elvira Copello. A jovem, também conhecida como Elza ou “Garota”, era a companheira de Miranda, codinome utilizado pelo Secretário Geral do PCB, e foi presa com ele. Poucos dias depois, foi liberada pela polícia sob a alegação de inocência e lhe foi garantida a autorização para visitar Miranda. Diante disso, Elvira procurou os membros do partido que ainda estavam em liberdade e se colocou à disposição para estabelecer algum tipo de comunicação entre eles e Miranda. A soltura de Elvira despertou desconfiança nos membros do partido, que viam em sua situação uma possível colaboração com a polícia. De acordo com Reis (2014, p. 195), “formou-se então um consenso, do qual participaram Stuchevski e Prestes, no sentido da eliminação de Elza que foi morta por um grupo de dirigentes num aparelho do Partido em 2 de março de 1936”.

No dia 7 de abril de 1936, o jornal *Correio de S. Paulo* publicou uma matéria de capa intitulada “*A inquisição vermelha*”, na qual apresentava a transcrição de cartas atribuídas a Prestes, nas quais o “justiçamento”⁴⁹ de Elvira era defendido. Nos dias seguintes, a notícia do envolvimento de Prestes no assassinato de Elvira foi noticiada por jornais de diferentes regiões do país e sua correspondência apontada como uma evidência concreta desse envolvimento⁵⁰.

Para além da correspondência da prisão, Prestes manteve ao longo da vida uma vasta correspondência familiar e política, não havendo, em muitos casos, como separar essas duas esferas em sua vida. As cartas aos ex-companheiros de Coluna e de Partido, amplamente exploradas pela polícia e pela mídia, eram, em sua maioria, de cunho político, mas tratavam também das memórias compartilhadas por eles durante a luta. Da mesma forma, as que ele escrevia à sua mãe tratavam de questões pessoais, mas também das suas ideias referentes ao ambiente político em que viviam.

O grande número de cartas escritas e recebidas por Prestes durante os seus 92 anos de vida, assim como a forte relação de amor e de amizade que manteve com sua família nos momentos de exílio e prisão, e o seu envolvimento em eventos importantes para a história do Brasil, deram à sua correspondência uma abrangência temática e geográfica que impossibilita um levantamento numérico exato. No entanto, é possível identificar ao menos quatro grandes ambientes de preservação: a família, as instituições do Estado, as instituições privadas e a imprensa. Para cada um desses ambientes é possível propor outras subdivisões e contextos de salvaguarda que envolvem apreensões, doações e iniciativas de publicização.

As transcrições da correspondência de Prestes, feitas pelos jornais brasileiros, expuseram uma nova frente de preservação para essa tipologia de documento, que não preserva a materialidade da carta, mas a informação sobre o que nela está escrito e as pessoas envolvidas na correspondência. De outro modo, a preservação dessas cartas também se dá por meio de ações e políticas em prol da memória da imprensa no Brasil.

Atualmente, há registros de cartas, bilhetes e telegramas escritos ou recebidos por Luiz Carlos Prestes nos seguintes locais: Arquivo pessoal de Anita Leocádia Prestes, Instituto Luiz

⁴⁹Expressão utilizada pelos comunistas para designar a eliminação de um membro do partido que houvesse traído a causa (REIS, 2014).

⁵⁰Conforme: “Inquisição Vermelha!”, *Correio de São Paulo*, São Paulo, 7 de abril de 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720216/8717> Acesso em: 22 abr. 2023. “Viveria ainda a companheira do Secretário Nacional do PCB”, *O Imparcial* (MA), São Luís do Maranhão, 12 de abril de 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/107646/16307> Acesso em: 22 abr. 2023. “Tudo indica que Elza Fernandes foi executada pelos comunistas”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/8388 Acesso em: 22 abr. 2023.

Carlos Prestes (ILCP)⁵¹, Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Arquivo Estatal Russo de História Social e Política e Arquivos do Poder Judiciário⁵².

Ainda que as cartas escritas e recebidas por Prestes no período anterior à sua prisão sejam de suma importância para o entendimento da relação que tanto as instituições quanto o povo brasileiro estabeleceram com as imagens de Prestes construídas a partir delas, são as cartas, os bilhetes e os telegramas escritos ou recebidos durante o período de prisão (1936-1945) que melhor evidenciam a complexidade que envolve a manutenção das relações epistolares e as formas de preservação decorrentes dessas relações, as quais, em última instância, permitem a leitura dessas correspondências nos dias atuais. Nesse sentido, a correspondência ativa de Heráclito Fontoura Sobral Pinto no primeiro ano de seu trabalho como advogado *ex-officio* de Prestes, também pode ser lida como um preâmbulo dessas cartas, pois a partir dos escritos do advogado e das relações epistolares mantidas por ele, é possível fazer uma leitura das circunstâncias nas quais Prestes rompeu o isolamento e pode, finalmente, manter correspondência regular com a família.

2.2. O advogado, a mãe e o prisioneiro: o ano de 1937

As cartas que Luiz Carlos Prestes escreveu na prisão estão inseridas em um amplo conjunto de documentos compostos por reportagens e notícias publicadas nos jornais, por entrevistas concedidas a pesquisadores e a imprensa, por documentos do judiciário e por outros conjuntos epistolares, entre os quais, destaca-se a correspondência ativa de Heráclito Fontoura Sobral Pinto, publicada na obra *Por que defendo Comunistas* de 1979.

Como os primeiros fios que compõem uma trama, essas cartas, de cunho profissional, são bastante relevantes para o entendimento das condições nas quais teve início a correspondência autorizada de Prestes com a família durante o período de prisão, bem como para preencher algumas das lacunas encontradas no diálogo epistolar de Prestes com a mãe no

⁵¹ O Instituto Luiz Carlos Prestes (ILCP) foi criado em 2009 por iniciativa de Anita Prestes e companheiros. Trata-se de uma entidade cultural e apartidária criada com o propósito de preservar a memória de Prestes e seu legado. Nas palavras de Anita Prestes (2019, p. 268) “Criamos o site www.ilcp.org.br, que cumpre a função de divulgar documentos sobre Luiz Carlos Prestes, Olga Benário Prestes, Leocádia Prestes e os comunistas brasileiros”.

⁵² Há indícios de que Prestes mantinha correspondência com pessoas em diferentes países e relacionadas a diferentes temáticas, podendo haver cartas suas em instituições ou acervos privados no Brasil, na Argentina, no México, em Cuba, na Rússia, entre outros, que não integram este levantamento.

mesmo período. Assuntos como as condições da prisão, as agressões e os episódios de cerceamento da defesa não estavam nas cartas de Prestes para a mãe porque não passariam pelo filtro da censura, mas estavam presentes nas cartas trocadas entre Sobral Pinto e Leocádia Prestes, assim como nas muitas petições e cartas escritas pelo advogado aos juízes, clérigos, ministros, chefes de polícia e ao próprio presidente da República no período.

Ao menos, no que se refere ao ano de 1937, a correspondência profissional de Sobral Pinto constitui parte relevante de um profícuo fluxo de correspondências desenvolvido em torno de Prestes, uma vez que ao longo daquele ano houve mudanças significativas no contexto político do país e, por conseguinte, na política institucional voltada para os presos políticos. Essas cartas indiciam os bastidores do ambiente institucional dentro do qual teve início a correspondência autorizada de Prestes nos anos de prisão, ao mesmo tempo, em que expõem a relação estabelecida entre o advogado *ex-offício*⁵³ fortemente marcado por um senso de dever cristão, e o prisioneiro comunista, que se via isolado e julgado por um tribunal de exceção. A correspondência publicada de Sobral Pinto expõe, ainda, a atuação corajosa de Leocádia Prestes em defesa do filho, assim como a influência exercida por ela como mediadora da relação de Prestes com o advogado.

Heráclito Fontoura Sobral Pinto era mineiro, nascido em Barbacena no final do século XIX e tinha 43 anos quando foi designado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para defender Luiz Carlos Prestes e Arthur Ewert (Harry Berger), dois comunistas acusados de planejar e promover os levantes de 1935. Ao aceitar essa designação, Sobral Pinto deparou-se com uma situação na qual os jornais noticiavam a vitória sobre os “delegados de Moscou”, detalhavam as condições da prisão e exaltavam o caráter antipatriótico dos levantes⁵⁴. Ao contrário de Prestes, que gozava de popularidade graças ao seu histórico como Cavaleiro da Esperança e líder da Coluna Prestes, Arthur Ewert era visto como um estrangeiro perigoso e inimigo da nação brasileira. De qualquer forma, não havia glória na defesa de comunistas em um país que vivia sob forte propaganda anticomunista. Sobral Pinto estava ciente disso como

⁵³Advogado *ex-offício* é aquele nomeado por seus constituintes, por obrigação do ofício.

⁵⁴Conforme: “A prisão de Luiz Carlos Prestes e sua attitude ante os que o prenderam”, O Imparcial. Rio de Janeiro, 7 de março de 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_03/2983 Acesso em: 23 abr. 2023; “Presos, afinal, os delegados de Moscou”, O Imparcial, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_03/2384 Acesso em: 23 abr. 2023; “Presos, afinal, os delegados de Moscou: Henry Berger continua a guardar silêncio”, O Imparcial, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_03/2396 Acesso em: 23 abr. 2023; “Não é possível que a trama do golpe comunista tenha sido feita em Genebra”, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_03/2422 Acesso em: 23 abr. 2023; “Prisão sensacional! Detido no Rio o dirigente geral do movimento comunista na América do Sul”, A Noite, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_03/28023 Acesso em: 23 abr. 2023.

demonstra uma carta escrita por ele à irmã em 11 de janeiro de 1937. Na carta, ele explicou os motivos pelos quais aceitou fazer a defesa de Prestes e responde às críticas feitas pela irmã⁵⁵.

Depois, minha cara irmã, se você se mostra tão hostil a esse homem, cujo patrocínio, GRATUITO foi agora confiado a minha modesta capacidade, é porque os jornais estabeleceram em torno dos seus propósitos uma campanha de sistemática desmoralização. Mas, podem os jornais constituir, entre pessoas sensatas, como você, elemento sério de convicção? Se as notícias dos jornais valessem, qual o juízo que você faria de mim? Quanta infâmia, quanta calúnia, quanta miséria não publicaram os jornais a meu respeito! E, no entretanto, como, para você, que me conhece até o fundo da alma, eu sou diferente daquilo que os jornais disseram que eu era! Não lhe parece lógico que a mesma coisa deva ocorrer com Luiz Carlos Prestes? (SOBRAL PINTO, 1979, p. 39).

Luiz Carlos Prestes foi assunto de outras duas cartas escritas por Sobral Pinto no mesmo período, uma destinada ao Cardeal Dom Sebastião Leme e outra ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, ambas justificavam a escolha pela defesa de Prestes e de Ewert. Essas cartas demonstraram, ainda, parte da rede de influências que mais tarde seria mobilizada por Sobral Pinto para garantir o livre exercício de sua profissão. Contudo, são as cartas escritas à Leocádia Prestes, aquelas que apresentam os primeiros indícios a respeito da relação epistolar que se consolidaria entre Prestes e a família.

O primeiro registro a que se tem acesso referente a esse diálogo epistolar é uma carta escrita por Sobral Pinto a Leocádia Prestes em 12 de março de 1937, acusando o recebimento de três cartas enviadas por ela, uma destinada a ele e outras duas destinadas a Prestes⁵⁶. Na carta, Sobral Pinto se comprometia a fazer todo o possível para que as missivas fossem entregues ao destinatário de direito, que há mais de um ano estava incomunicável. O apelo ao advogado foi mais uma das muitas tentativas de Leocádia, que ao longo do ano de 1936 havia buscado, sem sucesso, se corresponder com o filho. Vivendo no exílio, Leocádia e sua filha Lygia buscaram até mesmo a ajuda da embaixada brasileira na França para que suas cartas chegassem a Prestes, ao mesmo tempo, que mobilizavam a opinião pública internacional por meio da Campanha Prestes⁵⁷.

⁵⁵A carta de Sobral Pinto para a irmã Natalina é a única carta escrita por ele com teor pessoal publicada na obra *“Por que defendo comunistas”* (1979).

⁵⁶Na mesma publicação foram transcritas duas das três cartas a que se refere Sobral Pinto, uma carta de Olga Benário para Leocádia e outra de Leocádia para o filho. (SOBRAL PINTO, 1979, p. 62, 63, 83,84)

⁵⁷A Campanha Prestes, isto é, campanha internacional pela libertação dos presos políticos no Brasil, promovida entre os anos de 1936 e 1945, configura um importante acontecimento para a História do Brasil, todavia, tem sido pouco trabalhada pela historiografia, quase sempre de forma secundária em estudos dedicados à vida e aos feitos políticos de Luiz Carlos Prestes. Nesta pesquisa, é usada como principal referência a obra *“Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos no Brasil: uma emocionante história de solidariedade internacional”*, de autoria de Anita Prestes. Na obra, a autora cita uma extensa documentação reunida pela família, assim como cartas, relatórios e outros documentos salvaguardados no Arquivo Russo de História Social e Política.

De acordo com Anita Prestes (2015b), essa campanha iniciou no dia seguinte à prisão de Prestes, quando Dimitri Manuïlski⁵⁸ procurou Leocádia, que vivia em Moscou com as filhas desde 1931, para informá-la da situação e para propor que ela desse início a uma campanha internacional pela libertação de seu filho e dos demais presos políticos no Brasil. A campanha seria apoiada e financiada pelo Socorro Vermelho Internacional, entidade vinculada à Internacional Comunista criada com o propósito de prestar socorro aos prisioneiros políticos e às vítimas do fascismo. Ao aceitar a proposta, Leocádia, acompanhada da filha Lygia, mudou-se para Paris, cidade que serviu de sede para a campanha nos primeiros anos.

Figura 4: Leocádia e Lygia Prestes participando de um comício em Oviedo (Espanha), durante a Campanha Prestes, em maio de 1936.



Fonte: Instituto Luiz Carlos Prestes (ILCP)

Ao longo do ano de 1936, enquanto Prestes permanecia incomunicável no Quartel da Polícia Especial, Leocádia mobilizou milhares de pessoas em comícios e manifestações iniciadas na Espanha (Figura 4), à época governada pela Frente Popular, expandiu-se em seguida para outros países da Europa e da América⁵⁹. Na Espanha republicana, a imprensa operária produzia cartazes e materiais de divulgação, denunciavam a situação brasileira e

⁵⁸Dirigente da Internacional Comunista e amigo de Prestes. Nas cartas escritas por Prestes à família, Manuïlski é referido como “Tio Manuel”, com o propósito de evitar a censura.

⁵⁹De acordo com Anita Prestes (2015b), o primeiro ato público organizado pelo Grupo de Amigos da América Latina, em Madri, com a presença de Leocádia e de Lygia, reuniu cerca de 5 mil mulheres em defesa da causa de Prestes. Além desse ato, houve outros, em outras cidades espanholas, tais como o que aconteceu em Oviedo, reunindo cerca de 10 mil pessoas. A autora relata, ainda, outros eventos dos quais Leocádia e Lygia participaram ou organizaram divulgando a causa de Prestes e dos demais presos políticos no Brasil.

reivindicavam a libertação de Prestes. Telegramas e resoluções de protesto eram enviados à embaixada brasileira e até mesmo a Getúlio Vargas, exigindo um julgamento público para Prestes.

A Campanha também mobilizou grupos e agremiações femininas, como a União Republicana Feminina e o Comitê Mundial das Mulheres contra a Guerra e o Fascismo, além de intelectuais como Federico Garcia Lorca, Rafael Albert e Teresa Leon. Na França, a imprensa passou a divulgar notícias e protestos para denunciar a situação brasileira e, assim como na Espanha, a embaixada do Brasil passou a receber delegações e correspondências destinadas ao governo brasileiro que exigiam a libertação de Prestes e dos demais presos políticos. Comitês Prestes foram organizados em diversos países da Europa, e a partir deles, a situação dos presos políticos no Brasil foi denunciada por meio de manifestações e publicações na imprensa. No final de 1936, a notícia da extradição de Olga Benário e do nascimento de Anita em uma prisão nazista, deu novo impulso à Campanha, que agora não tratava apenas da defesa dos direitos de presos políticos no Brasil, tratava de garantir a sobrevivência de Olga e da filha que ela e Prestes tiveram juntos.

Nesse contexto marcado pela pressão internacional e por notícias da imprensa local negando que os presos tivessem sofrido qualquer tipo de agressão ou tortura⁶⁰, teve início a peregrinação burocrática de Sobral Pinto com o objetivo de entregar as cartas enviadas por Leocádia e, também, de garantir o estabelecimento de um “entendimento epistolar” entre o prisioneiro e sua família. Inicialmente, escreveu um ofício ao Juiz do Tribunal de Segurança Nacional (TSN)⁶¹, Raúl Machado, explicando a situação:

Vindo de Paris, chegou ontem ao escritório do Suplicante a correspondência, que vai junta por cópia, constituída de duas cartas escritas por D. Leocádia Prestes, mãe do acusado supra nomeado, uma a seu filho, e outra ao próprio Suplicante, e de uma terceira missiva dirigida, da Alemanha onde se acha, por D. Olga Benário Prestes à sua sogra, D. Leocádia Prestes (SOBRAL PINTO, 1979, p. 87).

⁶⁰A título de exemplo: “Luiz Carlos Prestes na Polícia Especial: Como vem sendo tratado ali o chefe revolucionário”, O Imparcial, Rio de Janeiro, 10 de março de 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_03/3010 Acesso em: 23 abr. 2023.; “Como foi preso Luiz Carlos Prestes”, A Noite, Rio de Janeiro, 5 de março de 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_03/29595 Acesso em: 23 abr. 2023.

⁶¹O Tribunal de Segurança Nacional (TSN) foi instituído pela lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, na esfera da Justiça Militar. De acordo com Sobral Pinto (1979, p. 21-22), o TSN foi criado com a finalidade de transferir o julgamento de crimes políticos da justiça comum para a justiça militar e funcionava como Juízo de 1ª instância, cabendo apelação ao Superior Tribunal Militar. Ainda de acordo com Sobral Pinto, “quando veio o golpe de 1937, o Tribunal de Segurança Nacional foi transformado em Tribunal autônomo e ele passou a ser um Tribunal de 1ª e 2ª Instâncias nos crimes políticos”. Já Anita Prestes (2015, p. 186), ao tratar do TSN, lembra que este foi “uma corte de exceção destinada a julgar os responsáveis pelos chamados ‘crimes contra a segurança nacional’”.

No mesmo documento, Sobral Pinto argumenta que é direito do prisioneiro estabelecer comunicação com a família e que esse direito, junto a tantos outros, vem sendo negado a Luiz Carlos Prestes, preso em isolamento. Por fim, requer ao juiz que “[...] sejam tomadas as medidas indispensáveis para que, d’ora em diante, possa esse acusado, não só fazer as leituras que forem do seu agrado, como também corresponder-se regularmente com as pessoas de sua família” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 90).

Na carta escrita à Leocádia, Sobral Pinto também informou que o juiz Raúl Machado deferiu o seu pedido e que a partir de então ela e o filho poderiam corresponder-se regularmente. Propôs, ainda, manter com Leocádia uma via direta de comunicação, a fim de mantê-la informada da situação do filho, e ressaltou que até aquele momento suas cartas não haviam sido censuradas e acreditava que não seriam. Em suas palavras:

Não toleraria, assim, que as autoridades brasileiras entrassem a fazer a censura da minha correspondência profissional. Se um tal abuso viesse ou vier a ser praticado saberei fazer valer, perante os nossos tribunais, os direitos da minha profissão. E, caso me visse repellido pelos juizes do meu país, pode V. Exa. ficar certa de que declinaria, imediatamente, da função de advogado ex-officio, em que me vi investido, pois não tolero o menor cerceamento da minha atividade profissional. Ou me deixam exercê-la com liberdade, ou, então, eu a não exerço (SOBRAL PINTO, 1979, p. 93).

A garantia de que a partir de então seria possível uma correspondência regular entre Prestes e sua família representou mais do que o exercício de um direito, significou o fim de um longo e tortuoso caminho percorrido por Leocádia para obter alguma informação sobre o filho. Do mesmo modo, para Prestes, as cartas da família trouxeram a possibilidade de romper o isolamento a que estava submetido desde sua prisão.

Por meio de outra carta enviada por Sobral Pinto à Leocádia Prestes, no dia 10 de abril de 1937, se tem conhecimento de que, em maio de 1936, Prestes havia escrito uma carta para a mãe e que a administração policial havia se comprometido a enviar. A carta nunca chegou ao seu destino, seja por não ter sido postada, seja por ter se extraviado. O fato é que por meses, Prestes acreditou ter enviado uma carta para a mãe e esperou em vão pela resposta. No mesmo período, Leocádia escrevia ao filho e, também, não obtinha respostas, como demonstra uma carta escrita por ela em dezembro de 1936 que expõe a situação:

Espero ansiosamente tua resposta a fim de ter a certeza de que esta te chegou às mãos. No decorrer deste ano escrevi-te muitas cartas, mas nenhuma resposta recebi. Foram todas dirigidas aos Quartel da Polícia Especial, aos cuidados do respectivo

comandante. É evidente que alguém tinha interesse em desviar toda a minha correspondência (PRESTES, 2000, p. 551)⁶².

De acordo com as notas da publicação que reúne a correspondência de Prestes, esta carta, ainda que tenha sido enviada por intermédio da embaixada brasileira em Paris, não chegou às mãos de Prestes, somando-se às muitas outras tentativas frustradas de comunicação ao longo do ano de 1936.

Ainda que Sobral Pinto tenha obtido sucesso inicial na busca pelo respeito aos direitos do prisioneiro, seriam necessários alguns meses para que Prestes pudesse ter acesso legal a materiais de leitura⁶³, e mesmo a correspondência, que teve início imediatamente, seria frequentemente interrompida ao longo dos nove anos de prisão. De qualquer forma, houve sucesso, e alguns dias depois de ser comunicada por Sobral Pinto de que suas cartas teriam sido entregues, Leocádia recebeu de Prestes a primeira das centenas de cartas que ele escreveu da prisão, iniciada com as seguintes palavras:

Afinal recebi no dia 11 do corrente a tua carta de 6, que me foi entregue pessoalmente pelo Dr. Sobral Pinto, e, graças aos seus desinteressados e espontâneos esforços, espero que de agora para diante nos possamos regularmente corresponder. Tu bem podes imaginar, querida mãe, a emoção que me causaram as tuas palavras, a notícia do nascimento dessa filha querida, o saber que tu continuas viva e com saúde e que já te correspondeste com a minha dedicada companheira, até ela estendendo a tua ação benfazeja. (PRESTES, 2000, p. 33).

Finalmente, as cartas chegaram, e com elas a notícia de que havia a possibilidade de comunicação entre Prestes e Olga, ainda que por intermédio de Leocádia. Já nessa primeira carta, Prestes anunciava o envio, em anexo, de “algumas linhas” para Olga e outras para as irmãs, e dizia estar certo de que a mãe lhe manteria informado da situação de sua companheira.

Sabe-se que assim como Leocádia, Olga havia tentado, sem sucesso, se corresponder com o companheiro nos meses que se seguiram à sua extradição e ao nascimento da filha. Na obra *Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo*, Anita Prestes (2017, p. 83-85) expõe parte da documentação que compõe o “processo Benário” recolhido e organizado pela Gestapo, na qual constam um telegrama e uma carta datados de 28 de novembro e 17 de dezembro de 1936. Nessas missivas, Olga anunciava o nascimento da filha, narrava as

⁶² Em razão do número de autores com o sobrenome “Prestes”, optou-se por referenciá-los, no corpo do texto, com o uso de iniciais, de acordo com a seguinte organização: Luiz Carlos Prestes (PRESTES); Anita Prestes (PRESTES, A.); Lygia Prestes (PRESTES, L.); Leocádia Felizardo Prestes (PRESTES, L.F.); Maria Prestes (PRESTES, M.); Luiz Carlos Prestes Filho (PRESTES FILHO).

⁶³ Excetua-se o material entregue pelo advogado Eugênio Carvalho do Nascimento para que Prestes trabalhasse na própria defesa junto ao Tribunal Militar.

condições em que vivia e pedia por notícias. Todavia, a leitura das “linhas”⁶⁴ escritas por Prestes demonstra que a primeira carta de Olga que chegou a ele depois de sua extradição foi aquela entregue por Sobral Pinto, datada de 31 de janeiro de 1937. A referida carta não era destinada a Prestes e sim a Leocádia, contudo, foi por meio dela que Prestes obteve as primeiras notícias de sua companheira e de sua filha. Na carta, também publicada junto à correspondência de Sobral Pinto, Olga faz um apelo à sogra:

Peço-lhe que, por sua vez, me escreva tudo o que saiba sobre a situação do Carlos. Desde 23 de setembro, isto é, desde o dia em que fui expulsa do Brasil, estou sem notícias dele. Quando eu estava lá, podíamos nos corresponder de tempos em tempos. Depois do nascimento da menina, eu mandei uma carta para ele, mas até agora não tive resposta. (SOBRAL PINTO, 1979, p. 63)

A partir de então, Prestes escreveu cartas para a Olga e as enviou junto às cartas que escrevia para a mãe. Do mesmo modo, Olga escrevia para Prestes tendo a sogra como intermediária⁶⁵. Nesse sentido, é possível afirmar que toda a correspondência de Prestes nos primeiros anos de prisão passou, invariavelmente, pelos esforços de Leocádia, que, com a ajuda da filha Lygia, não só intermediava a correspondência de Prestes com as irmãs e com Olga, como também articulava junto ao advogado a garantia dos direitos de seu filho.

As cartas escritas por Sobral Pinto a Leocádia Prestes entre os anos de 1937 e 1938, hoje publicadas, são apenas um fragmento do diálogo epistolar que estabeleceram e de que se tem conhecimento, graças às menções feitas a essa correspondência nas cartas trocadas entre Prestes e a família. Essas cartas também expõem o fato de que o exílio não foi um entrave para que Leocádia se fizesse presente e atuante na luta por justiça para o filho, a nora e a neta, pelo contrário, foi do exílio que ela se fez presente pelas cartas que escrevia ao filho, e foi por meio de cartas que acompanhou o trabalho da defesa e as condições da prisão impostas a ele e, sobretudo, foi no exílio que ela mobilizou forças e denunciou ao mundo a situação vivida pela família e pelos demais presos políticos no Brasil.

Ainda que suas cartas não tenham sido publicadas, sabe-se que Leocádia escrevia com frequência ao advogado do filho nos primeiros meses de 1937. Em uma missiva datada de 8 de maio de 1937, Sobral Pinto faz referência a cinco cartas recebidas de Leocádia apenas no mês anterior⁶⁶. Foi por intermédio dele que Leocádia pode enviar dinheiro, roupas e objetos de uso pessoal ao filho, de modo que em muitas de suas cartas Sobral Pinto presta contas desse trabalho

⁶⁴Carta de Luiz Carlos Prestes a Olga Benário em 16 de março de 1937. (PRESTES, 2002b, p. 287)

⁶⁵Ainda que integrem a correspondência familiar, as cartas trocadas entre Olga e Prestes possuem particularidades referentes ao fluxo, à circulação e ao conteúdo, as quais serão discutidas em um momento posterior neste texto.

⁶⁶Carta de Heráclito Fontoura Sobral Pinto a Leocádia Felizardo Prestes em 8 de maio de 1937. (SOBRAL PINTO, 1979, p. 116, 117)

e expõe as dificuldades encontradas para fazer a entrega. Em uma carta datada de 12 de maio de 1937 ele protesta contra essa situação:

Parece incrível que a supressão das liberdades tenha atingido, no Brasil, a tais extremos que um advogado precise fazer as peregrinações a que tive que me entregar para conseguir dar a um preso político algumas roupas que a sua velha mãe, também exilada, lhe mandara de longes terras. (SOBRAL PINTO, 1979, p. 118)

Comentários como o do excerto citado acima jamais seriam tolerados em uma correspondência censurada, de modo que as cartas de Prestes para a mãe no mesmo período expõem as dificuldades de modo bastante sutil. Quando questionado pela mãe quanto às suas necessidades na prisão, a resposta era evasiva, como demonstra o excerto a seguir: “As necessidades de um prisioneiro, minha mãe, se sucedem de modo inexorável; enquanto umas não são satisfeitas, quase que não se dá pelas outras” (PRESTES, 2000, p. 38). Prestes insistia, ainda, que a mãe não incomodasse o advogado com questões relacionadas às suas necessidades na prisão, e que reservasse os recursos que tinha para a neta. A preocupação com a filha é evidente em suas cartas, mas assim como as demais questões que poderiam chamar a atenção da censura, esta também se colocava de modo sutil.

Há nas cartas de Prestes, nesse período, referências constantes à correspondência da mãe com o advogado⁶⁷, o que corrobora o entendimento de que Leocádia era informada da situação do filho por meio das cartas que recebia de Sobral Pinto. Junto às mesmas cartas eram enviados recortes de jornais que noticiavam a situação de Prestes e cópias de petições, ofícios e requerimentos escritos por Sobral Pinto com o propósito de garantir os direitos negados ao prisioneiro, tais como a comunicação com a família e o acesso a material de leitura. Em uma carta datada de 12 de maio de 1937, Sobral Pinto já anunciava a sua intenção nesse sentido: “Futuramente, pretendo enviar a V. Exa. cópia integral de todos os trabalhos que, como advogado *ex-officio* tive a oportunidade de apresentar em favor de seu filho quer às autoridades judiciais, quer às administrativas do nosso país” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 119).

Inicialmente, Sobral Pinto atuava como advogado de Prestes apenas nos processos movidos no âmbito do Tribunal de Segurança Nacional, referentes ao seu envolvimento nos levantes de 1935. Para o processo de deserção movido no âmbito da justiça militar foi designado um outro advogado, Dr. Eugênio do Nascimento, com quem Leocádia também se correspondia.

⁶⁷Sobral Pinto e Leocádia Prestes mantiveram correspondência regular pelo menos até o ano de 1942, com períodos de maior e de menor fluxo. No começo de 1943 Leocádia interrompeu toda a sua correspondência devido aos problemas de saúde que resultariam em sua morte em junho daquele ano. A título de exemplo, apenas no ano de 1937, Prestes e Leocádia fizeram referências a correspondência entre Leocádia e Sobral Pinto em ao menos 20 de suas cartas.

As cartas trocadas entre Leocádia e Eugênio do Nascimento não foram publicadas, de modo que se tem acesso apenas ao que é dito sobre elas na correspondência de Prestes com a mãe. Em 1939, Prestes foi informado de que Eugênio do Nascimento não poderia mais ser seu advogado, na ocasião indicou Sobral Pinto para substituí-lo. Até 1941, Sobral Pinto e Eugênio do Nascimento foram as únicas pessoas autorizadas a visitar Prestes na prisão, sendo, portanto, os únicos testemunhos a que Leocádia podia recorrer para saber da situação do filho.

Figura 5: Luiz Carlos Prestes e seu advogado Sobral Pinto no Tribunal de Segurança Nacional



Fonte: Revista Eletrônica OABRJ, 2020.

O entendimento epistolar entre Leocádia Prestes e Sobral Pinto também se colocou como um caminho possível para a resolução de um outro problema. Prestes não confiava no advogado designado a ele, tampouco reconhecia a legitimidade do Tribunal de Segurança Nacional, de modo que inicialmente se recusou a receber a visita do advogado e exigiu o direito de fazer a própria defesa. Foram as cartas de Leocádia que abriram caminho para um entendimento entre Prestes e Sobral Pinto (Figura 5). Muitos anos depois, em uma entrevista concedida a Carone (2022, p. 25), Prestes diria: “Minha mãe, que estava no México, quando soube que ele era meu advogado, escreveu a ele, mandando, por seu intermédio, uma carta para mim. Só então eu o recebi e ele disse que, independente de tudo que eu pensava, tinha o dever de me defender”.

Para além da insegurança experimentada por alguém na situação em que Prestes se encontrava, estavam todos os entraves criados pela administração policial para a livre comunicação entre ele e o advogado, alguns desses entraves foram descritos por Sobral Pinto

em cartas, petições e requerimentos. Em uma carta datada de 28 de maio de 1937, Sobral Pinto confessa à Leocádia a sua indignação e as providências tomadas no sentido de garantir a defesa de Prestes:

Para conhecimento de V. Exa., envio, com esta, cópias da petição que dirigi ao Dr. Raul Machado, nas vésperas do julgamento, e do protesto que apresentei ao Comandante da Polícia Especial, relativamente à cena deprimente de que fui um dos atores passivos. Nessa data de 4 do corrente, o cerceamento da defesa de seu filho, que já era intenso, atingiu às culminâncias da brutalidade agressiva e violenta. Por essas cópias ficará V. Exa. devidamente informada do que venho sofrendo no nosso país, porque, fiel discípulo de Jesus Cristo, procuro, por entre as falhas da minha vontade claudicante, cumprir os mandamentos da Igreja Eterna.(SOBRAL PINTO, 1979, p. 141-142)

De acordo com o descrito por Sobral Pinto, no protesto ao Comandante da Polícia Especial, Prestes havia escrito uma declaração explicando os motivos pelos quais não reconhecia a legitimidade do Tribunal de Segurança Nacional e as condições de defesa possíveis em tal tribunal. A declaração, destinada ao advogado, foi levada por Prestes ao encontro que tiveram no dia 4 de maio daquele ano. No encontro, que era observado por um policial, Prestes foi impedido de entregar o documento, sob a alegação de que ele precisava ser analisado pela censura. Revoltado com a restrição, Prestes começou a ler em voz alta o conteúdo da declaração, mas, pouco tempo depois, foi impedido pelas ordens do Comandante da Polícia Especial, que exigia a entrega do documento ao gabinete do chefe de polícia. Diante disso, Prestes começou a rasgar o documento. Esse gesto desencadeou uma série de agressões descritas por Sobral Pinto como uma luta desigual que reduziu o prisioneiro à impotência.

Descrente da possibilidade de uma defesa livre e justa, Prestes dispensou os serviços do advogado, que diante dos fatos relatados, escreveu à Leocádia narrando o acontecido e buscando um posicionamento diante da questão. Na referida carta, Sobral Pinto escreveu:

Estaria, pois, disposto a me submeter à vontade dele, Luiz Carlos Prestes, desde que V. Exa. anuísse, também, aos desejos dele. É que neste episódio não estão envolvidos apenas o advogado católico e o revolucionário comunista. Há entre ambos, de permeio, um coração materno, que sofre, e que chora lágrimas de agonia indefinível. Tudo quanto eu já fizera, estou fazendo, e me proponho a fazer até o fim, vem servindo para consolar, um pouco, este seu peito de anciã já tão experimentado pela dor e pela desdita. Parecia-me justo que essa alma de mãe aflita tivesse, também, a oportunidade de se pronunciar, neste debate que tanto interessa ao seu coração agoniado. (SOBRAL PINTO, 1979, p. 145)

As cartas escritas por Leocádia ao filho nesse período não foram publicadas, por motivos que serão abordados mais adiante, todavia, nas cartas de Prestes para a mãe escritas nos meses de maio e junho de 1937, não há referências ao episódio narrado por Sobral Pinto,

há, contudo, em uma carta de Prestes datada de 24 de maio, a seguinte passagem: “O Dr. Sobral Pinto disse-me que te escreveria e que de tudo te informaria e deu-me a entender que tu o compreendes melhor do que eu, o que não duvido, conquanto lhe seja também muito grato pela bondade e pela solicitude com que ele tem procurado atender aos teus pedidos” (PRESTES, 2000, p. 57).

Nas cartas seguintes, Prestes continuou fazendo referências às visitas de Sobral Pinto e aos seus esforços em garantir a sua comunicação com a família. Em uma missiva de 26 de junho do mesmo ano, Prestes diz à mãe que tem a promessa de Sobral Pinto de receber papel e envelopes mais leves e de poder dispor dos recursos necessários para o envio de suas cartas por via aérea (PRESTES, 2000, p. 62). Logo, depreende-se desses indícios epistolares que a relação profissional entre Prestes e seu advogado não foi interrompida nos meses seguintes ao episódio relatado por Sobral Pinto, pelo contrário, essa relação parece ter se estreitado. Na mesma carta, Prestes narra as circunstâncias em que lhe foi entregue a mecha de cabelo de Anita Leocádia enviada por Olga.

Quando recebi aquela carta, busquei e rebusquei, desejando encontrar ao menos um fio dos cabelinhos que a Olga me mandava. Supus, então, que o grande presente não tivesse chegado nem mesmo ao teu poder e tu podes bem imaginar com que alegria recebi, no dia seguinte, das mãos do Dr. Sobral Pinto, a bela lembrança. Ele também é pai, de maneira que estes pequeninos, finos e frágeis fios tiveram como que o dom de mais fortemente unir tudo aquilo que em nossos pensamentos e sentimentos possa haver de comum, tal a transparente sinceridade da alegria com que ele m'os entregou. (PRESTES, 2000, p. 63)

O episódio da entrega dos fios de cabelo também foi descrito por Sobral Pinto em uma de suas cartas à Leocádia, na qual também fez referência a uma carta escrita por ela em resposta às suas considerações sobre as agressões sofridas por Prestes e ao seu desejo de dispensar a defesa. Não é possível saber em que termos Leocádia se manifestou a respeito, mas se depreende pelo conteúdo da carta de Sobral Pinto que ela não se opunha à manutenção do advogado na defesa de Prestes. Depois de mencionar a carta recebida, Sobral Pinto escreve: “Pretendo dirigir-me, logo à tarde, ao Quartel da Polícia Especial, para entender-me com Luiz Carlos Prestes” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 152). De fato, houve um entendimento entre Prestes e o advogado. Prestes continuou a recusar o trabalho de Sobral Pinto na defesa referente aos levantes de 35, por sua vez, Sobral Pinto continuou a apresentar recursos às condenações e a auxiliar em questões como o reconhecimento da paternidade de Anita e à garantia do direito de acesso a materiais de leitura e escrita.

As cartas de Sobral Pinto também narram a transferência de Prestes para a Casa de Correção, e as mudanças significativas nas condições materiais de sua prisão. Cabe ressaltar que a transferência de Prestes e de Arthur Ewert para melhores condições de prisão era uma demanda na qual Sobral Pinto trabalhava há alguns meses, e para tanto produziu uma série de documentos nos quais descrevia as torturas e as condições humilhantes a que Ewert era submetido, assim como, denunciava o isolamento e as “torturas morais” impostas a Prestes⁶⁸.

A posse de José Carlos de Macedo Soares como Ministro da Justiça, em 7 de junho de 1937, abriu uma nova via de entendimento para o caso. Responsável pelo episódio conhecido como “Macedada”, o novo ministro autorizou a soltura de mais de 400 presos políticos sobre os quais não havia sido aberto qualquer processo (PRESTES, A., 2015, p. 212). No mesmo período, a pedido de Sobral Pinto, o ministro foi visitar as instalações onde se encontravam Prestes e Ewert, e pode verificar as condições humilhantes em que eram mantidos. De acordo com o relato feito por Sobral Pinto em uma carta à Leocádia Prestes, datada de 12 de junho, o novo ministro havia se comprometido a viabilizar a transferência de Prestes para a Casa de Correção, onde a ele seriam autorizadas as seguintes condições: “leitura de um jornal como o “Jornal do Comércio”, e de livros de caráter científico e histórico; entendimento livre com o seu advogado; correspondência regular com as pessoas de sua família; passeios diários ao ar livre” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 153).

A transferência de Prestes e de Arthur Ewert parecia, contudo, depender mais do que da vontade do Ministro da Justiça, como demonstra a carta escrita por Sobral Pinto ao Cardeal Dom Sebastião Leme⁶⁹, em 3 de julho de 1937. Depois de expor as muitas tentativas feitas junto às autoridades, no sentido de garantir condições dignas de prisão para Prestes e Ewert, assim como para fazer cessar as torturas impostas a Ewert, Sobral Pinto expôs sua indignação: “Bem pode imaginar V. Eminência, a tristeza que me invadiu quando ouvi do Sr. Ministro da Justiça

⁶⁸As agressões e as torturas sofridas por presos políticos vinculados aos levantes de 1935 foram denunciadas em uma sessão permanente do Senado em março de 1936. O discurso do senador Abel Chermont foi publicado pela imprensa do período, que também publicou em edições posteriores, a resposta do chefe de polícia negando as agressões. Conforme: “Na Sessão Permanente do Senado: discurso do Senador Abel Chermont”, O Imparcial, Rio de Janeiro, 4 de março de 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/107670_03/2951 Acesso em: 23 abr. 2023.

⁶⁹Ao recorrer a Dom Sebastião Leme, Sobral Pinto estava buscando ajuda no seu grupo de influência como advogado católico e membro da Ação Católica Brasileira. Além disso, o Cardeal já havia atuado no campo político brasileiro em defesa da anistia dos revoltosos do movimento tenentista, como mediador no processo de deposição de Washington Luís, como defensor dos interesses católicos durante o governo provisório de Getúlio Vargas, como organizador e diretor da Liga Eleitoral Católica e como criador da Ação Católica Brasileira. Conforme CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-leme-de-silveira-cintra> Acesso em: 20 abr. 2023.

a declaração de que não tinha forças para fazer retirar, imediatamente, Harry Berger [Arthur Ewert] das mãos implacáveis dos seus algozes” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 155).

Mais do que um apelo pela urgência da transferência de Prestes, que segundo a mesma carta estava agendada para o dia seguinte, o que Sobral Pinto buscava era a melhora das condições da prisão Ewert, em nome do qual apelou ao Cardeal como um “último recurso”. Em suas palavras:

Use, Eminência, - eu suplico como advogado cristão -, de todo o seu prestígio junto ao Exmo. Sr. Presidente da República, para, como Pastor de almas, mostrar ao primeiro magistrado do nosso país, que, à sombra de sua autoridade, os agentes do Poder Público nesta Capital estão matando, aos poucos, num suplício alucinante, a uma desprotegida criatura humana. (SOBRAL PINTO, 1979, p. 155)

A transferência de Prestes não aconteceu no dia 4 de julho como acreditava Sobral Pinto, tampouco houve qualquer mudança na situação de Ewert, de tal modo que no dia 8 de julho Sobral Pinto escreveu outra carta, dessa vez destinada ao Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas. Na carta, Sobral Pinto denunciou as condições desumanas a que os presos estavam submetidos e argumentou que o tratamento infligido a eles contradizia os inúmeros discursos proferidos pelo Presidente, nos quais declarava não ter havido qualquer excesso por parte do poder público no tratamento dos presos políticos. Por fim, fazia o seguinte apelo:

Na esperança de que V. Exa. não consentirá que a palavra autorizada do Chefe da Nação continue, como até agora, a ser desprestigiada e desvalorizada pela ação ilegal e abusiva dos agentes subalternos do Poder Público, aqui fica o meu apelo em favor de Luiz Carlos Prestes e de Harry Berger, que têm direito a serem tratados como membros da família humana. (SOBRAL PINTO, 1979, p. 159)

Resultado de uma possível interferência de Dom Sebastião Leme, da pressão internacional feita pela Campanha Prestes ou de uma decisão unilateral de Getúlio Vargas, o fato é que na madrugada de 8 para o dia 9 de julho de 1937, Luiz Carlos Prestes foi conduzido por um comboio armado à Casa de Correção, local em que foi mantido até a anistia concedida em 1945⁷⁰. Arthur Ewert, por sua vez, foi mantido no Quartel da Polícia Especial, na antiga cela ocupada por Prestes, até outubro do mesmo ano, quando também foi transferido para a Casa de Correção.

⁷⁰Não há consenso entre os biógrafos de Prestes quanto à data de sua transferência para a Casa de Correção. De acordo com Reis (2014, p. 207), a transferência teria acontecido em 12 de julho de 1937, e Prestes e Ewert teriam sido transferidos na mesma data. Já Anita Prestes (2015, p. 212) aponta o dia 8 de julho de 1937 como a data de transferência, ressaltando que Ewert só seria transferido em outubro daquele ano. As cartas escritas por Sobral Pinto e por Luiz Carlos Prestes à Leocádia Prestes corroboram a informação de que a data da transferência de Prestes foi realmente a de 8 de julho e que a transferência de Ewert aconteceu em outra data.

Em uma carta escrita à Leocádia duas semanas depois da transferência, Sobral Pinto fez, a pedido de Prestes, uma descrição detalhada do modo como aconteceu a transferência, uma vez que, segundo o advogado, a descrição feita pelo jornal Diário de Notícias “não é, de certo modo, fiel” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 167). A notícia da transferência também foi assunto de uma carta escrita por Prestes à mãe no dia 9 de julho, onde após mencionar a mudança de endereço para a correspondência, ele diz: “Fui ontem transferido para a “Casa de Correção”, onde a minha situação é bem diferente, para melhor, daquela em que me encontrava a 490 dias, bem contados” (PRESTES, 2000, p. 71).

A transferência para a Casa de Correção, ao menos nos primeiros meses, representou para Prestes uma mudança positiva nas condições de sua vida na prisão. Na mesma carta em que informou à mãe a respeito da mudança, ele também disse ter acesso a uma alimentação melhor e ter recebido autorização para ler quatro jornais diários. Além disso, disse que em breve seria autorizado a receber livros e revistas. Em carta escrita à Leocádia em 24 de julho de 1937, Sobral Pinto descreveu as novas condições da prisão de Prestes:

É que aí [Casa de Correção] tem ele a liberdade de se corresponder livremente com a sua família; de receber livros, jornais, roupa, alimentos, e de dinheiro; de fazer passeios num pequeno pátio, bem batido pelo sol e para o qual se abre o seu cubículo; e de se entender a sós, com o seu advogado *ex-offício*. (SOBRAL PINTO, 1979, p. 167)

Na mesma carta, o advogado prometeu solicitar a autorização para que Prestes pudesse receber a visita dos primos que viviam no Rio de Janeiro, pois um desses primos o havia procurado para obter informações a respeito da possibilidade de uma visita. De acordo com o regulamento do presídio, a visita de familiares aos presos na Casa de Correção era autorizada apenas aos pais, esposa, filhos, irmãos e parentes próximos. Diante disso, e ciente de que Leocádia e as filhas viviam no exílio e Olga estava presa em Berlim, Sobral Pinto acreditava que teria sucesso ao solicitar que os primos de Prestes o visitassem, no entanto, as visitas não foram autorizadas e apenas algumas fotografias da família puderam ser entregues.

As cartas de Sobral Pinto escritas logo após a transferência de Prestes demonstram que o advogado se sentia mais seguro e otimista quanto à possibilidade de diálogo com a administração do presídio, na época dirigido por Carlos Lassance. As cartas de Prestes nesse período corroboram esse otimismo, como demonstra a descrição feita por ele acerca do diretor da Casa de Correção: “O Diretor é felizmente um homem culto que procura facilitar tudo e que compreende o quanto é necessário, a um prisioneiro que sabe ler, poder dispor de livros” (PRESTES, 2000, p. 76).

Nesse período, tanto as cartas de Sobral Pinto para Leocádia quanto as de Prestes para a mãe trazem indícios de que havia uma relação de respeito e diálogo entre Prestes, seu advogado e o diretor da Casa de Correção. De acordo com essas cartas, Carlos Lassance não só autorizou o acesso de Prestes ao acervo da biblioteca do presídio e aos livros e revistas enviados pela família, como também ele próprio os provida, como mostra uma carta de Prestes para a mãe em 23 de julho de 1937:

Mesmo de livros já disponho em boa quantidade, não só da biblioteca do presídio, como trazidos pelo Diretor, assim como pelo Dr. Sobral Pinto. Imagina que este último possui ótimos livros sobre arte militar e já me trouxe mesmo uma grande obra sobre as campanhas napoleônicas, em cuja leitura atualmente emprego grande parte do meu tempo. O Diretor, por sua vez, agora mesmo me trouxe um número de “Science et la Vie” e outro de Les Annales” (PRESTES, 2000, p. 80).

Depois do longo período em que esteve privado do acesso à leitura, com exceção dos poucos jornais contrabandeados pelos guardas do Quartel da Polícia Especial⁷¹, Prestes estava sedento por informações e por voltar ao convívio com livros e projetos de estudo, e assim, melhorar o seu conhecimento do francês e aprender alemão, para escrever a Olga sem a necessidade de um tradutor. Em uma carta escrita nas primeiras semanas de julho, Prestes disse à mãe: “Quanto aos livros, tu bem podes imaginar o quanto é grande o meu desejo de ler; estou verdadeiramente esfomeado, mas não sei o que pedir” (PRESTES, 2000, p. 76). Noutra carta datada de 6 de agosto de 1937, ele voltou ao assunto dos livros: “Mais rapidamente do que pensava voltei a viver no meio dos meus velhos amigos – os livros. O Dr. Sobral Pinto me tem trazido novos. O Diretor do presídio também. Tenho comprado revistas econômicas e continuo lendo os jornais” (PRESTES, 2000, p. 85).

Comparada ao ano de 1936 e ao primeiro semestre de 1937, a vida de Prestes na prisão havia sofrido significativa melhora, contudo a correspondência com a família continuou a ser um problema, que nem a mudança para a Casa de Correção foi capaz de resolver. As cartas de Leocádia para o filho, assim como as escritas por Prestes para a família nesse período, trazem inúmeras referências à demora com que as cartas circulavam entre eles, ainda que fossem enviadas pelo correio aéreo.

Buscando resolver o problema, ele mudou o dia da semana em que costumava escrever para a mãe, passou a escrever nas quartas-feiras para que a carta pudesse ser expedida pelo

⁷¹Anos depois, quando questionado sobre o isolamento e o acesso à informação nos meses de prisão, Prestes disse: “Eu ficava isolado por uma grade de ferro, e o maior prazer do comandante da Polícia Especial, Eusébio de Queiroz Filho, era trazer um visitante ali para me ver preso. Apesar disso, eu tinha o apoio de quase metade dos soldados, que me ajudaram. A única coisa que eles podiam fazer por mim era trazer os jornais. E traziam. Nunca passei mais do que três ou quatro dias sem ler os jornais”. (MORAES; VIANA, 1997, p. 107)

avião da *Air France* que partia do Rio de Janeiro nas madrugadas de domingo, dando tempo, assim, para que a censura fosse feita. Com o mesmo propósito, Prestes buscou a ajuda de seu advogado, pedindo a ele que fosse intermediário de sua correspondência com a mãe. Pouco tempo depois, no dia 14 de agosto, Sobral Pinto escreveu a Leocádia informando que, por sugestão de Prestes, ele deveria ser o intermediário de sua correspondência, buscando assim diminuir o tempo entre a expedição e a entrega de suas cartas, e concluiu dizendo: “Julgo que poderei combinar com o. Dr. Carlos Lassance um processo menos demorado para as censuras das cartas, e, assim, teria Luiz Carlos Prestes notícias sempre recentíssimas de V. Exa., e de todas as pessoas que tão de perto interessam ao afeto dele” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 176).

As cartas escritas por Prestes nas semanas seguintes não indicam que houve mudança significativa em relação à forma como a sua correspondência entrava e saía do presídio. Leocádia continuou a escrever diretamente ao filho, enviando por intermédio do advogado apenas roupas, dinheiro, livros e outros itens de natureza pessoal, como mechas de cabelo e fotografias. Há, contudo, o registro de uma carta de Olga, datada de 15 de maio de 1937, que foi entregue a Prestes por Sobral Pinto em julho do mesmo ano. De qualquer forma, as cartas continuaram a chegar com atraso e Sobral Pinto continuou a fazer visitas periódicas ao presídio, por vezes, levando consigo cópias das cartas que escrevia para Leocádia e daquelas que recebia dela. Quanto a isso, cabe ressaltar que, em sua correspondência censurada, Prestes fazia inúmeras referências a essas cartas, sendo possível afirmar que seu acesso a correspondência da mãe com o advogado acontecia com a ciência da direção do presídio e funcionava como um complemento à correspondência direta que ele mantinha com a família.

Com o passar do tempo, além das informações e dos documentos referentes aos processos movidos contra Prestes por deserção e pela participação nos levantes de 35, as cartas de Sobral Pinto à Leocádia passaram a trazer longas reflexões sobre o dever cristão e a ética profissional que guiavam suas ações. Cabe destacar uma dessas cartas, na qual o advogado explicou a Leocádia os fundamentos de sua argumentação por ocasião da apelação à condenação de Prestes a 16 anos e oito meses de prisão. Sobral Pinto baseava seus argumentos na máxima de que Prestes foi movido por seus ideais e que suas ações foram coerentes nesse sentido, ainda que discordasse, como advogado cristão, que uma revolução comunista resultasse em uma luta pela democracia e pela liberdade nacional. Na mesma carta, escrita em 17 de julho de 1937, Sobral Pinto respondeu aos argumentos de Leocádia relativos às intenções de seu filho no que teria sido a “natureza real dos acontecimentos de 27 de novembro de 1935”, como demonstra o excerto abaixo:

Assim, Exma. Sra. a luta pela democracia e pela libertação nacional de que me fala na sua carta de 10 de julho era apenas uma fase da revolução social no Brasil. Alcançada a vitória, no movimento de novembro de 1935, na base de uma frente única, como fator político, Luiz Carlos Prestes não ficaria satisfeito com a aplicação dos postulados preconizados pela sua campanha democrática de libertação nacional, de que se fizera, entre nós, a pregoeira legítima a Aliança Nacional Libertadora. Empunhando nas mãos o poder político, Luiz Carlos Prestes esforçar-se-ia para atingir a segunda fase da revolução social e, uma vez transposto este segundo marco, marcharia resolutamente até alcançar a meta final, isto é, a ditadura do proletariado. (SOBRAL PINTO, 1979, p. 165)

Na mesma carta, Sobral Pinto explicou a Leocádia que seus argumentos contrários à campanha de descrédito feita em relação ao Brasil por alguns “elementos comunistas”, não significa negar que no país houve maus tratos aos comunistas envolvidos nos eventos de 35 e concluiu dizendo que:

Sabemos todos que é impossível fazer, no interior ou no estrangeiro, uma campanha, em prol dos presos políticos, que não descambe para o descrédito do povo no seio do qual este mau tratamento é praticado. Nem há que esperar, nessas manifestações de protesto, qualquer espírito sincero de justiça. É que aqueles mesmo que são os mais exaltados em exigir dos governos autoritários tratamento humano para os seus partidários, quando se vêem no poder incidem nas mesmas faltas, que tanto censuram nos outros. (SOBRAL PINTO, 1979, p. 166)

Ainda que não se tenha acesso à carta de Leocádia respondida por Sobral Pinto, não é difícil perceber que ela defendia as ações do filho e que se mostrava incomodada com a postura contrária do advogado em relação à mobilização internacional que denunciava a situação dos presos políticos no Brasil, da qual era a principal agente. As questões relacionadas à política interna e externa, assim como às menções feitas ao ideário comunista eram terminantemente barradas pela censura, de modo que nas cartas de Prestes para a mãe e naquelas que ela escrevia ao filho, não havia espaço para que Leocádia expusesse suas convicções. Por outro lado, nas cartas escritas por Sobral Pinto é possível vislumbrar uma Leocádia que se posicionava em relação aos argumentos utilizados pelo advogado na defesa do filho e que de modo algum pode ser vista como um agente passivo na trajetória política da família.

É, também, por meio das cartas de Sobral Pinto que se tem conhecimento de que Leocádia escreveu aos juízes do Tribunal de Segurança Nacional e aos Ministros do Supremo Tribunal Militar, e que Sobral Pinto solicitou a junção dessas cartas aos autos do processo (SOBRAL PINTO, 1979, p. 163). Havia, portanto, por parte do advogado, uma postura de respeito aos argumentos de Leocádia e às suas ações como mãe e principal interessada na situação do filho, também como interlocutora capaz de compreender e discutir as questões de fundo teórico-ideológico que separavam e, ao mesmo tempo, uniam o líder comunista e o advogado cristão.

Além de atuar na defesa de Prestes e de manter uma comunicação regular com Leocádia, servindo-lhe de intermediário para o envio de roupas, objetos de uso pessoal e de livros, Sobral Pinto também auxiliou na organização e na produção da documentação necessária para que Prestes reconhecesse a paternidade de Anita, assim como no envio de documentos que comprovavam o fato de que Olga não havia sido acusada de qualquer crime no Brasil. Como Olga e Prestes não eram legalmente casados, o reconhecimento da paternidade de Anita se fazia indispensável para que ela pudesse ser entregue à avó paterna.

Antes de buscar a ajuda de Sobral Pinto para a questão do reconhecimento da paternidade de Anita, Leocádia mobilizou a Campanha Prestes no sentido de buscar a liberdade da neta e da nora, bem como apelou ao governo brasileiro, como demonstra a carta escrita por ela ao Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Dr. José Carlos Macedo Soares. Na carta datada de 11 de agosto de 1937, a mãe de Prestes reivindicou a reparação das injustiças cometidas contra a sua família, no episódio da extradição de sua nora, grávida de sete meses, para a Alemanha nazista e da iminente entrega de sua neta a um orfanato alemão. Depois de expor as muitas violações aos direitos de Olga e de sua filha, Leocádia concluiu a carta com as seguintes palavras:

Em tudo isso se vê, pois, uma injustiça monstruosa que cabe a V. Ex. reparar: obtendo do governo alemão que minha neta, se tiver de ser separada de sua mãe, me seja entregue; e obtendo igualmente a liberdade de minha nora e a possibilidade de ela vir para minha companhia. No mundo inteiro essa injustiça clamorosa, que tanto depõe contra o governo do Brasil, provocou e provoca os protestos mais veementes que se reforçam cada vez mais. Espero que V. Ex. não quererá assumir a responsabilidade ou pelo menos pactuar com esse ato abominável do ex-ministro Vicente Rao. (PRESTES, 2000, p. 571)

Leocádia trabalhava, portanto, em duas frentes: por um lado mobilizava a opinião internacional em defesa dos presos políticos no Brasil e, por outro, lutava contra o tempo para impedir que a neta fosse entregue a um orfanato nazista, o que aconteceria se a paternidade não fosse reconhecida até o fim do período de amamentação. Em uma carta escrita em 18 de setembro de 1937, Sobral Pinto expôs à Leocádia as dificuldades que ele e o diretor da Casa de Correção vinham enfrentando para levar um tabelião ao presídio com a finalidade de lavrar a escritura pública de reconhecimento, por parte de Prestes, de sua filha Anita. Referindo-se a essas dificuldades, Sobral Pinto escreveu: “Só encontramos má vontade e medo. Todos temem sofrer a campanha, que já está sendo feita contra mim, de serem proclamados delegados do *Comintern*, a soldo de Stálin” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 180). No dia 25 de setembro, alguns dias depois de escrever para Leocádia, Sobral Pinto enviou nova carta, dessa vez comunicando

que a documentação já estava a caminho da Gestapo e se colocando à disposição para quaisquer outras demandas nesse sentido.

O ambiente de diálogo e de respeito descrito por Sobral Pinto em relação à direção da Casa de Correção, sofreu um grave revés em 1º de outubro de 1937. Alguns dias antes, havia sido divulgado em propaganda oficial nas rádios e nos jornais do país o Plano Cohen, um documento que descrevia em detalhes o projeto de uma insurreição comunista que estaria prestes a ser levada a cabo no Brasil. Esse documento, mais tarde reconhecido como falso, foi o incentivo perfeito para que o congresso aprovasse o estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por 90 dias (FAUSTO, 2014, p. 200).

Nesse contexto, Carlos Lassance foi destituído da direção da Casa de Correção e preso, acusado de favorecer comunistas. Em seu lugar foi colocado Aloyzio Neiva, que ficou no cargo por pouco mais de um mês, quando por ocasião do Golpe do Estado Novo, em 10 de novembro, foi substituído por Vitório Canepa. Sob a direção de Canepa, a prisão voltou a ser o ambiente hostil do passado. De acordo com Anita Prestes (2015, p. 214), ainda que as permissões para se corresponder com a família e para receber livros e revistas tenham sido mantidas, eram frequentemente interrompidas como uma forma de punição.

A leitura da correspondência de Prestes com a família a partir da posse de Canepa demonstra essa política de punições, sendo possível observar meses inteiros em que não há cartas, bem como a postura de resistência de Prestes e da família, ao continuar escrevendo cartas mesmo quando as respostas não chegavam. As cartas escritas por ele durante o mês de novembro de 1937, após o dia 2, por exemplo, não foram recebidas por Leocádia. De acordo com a nota que acompanha a carta de 30 de novembro, essa lacuna epistolar indica que a polícia não fez a postagem prometida⁷². Da mesma forma, as cartas de Leocádia nesse período só foram recebidas por Prestes no começo de dezembro.

Para Sobral Pinto, a situação também piorou muito. O país vivia sob forte propaganda anticomunista e sua imagem estava cada vez mais associada a imagem de Prestes e de Ewert. Além disso, pouco tempo antes, Sobral Pinto havia denunciado Vitório Canepa por violação da correspondência, o que fazia a relação entre eles um tanto conflituosa. De acordo com Amélia Coutinho⁷³:

⁷²De acordo com uma carta escrita por Prestes à mãe no dia 3 de dezembro de 1937 (PRESTES, 2000, p. 120), depois do dia 2 de novembro ele escreveu e entregou para a direção do presídio para que fossem enviadas um total de quatro cartas, datadas de 9, 16, 23 e 30 de novembro, nenhuma delas foi recebida por Leocádia.

⁷³Amélia Coutinho escreveu o verbete sobre Sobral Pinto para o CPDOC. Conforme: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heraclito-fontoura-sobral-pinto>

Além de dificultar as visitas de Sobral Pinto a Prestes, por ocasião de uma delas o tenente Canepa transferiu seu gabinete para a sala de espera do presídio. Sobral Pinto entrou despreocupadamente na sala, como sempre o fazia, e Canepa tentou esmurrá-lo. Em decorrência da briga que se seguiu, Sobral Pinto foi preso, sendo libertado pouco depois mediante pagamento de fiança. (COUTINHO, 2022, s/d)

Em uma carta datada de 4 de dezembro, Sobral Pinto disse à Leocádia que foi chamado à Casa de Correção para acompanhar um interrogatório de Prestes relativo à situação legal de seu casamento com Olga Benário. Na ocasião, Prestes se negou a dar qualquer informação sem antes saber os motivos pelos quais a Gestapo havia solicitado esses dados ao governo brasileiro, mas exigiu que o advogado estivesse presente no interrogatório. Aproveitando a oportunidade, Sobral Pinto perguntou a Prestes, na presença do diretor, se ele havia recebido as cartas enviadas pela mãe. Em resposta, Prestes teria respondido que “[...] pelo atual Diretor lhe foram entregues as cartas de 13 e de 17 do mês próximo findo, faltando receber, entretanto, as cinco cartas anteriores” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 186). Nesta que foi a última carta escrita por Sobral Pinto à Leocádia Prestes no ano de 1937, consta que Prestes foi novamente autorizado a escrever para mãe e que a postagem seria feita em poucos dias. A carta foi escrita, mas não é certo que tenha chegado às mãos de Leocádia, pois em uma carta destinada à avó, datada de 22 de dezembro, Prestes menciona ter recebido uma carta da mãe reclamando notícias e dizendo haver mais de um mês não recebia cartas suas (PRESTES, 2000, p. 125).

Depois das pequenas vitórias que representaram a transferência para a Casa de Correção e a autorização para escrever e receber cartas, assim como a permissão para ler e receber livros enviados pela família, o ano de 1937 terminou em um ambiente de incertezas, não apenas em razão do golpe de Estado que ampliou os poderes de Getúlio Vargas, mas também em razão da indefinição da situação de Anita, que completara um ano de vida em novembro e continuava em uma prisão nazista com a mãe. A irregularidade da correspondência e as dificuldades impostas à comunicação de Prestes com o advogado foram constantes nos anos seguintes, como demonstra a correspondência de Prestes com a mãe até o começo de 1943.

O fluxo e a regularidade da correspondência de Sobral Pinto com Leocádia Prestes no ano de 1937 não foram mantidos nos anos seguintes. O mesmo se deu em relação às visitas regulares feitas por Sobral Pinto à Casa de Correção. Em março de 1938, quando Prestes passava por um momento difícil na prisão, com o confisco de seus livros e cartas, escreveu para a mãe pedindo que suspendesse o envio de novos livros e respondeu a uma pergunta feita por ela: “Tu me fazes uma pergunta sobre as visitas do Dr. Sobral Pinto – não te posso infelizmente dar a resposta afirmativa que desejarias receber; há quatro meses que não o vejo”. (PRESTES,

2000, p. 159). Assim como outras cartas escritas no mesmo período, esta teve como destino os arquivos da polícia, jamais chegando às mãos da destinatária de direito.

Nos períodos em que a correspondência de Prestes com a família era interrompida, Leocádia recorria a Sobral Pinto para obter alguma informação sobre as condições de vida do filho. A autorização para visitar Prestes na prisão nem sempre era fácil para Sobral Pinto, mas havia um esforço no sentido de garantir a comunicação de Prestes com a família, como demonstra uma carta escrita por Prestes para a mãe depois de um longo período de proibição da correspondência no ano de 1938:

No sábado, entregaram-me, devidamente rubricada pelo Dr. Sobral Pinto, uma cópia da carta que lhe dirigiste em 27 de abril último e, pelo que escreves, imagino, ainda melhor, o quanto sofreste com a longa interrupção de nossa correspondência”. [...] Lamentavelmente, o Dr. Sobral Pinto não me pode ver, porque, então, ele estaria em condições de te escrever, confirmando o que aqui te digo. (PRESTES, 2000, p. 165)

Em 1939, Prestes passou um longo tempo sem receber a visita de Sobral Pinto e fez muitas referências a isso em suas cartas para a mãe, chegando a escrever em uma delas, que perdeu as esperanças de voltar a ver seu advogado (PRESTES, 2000, p. 232). A ausência prolongada de Sobral Pinto também representava a impossibilidade de Prestes acessar o dinheiro enviado pela família, ao mesmo tempo, que o impedia de fazer qualquer remessa desse dinheiro para Olga ou de receber fotografias e objetos de uso pessoal enviados pela mãe. Entre o final de 1938 e julho de 1939, passaram-se 10 meses sem que Prestes recebesse a visita de Sobral Pinto. Situação semelhante voltaria a acontecer em 1941 quando Leocádia escreveu ao filho se referindo a Sobral Pinto como seu “ex-defensor”. Em suas palavras:

Penso também que não te falem os recursos materiais e parece-me que seria bom que pedisses ao teu ilustre ex-defensor a devolução do resto da quantia que conserva em seu poder. Não deves esquecer que é tudo muito demorado, tanto mais agora que se mostra contrariadíssimo e mesmo irritado conosco. Nunca mais me escreveu, deixando assim sem resposta todas as perguntas que lhe fiz. (PRESTES, 2000, p. 596)

Em 1941, a relação entre Prestes e o advogado foi restabelecida, ocasião em que Leocádia escreveu ao filho concordando que o melhor a se fazer era esquecer o que passou entre eles. Nos anos seguintes, e mesmo depois da morte de Leocádia, Sobral Pinto continuou a ser o principal intermediário entre Prestes e a família. Em 1942, retomou as visitas regulares e as manteve, salvo poucas interrupções, até a anistia em 1945. As cartas escritas por Prestes, a partir de 1942, expõem indícios de que aos poucos as diferenças entre ele e Sobral Pinto diminuíram. Em uma carta escrita para a mãe em 25 de novembro de 1942, por exemplo, Prestes

comentou a sua relação com o advogado, que naquele ano manteve suas visitas regulares. Em suas palavras:

O Dr. Sobral continua a fazer suas visitas semanais, sempre e cada vez mais apreciadas, apesar de tudo o que nos separa no domínio político e filosófico. Aliás, o que me desagradava e assustava são os seus artigos no “Jornal do Comércio”, porque, assim de público, não deixa ele jamais de vestir a opa do fanatismo religioso que o cega e o torna injusto e parcial; mas felizmente nas palestras particulares não é difícil encontrar um amplo campo de mútua compreensão que nos faz acreditar que os extremos se tocam, tão perfeito é, em geral, o nosso acordo numa infinidade de questões. (PRESTES, 2002, p. 157).

Depois da morte de Leocádia, em junho de 1943, Sobral Pinto manteve o contato com a família Prestes por meio da correspondência que estabeleceu com Lygia, a irmã mais nova de Prestes. Seu nome continuou a ser citado nas cartas que a família escrevia semanalmente e suas visitas se mantiveram até a anistia em 1945.

A relação epistolar mantida entre Leocádia, Sobral Pinto e Prestes expõe os primeiros fios da trama que narra a trajetória de preservação das cartas escritas e recebidas na prisão, e os caminhos percorridos para que a própria correspondência fosse possível dentro de um ambiente fortemente institucionalizado. Expõe, também, que a correspondência entre Prestes e a mãe transpôs os limites institucionais sem romper as relações formais e burocráticas que garantiram a circulação de suas cartas, e que o mesmo ambiente que foi um entrave para a manutenção dessa correspondência, também foi o responsável pela preservação de parte dessas cartas, por meio de apreensões e cópias arquivadas.

Nesse sentido, a sequência dessa trama conduz o olhar do leitor para outros fios, que se separam e se sobrepõem àquele mantido pela correspondência ativa de Sobral Pinto. Passa, necessariamente, pela correspondência de Prestes com três mulheres, que também foram as principais interlocutoras em seus diálogos epistolares: Leocádia Prestes, Olga Benário e Lygia Prestes.

3. AS PARTES E O TODO NO UNIVERSO EPISTOLAR

“A correspondência organiza os vestígios de histórias em migalhas. Convém primeiramente indagar sobre o próprio processo da conservação e da construção desse objeto inserido no tempo e no espaço social, desde o nascimento, uma a uma, das cartas singulares, até sua comunicação aos historiadores pela família, como um todo indissociável.”
Cécile Dauphin, 2002

Uma leitura dos indícios que expõem as trajetórias de preservação de conjuntos epistolares passa, inevitavelmente, pelas diferentes formas pelas quais se tem acesso às cartas preservadas, assim como pelos “protocolos de leitura” (ROCHA, 2017) que decorrem de cada uma dessas formas de acesso. Como lembra Dauphin (2002), no texto em epígrafe, é preciso indagar a construção das cartas como objetos singulares inseridos no tempo e no espaço social, considerando, do mesmo modo, seu potencial narrativo e as circunstâncias nas quais se tornaram “um todo indissociável”, isto é, uma correspondência, um acervo, um epistolário ou um legado.

A correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes, organizada e publicada, coloca em evidência o potencial narrativo das cartas escritas ou enviadas ao longo dos nove anos em que esteve preso, sete dos quais em isolamento. Na prisão, a impossibilidade de conviver com outros presos, ou mesmo de receber visitas de amigos e familiares, fez da escrita e da leitura de cartas mais do que uma forma de comunicação com a família, como o próprio Prestes escreveu em uma de suas cartas para a mãe: “partindo de cada uma de suas frases, eu construo um mundo todo meu e nele vivo, pelo pensamento, não isolado e inerte, como de fato aqui me encontro, mas em plena atividade e entre os que mais adoro” (PRESTES, 2000, p. 55). De algum modo, no isolamento da prisão, essas cartas romperam o silêncio e possibilitaram a Prestes e a sua família um lugar de convivência e de compartilhamento de experiências e memórias.

Esse mundo construído por Prestes e compartilhado com aqueles que mais adorava, existiu por meio da correspondência e deixou nela os seus rastros. E, nesse sentido, ainda que não seja possível reviver a experiência dos correspondentes com a chegada ou a espera por uma carta, tampouco dizer com exatidão o lugar que as cartas ocupavam em suas vidas, a leitura dos rastros deixados no texto epistolar apresenta-se como um caminho possível para a compreensão dos sentidos atribuídos às cartas no período em que foram escritas.

É importante ressaltar, contudo, que quando essa leitura se dá a partir da correspondência publicada, como no caso das cartas de Prestes, ela se dá através de um objeto literário, diferente do objeto que era originalmente. Nessas circunstâncias, a singularidade das

cartas lidas por seus destinatários originais num intervalo de tempo entre o envio e o recebimento de cada uma delas, se dilui em uma leitura que suplanta o tempo da espera e é conduzida, em maior ou menor grau, pelas escolhas feitas por organizadores e editores. Nas palavras de Bem (1984, p. 114): “A carta é um fragmento de texto flutuante. A correspondência lhe dá sua ancoragem, ela transforma a sucessão das cartas numa história, e ela se constitui em rede textual”.

Nessa perspectiva, o texto epistolar publicado se apresenta como uma forma privilegiada de acesso à história de preservação das cartas que compõem, isso porque, o universo epistolar é tema recorrente em correspondências duradouras, desde os problemas com os correios e a espera pelas cartas, até o destino que deve ser dado a cada uma delas. Além disso, como lembra Camargo (2000, p. 11), “sujeitos que escrevem e lêem, cartas, deixam suas marcas; marcas que podem nos indicar pistas para uma leitura da constituição do sujeito da escrita, na escrita”, e assim, também contribuir para uma leitura das relações de reconhecimento que envolvem a preservação ou o descarte dessas cartas, para além dos protocolos e do respeito ao rito estabelecido pelo pacto epistolar.

Com o propósito de buscar, no caráter indiciário do texto epistolar, os elementos necessários para uma leitura das relações de reconhecimento construídas e/ou mantidas entre Prestes e sua família ao longo dos anos em que estiveram afastados pela prisão e pelo exílio, este capítulo percorre três diálogos epistolares construídos a partir de vínculos pré-existentes e mantidos apesar dos ambientes fortemente institucionalizados aos quais estavam submetidos. Desse modo, a partir das cartas trocadas entre Prestes, a mãe, a companheira e uma de suas irmãs, propõe-se não apenas uma leitura das relações afetivas mantidas entre eles e manifestadas pela escrita, como também das condições de enunciação vivenciadas pelos correspondentes, as quais impuseram escolhas relativas à produção, à circulação e, principalmente, à guarda de suas cartas.

3. 1. “As tuas cartas são para mim muito mais do que um simples pedaço de papel”

Pouco mais de dois meses após fazer o primeiro contato epistolar com o filho e de estabelecer correspondência regular com o seu advogado, Leocádia foi informada por Sobral Pinto que na madrugada do dia 8 de maio de 1937 seu filho havia sido condenado a 16 anos e 8 meses de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional em um julgamento sem a presença do acusado e de seu advogado. Munida da mesma coragem com a qual, sete anos antes, havia

deixado o Brasil acompanhada das filhas para viver no exílio com o filho revolucionário, Leocádia escreveu aos Juízes do Supremo Tribunal Militar nos seguintes termos:

Como mãe e como brasileira, não posso conformar-me de modo algum com a sentença do Tribunal de Segurança Nacional que condenou meu filho, Luiz Carlos Prestes, à pena máxima pedida pelo Sr. Procurador: 16 anos e 8 meses de prisão. Não posso conformar-me porque meu filho não pôde explicar a verdade, porque sua palavra não foi ouvida, porque não houve um debate público, porque não houve a mínima formalidade jurídica, a mais vaga sombra de defesa, porque o acusado nem mesmo compareceu ao tribunal! MEU FILHO NÃO FOI JULGADO, FOI SIMPLEMENTE CONDENADO! (PRESTES L.F., 2012)

Na mesma carta, Leocádia expôs as irregularidades do julgamento e reivindicou um “tratamento humano” para o seu filho, que isolado, tinha seus direitos constantemente negados pela justiça brasileira. Essa não foi a primeira carta escrita por ela em defesa de sua família, e não seria a última ao longo dos anos seguintes, nos quais, limitada pelo exílio, fez das cartas um instrumento de resistência e de apoio incondicional ao filho, para quem escreveu todas as semanas até o fim de sua vida. Nesse sentido, as cartas de Leocádia Prestes ao seu filho ou em sua defesa, narram uma história de luta e de esperança vivida naqueles que, segundo suas palavras, foram os “anos mais tormentosos”⁷⁴ de suas vidas.

Leocádia Felizardo Prestes entrou para a história brasileira como a mãe do líder comunista Luiz Carlos Prestes, mas antes mesmo de seu filho ganhar notoriedade como líder revolucionário e Cavaleiro da Esperança, ela já havia demonstrado a força e a coragem que anos mais tarde seriam eternizadas nos versos do poeta Pablo Neruda em sua “*Dura Elegia*” (1943)⁷⁵. Ainda assim, quase tudo o que se sabe sobre a vida de Leocádia advém de obras dedicadas à vida de seu filho e aos seus feitos políticos e militares, exceto por uma biografia escrita por sua filha Lygia Prestes, publicada em 2006 como uma homenagem à mãe.

A obra, intitulada “*Leocádia Prestes: Mãe Coragem!*”, narra a vida de Leocádia e seus esforços como mãe e como mulher em defesa da família e de seus ideais. Do mesmo modo, em 2019, ao escrever suas Memórias, Anita Prestes, a neta que Leocádia salvou dos nazistas, escreveu sobre a vida da avó e sobre a sua importância como exemplo de força e dignidade. Essas narrativas de cunho biográfico e memorialístico, tomadas nesta pesquisa como documentos, recuperam a memória da família sobre a vida de Leocádia e permitem um olhar

⁷⁴A frase “E assim vão se passando os anos mais tormentoso de nossa vida”, escrita por Leocádia em uma carta datada de 20 de janeiro de 1942 (PRESTES, 2002, p. 308), inspirou o nome da publicação em três volumes da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes.

⁷⁵Em 1943, como uma homenagem a Leocádia Prestes, Pablo Neruda escreveu o poema *Dura Elegia* (anexo 1), que foi declamado por ele no velório de Leocádia, na Cidade do México.

mais próximo sobre a Leocádia das cartas, das notícias de jornal e dos discursos públicos em defesa do filho.

De acordo com Lygia Prestes (2006), Leocádia nasceu em Porto Alegre em 1874, era filha de uma família abastada, teve uma educação formal, baseada nos valores liberais e humanistas cultivados por seus pais. Ainda jovem, demonstrou interesse em trabalhar como professora e dirigiu seus estudos para isso, ainda que não tenha exercido a profissão inicialmente. Em 1898, casou-se com o Tenente Antônio Pereira Prestes, com quem teve três filhos: Luiz Carlos, Clotilde e Eloíza.

Em 1904, Leocádia, o marido e os três filhos mudaram para o Rio de Janeiro, na esperança de que na capital da República⁷⁶ fosse possível encontrar tratamento médico para Antônio que sofria de uma grave enfermidade⁷⁷. Quatro anos depois, com apenas 33 anos de idade, Leocádia ficou viúva. Mãe de três filhos pequenos e tendo como renda apenas a pensão concedida pelo exército, ela passou a dar aulas de piano e idiomas para complementar a renda. Mais tarde, trabalhou como modista, balconista e como costureira do arsenal da marinha, até que em 1915, foi nomeada professora de escola pública, trabalho que desenvolveu até 1930, quando deixou o país. Ao lembrar do trabalho da mãe como professora Lygia escreveu:

Trabalhava à noite, nos cursos noturnos destinados a comerciários, operários e domésticas. Era um trabalho muito pesado, pois tais cursos funcionavam em escolas dos subúrbios do Rio, longe da condução, frequentemente no alto dos morros. Pela primeira vez em sua vida, ela pôde ter um maior contato com as camadas mais pobres da sociedade e isso aguçou ainda mais a sua revolta contra as injustiças sociais. (PRESTES, L. 2006, p. 5)

Jovem e viúva, Leocádia manteve por alguns anos um outro relacionamento amoroso, do qual nasceram as filhas Lúcia e Lygia. Com o fim do relacionamento, educou sozinha os cinco filhos, sem jamais recorrer a ajuda da família ou de quaisquer recursos que não proviessem de seu trabalho e da pensão que lhe era de direito. Em suas Memórias, Anita Prestes ressalta a influência da avó sobre a formação do caráter do pai e das tias. Em suas palavras:

Coragem e dignidade foram traços marcantes da personalidade da minha avó Leocádia na luta cotidiana pela sobrevivência e pela educação dos cinco filhos. A influência da mãe foi decisiva na formação do caráter de Luiz Carlos Prestes, assim como das suas

⁷⁶A cidade do Rio de Janeiro foi capital da República até o ano de 1960, quando Brasília, recém-inaugurada, passou a ser a capital.

⁷⁷Em entrevista concedida a Carlos Lyra no Programa Memória Viva, Prestes falou da doença do pai e das dificuldades vividas nesse período de sua vida. Em suas palavras: “Estava com seis anos de idade quando o meu pai adoeceu, gravemente, e minha mãe, então, veio ao Rio de Janeiro para cuidar da saúde dele. Teve um derrame cerebral, ficou hemiplégico. Foi aí que a vida da juventude foi relativamente bastante triste, porque um chefe de família doente. Em 1908, ele já falecia, eu tinha dez anos de idade apenas quando fiquei órfão de pai”. Transcrição da nossa. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9l8VSfwdDxA&t=8s> Acesso em: 20 abr. 2023.

irmãs, o que sempre foi reconhecido por toda a família. Apesar das grandes dificuldades, Leocádia não descuidava da educação dos filhos; orientava-os nas leituras, ensinava-lhes música e idiomas estrangeiros, discutia com eles os acontecimentos políticos em curso no Brasil e no mundo. Em sua casa nunca faltaram jornais e revistas, lidos e comentados por todos. Procurava participar da vida política nacional – assim, na “campanha civilista” às eleições presidenciais de 1910, acompanhada pelo filho Luiz Carlos, compareceu ao comício do candidato Rui Barbosa. Sob a influência da mãe, meu pai e minhas tias adquiriram o hábito de tomar partido nos embates políticos – fossem no âmbito nacional, fosse no cenário mundial –, de jamais permanecerem indiferentes. (PRESTES, A., 2019, p. 30)

A relação de amor e de apoio mútuo tão evidente nas cartas que Prestes e Leocádia escreveram um ao outro durante o período da prisão, está presente também nas memórias da família, sejam aquelas narradas por Anita em suas Memórias, sejam as escritas por Lygia em homenagem à mãe, ou ainda aquelas reveladas por Prestes em entrevistas concedidas décadas depois de sua libertação. Em uma entrevista ao jornalista Carlos Lyra no programa Memória Viva da TV Universitária no Rio Grande do Norte em 1987, Prestes foi questionado quanto aos seus “sonhos de menino”, e foi falando de sua infância e da formação de seu caráter que ele ressaltou a importância da mãe e os seus esforços para que ele pudesse estudar. Na mesma entrevista, lembrou que foi Leocádia quem lhe ensinou as primeiras letras e que foi com ela que ele aprendeu a opinar e a se interessar por política. Em suas palavras: “Eu tinha apenas dez anos de idade quando fiquei órfão de pai. Fui educado por minha mãe, que era uma mulher culta, bastante culta, tinha tido uma educação boa, muito boa, por parte da família em Porto Alegre. E foi ela que me educou, foi ela que formou o meu caráter” (TVURN, 2019, sd)⁷⁸.

Leocádia apoiou integralmente as escolhas políticas do filho e o fez publicamente. Ao recordar os anos da marcha da Coluna Prestes, Lygia conta que:

Leocádia Prestes, mesmo sabendo que a vida do filho corria permanente perigo, nunca perdeu a coragem e a confiança no filho. Jamais alguém a viu chorar. Para que não houvesse dúvidas sobre o seu apoio integral às idéias do filho, ela trazia sempre ao peito, bem visível, um grande medalhão com o retrato dele. Sua firmeza impressionava a todos que a conheciam. Em pouco tempo, sua casa tornou-se a Meca das famílias dos outros revolucionários, que a procuravam em busca de alento e consolo. (PRESTES, L., 2006, p. 8)

Com o fim da marcha da Coluna e com o filho vivendo no exílio, o nome de Leocádia passou a figurar nos jornais da capital, quase sempre associado a eventos relacionados à memória do movimento tenentista de 1922 e ao reconhecimento público dos feitos políticos e militares de Prestes⁷⁹. Mencionada nas notícias como a “venerável progenitora de Luiz Carlos

⁷⁸Transcrição nossa. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9l8VSfwdDxA&t=8s> Acesso em: 20 abr. 2023.

⁷⁹A título de exemplo: “O povo carioca comemorou no dia 5 de julho uma das maiores datas da nacionalidade”, A Manhã, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/3410>

Prestes” ou então como a “heroica mãe do General Luiz Carlos Prestes”, Leocádia era procurada por jornalistas que buscavam escrever sobre a infância e sobre a família do General comandante da famigerada Coluna. Contudo, a postura de Leocádia diante da notoriedade do filho era discreta, como demonstra uma reportagem do Diário Nacional (SP) publicada em 14 de julho de 1928, em que o jornalista narra uma visita feita a casa da família de Prestes, para entrevistar Leocádia. Na ocasião, foi recebido por uma das irmãs de Prestes que, se desculpendo pelo transtorno, disse que a mãe não dava entrevistas⁸⁰.

Há, no entanto, um episódio divulgado na imprensa que merece destaque, como indício da relação de Prestes com a mãe e com as irmãs. Em 16 de março de 1927, o mesmo jornalista que havia entrevistado Prestes no exílio boliviano, Raphael Corrêa de Oliveira, publicou no jornal Diário da Noite de São Paulo, o relato de uma visita que fez a Leocádia e as filhas a pedido de Prestes. Sua narrativa, ao contrário das notícias que abundavam nos jornais do período, trouxe uma visão mais íntima de Prestes e expôs algumas das questões que anos mais tarde seriam retomadas por Prestes em suas cartas da prisão⁸¹. Em uma reportagem de capa, na qual anunciava a publicação de uma entrevista feita na Bolívia, o jornalista pediu licença ao leitor para narrar a visita feita à família de Luiz Carlos Prestes, dando início ao seu relato:

Amparo único da mãe viúva e de quatro irmãs solteiras, a preocupação maior do bravo chefe revolucionário, segundo pude observar em Gaiba, era conhecer a situação econômica da família que elle temia fosse crítica. Por isso mesmo eu me compromettera a entregar pessoalmente á genitora de Carlos Prestes a carta que elle me confiara e a mandar-lhe notícias exactas. Por uma gentileza de d. Leocádia Prestes li esse documento íntimo, que é uma página tocante de nobreza moral, da mais fina e enternecedora sensibilidade affectiva que revela, em toda a amplitude, a agonia e o coração de um homem. Há trechos em que a gente sente o drama terrível que deve ter muitas vezes rebentado na vida interior do formidável cabo de guerra: a luta entre o affecto pela família e a consciencia do dever. Elle mesmo diz, com sua simplicidade commovedora, os impetos que o assaltaram de abandonar a luta para correr ao Rio, ver a mãe e as irmãs, amparal-as, defendel-as, sentil-as perto do coração. A sua consciencia de patriota foi, todavia, maior, mais poderosa que o seu coração de affectivo. E Carlos Prestes sacrificou tudo ao dever...(OLIVEIRA, 1927, p. 1)

Depois do fim da censura à imprensa, que vigorou durante quase todo o período da marcha da Coluna, os jornais passaram publicar entrevistas com os ex- combatentes e com suas

Acesso em: 25 abr. 2023; “Vida Social – Coluna Prestes”, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1928. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/33440 Acesso em: 25 abr. 2023; “General Prestes: uma missa em acção de graças pelo aniversário do bravo soldado”, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1929. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/38216 Acesso em: 25 abr. 2023.

⁸⁰A mesma reportagem traz fotografias da família e uma descrição detalhada da busca por informações sobre a vida de Luiz Carlos Prestes. Conforme: “Uma figura que já transpõe a lenda. Desde os dias de infância até os dias de glória e de exílio”, Diário Nacional, São Paulo, 14 de julho de 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213829/2911> Acesso em: 25 abr. 2023.

⁸¹Conforme: “Na residência de D. Leocádia Prestes mãe de Luiz Carlos Prestes”, Diário da Noite, São Paulo, 16 de março de 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093351/446> Acesso em: 25 abr. 2023.

famílias. Havia campanhas para arrecadar fundos que seriam doados aos exilados e homenagens aos que tombaram na luta⁸². De tal modo, que houve, nesse período, um vivo interesse pela família de Prestes, e foi falando sobre as condições em que viviam que o jornalista concluiu seu relato:

A família do valoroso general da revolução vive no Meyer, modestamente. Uma das irmãs de Prestes trabalha no commercio, as outras costuram, e assim têm passado desde que o seu chefe partiu de Santo Angelo, armado em cavalleiro invencível do seu ideal político. Luiz Carlos Prestes tem um altar no coração de sua familia. Elle é adorado. E o que eu mais admirei, naquellas almas femininas, foi a força extraordinária de convicção que as anima na mesma fé ardente pela justiça da causa que o chefe querido defendeu de armas nas mãos. E, ao invés de lágrimas ou de lamentações dolorosas, eu ouvi daquela mãe a quem a revolução arrebatara o filho, palavras serenas e firmes de aplauso ao que este realizara em prol da patria, ainda que expondo a vida e sacrificando a família... (OLIVEIRA, 1927, p. 1)

Cerca de três anos depois dessa primeira carta, os jornais da capital noticiaram a partida de Leocádia e das filhas para Buenos Aires, para viver no exílio junto de Prestes⁸³. O que a imprensa não noticiou foi o curto período que puderam permanecer na mesma cidade, pois logo que Leocádia e as filhas chegaram à capital argentina, Prestes precisou sair do país e se refugiar em Montevideú. Somente no ano seguinte e com destino a um novo exílio, na URSS, que a família pode se reunir mais uma vez. Em uma carta escrita para a mãe, em 14 de maio de 1937, quando estava preso há mais de um ano, Prestes escreveu sobre a importância do tempo que viveram juntos, como família, no exílio:

Só agora posso mesmo compreender o quanto foram para todos nós úteis e proveitosos os últimos quatro anos que vivemos juntos, porque, depois de todo o tempo que estivemos separados em consequência dos acontecimentos de 1922 e 1924, aqueles quatro anos serviram para completar pelo pensamento a identificação que já tão fortemente nos unia pelo sentimento. E disto resulta a confiança mútua que nos dá as

⁸²Sobre o interesse da imprensa sobre os revolucionários da Coluna e sobre a arrecadação de recursos, Anita Prestes (2015, p. 103) escreveu: “Durante o exílio boliviano, vários correspondentes de jornais brasileiros visitaram os comandantes e os combatentes da Coluna Prestes. Dentre eles, destacaram-se os jornalistas Raphael Correia de Oliveira – portador dos primeiros livros recebidos por Prestes na Bolívia – e Luís Amaral, cujas reportagens em *O Jornal* fizeram sucesso na época. Esses jornalistas também levaram o dinheiro de subscrições feitas por alguns órgãos da imprensa simpáticos aos revolucionários. No entanto, mais de um ano após o ingresso da Coluna na Bolívia, o dinheiro da subscrição realizada por *O Globo* não havia sido recebido. Quando Prestes chegou a Buenos Aires, em abril de 1928, divulgou uma prestação de contas de todos os recursos recebidos, sem mencionar *O Globo*, o que causou escândalo junto à opinião pública brasileira. Imediatamente, os diretores do jornal quiseram enviar o dinheiro a Prestes, que o recusou, uma vez que não era mais necessário – os ex-combatentes da Coluna já haviam regressado às suas casas –, recomendando que os recursos fossem entregues à mãe do tenente Eduardo Gomes, que os destinaria às famílias dos perseguidos políticos”.

⁸³A título de exemplo: “Seguiu para a Argentina a mãe de Luiz Carlos Prestes”, *O Estado*, Florianópolis, 27 de setembro de 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/098027_03/531. Acesso em: 25 abr. 2023; “A genitora de Luís Carlos Prestes”, *O Estado*, Florianópolis, 23 de dezembro de 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/098027_03/915. Acesso em: 25 abr. 2023; “Progenitora de Luiz Carlos Prestes embarcará para Buenos Aires”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/3908. Acesso em: 25 abr. 2023.

grandes forças com que, separados pela distância, nos sentimos, no entanto, de fato, amparados uns pelos outros. (PRESTES, 2000, 51)

No final do ano de 1934, Prestes retornou clandestinamente ao Brasil para organizar os levantes de 1935, despedindo-se da mãe pela última vez. A partir de então, e até a morte de Leocádia em 1943, as cartas foram as únicas intermediárias da relação entre mãe e filho. Todavia, não é possível chegar a um número exato de cartas escritas por Prestes e por Leocádia nesse período, pois só se tem acesso às cartas publicadas e aos comentários, nem sempre precisos, feitos nessas cartas sobre o envio, o extravio e as apreensões de outras cartas que não constam na publicação. Cabe ressaltar, também, que em entrevista concedida em 9 de novembro de 2021 (Apêndice 4), ao ser questionada sobre a organização para a publicação da correspondência de seu pai, Anita Prestes disse ter publicado todas as cartas escritas ou recebidas por ele e que tinham sido preservadas pela família. De modo que na correspondência entre Leocádia e seu filho, carta publicada equivale a carta preservada. Sendo assim, a leitura desse diálogo epistolar se dá majoritariamente pela correspondência ativa de Prestes e pelas menções e comentários feitos por ele sobre as cartas que recebeu da mãe. A partir dessa leitura sabe-se que entre março 1937 e maio de 1943, Prestes escreveu aproximadamente 273 cartas, bilhetes e telegramas destinados à Leocádia, todos publicados, enquanto ela escreveu cerca de 299 missivas, entre dezembro de 1936 e fevereiro de 1943, das quais apenas 81 foram publicadas (Apêndice 1).

A correspondência de Prestes com a mãe aconteceu sob circunstâncias especiais, como as limitações do ambiente prisional, o exílio, a censura, a guerra e as oscilações no contexto político brasileiro. Nessas cartas, para além das muitas mensagens de otimismo, esperança e amor, havia o trato de questões práticas relacionadas aos direitos de Prestes como preso político, às condições de sua saúde e alimentação, ao relacionamento com os advogados, à dinâmica de circulação das cartas e às particularidades de sua rotina no cubículo que ocupava na Casa de Correção. Assuntos relacionados à política nacional e internacional estavam proibidos, e mesmo um simples comentário sobre uma notícia lida no jornal poderia ser motivo para a apreensão de uma carta⁸⁴. Ainda assim, Prestes e Leocádia encontravam formas de expor suas ideias, fosse através das memórias que compartilhavam, das informações sobre a família que vivia dividida em diferentes países, ou dos comentários de Prestes sobre as leituras que fazia.

⁸⁴A título de exemplo, cabe lembrar que em uma carta escrita por Prestes para a mãe em 18 de fevereiro de 1941 (PRESTES, 2000, p. 445), a censura fez um corte de cinco linhas de texto relacionadas a um comentário feito sobre a leitura do jornal diário.

As cartas de Leocádia eram, também, as cartas de uma intermediária, pois a partir delas Prestes não só se correspondia com Olga Benário, como também, tinha acesso às cartas que ela escrevia para Leocádia e para outros membros da família. Nesse sentido, a leitura da correspondência de Prestes com a mãe, também é uma importante porta de acesso à sua correspondência com Olga Benário. Além disso, cabe lembrar que antes mesmo de conseguir estabelecer correspondência regular com o filho, Leocádia já se correspondia com a nora e que cópias das cartas escritas por Leocádia e por suas filhas à Olga, assim como as cartas de Olga recebidas por elas, também foram preservadas pela família, ainda que não tenham sido publicadas com a correspondência da prisão⁸⁵.

Quando escrevia para a mãe, Prestes pedia, com alguma regularidade, que fossem enviadas cartas, fotografias de Anita, alimentos, dinheiro, livros e objetos de uso pessoal para Olga. Nos primeiros anos de prisão, isso foi possível graças à campanha internacional promovida por Leocádia e as instituições mobilizadas por ela, como a Cruz Vermelha e associações da sociedade civil em diferentes países da Europa, como demonstra uma carta de Prestes datada de 4 de maio de 1937, em que ele comenta os esforços da mãe no sentido de garantir ajuda a Olga e a Anita:

Lendo minhas cartas tu compreenderás a alegria que me causaram as tuas informações a respeito do muito que tens feito pelas nossas duas queridas; dos teus esforços eu não tinha a menor dúvida, mas muito receava que eles fossem infrutíferos; de maneira que enorme foi a minha alegria ao saber que a Olga já recebeu parte do teu primeiro auxílio pecuniário e que um colis de víveres já foi mesmo enviado, o que para mim significa que grandes devem ser as tuas esperanças de que ela o possa receber. (PRESTES, 2000, p. 45)

Contudo, a mudança para o México, alguns meses depois da libertação de Anita, ampliou a distância entre Leocádia e Olga, dificultando toda forma de auxílio e comunicação. Com a guerra, a situação piorou ainda mais, até que no começo de 1942, a família deixou de receber cartas e notícias de Olga. A partir de então, em suas cartas para o filho, Leocádia passou a dar notícias sobre as suas tentativas de contatar a nora e a informar regularmente a ausência de cartas.

Com a ajuda da filha Lygia, Leocádia também intermediava o acesso de Prestes aos livros e revistas de seu interesse, assim como o envio de roupas e objetos de uso pessoal. Em razão disso, muitas das cartas de Prestes para a mãe eram acompanhadas de listas de livros e

⁸⁵Ao ser questionada sobre a organização para a publicação dessa correspondência, Anita Prestes disse: “A gente foi publicando tudo. Publicou tudo. A gente não publicou foi a correspondência, por exemplo, entre a minha mãe, a minha vó e a Lygia, isso a gente não publicou. Ia ser coisa demais. Muita repetição também” (PRESTES, A., 2021, s/d). Ainda de acordo com Anita Prestes, essas cartas foram doadas junto com as demais para a Universidade Federal de São Carlos.

revistas recebidos, de livros apreendidos pela censura, e de pedidos de novos livros. Nesse sentido, a leitura dessas cartas funciona como um fio condutor pelo qual é possível conhecer as condições materiais em que se deu a correspondência de Prestes com a família em grande parte do período de prisão, assim como o lugar ocupado por ela no seu cotidiano.

Logo na primeira carta que escreveu para a mãe, depois de ser informado que poderia estabelecer correspondência regular com a família, Prestes expôs três pontos importantes para a compreensão do sistema de cópias, envios e intermediários que se formou a partir de então. O primeiro foi a referência feita à correspondência da mãe com Sobral Pinto, dizendo que a partir da carta enviada pelo advogado ela poderia tomar conhecimento de sua situação. Como já foi abordado no capítulo anterior, sabe-se que Sobral Pinto foi o intermediário das primeiras cartas recebidas por Prestes, assim como de livros, roupas, objetos de uso pessoal e dinheiro enviados pela família, e que manteve contato regular com a família de Prestes. O segundo ponto foi o pedido feito por Prestes para que a mãe endereçasse suas cartas para a Inspetoria Geral de Polícia no Edifício da Polícia Central. Prestes foi informado que a Inspetoria seria responsável pela censura de suas cartas, de modo que a informação dada à mãe tinha o objetivo de agilizar o tempo de circulação das cartas, também, o de lembrar que as cartas que escreviam um ao outro seriam sempre “cartas abertas”. No terceiro ponto, Prestes referiu-se diretamente a sua correspondência com Olga Benário, escrevendo as seguintes palavras: “Estou certo de que tu me informarás de tudo o que souberes a respeito de minha companheira e que servirás de intermediária para a nossa correspondência” (PRESTES, 2000, p. 34).

Esta primeira carta também inaugurou uma prática que seria recorrente na correspondência de Prestes com a mãe, isto é, o envio de cartas anexas, por vezes ocupando um mesmo envelope. Assim, em diferentes oportunidades, Prestes enviou, junto das cartas para a mãe, poemas, bilhetes, recortes de jornal e cartas, destinadas às irmãs, à Olga e à filha. A mesma prática foi adotada por Leocádia, ao enviar cópias traduzidas das cartas de Olga e cópias das cartas e telegramas enviados por Lúcia, Eloíza e Clotilde. Esse sistema de cópias, traduções e reenvios, certamente foi responsável pela preservação de grande parte dessas cartas.

Leocádia era muito mais do que uma intermediária, suas cartas davam o suporte necessário para que Prestes não sucumbisse ao isolamento. “Muito mais do que um simples pedaço de papel” (PRESTES, 2000, p. 51), essas cartas ocupavam um lugar de destaque na vida cheia de restrições a que Prestes estava submetido. Em uma carta datada de 24 de maio de 1937, poucos meses depois de ter a correspondência com a família autorizada, Prestes descreveu a importância das cartas da mãe na situação em que ele se encontrava:

Talvez nem tu mesma, minha querida Mãe, possas bem medir o que valem para mim as cartas que me escreves, porque eu, que já tantas e tantas vezes e por tão longos anos estive longe de ti e das manas, meses e anos sem uma só notícia, como aconteceu durante a marcha da Coluna, nunca dei às tuas cartas o valor real que, só agora, lhes posso dar. Mas isto é compreensível, porque naquelas épocas eu vivia, já que “viver é lutar”, e, agora, para viver só as tuas cartas me trazem o oxigênio indispensável e com elas e em torno delas, como orientadas, encaminhadas, ajudadas por elas, todas as outras cartas que vou, agora, recebendo. (PRESTES, 2000, p. 55)

Mesmo diante de obstáculos impostos à regularidade da correspondência com o filho, Leocádia nunca deixou de escrever, mesmo quando passava longos períodos sem cartas dele. Do mesmo modo, Prestes escrevia semanalmente para a mãe construindo com ela uma conversa que, observadas as particularidades da situação que viviam, em nada se diferenciava de uma relação cotidiana de mãe e filho. Alguns assuntos eram recorrentes, como notícias da família, memórias compartilhadas e mensagens de otimismo e apoio.

A saúde era outro tema recorrente nas cartas que Prestes e Leocádia escreviam um ao outro. Prestes se preocupava com a capacidade de resistência da mãe diante do sofrimento causado pela sua prisão, pelo exílio e pela distância das filhas. Leocádia, por sua vez, se preocupava com a alimentação e com as condições de higiene a que ele estava submetido. Sem poder ver o filho e sem contar com o testemunho de amigos que também estavam proibidos de fazer visitas, Leocádia era obrigada a acreditar na frase escrita em quase todas as cartas que recebia do filho: “a saúde vai bem”.

A crença na eficácia da homeopatia era compartilhada por mãe e filho. As “aguinhas”, termo usado por eles para nomear os remédios homeopáticos, eram frequentemente recomendadas ou mencionadas quando um resfriado ou outra enfermidade acometia um membro da família. Prestes fazia recomendações, mas nunca sem antes se desculpar por querer impor a sua opinião estando longe da situação concreta. Recomendava que a mãe tomasse sol e buscasse ajuda para os trabalhos domésticos. Recomendava que Lygia se alimentasse melhor e que não trabalhasse tanto e, por fim, fazia inúmeras recomendações e comentários sobre a saúde da filha. As referências a Anita eram frequentes na correspondência de Prestes com a mãe, mas eram nas cartas para a irmã Lygia que ele fazia perguntas e discutia a educação da filha. Nas cartas para Leocádia era mais filho do que pai.

São as cartas de Prestes para a mãe que preservam as descrições mais detalhadas das condições em que ele vivia, seu cotidiano e a rotina construída na prisão. Mesmo porque essa era uma preocupação constante para Leocádia, como demonstra uma carta de Prestes, datada de 13 de agosto de 1937, pouco tempo depois de sua transferência para a Casa de correção:

A minha vida como se processa? Queres saber? – Levanto-me, geralmente, às sete horas, tomo chimarrão e lá para as oito horas o café. Leio os jornais e depois estudo um pouco de francês. Almoço ao meio-dia. Depois do almoço ando um pouco no pequeno pátio interno para o qual dá a porta da minha cela. Janto às cinco horas e geralmente só me deito às 10 horas da noite. Felizmente já tenho uma boa lâmpada que me permite passar lendo as primeiras horas da noite, que são as mais tristes dessa vida de prisão. (PRESTES, 2000, p. 90).

Alguns dias depois, em uma carta datada de 25 de agosto, Leocádia voltou a questionar o filho quanto às condições em que ele vivia: “E tu, meu filho, como vais de saúde? Creio que vives numa peça muito acanhada e que não tens muito ar e nem muita luz, não é verdade? Li a descrição do teu cubículo num jornal brasileiro, e não pude compreender o que será uma cama pregada à parede” (PRESTES, 2000, p. 581). Em resposta, Prestes disse que a descrição dos jornais não era justa e que ele tinha “cama com lastro de arame e colchão” (PRESTES, 2000, p. 99). Assim, entre as descrições feitas por Prestes, as cartas que recebia de Sobral Pinto e o que lia nos jornais brasileiros, Leocádia buscava formar para si uma imagem da vida do filho na prisão.

As descrições feitas por Prestes nas cartas para a mãe em 1937 são condizentes apenas com as condições em que ele vivia nos primeiros meses após a sua mudança para a Casa de Correção, pois o Golpe do Estado Novo em 10 de novembro desse ano, a prisão de Carlos Lassance, seguida pela nomeação de Victório Caneppe para a direção da Casa de Correção, inauguraram um período de dificuldades para a vida de Prestes e, principalmente, para a sua correspondência com a família. Em uma carta escrita para a mãe em 30 de novembro de 1937, Prestes fez a primeira referência a essa situação:

As tuas últimas cartas recebidas são ainda as de 23 e 30 de outubro; não recebi, portanto, nenhuma de tuas cartas deste mês e nada me sabem informar a respeito do destino que lhes deram. Quanto a mim, te tenho escrito regularmente todas as terças-feiras, mas não sei nem mesmo se as minhas cartas são postas no correio. Não compreendo quais causas de tanto mistério... Nestas condições, tu bem podes imaginar a inquietação em que me encontro, porque sei o quanto sofres com a falta de notícias. (PRESTES, 2000, p. 119)

Depois de um mês sem receber cartas e sem qualquer informação sobre as causas de tanto silêncio, Prestes recebeu as cartas escritas pela mãe no mês de novembro, mas as de Lygia no mesmo período jamais foram entregues. Situações como essas voltariam a se repetir ao longo dos anos seguintes, sem que Prestes e Leocádia soubessem se suas cartas eram retidas pela censura por mais tempo do que o esperado ou se eram apreendidas na Casa de Correção como uma forma de punição. Diante da incerteza quanto ao extravio, apreensão e envio de sua correspondência, tanto Prestes como Leocádia passaram a principiar suas cartas fazendo referência direta às recebidas e às enviadas recentemente. A partir de então, o tempo de

circulação, a censura e a importância das cartas passaram a ser temas recorrentes na correspondência de Prestes com a mãe.

No dia 3 de dezembro, depois de receber as cartas enviadas pela mãe em novembro, Prestes voltou a escrever, mesmo sem saber se suas cartas estavam sendo postadas. Em suas palavras: “Hoje te escrevo apressadamente, na esperança de que estas linhas possam ainda seguir pelo avião de domingo, porque estou quase certo de que não recebeste nenhuma das minhas últimas cartas (9, 16, 23 e 30) e bem posso calcular o teu desassossego” (PRESTES, 2000, p. 120). Cabe ressaltar, que das cartas mencionadas por Prestes, apenas a carta de 30 de novembro foi publicada, indicando que Leocádia não recebeu as cartas anteriores, e que essas cartas não foram arquivadas pela administração do presídio, fato que também resultaria em sua preservação.

Os problemas com a correspondência continuaram nos dias seguintes, e Prestes só voltou a receber cartas da família em janeiro de 1938. A situação, no entanto, haveria de piorar muito ao longo do ano, como demonstra uma carta de Prestes datada de 29 de março, na qual ele pediu para a mãe suspender as remessas de livros, pois todos os que possuía haviam sido confiscados (PRESTES, 2000, p. 159). Essa carta jamais chegou às mãos de Leocádia, assim como as duas cartas seguintes datadas de 25 e 26 de Abril. A preservação dessas cartas resultou do mesmo gesto que privou Leocádia de lê-las, isto é, da ação arbitrária da administração do presídio, que as apreendeu e arquivou. Mais tarde essas cartas se somariam àquelas preservadas pela família para serem publicadas.

Os anos de 1939 e 1940 foram particularmente difíceis, com muitas interrupções e extravios, como demonstra a única carta publicada entre as que foram escritas por Leocádia em 1939:

Profundamente triste e dominada pelas mais dolorosas preocupações, motivadas pela falta absoluta de cartas, escrevo-te animada pela esperança de que, talvez neste momento, já te tenham concedido a permissão para receberes minhas cartas. E quando receberei notícias tuas? Não será necessário dizer-te que, mais do que nunca, meu pensamento não se aparta de ti um só momento e que meu amor aumenta na proporção dos meus sofrimentos, que atualmente tocam as raias da mais clamorosa injustiça. Como se poderá explicar a suspensão de nossa correspondência? Que motivos transcendentais se poderá alegar para martirizar um coração materno, quando os maiores criminosos têm o direito de escrever às suas mães?! E tu, meu querido filho, que crimes nefandos poderias cometer nesse tremendo isolamento em que tens vivido, desde há três anos?! (PRESTES, 2000, p. 594)

Desse modo, a administração do presídio alternava períodos em que as cartas eram enviadas e entregues a Prestes regularmente, períodos em que ele era informado da suspensão da correspondência e, ainda, períodos em que ele continuava a escrever, mas suas cartas não

eram postadas. A interrupção da correspondência nem sempre resultava no confisco dos livros, mas a leitura de jornais diários era frequentemente proibida, aumentando ainda mais o isolamento em que Prestes vivia. As medidas restritivas à correspondência eram vistas por ele como uma forma de tortura moral, como ele mesmo descreveu em uma carta para um amigo em 12 de fevereiro de 1939:

Vivo isolado e, quando não estou “de castigo”, posso caminhar num pequeno pátio e apanhar um pouco de sol. A atual administração, porém, não se entende facilmente comigo e continuamente pretende castigar-me – como acontece agora –, fechando-me no cubículo e proibindo a minha correspondência. A suspensão da correspondência é feita com o objetivo de torturar-me moralmente, porque os bandidos sabem o quanto sofre a minha Mãe com a falta de minhas cartas. Que pretenderão conseguir estes indivíduos com tais métodos? Quanto ao isolamento, já estou habituado, e só lastimo não poder melhor utilizá-lo, porque são grandes as dificuldades para fazer estudos que me interessam. A maior parte dos livros ultimamente enviados foram retidos por uma censura arbitrária e inepta, cuja orientação ainda não consegui desvendar. (PRESTES, 2002b, p. 476)

Nessa carta, enviada clandestinamente, assinada como “Pedrinho”⁸⁶ e escrita a um destinatário identificado apenas como “caro amigos”, Prestes não apenas expôs sem ambiguidades a situação em que vivia, como também expôs suas ideias e preocupações com o contexto político nacional, o que lhe era vedado nas cartas que escrevia para a mãe. Na mesma carta, Prestes disse que conseguiu, clandestinamente, ter acesso aos jornais e que está “mais ou menos a par da situação”. E como um homem livre dos limites da censura, fez o seguinte comentário: “O povo já começa a compreender o que é o ‘Estado Novo’, apesar de toda a demagogia. Neste sentido, é significativa a preocupação com que o tirano dominante pretende agora, passar por liberal e democrata” (PRESTES, 2002, p. 476).

A leitura dessa carta traz, ainda, outros indícios relevantes quanto ao universo epistolar de Prestes na prisão, e as estratégias utilizadas para manter um fluxo de correspondência paralelo ao oficial. Nela, Prestes menciona ter conseguido, por intermédio de um conterrâneo, estabelecer relações “quase diretas” com alguém que é mencionado na carta apenas como “amigo comum”. De acordo com Prestes, esse “amigo comum” será o responsável por enviar a carta. Em outro trecho, Prestes agradece por tudo o que tem recebido desse amigo e diz ter escrito um bilhete anterior a uma mulher a quem se refere como “nossa querida amiga”.

Tanto a carta mencionada quanto o bilhete a que Prestes se refere, ambos publicados, indicam que ele recebeu ajuda de amigos e que esses mesmos amigos atuaram como

⁸⁶Prestes utilizou o nome Pedrinho para assinar ao menos mais três cartas clandestinas, datadas de 2 de fevereiro de 1939, 3 de junho de 1939 e 29 de março de 1941, esta última destinada a mãe e as irmãs. Cabe observar, também que ao longo de toda a carta Prestes usa a palavra “amigo” no plural “amigos”, mesmo quando não condiz com a grafia correta, dando a entender que se refere a um grupo específico.

intermediários de sua comunicação com a mãe durante os períodos de proibição da correspondência, inclusive através de referências diretas a ela nessas cartas clandestinas, como, por exemplo, o *post scriptum* da referida carta, no qual Prestes escreve: “Não esqueça de escrever à Mamãe, informando-a de que estou com saúde e que só motivos independentes de minha vontade impedem-me de mandar-lhe notícias” (PRESTES, 2002b, p. 476-477). Sendo assim, é possível afirmar que Leocádia tinha conhecimento dessa correspondência paralela, mesmo porque, em 29 março de 1941, durante um dos períodos em que Prestes estava proibido de escrever, ela e as filhas receberam uma carta assinada por “Pedrinho”, na qual, oculto por uma narrativa repleta de referências que apenas elas poderiam compreender, Prestes fala de sua situação, informa a data da última carta recebida e pergunta por Olga.

Rio, março, 29.

Queridas priminhas!

Vejam só como eu sou bonzinho e como não me esqueço de vocês. Tanto fiz que arranjei este cartão e, se ainda surrupiar uns níqueis, vou mandá-lo pelo bicho voador. Vocês já sabem que agora estou de férias? Não tenho nada que fazer e nem mesmo para ler; passo os dias de papo pro ar... imaginando histórias e travessuras... mas que saudades!... Digam à Abuelita que estou bem, sempre alegre e contente. É verdade que a bruxa amarela não me deixa sossegar, mas eu não tenho medo dela. Vocês se lembram? - Aquela

Taturana - uma bruxa amarela,
Resmungando com ar carrancudo,
Se ocupava em frigar na panela
Um menino, com tripas e tudo.

E vocês, como vão? Última notícia é ainda de 10 de fev. e nem ao menos as figuras que mandava a Abuelita não chegam mais. Mas estas férias hão de acabar. E da mamita, que sabem? Lembranças às titias e um viva para o Elói – vivôoo!!...

Desejo para todos uma, feliz Páscoa, um lindo e gostoso ovo de chocolate.

Beijinhos do

Pedrinho (PRESTES, 2000, p. 446).

“Pedrinho”, não foi o único codinome usado por Prestes em sua correspondência paralela, houve também as cartas assinadas como “Domingos José”, e destinadas ao Secretariado Nacional do PCB entre março de 1938 e fevereiro de 1939. De acordo com Anita Prestes (2015, p. 217), a existência dessa correspondência foi confirmada por Eduardo Ribeiro Xavier, em depoimento à Polícia Civil do Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1940, quando foram apreendidos cerca de 20 cartas e bilhetes, cujas cópias encontram-se nos arquivos da IC. As cartas de “Domingos José”, assim como as de “Pedrinho”, são, desse modo, indiciárias da existência de um fluxo paralelo de correspondências, cuja preservação se deu em razão da ação policial ou do contato próximo desses correspondentes com a família de Prestes.

A existência de um fluxo clandestino de cartas e bilhetes, como uma estratégia de Prestes para burlar o isolamento e as restrições que lhe eram impostas, aponta para um traço

comum aos correspondentes da prisão⁸⁷, isto é, a necessidade de buscar formas de transpor a institucionalização de todos os aspectos de sua vida, onde até mesmo a correspondência com a família se dá sob o rígido controle da censura, anulando o que há de íntimo e privado nessa prática. Em uma carta escrita para Eloíza, em 6 de dezembro de 1939, Prestes comentou com a irmã as limitações de sua correspondência:

Evidentemente, não nos faltam assuntos para uma conversa sem fim e bem posso imaginar o prazer com que Vocês receberiam a carta em que pudesse contar alguma coisa dos pensamentos e recordações que me acompanham. Nestas cartas abertas, porém, uma tal tarefa não é fácil, nem mesmo viável, porque idéia puxa idéia, e para evitar amputações dolorosas o melhor é nada dizer. (PRESTES, 2000, p. 291)

Os comentários sobre as restrições da censura e a necessidade de escrever “cartas abertas” eram frequentes na correspondência de Prestes com a mãe. A censura funcionava como um terceiro elemento da correspondência, sempre lembrado e mencionado, às vezes como um mal necessário, outras vezes com ironia e revolta, mas sempre arbitrando o que podia ou não ser escrito, como demonstra uma carta escrita por Prestes em 11 de outubro de 1938:

Escrevo-te com o máximo cuidado, evitando qualquer expressão ou palavra que possa ser falsamente interpretada, porque minha única preocupação é dar-te a certeza, com as minhas cartas, de que estou vivo e com saúde. Enfim, tenhamos paciência e pensemos que já passamos por piores momentos; não é verdade? (PRESTES, 2000, p. 209)

Por sua vez, Leocádia também se colocava contra as limitações impostas pela censura, que com o começo da Segunda Guerra não estava restrita à polícia brasileira, mas acontecia nos diferentes países e territórios pelos quais a carta passava. Em 7 de janeiro de 1943, Leocádia escreveu ao filho sobre a censura de suas cartas:

Não sei o que pensar sobre a censura mexicana, só sei que existe. Quanto à censura inglesa, é à que são submetidas as minhas e tuas cartas. No entanto, as duas últimas, de 14 e 18 de dezembro, aqui chegaram sem a papeleta respectiva. A última só foi posta no Correio a 22 e gastou 12 dias para chegar ao apartado. E foi censurada à tesoura, pois cortaram uma frase, creio que uma pergunta, em vista do sinal de interrogação que ficou. Já sabes do que se trata e o melhor, a fim de evitar complicações, é não externarmos nossos pensamentos a respeito da situação mundial. Não podemos ter dúvida de que sentimos e pensamos do mesmo modo e que o mais perfeito acordo reina entre nós. Tudo isso é muito triste e irritante, mas...não há mal que sempre dure, nem bem que não se acabe. (PRESTES, 2002, p. 436)

⁸⁷A escrita de cartas na prisão acontece dentro de um rígido sistema de controle que varia de acordo com cada sistema prisional. Em diferentes períodos e lugares homens e mulheres presos desenvolveram formas de burlar esse controle, como por exemplo, Nelson Mandela, que escondia cartas nos pertences de outros prisioneiros quando estes estavam sendo libertados (VENTER, 2018, p. II), ou, ainda, Rosa Luxemburgo, que contava com a ajuda da amiga e secretária Mathilde Jacob, para receber e enviar cartas, clandestinamente, na prisão (LOUREIRO, 2011, p. XX).

Ainda que a censura fosse um problema inevitável, para Leocádia a correspondência com o filho representava muito mais do que um espaço de confissão e de exposição de ideias, representava uma prova de vida e de saúde, uma vez que diante da proibição das visitas e dos longos períodos em que Sobral Pinto se manteve afastado, não havia outra forma de saber o que se passava no interior da Casa de Correção. As notícias publicadas nos jornais brasileiros, por vezes falsas e alarmantes, chegavam à Leocádia com muito atraso, enviadas por amigos que viviam no Brasil ou por meio de outros brasileiros exilados.

É importante lembrar que Leocádia vivia no exílio, primeiro em Paris, com o propósito de coordenar a Campanha Prestes, e depois na Cidade do México, onde recebeu asilo após deixar a Europa às vésperas da guerra. Nesse sentido, suas cartas, assim como as de Prestes, tinham o propósito de superar o isolamento, mas no caso de Leocádia, um isolamento sem grades e paredes. A vida no exílio não era uma novidade para ela, que havia deixado o Brasil em 1930 para viver em Buenos Aires e depois na URSS, mas com a prisão do filho, pela primeira vez Leocádia precisou se separar das três filhas mais velhas, para viver uma vida de deslocamentos e mobilizações.

A iminência de uma guerra na Europa e a mudança para o México no final de 1938, aumentaram ainda mais o isolamento de Leocádia, que junto da neta e da filha mais nova, vivia uma vida de espera por notícias, fossem vindas da Alemanha através das cartas de Olga, fossem vindas da URSS, pelos, cada vez mais escassos, telegramas das filhas, ou, ainda, vindas nas cartas de Prestes, que por vezes atrasavam semanas sem qualquer explicação. E, assim, Leocádia convivia com o isolamento e com a vida em terra estranha, sem deixar de escrever ao filho ao menos uma vez por semana.

Nesse sentido, a experiência do exílio está presente nas cartas de Leocádia, à medida que a experiência da prisão está nas cartas de Prestes, isto é, uma experiência que “supõe uma complexa relação do ser humano com o espaço e o tempo, e com sua própria origem, favorecendo a vivência do luto e as releituras identitárias” (PORTO, 2012, p. 23). Por meio dessas cartas, Leocádia buscava transmitir ao filho, a paciência e a esperança necessárias para resistir ao seu infortúnio, ao mesmo tempo, buscava manter as suas próprias esperanças de voltar ao Brasil e de reunir a família. Ao lembrar os anos de exílio no México, Anita Prestes escreveu sobre o isolamento em que ela, a tia e a avó viviam:

No correr daqueles anos de exílio, embora cercadas pela solidariedade de companheiros e amigos, nosso cotidiano era de isolamento, ao qual Leocádia se referiu muitas vezes nas cartas enviadas ao filho. Longe da família e ocupadas com os cuidados de uma criança pequena, minha avó e minha tia foram forçadas a uma vida social muito restrita (PRESTES, A., 2015, p. 36).

As cartas que Leocádia escrevia ao filho, assim como as que recebia dele, fortaleciam os vínculos afetivos existentes entre eles e reafirmavam, para Prestes, que ele continuava a fazer parte da vida da família, apesar da distância e do isolamento. As cartas de Prestes eram lidas em voz alta para que todas pudessem participar e comentar. Anita, ainda muito criança, tomava parte dessas leituras, como demonstra uma carta de Leocádia datada de 20 de julho de 1942:

A Anita continua forte e bem disposta e agora é uma apreciadora de tuas cartas. Quando a Lyginha chega do apartado, ela pergunta logo se encontrou carta de “meu pai” e senta para ouvir a leitura feita por Lyginha em voz alta. Muitas vezes ri-se gostosamente de algumas de tuas expressões que lhe parecem espirituosas e faz comentários interessantes sobre vários pontos. (PRESTES, 2002, p. 369)

Anita cresceu em um ambiente no qual a espera por cartas era cotidiana e sua chegada, motivo de alegria. Assim como os retratos na parede da sala, descritos por ela em suas Memórias, as cartas tinham o estranho poder de fazer presente o pai e a mãe que ela só conhecia por meio daqueles pequenos pedaços de papel, que eram as cartas. Mais tarde, já adulta, Anita escreveria que a correspondência com os pais ocupava um lugar muito importante em sua vida no exílio (PRESTES, A., 2019, p. 37).

Para Prestes, as cartas também representavam, em alguma medida, um lugar para lembrar e para compartilhar memórias. Isso se dava não apenas através das muitas referências feitas à sua infância e à vida junto da mãe e das irmãs no subúrbio do Rio de Janeiro, mas também pelo desejo manifestado de preservar a memória da família. No *post scriptum* de uma carta que escreveu para a mãe em 7 de janeiro de 1942, cerca de um ano após a morte da avó Ermelinda Felizardo, Prestes escreveu: “Recebi do Alfredo um pequeno bilhete de felicitações, ao qual juntou a cópia que te envio de uma cartinha que me escreveu a Vovó em meados de 1936 e de que não tinha conhecimento. É uma relíquia que a Anita Leocádia deve guardar com o último retrato que lhe mandaram” (PRESTES, 2002, p. 19).

Alfredo era primo de Prestes e desde muito jovem foi educado pela avó, com quem ainda morava quando esta faleceu em 31 de janeiro de 1940. Até então, e desde que Prestes foi autorizado a receber cartas da família, Ermelinda se correspondia com o neto, além de enviar livros e revistas regularmente. A memória da avó era o que unia Prestes e Alfredo, e foi a partir do falecimento dela que iniciou uma correspondência regular entre eles. E como que continuando o trabalho da avó, Alfredo enviava livros e revistas ao primo. Leocádia também participava desse diálogo epistolar, escrevia e recebia cartas de Alfredo, que era tido pela

família como um epistológrafo lacônico e reservado⁸⁸. Ainda que suas cartas tenham sido poucas, sua presença na vida de Prestes na prisão foi importante, não apenas em razão dos livros e revistas que enviava, mas também pelo apoio manifestado durante todo o período de prisão.

A cópia da carta de D. Ermelinda enviada por Alfredo era uma relíquia para ele, assim como era para Prestes e para Leocádia, que temendo represálias e perseguições, não pode voltar ao Brasil para se despedir da mãe. Na primeira carta que escreveu ao filho, após receber a relíquia de família, Leocádia reforçou a importância de preservar e de transmitir essa memória. Em suas palavras: “Recebi com grande emoção a carta de mamãe e vou guardá-la juntamente com o seu retrato. Mais tarde, quando a Anita puder compreender todo o valor que encerram essas relíquias, eu lh’as entregarei” (PRESTES, 2002, p. 312-313).

A carta de D. Ermelinda não foi a única lembrança enviada por Alfredo ao primo. Em uma carta escrita para a mãe em 8 de outubro de 1941, Prestes mencionou ter recebido do primo a cópia de um programa musical da festa de aniversário de D. Ermelinda, no ano de 1895, que estava entre os seus guardados. Em suas palavras:

Este programa musical trouxe-me um mundo de recordações e parece que veio avivar as minhas saudades da cítara, ou, pelo menos, de um pouco de música; nele aparece a Estudantina de que sempre nos falava e que, então, se compunha de cítaras, bandurras, violinos e violoncelo, sendo executantes – Julieta, Corruca, Leocádia, Aninha, Loló, Seu Quincas, Fernando e Lulu. Quem é Fernando? É para mim o único desconhecido. Como vez, foi bem apreciada aqui, neste meu mundo de saudades e recordações, a bondosa ideia do primo, de quem continuo recebendo também novas revistas. (PRESTES, 2000, p. 515)

As cartas da família recebidas no isolamento da prisão eram frequentemente mencionadas por Prestes como objetos de valor afetivo. “Lidas e relidas muitas vezes”, essas cartas e os objetos que as acompanhavam faziam parte do pequeno universo material que construiu para si no espaço restrito do cubículo que ocupava. Em diferentes momentos, ao longo dos oito anos em que foi autorizado a manter correspondência com a família, Prestes expôs em palavras o que essas cartas significavam na luta diária travada contra o isolamento e a desesperança, assim como para superar o fato de não poder acompanhar os primeiros anos da

⁸⁸Há indícios de que Prestes fez cópia de pelo menos uma das cartas de Alfredo e enviou para a mãe. Além disso, as cartas de Alfredo eram constantemente comentadas por Prestes e por Leocádia em suas cartas, como demonstra uma carta escrita por Prestes à mãe em 8 de agosto de 1941: “Ontem tive a satisfação de receber uma carta do Alfredo, que respondeu assim às linhas que lhe enviei depois do falecimento da Vovó. Desta vez foi menos lacônico do que habitualmente, pois escreveu-me toda uma página à máquina, cuja leitura profundamente me comoveu. [...] Ele promete outra carta e diz que vai enviar diversos livros e revistas comprados ainda em vida da Vovó. Talvez ainda te mande cópia desta carta do Alfredo, pois ela certamente te interessa.” (PRESTES, 2000, p. 493-494)

vida de sua filha, como demonstra uma das primeiras cartas que escreveu para Leocádia, datada de 21 de abril de 1937:

Com as cartas que ela [Olga] te escreve e que tu me tens enviado, cartas que leio e releio e que juntamente com as tuas já vão constituindo para mim um tesouro e uma relíquia, vou acompanhando pelo pensamento o desabrochar da inteligência da nossa querida Anita Leocádia. (PRESTES, 2000, p. 40)

Nesse universo de lembranças e saudades, as fotografias ocupavam um lugar importante. Os retratos de Anita, enviados regularmente por Leocádia e por Lygia, compunham a maior parte das fotografias recebidas por Prestes e era a partir delas que conseguia acompanhar o crescimento da filha. Havia outras fotografias, que enviadas pela família, evocavam memórias e vínculos afetivos. Ainda em 1937, Prestes recebeu por intermédio de Sobral Pinto, um conjunto de fotografias enviadas por um primo que teve a autorização de visita negada. Eram fotografias de família tiradas em Porto Alegre entre 1901 e 1902 e que inspiraram comentários de Prestes nas cartas que escreveu para a mãe e para Lygia nas semanas seguintes.

Em uma carta escrita por Prestes para a avó em 6 de janeiro de 1939, as fotografias foram, mais uma vez, evocadoras de memórias. Depois de agradecer a avó pela promessa de enviar um conjunto de fotografias, Prestes escreveu:

Na fotografia do grupo dos alunos da Escola Militar, em 1921, devo encontrar o retrato do meu aluno e inesquecível amigo Mário Portella Fagundes que, com o seu entusiasmo, atividade e talento, era a alma da Comissão pró-ereção do monumento aos heróis da Laguna. O Portelinho era pelotense e morreu heroicamente, com mais 12 companheiros, em janeiro de 1925, nas margens do rio Pardo, aí no norte do estado, defendendo com a própria vida a retaguarda da Coluna que, então, começava a passar para Santa Catarina. O último retrato dele que possuía tive que deixar em Buenos Aires, há anos, e receio que se tenha perdido. (PRESTES, 2000, p. 223)

Alguns dias depois, Prestes escreveu para a mãe comentando as fotografias enviadas pela avó: duas do seu nonagésimo aniversário e duas do grupo de alunos da Escola Militar de 1921. Ao mencionar a presença de Portela em uma delas, faz o seguinte comentário: “o retrato deste querido amigo veio avivar velhas recordações e distrair, por algum tempo, à minha cabeça da preocupação que me causa a falta de tua carta” (PRESTES, 2000, p. 224).

Com o tempo, as fotografias fizeram parte do cotidiano de Prestes e em muitas de suas cartas ele agradece o envio de retratos do sobrinho, da mãe, de Lygia, da avó, assim como fotografias de lugares em que a família passou férias e mesmo de cartões postais com temas diversos. Junto das fitinhas marcadoras de páginas feitas pela irmã e enviadas com os livros,

das mechas de cabelo de Anita e das flores enviadas no envelope das cartas, Prestes tinha as fotografias como “objetos-relíquia”⁸⁹, tal como os definiu Ranum (2009, p. 245-246).

Leocádia, por sua vez, não tinha fotografias ou objetos enviados pelo filho. Para ela restavam as cartas, que eram lidas, relidas, copiadas e guardadas. Essas cartas, porém, não se limitavam ao diálogo trivial permitido pela censura; nelas Prestes copiava trechos de poemas, traduções de Sêneca e Diderot e até mesmo arriscava o envio de recortes de jornal. Essas traduções e poemas, hoje publicados junto à correspondência mantida entre mãe e filho, testemunham a extensão dos sentimentos que os uniam, assim como os valores atribuídos e mobilizados pela família para a preservação desses escritos.

Leocádia faleceu em 14 de junho de 1943, em razão de uma insuficiência cardíaca que a impediu de escrever ao filho nos últimos meses de sua vida. A última carta escrita por ela data de 1 de fevereiro de 1943, a partir de então, Lygia assumiu a responsabilidade pela correspondência semanal com o irmão. Durante esse período, Prestes continuou a escrever cartas destinadas à mãe, inicialmente, por não saber da gravidade da doença que a acometera e, posteriormente, para se manter presente. Na última carta que escreveu para a mãe, em 5 de maio de 1943, Prestes lamentou não estar junto dela para minorar os seus sofrimentos e expôs sua gratidão e reconhecimento a tudo o que ela representava em sua vida:

Às vezes, até, chego a admirar-me do número de anos já passados nesta minha estranha situação e ponho-me, então, a meditar em busca de uma explicação para a força que me anima e me sustenta. Não há dúvida de que ela vem de ti, das tuas lições e, principalmente, do teu exemplo constante de energia e dignidade. (PRESTES, 2002, p. 221)

Em 1943, Prestes já havia sido autorizado a receber visitas e a se corresponder com pessoas fora de sua família, mas a perda da mãe representou para ele um novo isolamento. Lygia assumiu, definitivamente, a correspondência semanal com ele, mas ela também estava vivendo o luto e precisava cuidar da sobrinha, que na época tinha apenas cinco anos de idade. Havia a incerteza quanto à situação das irmãs que viviam na zona de guerra e com as quais a comunicação era rara e restrita a pequenos telegramas. E, por fim, havia o silêncio de Olga, de quem não se obtinha informações ou qualquer sinal de vida desde novembro de 1941, data de sua última carta.

⁸⁹ De acordo com Ranum (2009, p.245-246), os objetos-relíquia são objetos “carregados de lembranças amorosas”, que integram as relações simbólicas e de troca entre aqueles que vivem uma relação amorosa.

A morte de Leocádia inaugurou um novo período na vida de Prestes e de toda a família, mas antes de ir adiante nessa história, é preciso seguir a trajetória de um outro fio que preenche as lacunas dessa trama, isto é, a correspondência de Prestes com sua companheira Olga Benário.

3.2. “Pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo”

Algumas histórias de vida são tão dramaticamente incríveis, que contá-las parece tarefa exclusiva da literatura ficcional, onde os limites entre o verdadeiro, o falso e o fictício habitam uma zona cinza e a narrativa flui sem os limites impostos pelos fatos e pelos documentos. Todavia, essas vidas, tão reais quanto quaisquer outras, ao serem contadas expõem a complexidade e a diversidade dos vestígios deixados ao longo de sua trajetória. Assim acontece com a vida de Olga Benário, que foi, e ainda é, objeto de inúmeras pesquisas acadêmicas no campo da História, da Literatura e das Ciências Sociais, e sobre a qual foram publicadas pelo menos duas biografias, uma na extinta Alemanha Oriental, escrita por Ruth Werner em 1962; e outra no Brasil, sob a autoria de Fernando Morais, em 1985, esta última adaptada para o cinema em 2004⁹⁰.

Na década de 1980, enquanto buscava por documentos e por pessoas que pudessem falar sobre a vida de Olga, Fernando Morais se deparou com uma diferença importante no modo como a sua memória havia sido preservada, até então, na Alemanha e no Brasil. Enquanto, no lado oriental da Alemanha seu nome era lembrado em monumentos, escolas e museus, no Brasil “até mesmo a historiografia oficial do movimento operário brasileiro, produzida por partidos ou pesquisadores marxistas, relegara invariavelmente a ela o papel subalterno de “mulher de Prestes”- e nada mais que isso” (MORAIS, 2008, p. 9).

De 1985, ano em que Morais publicou sua biografia, até os dias atuais, a história de Olga se tornou conhecida no Brasil. Seu nome foi dado a escolas em diferentes cidades do país, assim como a movimentos e coletivos femininos⁹¹. Sua biografia foi traduzida em mais de 10 países e milhares de pessoas foram aos cinemas ver a história da mulher judia e militante comunista que, grávida de sete meses, foi deportada pelo governo brasileiro e entregue à Gestapo. A atuação feminina na militância comunista, a responsabilidade do judiciário

⁹⁰Além das biografias citadas no texto, Olga Benário foi objeto de outras publicações de cunho biográfico, mas focadas em um período ou acontecimento específico de sua vida, como por exemplo: COHEN, 2013, 2016; PRESTES, A., 2017; BONZOMET, 2021; QUILLICI, 2015.

⁹¹A título de exemplo: CE Olga Benário Prestes, Alvorada RS; CMEI Olga Benário Prestes, Curitiba PR; EMEI Olga Benário Prestes, Diadema SP; EMEI Olga Benário Prestes, Itu SP; CE Olga Benário Prestes, Rio de Janeiro/RJ.

brasileiro no processo de deportação, e, até mesmo, a repercussão de suas biografias no campo da literatura, foram alguns dos temas que deram a Olga um reconhecimento histórico muito além daquele restrito à sua condição de companheira de Luiz Carlos Prestes.

Diferentemente da correspondência de Prestes com a mãe e com a irmã, as cartas que ele e Olga escreveram um ao outro depois de sua separação forçada em 1936, foram objeto de pesquisas acadêmicas no Brasil e de uma coletânea publicada na Alemanha, sob a organização de Robert Cohen no ano de 2013⁹². Na introdução a essa coletânea, Cohen ressaltou a importância dessa correspondência, destacando as singularidades da vida dos correspondentes, e chamando a atenção para a condição de Olga como vítima do nazismo. Em suas palavras:

Nos campos de concentração, o indivíduo foi eliminado, até mesmo o direito de morrer foi tirado dele. "Não foi o indivíduo que morreu nos campos, mas o espécime", o que segundo Adorno foi um escândalo insuperável. Ao recordá-los hoje, estamos devolvendo às vítimas sua inconfundível individualidade. Mas também seu exemplar: sua morte anônima, que a conecta com todas as outras vítimas. A vida e a morte de Olga Benário situam-se nesta dialética de destino individual e destino de massa. (COHEN, 2013, s/p, tradução nossa.)

Nesse sentido, as cartas de Olga trazem em si, o fator individual da tragédia que a vitimou, ao mesmo tempo, que expõem as suas condições de vida, semelhantes a de tantas outras prisioneiras que compartilharam com ela esse sofrimento, qual seja: a vida e a maternidade em uma prisão nazista. Da mesma forma, a correspondência entre ela e Prestes nos anos de prisão retrata, de modo fragmentário e testemunhal, os últimos anos de uma história de amor improvável entre o líder da Coluna Prestes e a jovem comunista alemã designada pela Internacional Comunista para a sua segurança, também, o diálogo possível entre dois presos políticos durante a Segunda Guerra Mundial e, o único registro documental do primeiro ano de vida da filha que tiveram juntos. Tudo isso faz dessas cartas, documentos, ao mesmo tempo, familiares e de interesse público, no sentido de preservarem em si fragmentos da história de vida dos correspondentes e da causa pela qual lutaram.

De acordo com o que propõe Cohen (2013), as condições singulares em que aconteceram essas trocas epistolares, decorreram quase que exclusivamente das vidas, também singulares, dos correspondentes que as mantiveram. Partindo dessa premissa, alguns dos acontecimentos da vida de Olga Benário são importantes para que se possa compreender a

⁹²Em 2013, Robert Cohen publicou, na Alemanha, a obra *Die Unbeugsamen: Briefwechsel aus Gefängnis und KZ*, uma coletânea das cartas trocadas entre Prestes e Olga durante o período de prisão. Três anos depois, em 2016, publicou a obra *Der Vorgang Benario: Die Gestapo-Akte 1936-1942*, um estudo sobre o processo Benário, baseado nos arquivos da Gestapo produzidos durante o período em que Olga esteve presa. Os mesmos arquivos foram consultados por Anita Prestes, que publicou em 2017, a obra *Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo*.

escrita sensível e objetiva de suas cartas da prisão, assim como a força e a capacidade de resiliência demonstrada por ela nessas cartas.

Filha de uma família judaico-cristã, Olga nasceu em Munique, em 12 de fevereiro de 1908, e ainda muito jovem viveu as privações decorrentes da Primeira Guerra Mundial. Os anos de sua infância foram lembrados por Prestes em uma de suas cartas para a mãe no ano de 1937. Ao pedir a Leocádia que enviasse alimentos e dinheiro para Olga na prisão, Prestes mencionou os relatos de Olga sobre a infância na guerra, lembrando que “ela já sofreu muito durante os anos da guerra européia e nos que lhe sucederam, tendo passado grandes necessidades e quase fome, justamente na idade em que as crianças mais se desenvolvem, porque ela tinha seis anos em 1914” (PRESTES, 2000, p. 37).

De acordo com seus biógrafos (WERNER, 1961; MORAIS, 1985), aos 15 anos Olga ingressou na ilegal Liga da Juventude Comunista de Munique, levada não apenas por um senso de justiça social apreendido nos livros, mas também pela vivência no escritório do pai, o advogado social-democrata Leo Benário, que defendia na justiça, muitas vezes sem cobrar honorários, os trabalhadores e os desempregados que o procuravam em busca de ajuda. Por volta da mesma época, Olga conheceu o professor Otto Braun, que se tornou seu companheiro e com quem foi viver no distrito de Neukölln, em Berlim, onde Olga se tornou membro da liderança distrital da Juventude Comunista de Neukölln e um ano depois da liderança distrital de toda Berlim. No mesmo período, de acordo com Cohen (2016, s/p, tradução nossa), Otto, que trabalhava secretamente para os soviéticos, “conseguiu para ela um emprego como taquigrafista na missão comercial soviética, o que a colocou em contato direto com o serviço secreto soviético”.

Em razão de sua atuação junto à juventude comunista alemã, Olga e Otto foram presos em outubro de 1926. Ela foi solta cerca de dois meses depois, e ele foi mantido em prisão preventiva por mais um ano e meio. Seu resgate e fuga, organizados por Olga e pela juventude comunista de Berlim, deram início a um período de vida na clandestinidade para o casal que, cerca de três meses depois, buscou refúgio em Moscou. Em território soviético, Olga voltou a atuar na juventude comunista e recebeu, pela primeira vez, treinamento militar. Nos anos seguintes, participou de missões no exterior e chegou a ser presa na França e deportada para Moscou, onde continuou seu treinamento militar.

No final do ano de 1934, quando Prestes e Olga foram apresentados por Dmitri Manuilski, dirigente da Internacional Comunista, suas histórias de vida não podiam ser mais diferentes. Ele, acompanhado da família, vivia na URSS como exilado desde 1931. Embora respeitado pela sua trajetória como líder revolucionário, só recentemente tinha sido aceito no

partido comunista. Ela, então com 26 anos, separada de Otto desde 1931, e sem nenhum outro vínculo familiar, era uma militante experiente e respeitada por seus pares.

Feitas as apresentações, Olga recebeu a missão de cuidar da segurança de Luiz Carlos Prestes em seu retorno clandestino ao Brasil, onde ele lideraria um levante popular contra o governo de Getúlio Vargas. Ocultos sob o disfarce de um casal abastado, Prestes e Olga deram início a uma viagem que durou cerca quatro meses, durante a qual se apaixonaram e viveram como um casal de verdade. E foi como um casal que viveram o período de mobilizações e arranjos que antecederam os levantes de novembro de 1935, o fracasso desses levantes e a prisão em março de 1936⁹³.

Anos depois, em uma entrevista concedida à Anita Prestes e a Marly Vianna, Prestes descreveu as circunstâncias de sua prisão:

A polícia, de madrugada, bateu na casa. Cercou e entrou. Eu olhei pela janela, a casa era pequena, não havia mais saída. Nós não tínhamos nenhuma arma, qualquer resistência seria um suicídio. Quando eles entraram, Olga ficou na minha frente e cobriu o meu corpo com o dela. Diante de uma mulher, eles vacilaram. No momento que vacilaram, eu senti que estava salvo. Não fosse o gesto de Olga, eles teriam me matado. (PRESTES, 1981-1983 apud PRESTES, A., 2015, p. 193)

Logo em seguida dos acontecimentos narrados por Prestes, Olga e ele foram levados à Delegacia de Ordem Política e Social, onde se viram pela última vez. Prestes foi levado para o quartel da Polícia Especial, e Olga para a Casa de Detenção, onde foi mantida incomunicável por algum tempo, até ser transferida para uma cela coletiva que dividia com outras companheiras presas em razão dos levantes de novembro de 1935. Ao longo dos primeiros meses de prisão, Olga e Prestes conseguiram trocar alguns bilhetes, por meio dos quais ele soube que seria pai e que a gravidez de Olga poderia, de algum modo, evitar a sua extradição⁹⁴.

No dia 3 de junho de 1936, o advogado de Olga, Heitor Lima, protocolou na Corte Suprema dos Estados Unidos do Brasil o *habeas corpus* número 26155 em favor de Maria Prestes – um dos nomes pelos quais a polícia brasileira havia identificado Olga –, no qual argumentava que a prisioneira não havia sido acusada de qualquer crime e que estava grávida de um cidadão brasileiro. O *habeas corpus* foi negado, e no dia 27 de agosto do mesmo ano foi decretada a expulsão de Olga Benário⁹⁵. A extradição aconteceu, de fato, apenas no dia 23 de

⁹³Sobre o período que Prestes e Olga viveram no Rio de Janeiro entre abril de 1935 e março de 1936, ver *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, de autoria de Anita Prestes (2015).

⁹⁴Os bilhetes trocados entre Olga e Prestes enquanto ela estava presa no Brasil não foram publicados com as demais cartas da prisão. Encontram-se arquivados no APERJ, sob a identificação: Bilhetes de Prestes e Olga, anexo do prontuário Olga Benário ou Maria Prestes, n. 1675, caixa 2.631.

⁹⁵Sobre o processo de extradição de Olga Benário, ver “Getúlio Vargas e o Supremo Tribunal Federal: uma análise do habeas corpus de Olga Prestes”, de autoria de Felipe Cittolin Abal (2017); e “O caso Olga Benario Prestes: um estudo crítico sobre o habeas corpus nº 26.155/1936”, de autoria de Veyzon Campos Muniz (2011).

setembro quando, grávida de sete meses e tendo consigo apenas 150 dólares que haviam sido apreendidos no momento de sua prisão, Olga embarcou em um navio cargueiro com destino a Hamburgo. Junto de Olga estava Elise Ewert (Sabo), esposa de Arthur Ewert (Henry Berger), que havia sido presa com o marido e barbaramente torturada pela polícia brasileira.

Depois de uma longa e difícil viagem, Olga foi separada de Elise ainda no porto de Hamburgo e levada para a prisão feminina de Barnimstrasse. De acordo com Anita Prestes (2017, p. 25), no último mês de gravidez, Olga foi interrogada e mantida longe de Elise por ser considerada sua cúmplice e uma ameaça direta à ordem pública, além de ser proibida de escrever e de receber cartas. Sua extradição foi noticiada pela imprensa brasileira e foi através de um jornal contrabandeado para dentro de sua cela pelos guardas da prisão, que Prestes soube que Olga era prisioneira na Alemanha nazista.

Sem qualquer informação sobre a situação de Olga, a mãe e a irmã de Prestes foram a Berlim em busca de informações e com a intenção de ajudar no que fosse possível, sem, contudo, obter sucesso. Nem mesmo o advogado contratado por Leocádia pode ver ou falar com Olga, em razão do grande aparato policial que ocupava o porto por ocasião de sua chegada. Diante disso, a Campanha Prestes ampliou sua mobilização no sentido de denunciar as condições em que Olga estava sendo mantida, assim como de exigir a sua libertação, uma vez que no Brasil ela não havia sido acusada de crime algum.

Em 27 de novembro de 1936, na enfermaria da prisão de Barnimstrasse, nasceu Anita Leocádia, filha de Olga Benário e Luiz Carlos Prestes. Em razão do nascimento da filha, Olga pediu autorização para enviar um telegrama e uma carta ao pai de Anita informando o seu nascimento. O telegrama e a carta, datados, respectivamente, de 28 de novembro e 17 de dezembro não foram expedidos pela Gestapo, que os arquivou. Na carta, que jamais foi lida por Prestes, Olga dizia que Anita havia nascido com saúde, pesando 3,800kg e que tinha os cabelos escuros e os olhos azuis. A carta também tinha o objetivo de estabelecer a correspondência entre eles e de buscar algum tipo de ajuda:

Querido, como poderei ter notícias tuas? Penso que daqui não haverá dificuldades para que eu te escreva. Talvez possas providenciar que, pelo menos uma vez por mês, possamos nos corresponder. Enfim, isso não é pedir muito, pois desejo informar-te sobre a situação da nossa filha. Também se tens a possibilidade de escrever a tua mãe, cujo endereço eu não tenho, talvez ela me possa ajudar nessa situação, pois bem sabes que aqui não tenho ninguém. (PRESTES, A., 2017, p. 85)

Alguns dias depois, Olga recebeu a primeira carta de Leocádia, datada de 1 de dezembro, e uma outra carta datada de 9 de dezembro, dando início a uma correspondência que se manteve pelos anos seguintes. As cartas de Leocádia não foram preservadas, todavia, a

resposta escrita por Olga no dia 31 de dezembro, não só foi guardada pela família, como também foi copiada e enviada para Prestes em março de 1937. Foi através dessa carta que Prestes soube do nascimento da filha e das condições em que ela e Olga viviam, pois desde o bilhete enviado por Olga antes de sua deportação, nenhuma informação havia sido dada a respeito da companheira e da filha que ela carregava consigo. Essa também foi a primeira carta de Olga a ser publicada, pois junto à correspondência de Leocádia com o advogado do filho, integrou a obra *Por que defendo comunistas*, de Heráclito Fontoura Sobral Pinto, em 1979.

Essa carta, também, marcou o início de uma relação epistolar que envolveu, sistematicamente, Prestes, Olga, Leocádia, Lygia e diferentes tradutores. Inicialmente, tanto as cartas de Prestes como as de Olga, depois de censuradas na prisão, eram enviadas para Leocádia, em seguida eram copiadas por Lygia e enviadas para os tradutores, isso porque, Olga só estava autorizada a receber e a escrever cartas em idioma alemão. Concluídas as traduções, as cartas seguiam seu caminho, passavam pela censura novamente e só depois chegavam ao destinatário. Esse complexo sistema de cópias e traduções foi mantido até 1941 (Apêndice 2), mas antes disso, em 1938, Olga e Prestes escreveram um ao outro diretamente, pois, desde que foi autorizado a receber livros, Prestes se dedicou ao estudo do idioma de Olga e no final de 1938 já era capaz de ler em alemão, sem muita dificuldade.

Em uma carta para a mãe, datada de 23 de dezembro de 1938, Prestes disse ter escrito diretamente à Olga e ter recebido uma resposta, que mesmo escrita em alemão, pôde ser lida quase sem a ajuda de um dicionário. Ainda assim, Leocádia continuou a intermediar a maior parte dessa correspondência, sem, contudo, precisar traduzir todas as cartas de Olga, como demonstra o *post scriptum* de uma outra carta de Prestes para a mãe, datada de 1 de março de 1939: “Podes mandar as cartas da Olga no original, em alemão, porque já as traduzo com relativa facilidade, o que constitui para mim um bom exercício” (PRESTES, 2000, p. 233-234).

Leocádia e Lygia também se correspondiam com Olga, e nenhuma delas conhecia o idioma alemão, de modo que os tradutores continuavam necessários, e cada dia mais escassos: primeiro em razão da instabilidade e da insegurança vividas na França pré-guerra; e segundo em razão das dificuldades encontradas no exílio mexicano, onde a rede de apoio à Campanha Prestes era menor. Todavia, essa correspondência também fazia parte do universo epistolar de Prestes na prisão, pois as cartas que Lygia e Leocádia recebiam de Olga também eram copiadas e enviadas a Prestes, que seguidamente as referenciava em suas cartas.

No entanto, é preciso voltar ao começo dessa história, quando Prestes escreveu à companheira pela primeira vez depois do nascimento da filha, em resposta à carta que Olga havia escrito para Leocádia. Em 16 de março de 1937, quando obteve autorização para se

corresponder com a família, Prestes escreveu “algumas linhas para Olga” (PRESTES, 2000, p. 34), renunciando a complexidade da relação epistolar que foi mantida entre eles até os últimos dias da vida dela. Uma relação construída através de cartas que, por mais de um ano, retrataram cada detalhe do crescimento de Anita e da experiência de Olga como mãe. Em sua primeira carta, como pai de Anita, uma carta aberta, lida por censores, familiares e tradutores, Prestes expressou suas preocupações em relação à saúde de Olga e às condições em que ela vivia com a filha, e pela primeira vez escreveu sobre o significado da existência desse novo e “pequeno ser” em suas vidas:

Então, meu amor, apesar de todas as dores e de todos os sofrimentos, apesar de todas as dificuldades por que passaste, esse pequeno ser, do qual tu me dizias, com estas palavras, para mim inesquecíveis, da tua primeira carta da prisão, que seria “a expressão viva de tudo de bom e doce que existe entre nós”, esse pequeno ser realmente existe? E ela é forte e linda... Como eu gostaria de vê-la e tomá-la em meus braços. (PRESTES, 2002b, p. 287)

Na prisão de Barnimstrasse, Olga e Anita ocupavam uma cela mobiliada com uma cama, uma cadeira, uma mesa e uma cama com grades que servia de berço. Em suas cartas para Prestes, Olga narrou cada detalhe do cotidiano e do desenvolvimento da filha no espaço restrito em que viviam, sem jamais mencionar os interrogatórios a que foi submetida nesse período, uma vez que suas cartas eram rigidamente censuradas na prisão e, quaisquer referências à Gestapo ou aos interrogatórios certamente seriam barradas. De acordo com Anita Prestes, os documentos arquivados pela Gestapo relativos ao período em que Olga esteve presa em Berlim, relatam que: “Isolada e incomunicável em uma cela da prisão de Barnimstrasse mesmo após o nascimento da filha, Olga passou a ser frequentemente interrogada sobre suas atividades políticas” (PRESTES, A., 2017, p. 31). Os mesmos documentos tratam das restrições impostas à sua correspondência, e ao fato de que mesmo sob a ameaça constante de perder a filha, Olga se negou a falar sobre suas atividades como comunista e foi descrita nos relatórios da Gestapo como uma “comunista perigosa e obstinada”, cuja prisão era necessária por uma questão de segurança de Estado.

Assim, entre a lealdade irredutível à Internacional Comunista e a responsabilidade pelo bem-estar de Anita, Olga construiu em suas cartas para Prestes, um universo de beleza e sensibilidade que permitiu a ele viver com ela, por meio de suas descrições, os primeiros meses da vida da filha que tiveram juntos. Suas descrições eram simples e cotidianas, mas repletas de amor e atentas a cada detalhe insignificante da rotina de Anita, como, por exemplo, em uma de suas cartas, datada de 15 de maio de 1937, Olga descreveu o banho matinal da filha:

Ela gosta muito de espernear dentro da água quente. Quando está toda ensaboada, a envolvo num grande pano para esfregá-la. Então, temos um pacote branco, que se mexe de vez em quando e de onde sai um bracinho ou um pezinho. Se lavo seu rosto, ela chora; se lhe esfrego as costas, grita de prazer, e quando chego à barriga, ela ri às gargalhadas. Todos os dias é a mesma coisa e todos os dias novamente me alegro. (PRESTES, 2002b, p. 387)

As cartas de Olga acompanhavam o crescimento de Anita. Cada novo acontecimento, como o nascimento dos dentes, as primeiras palavras e os primeiros passos, por exemplo, ganhavam uma narrativa própria, repleta de detalhes e de interpretações entusiasmadas. Em outra carta, datada de 28 de julho de 1937, mais uma vez, Olga extraiu da rotina uma imagem possível para os olhos de Prestes, ao tratar do comportamento da filha, então com oito meses de vida:

É também admirável como é interesseira! Se há legumes para comer e não o bastante para ela, terias que ver como faz beicinho! Resmunga, então, após cada colherada e tem tanta fome que bate com o pé com impaciência. Então eu me rio dela e ela fica seriamente decepcionada com os resultados de seus esforços. Ou ri muito divertida ou começa a gritar horivelmente. Às vezes, ao comer de colher, lembra-se que é muito melhor mamar no peito de sua mãe, e com uma boquinha suja, se lança sobre a minha blusa – podes imaginar em que estado fica a blusa depois disso. (PRESTES, 2002b, p. 391-392)

Em suas cartas, Olga descrevia a rotina que havia construído com a filha, uma rotina limitada pelos horários e normas da prisão, vivida entre descobertas e novidades tanto para Anita que via o mundo pela primeira vez como para Olga que se descobria como mãe. Em sua vida como militante comunista, Olga havia recebido treinamento para suportar os interrogatórios, as privações e a rigidez da prisão, mas nada em sua vida a havia preparado para viver a experiência da maternidade em um ambiente tão hostil e inseguro. Prestes, por sua vez, perguntava sobre cada atividade dessa rotina e se interessava até mesmo pelo mais trivial dos detalhes. Assim, as cartas de Olga para Prestes funcionavam como diários íntimos da vida de Anita na prisão, como demonstra uma dessas cartas, datada de 24 de setembro de 1937:

Tu perguntas como vivemos. O melhor é que eu te descreva um dia na prisão. De manhã, às 5 ou 6 horas, a Anita se acorda e começa a brincar. Até às 6 não me ocupo dela, pois não quereria mais ficar em sua cama. Às seis horas, dou-lhe de mamar. Depois disso tenho muito o que fazer, pois às sete horas devo estar pronta e ter lavado o chão de minha cela. Às sete e meia tomo o café e, nesse momento, a Anita dorme durante uma meia-hora ou uma hora. Aproveito esse repouso para ler os jornais, a menos que tenha roupa para lavar ou outra coisa para fazer. Às 9 e meia a pequenina já tomou banho e come uma segunda vez. Às dez e meia vamos ao pátio. Se faz bom tempo, a Anita fica lá fora até as 11 e meia e dorme, enquanto eu devo voltar para minha cela ao cabo de 45 minutos. Então almoço e, até a hora de receber de volta a pequenina, leio ou faço um trabalho manual. Às 2 horas Anita Almoça e brinca. Às vezes ela ainda dorme uma meia hora. Às 5 e meia recebo minha refeição da tarde e, entretimentos, dou ainda de mamar à pequenina. Fico me distraíndo com ela até as 7 horas e a ponho na cama para dormir. Como já é noite e a essa hora não disponho de iluminação, não me resta outra coisa a fazer do que “fazer bons sonhos” e adormecer.

Às 10 horas dou ainda de mamar à pequenina (sempre no escuro) e as duas adormecemos até o dia seguinte pela manhã. (PRESTES, 2002b, p. 403)

Privado de qualquer contato humano, que não as visitas do advogado e as cartas que recebia da família, Prestes atribuía a essas cartas o valor de relíquias, que encerravam em si, o meio pelo qual, mesmo distante, podia participar da vida da filha. Em suas cartas para a mãe, ele seguidamente mencionava as descrições feitas por Olga e o valor que cada palavra escrita tinha em sua vida de isolamento, como demonstra o excerto de uma dessas cartas:

E a minha felicidade é grande, porque a Olga descreve com tanto amor as cenas da vida daquele pequenino ser, que eu tenho mesmo a impressão, ao ler as suas cartas, de que tenho, aqui, ao meu lado, a movimentar seus bracinhos, a balbuciar, a rir e a fitar-me com inteligência, aquela filha que não conheço, nem sei ainda quando poderei ver e beijar. (PRESTES, 2000, p. 40)

Havia, contudo, uma sombra sobre as alegres e detalhadas descrições feitas por Olga. Pelas normas da prisão, Anita só poderia continuar com ela enquanto estivesse sendo amamentada. Depois disso, seria entregue a um orfanato, onde qualquer vínculo com a mãe biológica seria abolido. Logo que foi informada sobre essa situação, Olga escreveu para Leocádia e para Prestes informando-os e pedindo ajuda. Teve início, então, a luta de Leocádia para que Prestes pudesse reconhecer a paternidade de Anita, o que só foi possível com a ajuda de Sobral Pinto. Ao mesmo tempo, por meio da Campanha Prestes, Leocádia reivindicava publicamente a libertação da nora e, se isso não fosse possível, a guarda legal da neta (Figura 6).

Figura 6: Material de propaganda (cartão-postal) da Campanha Prestes na França; enviado aos milhares para a imprensa, exigindo a libertação de Olga e de sua filha.



Fonte: PRESTES, A., 2017

Diante da separação iminente, Olga acompanhava o crescimento da filha que a cada dia se tornava mais independente. A experiência da maternidade e o medo da perda caminhavam lado a lado em suas cartas, as quais também expunham a força do afeto que as unia. Em uma carta escrita para Prestes, em 2 de junho de 1937, Olga escreveu pela primeira vez sobre a relação construída entre ela e a filha:

Após o parto, quando me trouxeram aquele pacotinho, eu o olhei criticamente e pensei: este vai ser meu filho. Mas, desde a primeira mamada, como se estabeleceu rapidamente um laço, que criou mil ligações entre nós! O cordão umbilical foi cortado, mas a ligação já estava estabelecida. Minha vida é um espelho da pequenina. Meu estado moral e físico depende do da pequenina. E a gente se esquece de pensar em si própria. (PRESTES, 2002b, p. 389)

Em outra carta, escrita quando Anita estava às vésperas de completar um ano de vida, Olga confessou a Prestes:

Para mim é tão penoso ser obrigada a me separar dela; minha única consolação é pensar que, junto à sua avó, não faltará nada à nossa querida. Além disso, essa separação também será penosa para a pequenina, que está tão habituada comigo. Quando abrem a porta da cela, ela corre imediatamente para mim, como se me pedisse proteção. (PRESTES, 2002b, p. 411-412)

Cerca de três meses depois dessa carta, no dia 21 de janeiro de 1938, Anita foi separada de Olga e entregue a avó paterna, que depois de uma ampla mobilização e de um processo burocrático que envolveu o reconhecimento da paternidade de Anita por Prestes, conseguiu que o governo alemão reconhecesse o parentesco entre elas e permitisse que Anita fosse educada pela família do pai. Olga não foi informada sobre o destino da filha, e apenas alguns dias depois, por meio de um telegrama enviado por Leocádia, soube que a filha estava em segurança. Na primeira carta que escreveu a Prestes depois da separação, Olga demonstrou mais uma vez que não estava disposta a desistir de sua luta por um mundo melhor e que não se deixaria quebrar pela dor:

Entendes, certamente, o quanto um homem pode compreender o que se passou em mim, e percebes o que significa ser mãe. Diante de tais acontecimentos, tem-se a seguinte alternativa: ou bem se é quebrado, ou bem se endurece. Tu sabes que somente a segunda alternativa pode para mim colocar-se. Para isso, sou ajudada felizmente pelo fato de que ainda sou capaz de distinguir entre o pouco significado do que diz respeito a uma pequena pessoa em particular e os acontecimentos que interessam em geral a todo o universo. (PRESTES, 2002b, p. 425)

Menos de um mês após ser separada da filha, Olga foi transferida para o Campo de Concentração de Lichtenburg, em Prettin, no leste da Alemanha. De acordo com Anita Prestes (2017, p. 56-57) a vida no campo de concentração, instalado em um antigo castelo renascentista, era consideravelmente pior do que aquela vivida na prisão de Barnimstrasse. A comunicação

com a família foi dificultada, Olga foi proibida de receber os pacotes com alimentos que eram enviados por Leocádia, além de ser submetida, com as demais presas, a um regime de trabalho extenuante.

Com a transferência para Lichtenburg, Olga passou vários dias em isolamento e sem autorização para escrever e receber cartas, até que em meados de março pode restabelecer sua comunicação com a família. A partir de então, as cartas passaram a ser para Olga, assim como para Prestes, a única forma de acompanhar o crescimento e a vida da filha que eram descritos nas cartas que Lygia e Leocádia escreviam para ambos.

Houve entre o final de 1937 e o começo de 1938 um intervalo de cerca de cinco meses em que Olga não recebeu cartas de Prestes, devido, em parte, às punições recebidas por ele no começo desse ano. Essas mesmas punições, que incluíam a proibição de ler jornais e de escrever e receber cartas, também impactaram a correspondência de Prestes com a mãe e com a irmã no mesmo período. De acordo com Anita Prestes (2017, p. 88), o ano de 1938 foi particularmente difícil para a correspondência da família como um todo. Lygia e Leocádia enfrentavam dificuldades para manter a correspondência em dia, pois a saúde de Leocádia estava frágil e Lygia precisava se ocupar da sobrinha e ajudar a mãe com a Campanha Prestes. Além disso, a necessidade de enviar apenas cartas em alemão para Olga, demandava boa vontade de amigos e colaboradores que pudessem fazer a tradução. Olga, por sua vez, ainda buscando superar a ausência da filha, tentava compreender os motivos pelos quais recebia tão poucas cartas com notícias de Anita. Em uma carta escrita de Lichtenburg, em janeiro de 1939, expôs ao companheiro a situação de sua correspondência com a família e a falta que lhe faziam as cartas:

Das cartas anunciadas de mamãe, recebi até hoje apenas algumas linhas muito rápidas de Lygia, de meados de novembro. Toda a correspondência no ano passado foi uma tortura para mim. Certamente as circunstâncias eram muito difíceis, mas durante esse longo espaço de tempo recebi no máximo três ou quatro cartas e somente uma vez vieram fotos que me revelaram mais detalhes da pequena. Entre elas houve por várias vezes três meses de absoluto silêncio ou, de vez em quando, a notícia: ainda estamos vivas. Falo a respeito não para me queixar, mas para perguntar-te se sabes de alguma coisa em meu comportamento que possa ter causado uma mudança de humor em mamãe. (PRESTES, A., 2017, p. 88)

Olga foi mantida em Lichtenburg por aproximadamente 15 meses, e durante esse período escreveu a Prestes, entre uma e duas cartas por mês, mesmo quando não havia cartas a responder. Por ordem da direção do campo, suas cartas tinham um limite restrito de caracteres e passavam por um rígido processo de censura, não havendo, portanto, referências detalhadas à rotina de trabalho e à violência de que certamente era vítima. Não havia lamentos nessas cartas, tampouco espaço para denúncias ou pedidos de ajuda. As únicas dificuldades

mencionadas por ela diziam respeito às próprias cartas, à demora com que elas chegavam e aos muitos dias que passavam sem qualquer notícia da filha e do companheiro. De acordo com o que escreveu a Prestes, nesse período, sua rotina no campo de concentração incluía o convívio com outras presas em condições semelhantes às suas, com as quais estudava idiomas, lia os livros liberados pela censura, fazia trabalhos manuais de costura e tricô, além de trabalhos de limpeza e manutenção nos espaços coletivos. Olga também mencionou que no campo de Lichtenburg era possível enviar e receber encomendas, como livros e roupas, além de comprar jornais, selos e comida extra. Daí a importância do dinheiro que era enviado por Leocádia e que é mencionado por Prestes em suas cartas para a família.

Diferentemente das cartas que escreveu a Prestes durante o primeiro ano de prisão na Alemanha, nas quais a filha era o principal assunto e a prisão era apenas um plano de fundo sem muita importância, as cartas de Olga nesse período trazem um relato mais íntimo de como a vida na prisão mudou sua percepção sobre alguns aspectos do mundo material que a cercava, a começar pelo lugar ocupado pelas cartas, haja vista uma de suas primeiras cartas para Prestes depois da transferência para Lichtenburg, na qual Olga escreveu: “quanta felicidade e quanta força pode irradiar um simples pedaço de papel só o pode compreender aquele que está preso e longe dos seres que lhe são mais caros” (PRESTES, 2002b, p. 432).

Contudo, isso não significa dizer que a vida e a educação de Anita deixaram de ser discutidas nas cartas que Olga e Prestes escreviam um ao outro. Enquanto Prestes transcrevia em suas cartas as informações que recebia de Lygia, Olga reivindicava com frequência uma maior participação na vida da filha, ainda que essa participação se desse de forma indireta, como demonstra uma carta datada de 30 de março de 1939, na qual ela pede a Prestes que intervenha junto a Leocádia nesse sentido. Em suas palavras:

Mas sabes, Carlos, tens de me ajudar com minha mãe para que eu também tenha voz ativa sobre Anita, mesmo com esta distância. Escrevem, por exemplo, que ela odeia fitas no cabelo e que sempre as arranca da cabeça, que os bracinhos e as perninhas já estão lindamente bronzeados, enquanto supostamente têm orgulho do “branco” do restante do corpo, e, por fim, que ela se senta e, preocupada feito uma velha, “lê” o jornal. Vejas, não quero que façam da pequena uma boneca. Ela também não deve se tornar a cópia dos adultos ao seu redor. [...] Anita deve ser criança de verdade e também ficar um pouco forte, pois quantos golpes e pancadas ainda a aguardam na vida; e quem sabe se estaremos presentes para protegê-la? Por isso quero que Anita conviva bastante com outras crianças, faça muita ginástica, que todo o seu corpinho seja exposto ao sol e, principalmente que não seja bem-comportada e obediente demais. (PRESTES, A., 2017, p. 91-92)

Os livros, que eram as únicas companhias de Prestes há alguns anos, também passaram a ocupar um lugar importante na vida de Olga depois que a filha lhe foi tirada. Logo na primeira carta que escreveu a ela depois da libertação de Anita, Prestes disse estar preocupado com a

nova situação que se apresentava e questionou: “Podes receber livros em francês ou inglês? Deseja receber livros sobre história? Quais são os assuntos que preferes?” (PRESTES, 2002b, p. 317). Antes mesmo que ler sobre as preocupações de Prestes, Olga já havia escrito sobre a importância que os livros haviam assumido em sua nova vida, como demonstra uma carta escrita pouco antes da transferência para Lichtenburg, datada de 12 de fevereiro de 1938⁹⁶:

Na verdade, é preciso ser muito engenhosa para encher estes dias monótonos sem fim. Para começar, leio tudo o que e cai nas mãos. Sabes que o livro “O Guarani” foi para mim uma verdadeira alegria. De início, tive que procurar no dicionário todas as palavras que não conhecia. Depois pude penetrar no texto, de maneira que li os dois livros. (PRESTES, 2002b, p. 426)

A transferência para Lichtenburg dificultou também o acesso de Olga aos livros enviados por Leocádia, em especial os livros brasileiros, necessários para que ela continuasse seus estudos do idioma português. Uma das notas da censura alemã presente no Processo Benário, citada por Anita Prestes em seu livro sobre a mãe, enquanto prisioneira da Gestapo, exemplifica essa situação:

O romance *Iracema- Lenda do Ceará*, escrito em língua portuguesa, assim como a revista *L'Illustration* não devem de maneira alguma ser entregues à prisioneira Olga Benário. O livro português [sic] descreve a vida de luta de um combatente brasileiro pela liberdade e difama em grande medida a forma de governo ordeira. A revista *L'Illustration* traz um artigo muito hostil a respeito da anexação da Áustria pela Alemanha. (PRESTES, A., 2017, p. 55)

Isso não significa dizer que Olga não teve acesso à leitura durante a sua estada em Lichtenburg, muito pelo contrário, em quase todas das cartas que escreveu a Prestes no ano de 1938, mencionou alguma leitura, fosse individual ou em parceria com outras prisioneiras. Por sua vez, Prestes também escrevia sobre seus autores favoritos e seguidamente lamentava a impossibilidade de conversar com Olga sobre os pensamentos inspirados pelas leituras que fazia. Foi a partir desse período que Prestes e Olga passaram a trocar poemas e fragmentos de textos em alemão e em português. Com os textos enviados por Olga, Prestes estudava alemão para poder ler suas cartas sem a ajuda de um tradutor, enquanto Olga buscava, a partir dos textos enviados por Prestes, aprender o português, que agora também era o idioma falado por sua filha.

A ausência de Anita também era um tema frequente nas cartas trocadas entre Prestes e Olga nesse período. Em algumas cartas, Olga se mostrava otimista e empenhada em resistir,

⁹⁶O tempo de circulação das cartas que Prestes e Olga escreviam um ao outro era de no mínimo 15 dias, de modo que ambos escreviam antes mesmo que receber a resposta da carta anterior. Algumas perguntas eram respondidas antes mesmo de serem lidas, enquanto outros assuntos ficavam pendentes por meses. Essa demora era resultado das condições em que essa correspondência acontecia. As cartas passavam pela censura em pelo menos dois momentos, um no Brasil e outro na Alemanha. Além disso, havia o tempo necessário para a cópia e a tradução das cartas para o alemão e para o português.

narrava suas atividades com as colegas de prisão e a sua rotina com os trabalhos manuais. Em outras cartas, a dor e a saudade da filha pareciam ocupar por completo os seus pensamentos. Em uma carta datada de 29 de maio de 1938, Olga escreveu a Prestes sobre essa dor:

Dizia-te recentemente do grande esforço que devo fazer para sujeitar-me a não pensar muito em nossa filha. Nestes últimos tempos, isto me foi particularmente penoso. Minha nostalgia era tão grande que as vezes olhava com ódio para os meus próprios braços, que haviam sido feitos para carregar a nossa Anita, e as minhas mãos, que teriam querido tanto acariciá-la. [...], Mas digo também a mim mesma como devo considerar-me feliz de saber que a Anita está junto de nossa Mãe. E sinto cada dia mais, que o meu lugar é ao seu lado e que responsabilidade tenho perante ela. O mais duro nisso é que devo sobretudo me interrogar se voltarei a ver minha filha – e quando? (PRESTES, 2002b, p. 434-435)

Havia muitas incertezas. Olga continuava reivindicando sua condição de cidadã brasileira, alegando ser casada com Prestes, enquanto a Gestapo continuava a se referir a ela como Olga Benário, cidadã alemã. A cidadania brasileira significava uma possibilidade real de liberdade, mas a Gestapo não estava disposta a fazer concessões, e em janeiro de 1939, ainda em Lichtenburg, Olga foi coagida a assinar o requerimento de mudança do seu nome, para então passar a assinar Olga Sarah Benário. De acordo com Anita Prestes (2017, p. 57), essa era uma exigência legitimada por lei de 17 de agosto de 1938, conforme a qual todas as mulheres judias deveriam acrescentar o nome Sarah ao prenome. Olga se recusou a assinar o requerimento, alegando ser cidadã brasileira, ainda assim a Gestapo passou a se referir a ela pelo novo nome, alegando que se tratava de uma comunista judia.

Olga assinava suas cartas apenas com o primeiro nome quando escrevia para Leocádia ou para alguma das irmãs de Prestes. Em suas cartas ao companheiro, a assinatura variava entre “Olga”, “Tua Olga”, “Pequena” e “Tua pequena”. Já nas cartas e telegramas formais, como o que escreveu à embaixada brasileira na Alemanha para solicitar o registro de Anita como cidadã brasileira, a assinatura trazia o nome de casada, ou seja, “O. Benário Prestes” (MORAIS, 2008, p. 242). Mesmo no Brasil, o nome de Olga continuou a ser uma questão em aberto, pois no momento de sua prisão ela se negou a declarar o nome, de modo que a documentação do seu processo de extradição traz diferentes nomes como: “Maria Bergner Villar, Frieda Wolff Bertrand, Olga Bergner, Olga Benário, Olga Meirelles, Maria Prestes e Erna Kruger (ABAL, 2017, p. 897).

Independente do nome adotado, foi como mulher judia e comunista, que Olga foi transferida para o recém-criado campo de concentração de Ravensbrück, em maio de 1939. Localizado a 80 quilômetros ao norte de Berlim, o campo de concentração foi criado para ser

exclusivo para mulheres, e recebeu ao longo de seis anos de funcionamento cerca de 130 mil mulheres. De acordo com Sarah Helm (2015):

No primeiro ano, contava com menos de 2000 prisioneiras, quase todas alemãs. Muitas tinham sido detidas por se oporem a Hitler — comunistas, por exemplo, e testemunhas de Jeová, que chamavam Anticristo a Hitler. Outras foram detidas simplesmente porque os nazis as consideravam seres inferiores e queriam removê-las da sociedade: prostitutas, criminosas, mulheres sem-abrigo e ciganas. Mais tarde, o campo de concentração viria a receber milhares de mulheres capturadas em países ocupados pelos nazis, muitas delas pertencentes à resistência. Para lá, também eram levadas crianças. Uma pequena percentagem das prisioneiras — cerca de dez por cento — era judia, mas o campo não foi formalmente designado como um campo de concentração para judias (HELM, 2015, s/d).

Olga esteve entre as primeiras mulheres a serem levadas para Ravensbrück e de lá escreveu cerca de 17 cartas para Prestes. Nessas cartas, assim como naquelas escritas em Lichtenburg, não havia qualquer referência às condições desumanas a que eram submetidas as prisioneiras desse campo, que foi descrito por uma de suas sobreviventes como um local “extermínio lento” (HELM, 2015, s/d), dadas as condições em que as prisioneiras eram mantidas. Entre os relatos de sobreviventes reunidos por Sarah Helm em sua obra *Se isto uma mulher. Dentro de Ravensbrück: o campo de concentração de Hitler para mulheres*, há aqueles que descrevem a rotina de trabalhos forçados, espancamentos, fome e humilhações, que, em certa medida, contribuem para um melhor entendimento das condições em que Olga vivia e escrevia suas cartas.

Quando foi transferida para Ravensbrück, Olga estava há vários meses sem receber cartas de Prestes, que no começo de 1939 foi proibido de escrever para a família por pelo menos três meses. A primeira carta escrita por ele depois da transferência de Olga para o novo campo de concentração datada de 20 de junho de 1939, só foi recebida por ela em setembro daquele ano. Mesmo com a relativa normalização de sua correspondência com a família, Prestes só voltou a receber as cartas de Olga no mês de agosto de 1939, quando acusou o recebimento da carta escrita por ela no dia 30 de junho. Cabe lembrar, que nesse intervalo de tempo, tanto Prestes como Olga receberam informações um do outro através da correspondência que mantinham com Leocádia e Lygia.

As cartas escritas por Olga em Ravensbrück pareciam-se em quase tudo com aquelas escritas em Lichtenburg, mas havia algumas diferenças importantes. Olga continuou a escrever sobre as saudades que sentia da filha e do companheiro, continuou a comentar as cartas que recebia de Leocádia e de suas filhas e, até mesmo, manteve as perguntas frequentes que fazia sobre a vida e a saúde de Prestes na prisão. Todavia, os livros e os estudos de idiomas deixaram de ser mencionados, assim como as referências aos trabalhos de tricô e costura. Os poucos

detalhes dados sobre a vida no campo de concentração, em geral, estavam associados ao trabalho, sempre mencionado como algo que a afastava dos pensamentos e das saudades. Em uma das cartas que enviou a Prestes de Ravensbrück, datada de 28 de setembro de 1939, Olga escreveu sobre a sua vida como prisioneira:

Não tenho tempo para estudar e não posso receber remessas de livros. Teus conselhos a respeito de trabalho e descanso fazem-me sorrir tristemente. Mas tenho uma ocupação que, levando em conta as circunstâncias atuais, me agrada e, felizmente, não me deixa tempo para reflexões e considerações. É bem melhor isto do que estar em isolamento permanente (PRESTES, 2002b, p. 452-453)

Seguidamente, Olga buscava tranquilizar o companheiro quanto à sua saúde e capacidade de suportar a vida no campo de concentração. Ao mesmo tempo, se dizia incrédula quanto à possibilidade de voltar a vê-lo e de viverem juntos como uma família. Em resposta, Prestes buscava transmitir o mesmo otimismo típico de suas cartas para a mãe e para a irmã, mas às vezes a desesperança era tanta que ele próprio sucumbia a esse sentimento, como demonstra a carta que escreveu em 11 de dezembro de 1939:

Naturalmente, também penso as vezes que nunca mais nos veremos. Como podes imaginar, aqui no meu canto, sempre sozinho com meus pensamentos, estudo todas as possibilidades, mas, quando a voz do coração fala mais alto, surgem sempre pensamentos sombrios, que enchem a minha cabeça de recordações do passado, não permitindo que se formem ideias para o futuro. (PRESTES, 2002b, p. 357)

Em Ravensbrück, as cartas chegavam com mais atraso e os extravios eram mais frequentes, em parte por se tratar de um campo de concentração com uma política mais restritiva, mas também, porque o período que Olga viveu nesse campo coincidiu com os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, evento que não só dificultou a circulação de cartas e encomendas, como modificou o sistema de censura postal da correspondência entre a Europa e o restante do mundo. Ainda assim, há indícios de que transcorridos os primeiros meses no novo campo de concentração, a correspondência entre Olga e Lygia tenha passado por períodos de regularidade, uma vez que nas cartas que escreveu a Prestes em 1940, Olga diz que tem recebido cartas de Lygia com “bastante regularidade” (PRESTES, A., 2017, p. 102). Também no ano de 1940, Olga escreveu a Prestes informando que recebeu uma carta de Clotilde e que teve autorização para responder (PRESTES, 2002b, p. 456). Mais tarde, em outra carta, escrita em 11 de novembro do mesmo ano, ela escreveu sobre a regularidade de sua correspondência com Lúcia (PRESTES, 2002b, p. 457).

Houve, portanto, a partir de 1940, a consolidação de uma correspondência regular entre Olga e as irmãs de Prestes que viviam em Moscou. No entanto, até mesmo essa nova

possibilidade de comunicação sofreu com as restrições impostas pela Guerra, pois em 1941 a URSS entrou efetivamente no conflito, dificultando as comunicações com a Alemanha. Durante o ano de 1941, Leocádia e as filhas passaram vários meses com pouca ou nenhuma comunicação entre si. As cartas de Olga também eram poucas e as notícias sobre as condições de sobrevivência dos prisioneiros em campos de concentração alemães, cada dia mais raras.

Como um contraponto às dificuldades com a correspondência, em 1941 parece ter havido certa abertura quanto ao acesso de Olga a alimentos adicionais, pois em uma carta escrita para Leocádia e para Lygia, em 16 de março desse ano, avisou que a melhor forma de ajudar, era por meio de transferências em dinheiro para Ravensbrück, pois, havia sido informada de que deveria pagar 10 marcos por mês para comprar alimentos e itens de toalete (PRESTES, A., 2017, p. 118)⁹⁷. Nas cartas que escreveu para Prestes nesse período, Olga não fez qualquer comentário a respeito da possibilidade de comprar alimentos ou quaisquer outros itens de utilidade pessoal, mesmo porque entre 1940 e 1941, ela passou mais um longo período sem receber cartas dele, como demonstra uma carta escrita, em abril de 1941, na qual afirma já terem passado alguns meses desde a última carta recebida. Nessa mesma carta, Olga disse que gostaria muito de poder conversar com ele sobre questões pessoais e, em um trecho quase confessional, escreveu: “Sabes, há algum tempo, queria te dizer que agora vejo que, durante nossos felizes tempos de vida em comum, me comportei na prática como uma criança egoísta. Acredita que, apenas agora, dada esta grande distância, pude perceber inteiramente tua bondade” (PRESTES, A., 2017, p. 120).

A distância a que Olga se referia era ainda maior do que aquela que separava o Brasil e a Alemanha em tempos de guerra, era aquela que crescia no silêncio das cartas que não chegavam, ou que chegavam com muitos meses de atraso. A espera era tanta, que a resposta de Prestes à carta em que Olga lembrou os tempos felizes que passaram juntos, só foi escrita em 12 de setembro de 1941, e é possível que tenham passado mais alguns meses até que ela a pudesse ler. Nas palavras escritas por Prestes:

Há algum tempo, recebi, junto com a última carta das manas, as tuas linhas de abril. Quantos meses! Mas, apesar da demora, fizeram-me muito feliz. A tua autocrítica é exagerada e fez-me rir – minha “menina egoísta”. Contudo, não poderei esquecer como fomos felizes. De minha parte, não desejo qualquer mudança... (PRESTES, 2002b, p. 374)

⁹⁷Nesta carta, assim como na carta datada de 14 de maio de 1940 (PRESTES, A., 2017, p. 100), as linhas escritas por Olga para a sogra e para a cunhada eram bilhetes anexos às cartas que enviou para Prestes. Cabe ressaltar que, embora as duas cartas para Prestes tenham sido publicadas na obra *Anos Tormentosos*, v. 2 (2002), os bilhetes para Leocádia e Lygia só foram publicados em 2017, por Anita Prestes na obra *Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo*.

Ao longo do ano de 1941, mesmo sem respostas às suas cartas, Prestes e Olga continuaram a escrever e a buscar formas de diminuir essa distância. As cartas eram sinais de vida e sua chegada, mesmo que com atraso, representava o fim de uma espera angustiante. Nesse período, Prestes passou a escrever em alemão com mais regularidade, na esperança de que eliminando os intermediários suas cartas pudessem chegar mais rapidamente. Não houve, contudo, mudança significativa no tempo de viagem das cartas que Prestes e Olga escreveram um ao outro neste que foi o último ano de sua correspondência.

Em 5 de novembro de 1941, Olga escreveu a última de suas cartas que Prestes receberia na prisão. Mais tarde, já em liberdade, ele teve acesso a uma outra carta que Olga teria escrito momentos antes de embarcar para Bernburg, onde foi executada em uma câmara de gás. Esta última carta, foi transcrita na íntegra na biografia de Olga escrita por Fernando Moraes, tornou-se bastante conhecida pelo público brasileiro e ainda hoje é reproduzida em homenagens à memória de Olga. Todavia, foi a carta de 5 de novembro que marcou o seu último contato com a família, que a partir de então passou a buscar junto à Cruz Vermelha Internacional qualquer informação sobre a sua situação. Na correspondência de Prestes com a mãe e com a irmã, nos anos seguintes, a possibilidade de obter qualquer informação sobre Olga foi mencionada com frequência, até que, com o passar dos anos, a busca por informações deu lugar a uma espera baseada na esperança de que com o fim da guerra e a libertação dos campos de concentração, Olga também fosse libertada.

A correspondência entre Prestes e Olga percorreu sua trajetória de preservação em diferentes vias, desde aquelas resultantes do ambiente institucionalizado em que ambos viviam e escreviam – apreensões, cópias e arquivamentos feitos pela polícia brasileira e pela Gestapo –, até aquelas decorrentes da vontade de pessoas e instituições que viam nessas cartas um potencial de memória. Associadas à biografia de seus correspondentes, parte dessas cartas foi publicada e reproduzida em diferentes suportes e plataformas, quase sempre associadas à ideia de que guardam em si fragmentos de uma história de amor atravessada pela dor e pela perda.

Na complexa tessitura das trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes, as cartas que ele e Olga escreveram um ao outro expõem a importância que os gestos de ler e escrever cartas têm para aqueles que estão privados de liberdade e afastados daqueles que amam. Ao mesmo tempo, indiciam as estratégias criadas por toda a família Prestes para que essa correspondência fosse possível. Assim, cercadas pela notoriedade da vida de seus autores, essas cartas são um ponto de destaque no conjunto da correspondência de Prestes, não apenas por se tratar de cartas de amor, mas por representar o ponto de interesse da maior parte dos leitores que buscam essa correspondência, haja vista o grande número de

estudos e publicações que tem como foco a relação epistolar entre a judia comunista e o revolucionário brasileiro. Cabe ressaltar, contudo, que para além dos pontos de destaque, há aqueles fios que através de sua existência discreta garantem a continuidade da narrativa e é através de um desses fios que esta história continua.

3.3. “Lygia, minha irmã, minha filha querida”

O último dos fios que entrelaçados narram a história da correspondência de Prestes na prisão, é aquele que nasce do diálogo epistolar mantido entre ele e sua irmã Lygia entre 1937 e 1945. Lygia foi uma das principais correspondentes de Prestes durante o período de prisão. Ela não escreveu o maior número de cartas, tampouco foi a correspondente com maior reconhecimento histórico, sua importância decorre do fato de ter sido, de forma constante, a mediadora entre Prestes e o mundo fora do cárcere. Em suas cartas, frequentemente limitadas pela censura, Lygia buscava formas de comentar o que se passava no mundo e proporcionava ao irmão longas “*charlas*”⁹⁸ sobre as memórias que compartilhavam. Por meio dessas mesmas cartas, intermediava a correspondência de Prestes com as outras três irmãs que viviam na URSS, e organizava, junto da mãe, o complexo sistema de cópias e traduções que permitia a correspondência entre Prestes e Olga.

Ao longo dos anos de prisão, a correspondência com Lygia assumiu diferentes papéis na relação de Prestes com o mundo exterior. Se no começo ela era o meio pelo qual ele mantinha os vínculos com o cotidiano familiar, com o tempo, passou a ser o lugar onde Prestes podia tecer comentários sobre suas leituras e sobre os efeitos do isolamento sobre o que ele chamou de “mundo do pensamento” (PRESTES, 2000, p. 48). Da mesma forma, as cartas de Lygia foram, por muito tempo, o principal elo entre Prestes e sua filha Anita, que depois de libertada pelos nazistas em janeiro de 1938, passou a viver com a avó e com a tia, primeiro em Paris e depois no México, de onde Lygia enviava suas “cartas-relatórios”, descrevendo cada etapa do desenvolvimento da sobrinha, que com o tempo passou a escrever pequenos bilhetes e enviá-los ao pai em anexo às cartas da tia. Foram, também, as cartas de Lygia que gradualmente substituíram as cartas de Leocádia quando a doença a impediu de escrever ao filho, até que finalmente as substituíram por completo, quando Leocádia sucumbiu a uma insuficiência

⁹⁸A palavra em espanhol que pode ser traduzida para o português como “conversa” é frequentemente usada por Prestes e por Lygia para fazer referência às suas conversas epistolares, assim como para relembrar as noites em que a família se reunia após o jantar para conversar e ouvir música. A título de exemplo: PRESTES, 2000, p. 256, p. 453, p. 555, p. 558, p. 566, entre outros.

cardíaca. A partir de então, Lygia assumiu sozinha a responsabilidade pela educação da sobrinha, pela Campanha Prestes e pela correspondência semanal com o irmão.

Nessa perspectiva, a leitura dessa correspondência pode ser dividida em ao menos três momentos ou pontos de inflexão: o primeiro refere-se ao ano de 1937, período em que Lygia viveu com a mãe em Paris. Esse ano, o segundo da prisão de Prestes e o primeiro da correspondência com a família, marca a luta de Leocádia e de Lygia no sentido de buscar justiça para os presos políticos no Brasil e, sobretudo, a mobilização internacional pela libertação de Olga e de Anita. O segundo momento iniciou em janeiro de 1938, com a libertação de Anita, e se estendeu até o começo de 1943, quando Leocádia sofreu um infarto e ficou acamada por vários meses. Esse período de aproximadamente seis anos compreende o exílio no México, os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, o assassinato de Olga e a permissão dada a Prestes para se corresponder com pessoas fora da família. O terceiro e último momento, iniciou com a morte de Leocádia e se estendeu até a anistia dos presos políticos no Brasil, em abril de 1945, quando Lygia, acompanhada de Anita, pode retornar ao país e reencontrar o irmão.

Ainda que muito já tenha sido dito sobre Luiz Carlos Prestes, pouco se sabe sobre sua irmã mais nova, Lygia Prestes, que nasceu em 4 de agosto de 1913, na cidade do Rio de Janeiro. Lygia foi a quinta filha de Leocádia e, assim como Lúcia, fruto de um relacionamento mantido por ela após ficar viúva. De acordo com Anita Prestes (2019, p. 29), Lúcia e Lygia foram criadas pela mãe e pelos três irmãos mais velhos, “em iguais condições, sem nenhum tipo de discriminação, cercadas de todo o carinho da família”. Daí o comportamento quase paternal de Prestes em relação à Lygia, a quem se referia em suas cartas como “minha filha”, “pequena querida” e “caçulinha”.

Com apenas 11 anos, Lygia viu o irmão tornar-se o líder da Coluna revolucionária que viria a lhe valer a alcunha de “Cavaleiro da Esperança”, mudando de forma irreversível a vida de toda a família, que passou a conviver com a notoriedade decorrente da crescente popularidade de Prestes. Assim, vivendo com a mãe e as irmãs no subúrbio do Rio de Janeiro, acompanhou pelos jornais os feitos do irmão, ora descrito como um herói revolucionário, ora como inimigo da pátria.

Leocádia e as filhas recebiam apenas as poucas informações publicadas nos jornais da capital, que na época atuavam sob censura do governo. Além disso, de acordo com Anita Prestes (2015, p. 65), “durante toda a Marcha da Coluna Prestes, o noticiário oficial, publicado nos jornais governistas, ‘fabricou’ uma imagem de permanente fuga e derrota iminente dos rebeldes”. A situação mudou, quando em 1926 alguns jornais do Rio de Janeiro – O Jornal e Correio da Manhã – passaram a publicar na íntegra os discursos do então deputado Baptista

Luzardo, que defendia a legitimidade do movimento revolucionário e dava informações detalhadas sobre os caminhos percorridos pela Coluna, as cidades ocupadas e a reação das populações locais.⁹⁹ Desse modo, Lygia tomava conhecimento do que acontecia com o irmão e da importância que o seu nome adquiria. Já nessa época os jornais se referiam ao movimento como Coluna Prestes e reconheciam em Prestes um líder militar talentoso, que se destacava frente ao impopular governo de Arthur Bernardes¹⁰⁰.

Em 1930, Leocádia e as filhas deixaram o Brasil para viver junto a Prestes em Buenos Aires, onde ele estava exilado. Lygia, então com 17 anos, trabalhou como datilógrafa para ajudar a família que passava por dificuldades financeiras. Em 1931, a vida de Lygia mudou mais uma vez, quando ela, a mãe e as irmãs acompanharam Prestes em sua mudança para a URSS. Lá fez curso técnico, aprendeu o idioma russo e ingressou no curso de Química da Universidade de Moscou, o qual teve que abandonar quando o irmão foi preso no Brasil.

Em março de 1936, com a prisão de Prestes e de sua companheira Olga, a necessidade de denunciar a situação dos presos políticos no Brasil se tornou urgente e, com o apoio financeiro do Socorro Vermelho Internacional, Lygia, acompanhando a mãe, mudou-se para Paris, cidade que sediou a Campanha Prestes durante os primeiros anos e, de onde, juntas, deram início às tentativas de correspondência com Prestes e com Olga. Foi em Paris, cerca de um ano depois da prisão, que Lygia recebeu a primeira carta do irmão, dando início ao diálogo epistolar que se manteria até 1945, quando foi editado o decreto de anistia dos presos políticos no Brasil.

Na prisão, quando Prestes finalmente obteve autorização para se corresponder com a família, escreveu três cartas, todas datadas de 16 de março de 1937, uma para a mãe, outra para a companheira e uma terceira carta para Lygia e, através dela, para as outras três irmãs. Na carta para Lygia, Prestes fez o seguinte esclarecimento: “Estas linhas são para ti, para cada uma das nossas manas separadamente e para vocês quatro, em conjunto, bem unidinhas, como sempre foram” (PRESTES, 2000, p. 35). Essas palavras acabaram por prenunciar o que seria a correspondência de Prestes com as irmãs, pois ainda que nos primeiros anos tenha escrito, separadamente, para cada uma delas, com a Segunda Guerra Mundial as comunicações foram

⁹⁹Conforme: “O discurso pronunciado, hontem, pelo sr. Baptista Luzardo”, O Jornal, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pagfis=25866 Acesso em: 23 abr. 2023; “Aliado ao padre Cícero “Lampeão” luta pela causa da maioria da câmara. Como o deputado Baptista Luzardo falou desse episódio da história política do paiz”, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=25753 Acesso em: 26 abr. 2023.

¹⁰⁰Artur Bernardes foi o décimo segundo Presidente da República brasileira. Seu governo foi marcado por revoltas e pelo enfrentamento ao movimento Tenentista e a Coluna Prestes, o que resultou em um mandato em estado de sítio e de impopularidade (BRAGA, 2008).

dificultadas e a correspondência de Prestes com as três irmãs mais velhas limitou-se às notícias relatadas nas cartas de Lygia e de Leocádia.

Em princípio, as cartas de Prestes para Lygia não tinham o objetivo de narrar o cotidiano na prisão e as condições de sua saúde, essas questões eram tratadas nas cartas que Prestes escrevia para a mãe, às quais Lygia também tinha acesso. De modo que as cartas para Leocádia eram também cartas para Lygia, Lúcia, Clotilde e Eloíza. Em uma carta escrita por Lygia ao irmão em 9 de julho de 1937 essa relação epistolar ficou evidente:

Depois de tão longos meses sem notícias de ti, parece até um sonho receber tuas cartas com cinco – seis dias de viagem. Tuas cartas são lidas e relidas e eu as copio, em seguida, o mais depressa que posso, para enviá-las às meninas, que vivem também ansiosas por notícias tuas. (PRESTES, 2000, p. 555)

As cartas às quais Lygia se referiu são aquelas escritas por Prestes à mãe, pois até meados de 1943, quando a doença a impediu de escrever ao filho, Leocádia foi a correspondente mais regular de Prestes. Já a correspondência com Lygia, nesse período, se dava em menor número e com outra finalidade. Em suas cartas para Lygia, Prestes se permitia vagar pelo “mundo do pensamento”, discutir suas ideias sobre literatura e as histórias que pretendia um dia contar para a filha. Em uma carta datada de 4 de maio de 1937, expôs a diferença entre as cartas que escrevia para a mãe e aquelas que escrevia para a irmã:

Pelas cartas que tenho escrito à mamãe tu já conheces o que é possível a respeito não somente sobre a minha saúde, como do pequeno mundo material onde vivo. Quanto ao mundo do pensamento, há tanta coisa a dizer, eu desejaria tanto poder conversar contigo e com as manas que nem sei mesmo por onde começar. Parece-me que a prisão, limitando de maneira tão concreta o meu mundo material, como que ampliou extraordinariamente os limites do pensamento. (PRESTES, 2000, p. 48)

O mundo do pensamento de que falavam as cartas de Prestes, era também um mundo de memórias e de manifestações de amor e de reconhecimento mútuo. Ao mesmo tempo, em que Prestes assumia uma postura paternal em relação à irmã, enumerando conselhos e lembrando à Lygia a sua condição de “caçulinha”, também demonstrava confiança e respeito pelas suas ideias. Na já mencionada carta de 16 de março de 1937, Prestes deu o tom dessa correspondência: “Manda dizer-me quais são os teus divertimentos, os teus passeios, qual a última fita que assististe, quais as tuas impressões dos museus, qual o último livro que leste. Informa-me dos progressos das ciências e das últimas manifestações das artes” (PRESTES, 2000, p. 36). Nesse sentido, guardadas as limitações impostas pela censura, as cartas de Lygia eram como janelas que permitiam a Prestes, ver o mundo fora do cárcere.

As primeiras cartas de Lygia ao irmão não foram preservadas pela família, ou arquivadas pela administração do presídio, de modo que a primeira de suas cartas que integra a publicação das correspondências da prisão é de 9 de julho de 1937 e nela já estão presentes algumas das características que se fizeram constantes nessa correspondência. Em suas cartas, Lygia costumava responder algumas das perguntas feitas por Prestes nas cartas que ele escrevia para a mãe, além de comentar as cartas recebidas de Olga e as notícias que tinha das irmãs. Mas para além de tudo isso, Lygia fazia de suas cartas um lugar possível para as *charlas* de que o irmão necessitava e de que todos se lembravam com carinho, haja vista as muitas as referências feitas por Prestes a essas conversas feitas em família depois do jantar.

Nessas “cartas abertas” (PRESTES, 2000, p. 68), isto é, censuradas, retidas e copiadas, alguns temas estavam terminantemente proibidos, de modo que as memórias de infância e sua aparente inocência não representavam perigo. Essas memórias, tão presentes nas cartas de Lygia e de Prestes, indiciam os valores compartilhados por eles e a importância do fortalecimento dos vínculos familiares para que Prestes não sucumbisse à solidão imposta pelo isolamento. Na mencionada carta de 9 de julho de 1937, Lygia escreveu sobre algumas dessas memórias. Em suas palavras:

Tudo que nos contas sobre os teus sonhos e recordações é maravilhoso, e eu não sei o que mais me impressiona: se a tua memória admirável ou se a tua imaginação verdadeiramente fértil! [...] Lembrei-me com que alegria eu e a Lúcia aguardávamos, na janela, nos sábados de tarde, a chegada da cidade de um certo “tenentinho”; que alvoroço ao vê-lo despontar na esquina, carregado de embrulhos como o Papai Noel, e a carreira louca ao seu encontro para tomar-lhe os pacotes e descobrir as maravilhas neles contidas – os livros novos! E com que ansiedade, depois do jantar, ainda a família toda reunida em torno da mesa, abraçávamos as duas ao seu pescoço para ouvir as histórias que ele sabia ler tão bem. (PRESTES, 2000, p. 555)

Mais do que memórias, as cartas de Lygia também eram portadoras de esperança, ou nos termos de Ricoeur (2007), de promessa, no sentido de trazer a todo momento a certeza de que voltariam a se reunir e que haveria, em alguma medida, o reconhecimento de sua luta. Na mesma carta, Lygia disse: “eu bem posso calcular, desde já, o júbilo da nossa Anitinha quando, um dia, ouvir as tuas histórias e como ela te saltará ao pescoço pedindo ‘mais uma história, só uma para acabar!’”

Nas cartas de Prestes, as recordações eram acompanhadas de manifestações de afeto e admiração pela irmã, bem como por um otimismo incomum às pessoas na situação em que ele se encontrava. De certo modo, tanto Lygia quanto Prestes faziam de suas cartas, lugares de amor e resistência. Isso pode ser lido em uma carta de Prestes datada de 30 de julho de 1937, escrita em razão do aniversário de Lygia:

É este o único presente que te posso enviar, como demonstração viva de todo o meu afeto, da alegria com que acompanho a tua atividade (mais adivinhada, do que propriamente conhecida), da satisfação imensa com que vou, através de tuas cartas, compreendendo que os laços que nos unem se vão reforçando cada vez mais, pela identidade completa no sentir e no pensar. É bem triste, no entanto, não podermos todos nós nos abraçar naquele dia e depois, ao lado uns dos outros recordar os bons e maus instantes que já passamos; recordar as histórias de Don Godogrefo, do João Felpudo, da Joana Patusca; lembrar os tempos da Gigolette, na sua pose e quanta coisa mais... (PRESTES, 2000, p. 81)

Nessa mesma carta, em que lembrou os personagens das histórias que lia para as irmãs menores, Prestes reafirmou sua esperança em um futuro melhor e ofereceu à Lygia a mesma dose de promessa que recebeu em suas cartas. Como que presenteando a irmã com conselhos, ele continuou:

Estas são, minha irmã, as palavras que me sinto na obrigação de te escrever, agora, desejando que elas te possam servir para, com coragem e energia, confiança no futuro e nas próprias forças, continuares, com alegria e são otimismo, a trilhar o caminho cheio de obstáculos, ciladas, precipícios e perigos, mas incontestavelmente belo e grandioso, que é o caminho da vida em busca de um objetivo radioso. (PRESTES, 2000, p. 82)

Em resposta a essa carta, no dia 14 de agosto de 1937, Lygia agradeceu às palavras do irmão e declarou o seu amor e admiração:

Tu foste sempre e continuas sendo o meu querido Cauzinho muito estremecido, mas hoje em dia tu não representas simplesmente para mim um bom irmão muito querido, mas muito, muito mais do que isso!... Se eu fosse “romântica” como nosso querido magro, diria que tu és para mim o que a estrela de Nazaré era para os Reis Magos... (PRESTES, 2000, p. 572)

Nesse sentido, há nas cartas de Lygia indícios da relação de respeito e admiração que para além do amor fraternal, nortearam as suas ações no sentido de reconhecer a importância histórica da vida do irmão e, assim, a necessidade de preservar a sua “memória de papel” (CUNHA 2008, p. 118), isto é, cartas, fotografias, recortes de jornal, e outras materialidades que acabaram por compor o seu legado documental. Lygia se coloca como uma leal seguidora do irmão, não apenas em razão do amor existente entre eles, mas também por reconhecer nele um símbolo de orientação, isto é, “o que a estrela de Nazaré foi para os Reis Magos”.

Nem todas as cartas de Lygia nesse período evitavam falar de sua indignação com a situação do irmão. Ainda que suas cartas e seus gestos de preservação considerassem a importância histórica do Cavaleiro da Esperança, era para Causinho que Lygia escrevia, e era com seu sofrimento e com sua ansiedade por informações que quebrassem o isolamento que ela se deparava ao ler as cartas recebidas. Quando Prestes foi transferido para a Casa de Correção e, finalmente recebeu autorização para ler livros, revistas e jornais, escreveu para a mãe

contando as novidades e recebeu de Lygia uma resposta, datada de 24 de julho de 1937, na qual ela fez o seguinte comentário:

Eu imagino a sofreguidão com que deves ter “devorado” esses quatro jornais; vou jurar que leste até os anúncios, não? Imagino que não tardará muito para que no teu quarto comessem a crescer umas certas pilhas tão características da tua presença em algum lugar. Aqueles que pensaram um dia curar-te de certas “veleidades”, privando-te durante 16 longos meses de todo alimento espiritual, devem constatar agora com azedume toda a extensão do seu engano, pois jamais o teu amor à leitura foi tão forte como agora, não é verdade? (PRESTES, 2000, p. 564)

Com a mesma sutileza com que criticava os algozes do irmão, Lygia encontrava formas de deixá-lo a par do trabalho desenvolvido pela mãe e por ela mesma no sentido de fazer o possível por Olga e Anita. Em razão da censura, Prestes não podia ser informado sobre qualquer mobilização ou movimento político em sua defesa, tampouco das atividades desenvolvidas por sua mãe nesse sentido, mas sabia do esforço de sua família para garantir a liberdade e a segurança de sua filha, não apenas pelas informações passadas por Lygia e por Leocádia, como também pelo trabalho de Sobral Pinto nessa questão. Na mesma carta do dia 24 de julho, Lygia escreveu:

Aproveito o ensejo para dizer-te, mais uma vez, que não te preocupes com o lado econômico dessa questão; nós queremos e podemos suprir todas as suas necessidades materiais e espirituais, e isso sem prejudicar absolutamente o auxílio às nossas duas queridas de Berlim. [...] Por esta vez, terás de contentar-te com esta carta minha, pois Mamãe encontra-se ausente de Paris, não devendo voltar senão em princípios da semana entrante. Motivos imperiosos impediram-me de acompanhá-la nesta viagem, e fui obrigada, portanto, a deixá-la partir sem mim, o que acontece pela primeira vez, desde que estamos as duas aqui em Paris nesta nova vida. Enfim, a nossa mãe está dia-a-dia mais corajosa e decidida e, quando se trata de um dever, então não há esmorecimentos de sua parte. (PRESTES, 2000, p. 564-565)

Burlando as restrições da censura, Lygia mencionava em suas cartas a comoção internacional em relação à situação de Olga e de Anita, reafirmando o empenho e a determinação que ela e a mãe tinham nesse sentido. Na mesma carta em que Lygia agradece ao irmão as palavras recebidas em razão de seu aniversário e faz longas digressões sobre as suas memórias de infância, estão presentes trechos como o citado abaixo, em que ela informa a adesão de pessoas influentes à causa de Olga e de Anita:

Podes ficar tranquilo que eu e a Mamãe faremos tudo o que for possível, e mesmo o impossível, para socorrer as nossas duas queridas. Além disso, não somente nós duas trabalhamos nesse sentido, e sim também muita gente boa e de influência se interessa pela sorte delas. Principalmente na Inglaterra, a injustiça de que foram vítimas as nossas duas inocentes tem despertado grande e real emoção. (PRESTES, 2000, p. 574)

As cartas de Lygia, nesse período, trazem, ainda, outros indícios além daqueles relacionados às relações familiares e de reconhecimento baseadas no amor, bem como da relevância das cartas no contexto de prisão como formas de resistência ao isolamento e à distância. Suas cartas também indiciam a trajetória de preservação desse acervo epistolar. No *post scriptum* da carta escrita por Lygia, no dia 24 de julho de 1937, ela diz ao irmão que envia a cópia da carta, pois o original está muito apagado, indiciando a possibilidade de essa carta ter sido preservada graças ao original não enviado. Essa mensagem também sugere que as cartas de Lygia, ao contrário das de Leocádia, eram datilografadas, o que facilitaria a cópia e, por conseguinte, a guarda da carta. Esses indícios são corroborados por um comentário feito por Prestes em uma carta escrita para a irmã Eloíza em 23 de julho de 1937, em que escreve: “de todas as cartas escritas à máquina que, tenho recebido, foi a tua a tecnicamente mais perfeita (a Lyginha e a Clotilde que não se zanguem)” (PRESTES, 2000, p. 74).

Indícios como esses se repetem em outros períodos dessa correspondência, e mesmo na correspondência de Prestes na prisão como um todo, contudo, a sua presença nas cartas escritas por Lygia assume uma especial relevância, uma vez que ela foi a principal responsável pela guarda desse acervo. De outro modo, a leitura restrita à correspondência publicada anula a possibilidade de buscar na materialidade das cartas informações como o tipo de papel, o método de escrita e a existência de cópias e marginalias, tornando indispensáveis as informações que o próprio texto traz.

É também no texto epistolar que estão outros indícios relevantes para a leitura dessa correspondência, em especial, para a discrepância numérica entre as cartas escritas por Prestes e aquelas escritas por Lygia, no que se refere ao acervo preservado e publicado. Em suas cartas, tanto Lygia quanto Prestes fazem referências às cartas que receberam e que estão respondendo, de modo que por meio dessas referências é possível identificar, ao menos em parte, as cartas que não foram preservadas. Esses e outros indícios, como as menções à feitura de cópias e a organização de arquivos pessoais são algumas das questões que serão retomados mais adiante neste texto, com o propósito de discutir as trajetórias de preservação dessas cartas.

Todavia, a questão relativa à discrepância numérica entre as cartas de Prestes e as de Lygia é importante para a leitura dessa correspondência em sua segunda fase, entre os anos de 1938 e 1943, uma vez que na correspondência publicada não há cartas de Lygia para Prestes nos anos de 1938, 1939, 1940 e 1941. No entanto, sabe-se, graças às referências feitas por Prestes em suas cartas, que Lygia nunca interrompeu a correspondência, e escreveu ao irmão, ao menos nove cartas em 1938, quatro cartas em 1939, seis cartas em 1940, e outras duas cartas

em 1941, além das cartas mencionadas por Prestes nesse período sem as datadas correspondentes (Apêndice 3).

A impossibilidade de leitura das cartas escritas por Lygia ao irmão ao longo desses quatro anos, abre uma lacuna de entendimento no estudo desse diálogo epistolar, mas também expõe a importância do acesso a outras fontes como depoimentos, entrevistas e memórias, assim como o cruzamento de informações entre esse e outros diálogos epistolares, como os de Prestes com a mãe e com Olga. Além disso, cabe lembrar que “a carta como uma prática de escrita, fala tanto de quem a escreve como revela sempre algo sobre quem a recebe, anunciando a intensidade do relacionamento entre os envolvidos” (CUNHA, 2002, sd).

A correspondência entre Lygia e Prestes a partir de 1938 tem como protagonista a pequena Anita, que em 21 de janeiro daquele ano foi libertada pelos nazistas e entregue à avó paterna e à tia. Em suas Memórias, publicadas em 2019, Anita Prestes transcreveu parte de um depoimento de Lygia sobre o dia em que ela teve a sobrinha nos braços pela primeira vez:

[Seguimos]... até o hotel, apavoradas, como medo de que fosse uma cilada, que de repente nos tirassem a criança. Tivemos que esperar várias horas no hotel, porque o trem para Paris só saía à noite. Então, nós ficamos até as sete, oito horas da noite naquela angústia. Cada vez que batiam na porta do quarto do hotel, a gente pensava que era a Gestapo que vinha buscar a Anita. Fomos para a estação – a mesma situação, porque os “secretas” da Gestapo circulavam em torno de nós na estação. E a gente com um medo terrível que nos arrancassem a criança. Tomamos o trem com a Anita no colo. Eu me lembro que subi com a Anita no colo. Sentamos na cabine, e cada vez que batiam na porta da cabine era aquela angústia, medo que fosse a polícia, a Gestapo. Só fomos respirar um pouco depois que passou a fronteira. Minha mãe sentada na cama com a Anita, abraçada com a Anita. E eu em pé ao lado dela. (PRESTES, A., 2019, p. 23-24)

Há menções, na correspondência de Prestes, a duas cartas escritas por Leocádia ao filho nos dias que se seguiram ao resgate de Anita, uma datada de 22 e outra de 26 de janeiro de 1938. Nessas cartas, que foram respondidas por Prestes em 1º de fevereiro, Leocádia informou ao filho que a neta lhe havia sido entregue, e enviou um retrato de Anita, então com 13 meses, o primeiro que ele pode ver desde o seu nascimento.

De posse do retrato da filha, faltava a Prestes um outro tipo de retrato, um que diminuísse a distância entre eles, e que fosse capaz de aplacar a tristeza por não poder acompanhar o crescimento de Anita. Foi nesse contexto que Lygia passou a escrever suas “cartas-relatórios”. As primeiras datam de 2 e 12 de fevereiro de 1938 e são respondidas por Prestes no dia 22 do mesmo mês: “Mil vezes obrigado por tudo o que me contas da nossa pequerrucha. As tuas descrições vieram como que a completar as da Olga e tu bem podes imaginar a alegria com que as leio” (PRESTES, 2000, p. 146). Na mesma carta, Prestes se mostra preocupado com a irmã e com o trabalho que a sobrinha deve dar. Pede a ela que se divirta e que procure de algum

modo cuidar de si mesma com o mesmo empenho com que cuida da mãe e de Anita. Em suas palavras:

Peço-te, por isso, que aproveites este tempo como um repouso para o teu trabalho intelectual, não esquecendo, quanto à tua própria alimentação, de todos os conselhos dos higienistas e tratando de alcançar a Anita, proporcionalmente, em peso, gordura e boas cores. Ou será que queres manter a linha parisiense? Imagino que agora, menos do que antes, vais a qualquer divertimento, não é verdade? Há quanto tempo não entras em um cinema? (PRESTES, 2000, p. 148)

A preocupação de Prestes com a irmã era condizente com a situação em que ela se encontrava, isto é, sozinha com a mãe idosa e a sobrinha criança em um país estrangeiro. Ainda que Leocádia se mostrasse forte e determinada a lutar pela liberdade do filho, nessa época já havia passado dos 60 anos e vivia uma vida nômade em hotéis e apartamentos alugados, mobilizando pessoas e instituições pela causa da Campanha Prestes. Anita, com menos de dois anos de idade, inspirava cuidados e, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a França deixava de ser um lugar seguro para se viver. Lygia, por sua vez, precisava dar o suporte necessário para a mãe em suas atividades políticas e nos cuidados com Anita, além de manter a logística da correspondência e o envio de livros, revistas e objetos de uso pessoal tanto para Prestes quanto para Olga.

Os primeiros meses da vida de Anita em Paris, foram narrados por ela em suas Memórias, tendo como referência as histórias que ouviu da tia e da avó sobre aqueles tempos de dificuldades e de incertezas. Segundo Anita Prestes (2019, p. 34), nesse período, elas contaram com a solidariedade de muita gente, inclusive de brasileiros também exilados em Paris. A luta pela libertação de Anita e em defesa de Olga havia mobilizado diferentes grupos e indivíduos, ganhando notoriedade na imprensa e na sociedade europeia da época, de modo que os trabalhos da Campanha Prestes se tornaram ainda maiores, ao mesmo tempo, em que Anita exigia atenção e cuidados. O papel desempenhado por Lygia a partir de então é reconhecido por Anita em suas Memórias: “Minha avó não tinha mais condições físicas de enfrentar essa tarefa sozinha, o que só se tornou possível graças à dedicação sem limites de Lygia. [...] Na prática, na falta de Olga, Lygia viria a se transformar em minha verdadeira mãe para o resto da vida” (PRESTES, A., 2019, p. 33).

Somadas às preocupações com a situação de Prestes que continuava em isolamento e a vida de Olga no campo de concentração, Lygia e Leocádia enfrentavam dificuldades financeiras e, com a escalada de violência que prenunciava a guerra na Europa, estavam sendo pressionadas a deixar Paris e a viajar para o México, onde havia sido concedido o asilo. Porém, em suas

cartas para o irmão, Lygia não mencionava essas dificuldades, tampouco deixava de questioná-lo sobre o envio de livros e revistas que pudessem interessá-lo.

O ano de 1938 também foi difícil para Prestes, que desde o final do ano anterior, com o golpe que instituiu o Estado Novo no Brasil e a mudança do diretor da Casa de Correção, enfrentava problemas na prisão. A correspondência com a família continuava autorizada, mas eram frequentes os períodos de proibição e extravio de cartas, como pôde ser observado na correspondência de Prestes com a mãe. Em geral, essas dificuldades eram tratadas de modo discreto nas cartas de Prestes para Leocádia, e muito raramente nas cartas para Lygia, a exemplo de uma carta datada de 2 de maio daquele ano, em que Prestes disse à irmã: “Imagino o quanto tens sofrido, ao lado de nossa Mãe, com a falta de minhas cartas” (PRESTES, 2000, p. 164).¹⁰¹

As proibições e os extravios não se limitavam, contudo, às cartas escritas por Prestes. Em mais de uma carta escrita nesse período, Prestes fez referência ao extravio das cartas de Lygia, chegando mesmo a dizer a irmã:

Parece que há uma certa “implicação” com as tuas cartas-relatórios, mas espero que não desanimes e que, logo que estejas melhor, me faças outra. Tu sabes o quanto eu aprecio a persistência (que outros chamam de teimosia) e ao mesmo tempo quanto é grande a minha curiosidade em conhecer maiores detalhes da vida de vocês três e dos progressos da nossa pequerrucha. Lendo as tuas descrições tenho, ao menos, a impressão de que também recebo algumas de suas carícias “tigrinas, como dizes. (PRESTES, 2000, p. 190-191).

As cartas-relatórios de Lygia ocupavam um espaço importante nessa correspondência, ainda que em muito menor número se comparadas às cartas semanais de Leocádia, mas era por meio delas que os detalhes cotidianos e insignificantes do crescimento de Anita chegavam até Prestes, e eram respondidas com a mesma riqueza de detalhes. Em suas cartas, Prestes pedia a Lygia que enviasse os mesmos relatórios para Olga, o que parece ter sido feito enquanto foi possível, todavia, a correspondência entre Olga, a mãe e as irmãs de Prestes não está entre as cartas publicadas na obra *Anos Tormentosos (2000-2002)*, ainda que ela tenha sido regular durante os anos de sua prisão¹⁰².

Os relatórios de Lygia demonstram ainda a importância que o gesto de narrar as minúcias do cotidiano tem para aqueles que vivem no exílio ou na prisão, assim como para aqueles que recebem essas narrativas, pois como lembra Rocha (2017, p. 205): “o exílio põe

¹⁰¹A publicação que reúne a correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes foi acrescida de notas, feitas por Lygia e Anita Prestes, nas quais informações como o não envio e o extravio das cartas são mencionados. As mesmas notas contribuem para um melhor entendimento das condições de enunciação dos correspondentes, identificando pessoas citadas e referências a personagens e lugares da infância de Prestes e de suas irmãs.

¹⁰² Parte dessa correspondência foi publicada por Anita Prestes (2017), Robert Cohen (2016; 2013) e no site do Projeto alemão-russo para digitalizar os documentos alemães nos arquivos da Federação Russa.

lente de aumento no mecanismo inerente às cartas: o desfile de acontecimentos diários”. Nesse sentido, tanto o exílio quanto a prisão são situações em que as cartas servem a um propósito que vai além da comunicação, elas se tornam espaços alternativos de vida, isto é, lugares em que o isolamento e o desterro podem ser superados pela memória e pela imaginação. Com o tempo essas mesmas cartas passam a ser objetos de lembrança, mais do que isso, tornam-se “objetos biográficos” (BOSI, 2003, p. 25), no sentido de preservar em si os únicos encontros possíveis nesses dias de isolamento e saudade. Daí a necessidade de guardar e o ímpeto de transmitir como herança essas cartas, pois elas passam a fazer parte de um grupo seletivo de objetos que “mais que uma sensação estética ou de utilidade eles nos dão um assentimento a nossa posição no mundo, à nossa identidade” (idem, p. 26).

Nos anos seguintes, Lygia continuou a escrever suas cartas-relatórios, e foram essas cartas que registraram a vida no exílio mexicano, pois em outubro de 1938, Lygia, Leocádia e Anita mudaram-se para o México, na época governado pelo General Lázaro Cárdenas, que concedia asilo político a comunistas, anarquistas, antifascistas e democratas do mundo inteiro (PRESTES, A., 2019, p. 34). Cabe ressaltar, que a vida no México narrada nas cartas de Lygia, transcorreu durante a Segunda Guerra Mundial, com os desafios e as tristezas decorrentes do conflito, desde a dificuldade de comunicação com Clotilde, Eloíza e Lúcia, que vivenciaram a guerra como cidadãs soviéticas, até a gradual redução da comunicação com Olga e o desfecho trágico de seu assassinato, só confirmado para a família após o fim da guerra.

Na correspondência publicada há um intervalo de mais de um ano entre a última carta recebida por Lygia em Paris, e a primeira recebida em território mexicano. Ambas as cartas foram escritas por Prestes em razão do aniversário de Lygia e, assim, datadas de 19 de julho de 1938 e 16 de agosto de 1939, respectivamente, essas cartas trazem alguns elementos relevantes para a história desse diálogo epistolar, considerando a passagem de tempo e a mudança na relação estabelecida entre eles.

Na primeira carta, Prestes parece aceitar o fato de que a vida da irmã estava comprometida com a sua, e que o futuro dependeria da capacidade de ambos de enfrentar as dificuldades da vida. E assim, ciente dos desafios que seriam enfrentados pela irmã, Prestes concluiu a carta com a tradução, feita por ele, de um poema de Joseph Rudyard Kipling, publicado em 1910, intitulado “If”. No poema, transcrito abaixo, estão presentes alguns dos valores que Prestes defenderia ao longo de sua vida como homem público, e que seriam criticados e exaltados em igual medida, por seus admiradores e detratores.

Se puderes conservar tua calma quando todos, em redor de ti, a houverem perdido e culparem a ti; se puderes confiar em ti, quando todos duvidarem, mas relevares que o

façam; se puderes esperar e não te cansares de esperar, ou se te mentirem, não te deres à mentira, ou sendo odiado não te deres ao ódio, mas não pareceres bom demais, nem fales com demasiada sabedoria;

Se puderes sonhar, e não fizeres do sonho o teu senhor; se puderes pensar e não fizeres do pensamento o teu objetivo; se puderes topar na vida com o Triunfo ou Desastre, e tratares por igual a esses dois impostores; se puderes ter paciência de ouvir a verdade que proferiste torcida pelos maus para fazerem um alçapão para os imbecis, ou ver as coisas por que deste a vida, destruídas, e te puseres a reconstruí-las de princípio com instrumentos gastos;

Se puderes fazer um monte de tudo quanto houveres ganho e arriscares em uma partida de perde-ganha e a perderes, e recomeçares de novo do início, e nunca murmurares uma palavra do que houveres perdido; se puderes forçar teu coração, teus nervos e teus músculos, a servir teu objetivo longo tempo depois de esgotados, e assim perseverares quando nada mais houver em ti a não ser a vontade de Intimar: “Persiste”!

Se puderes conviver com a multidão e manter o teu caráter, e confabular com os Reis sem perder o teu natural; se nem inimigos nem íntimos amigos puderem alterar-se; se todos os homens puderem contar contigo, mas nenhum em demasia; se puderes preencher o minuto decisivo e o último com sessenta segundos de esforço extremo, – então o Mundo é teu e tudo quanto nele se encontra, e o que é mais, serás um Homem, meu Filho! (PRESTES, 2000, p. 197-198)

A segunda carta foi escrita por Prestes cerca de 10 meses depois da mudança para o México, o que não significa dizer que não houve cartas escritas por ele e por Lygia nesse intervalo de tempo. Em sua correspondência com a mãe durante o mesmo período, há referências a três cartas e um cartão enviados por Lygia entre setembro de 1938 e julho de 1939, o que não quer dizer que não houve outros. No mesmo período, Prestes perguntou sobre a saúde e as atividades de Lygia em quase todas as cartas que escreveu para a mãe, como demonstra o excerto de uma carta escrita para Leocádia em 1º de março de 1939:

E a Lyginha como vai? Realmente está engordando? Quais são os seus projetos? Como vão os seus estudos? Muito desejaria receber uma de suas cartas e peço-te que insista, apesar do que tem acontecido. [...] Mas o meu maior pedido é que a Lyginha mande para a Olga, o mais regularmente possível, belas descrições sobre a atividade e progressos da pequerrucha. (PRESTES, 2000, p. 233)

Os noticiosos relatórios de Lygia pareciam incompatíveis com os filtros da censura, mas de modo geral esse foi um período difícil para a correspondência de Prestes com a família, isso porque o não envio e o confisco de cartas eram algumas das medidas tomadas pela direção da Casa de Correção como punição ao prisioneiro. Sendo assim, é possível que Prestes e Lygia tenham realmente ficado vários meses sem trocar cartas regularmente. Essa possibilidade é corroborada pelo texto dessa segunda carta, isto é, a carta de 16 de agosto de 1939, na qual Prestes disse a irmã:

Infelizmente quase nada sei do que é tua vida atual, quais são as ideias que te dominam, como aprecias e sentes o momento em que vivemos e o que sonhas para o futuro. Mas imagino o que tem sido a evolução do teu pensamento nestes 5 últimos anos, e uma íntima convicção me diz que tudo o que nos tem, durante este tempo, tão

inexoravelmente separado tem também concorrido para manter cada vez mais fortes os laços que nos unem pelo pensamento e pelo coração. (PRESTES, 2000, p. 256)

Em 28 de dezembro do mesmo ano, Prestes escreveu à Lygia respondendo a uma carta sua, recebida em meados de outubro¹⁰³. Na carta, Prestes agradeceu à Lygia por escrever à Olga falando de Anita e descrevendo seus progressos e “gracinhas”. Agradeceu, ainda, pelas informações dadas a respeito da vida no exílio mexicano e pediu mais uma vez que ela desse alguma atenção às suas próprias necessidades, sugerindo que retomasse os estudos e que se divertisse sempre que possível.

Para além das temáticas recorrentes em todas as cartas de Prestes para a irmã, essa carta traz alguns indícios relevantes para uma melhor leitura da correspondência de Prestes com a família no complicado ano de 1939. Primeiro, sugere que a correspondência de Olga com a família de Prestes não foi interrompida com o início da guerra, e que assim como Prestes, era através das cartas de Lygia que Olga acompanhava o crescimento da filha. Da mesma forma, em dado momento da carta, Prestes pede à Lygia: “Quando tiveres tempo, manda-me também mais algumas notícias das manas, algumas frases, ao menos das cartas que elas escrevem. Tu bem podes imaginar o quanto penso nelas, na situação atual.” (PRESTES, 2000, p. 304), demonstrando que a comunicação de Prestes com as irmãs mais velhas realmente foi afetada com o início da guerra, e que foi mantida por intermédio de Lygia e de Leocádia.

Foram preservadas quatro cartas escritas por Prestes para Lygia no ano de 1940, nas quais a saúde da mãe e a vida da filha continuaram a ser os principais assuntos. Todavia, a dificuldade de comunicação com Olga e a preocupação com as condições em que ela vivia passaram a ser recorrentes nas cartas desse período. Em uma carta datada de 27 de maio de 1940, Prestes expôs à Lygia a sua preocupação:

Da Olga não te peço notícias, porque que sei que por enquanto só nos resta ter paciência e esperar. Às vezes ainda tenho esperanças de que as manas consigam alguma coisa, apesar de compreender que as dificuldades são muitas e que a situação não é tão favorável, como me pareceu a princípio. (PRESTES, 2000, p. 354)

Com a dificuldade de comunicação entre Europa e América, houve um esforço por parte das irmãs de Prestes no sentido de manter a comunicação com Olga e de garantir, na medida do possível, o envio de dinheiro e de objetos necessários. Parte dessa correspondência foi preservada nos arquivos da Gestapo, os quais foram confiscados pelos soviéticos e recentemente disponibilizados ao público. Essa correspondência preenche algumas das lacunas

¹⁰³A carta de Lygia não foi preservada, mas é mencionada por Prestes na carta que ele escreve a mãe em 19 de outubro de 1939 e respondida por ele na carta para Lygia datada de 28 de dezembro do mesmo ano.

deixadas pelas cartas de Prestes para Lygia nesse período, a exemplo de uma carta escrita por Olga para Prestes em 14 de maio de 1940, na qual há uma parte destinada à Leocádia e à Lygia:

Minhas queridas!

Desde vossa carta de março que não recebo notícias vossas! Acima de tudo, gostaria de saber mais sobre Anita. Gostaria tanto que Lygia fizesse mais uma vez uma descrição detalhada da pequena. Pude recentemente escrever a Clotilde e penso que assim o contato entre nós está restabelecido. Façam-me também um relato mais detalhado sobre a saúde de mamãe! (PRESTES, A., 2017, p. 100)

Na mesma carta, Olga diz ter recebido recentemente a primeira carta de Clotilde, expondo assim as condições em que esse diálogo epistolar teve início. Vale lembrar que, em 1940, a URSS ainda não tinha entrado efetivamente na guerra e o tratado de não agressão entre os soviéticos e os alemães estava vigente. Havia, portanto, a esperança de que estando na URSS, as irmãs de Prestes pudessem fazer algo por Olga.

Enquanto isso, no México, Lygia e Leocádia sofriam com a falta de notícias e com as constantes interrupções na correspondência com Prestes. Percebe-se nas cartas escritas por ele ao longo dos dois anos seguintes, 1941 e 1942, que as preocupações com a vida de trabalho e sacrifício da irmã, assim como com a saúde da mãe e a educação da filha, passaram a ocupar um espaço ainda maior. E assim, de carta em carta, como quem monta um quebra-cabeças, Prestes foi construindo uma imagem do que seria a vida da família, considerando o que não podia ser dito, em razão da censura, e o que precisava ser dito, para manter a esperança e as forças para resistir. Em uma carta para Lygia, datada de 28 de maio de 1941, Prestes descreveu o que ele imaginava ser o cotidiano da irmã no México:

Sirvo-me de uma, ou outra palavra da Mamãe, como pontos de referência, e reconstruo pelo pensamento a tua atividade diária: acordar cedo para ir fazer as compras, ajudar a arrumar a casa e a fazer a comida (os pitéus para a pequerrucha são os que dão mais trabalho), passar uma vista d'olhos sobre as últimas notícias - da guerra, buscando também algum telegrama aqui da nossa terra e de lá, donde estão as manas; depois, seguir para o trabalho - ler, classificar, arquivar papéis, redigir cartas, copiar outras, o teclado da máquina a trabalhar... etc. etc. E assim se passam os dias - trabalho e mais trabalho, preocupações cada vez maiores; no fundo, uma tristezinha por não poder fazer os estudos que se deseja, e nenhum divertimento. De vez em quando, a necessidade de ocultar as próprias preocupações, a fim de poder inventar argumentos que ajudem a nossa pobre Mãe a esperar com paciência, semanas e meses, as cartas que não chegam do “enfant gâté” endiabrado cá do sul... E o trabalho que te deve dar esse presente de gregos que é agora a tua filha? (PRESTES, 2000, p. 462)

A imaginação de Prestes não estava longe da realidade. Conta Anita Prestes, em suas Memórias, que Leocádia vivia em constante angústia pela falta de notícias das filhas, principalmente depois do ataque alemão à URSS, em junho de 1941, e pelas notícias alarmantes e nem sempre verdadeiras sobre a situação de Prestes no Brasil. Assim, Lygia vivia entre os

cuidados com a mãe, cuja saúde já se mostrava frágil e os cuidados com a sobrinha que à medida em que crescia exigia mais atenção. Nas palavras de Anita Prestes: “Não havia condições para muitos passeios devido às circunstâncias em que vivíamos: minha avó enferma, cansada e angustiada e a tia Lygia assoberbada de obrigações, tendo de dar assistência à mãe, cuidar de uma criança pequena e desempenhar inúmeras outras tarefas” (PRESTES, A., 2019, p. 38).

Se por um lado, a falta de tempo e as muitas ocupações de Lygia foram entraves para a regularidade de sua correspondência com o irmão ao longo dos anos de exílio no México, por outro lado, as condições de enunciação de Prestes também mudaram nesse período. Ainda que, em anos anteriores, ele tenha se correspondido clandestinamente com pessoas fora de sua família, foi no final de 1941 que obteve autorização para escrever para amigos e até mesmo para receber os livros enviados por eles. Aos poucos o isolamento a que Prestes estava submetido desde 1936 foi quebrado e algumas visitas foram autorizadas, como a do ex-tenente e antigo companheiro de exílio, Orlando Leite Ribeiro, que havia ingressado na carreira diplomática, tornando-se aliado de Getúlio Vargas. Além das visitas de Orlando e de Sobral Pinto, Prestes recebeu nos anos seguintes a visita de primos e de amigos.

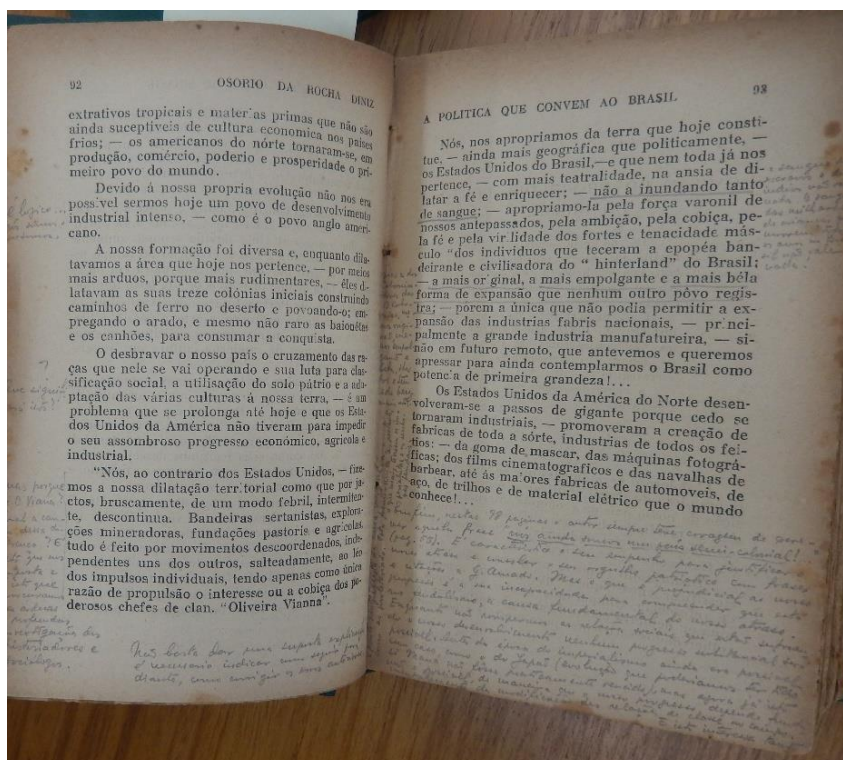
Mesmo diante dos novos correspondentes e da possibilidade de receber visitas, Prestes manteve nas cartas que escrevia para a irmã, os comentários sobre os livros e revistas que recebia ou que lhe permitiam comprar. Em suas incursões pelo mundo do pensamento, buscou em Lygia o interlocutor de que foi privado durante tantos anos de prisão. Em uma carta escrita para a irmã, em 24 de junho de 1942, por exemplo, Prestes comentou a leitura que fez da obra *The All American Front*, de Duncan Aikman:

Quanto ao livro de Aikman, foi muito apreciado; é o primeiro escritor norte-americano, de meu conhecimento, que não se deixa enganar pelas aparências e tem a coragem de afirmar que o nosso atraso é consequência da miséria do nosso povo. Seus capítulos sobre a situação econômica dos povos latino-americanos são dignos de atenção e sua crítica irônica e até mordaz à cultura de fachada, como ele chama a isso que nos países latino-americanos se denomina de elites ou aristocracias culturais, é das melhores (PRESTES, 2002, p. 88).

Para cada uma das leituras havia comentários, críticas ou elogios, que não eram feitos apenas em suas cartas, Prestes também os fazia nas margens dos livros e em tirinhas de papel, que iam se acumulando pela cela. Esse era um costume antigo, conhecido pela família e mencionado em algumas de suas cartas, como demonstra uma carta escrita para Eloíza em 23 de julho de 1937: “A tua cartinha teve o dom de trazer-me à memória aqueles nossos dias cheios de atividades em que passavas à máquina as minhas infindáveis e complicadas tirinhas” (PRESTES, 2000, p. 74). Por vezes, essas tirinhas eram transcritas em suas cartas, na esperança

de que por meio delas fosse possível retomar as *charlas* de outrora. Em 28 de abril de 1941, Prestes enviou junto de uma carta para Lygia, a transcrição de algumas dessas tirinhas para que fossem entregues à mãe no dia de seu aniversário¹⁰⁴. Depois de se desculpar por possíveis erros de escrita, Prestes escreveu à irmã: “Meu prazer já será imenso se souber que a Mamãe leu com interesse as minhas “tirinhas” — única maneira que nos resta para continuarmos, mesmo de longe, nossas boas e intermináveis ‘charlas’” (PRESTES, 2000, p. 453-454).

Figura 7: Anotações feitas por Luiz Carlos Prestes nas margens de um dos livros que leu na prisão.



Fonte: Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico UMMA/UFSCAR

As margens dos livros lidos por Prestes na prisão (Figura 7) também contam essa história de monólogos intelectuais e de fuga para o mundo do pensamento. Assim como as cartas, esses livros também foram preservados pela família e doados para uma instituição de salvaguarda. De tal modo, que a leitura das anotações feitas nas margens, assim como as tirinhas de papel encontradas no seu interior também indiciam o lugar ocupado pela escrita e pela leitura no cotidiano de Prestes na prisão. E assim, dividido entre o mundo material da prisão, da distância e da guerra, e o mundo do pensamento, dos livros e das cartas, Prestes resistia ao isolamento e mantinha seus vínculos com a família, que em uma década de separação sofreu três perdas importantes, impactando as relações epistolares entre eles.

¹⁰⁴ As tirinhas transcritas para Leocádia traziam a tradução, feita por Prestes, de alguns textos de Sêneca e Diderot. Conforme (PRESTES, 2000, p. 453)

A primeira dessas perdas se deu em janeiro de 1941, quando a avó materna de Prestes faleceu. Em suas cartas para a irmã, ele não mencionou essa perda, mas o fez nas cartas que escreveu à mãe no mesmo período. A ausência de D. Ermelinda, contudo, foi sentida na correspondência como um todo, tanto no sentido de inaugurar um novo diálogo epistolar, entre Prestes e o primo Alfredo, como no sentido de inspirar comentários sobre a importância de preservar a memória da família. A segunda perda, isto é, o assassinato de Olga Benário, em abril de 1942, só foi confirmado com o fim da guerra em 1945, mas a ausência de suas cartas tornou-se assunto constante na correspondência de Prestes, que por algum tempo continuou a escrever para Olga na esperança de que ela pudesse receber suas cartas. Por fim, em 14 junho de 1943, a família sofreu a sua terceira perda. Leocádia, que desde fevereiro do mesmo ano estava doente em razão de uma insuficiência cardíaca, faleceu.

A morte de Leocádia representou uma mudança importante na relação epistolar de Prestes com a irmã, pois a partir de então Lygia passou a ser a sua principal correspondente. O mundo do pensamento e as cartas-relatórios, gradualmente deram lugar a um diálogo cotidiano em torno de questões como a saúde e a educação de Anita e o envio de dinheiro. Prestes sabia que com a morte da mãe a vida da irmã seria, mais uma vez, transformada pelas circunstâncias, de tal modo, que em 17 de junho, na primeira carta que escreveu a ela depois de ser informado da morte de Leocádia, ele expressou suas preocupações:

Estas linhas não são para te consolar – coisa impossível no nosso caso –, mas para dizer-te somente que me sinto fisicamente em condições de resistir e que não debes nem por um momento, duvidar da minha energia e da vontade com que continuarei lutando pela vida. O que me preocupa agora é a tua situação e a tua saúde. Esta, principalmente, não pode deixar de estar terrivelmente abalada e exige de tua parte o maior cuidado. [...] Conto contigo e estou certo de que terás, nesse transe, bem vivos em tua mente os exemplos de energia e de serena resignação que nos deixou nossa Mãe. E aí tens, ao teu lado, a minha filha, órfã pela segunda vez, a gritar pelo teu carinho e os teus cuidados. (PRESTES, 2002, p. 238-239)

No dia 21 de junho, antes mesmo de receber essa carta, Lygia escreveu ao irmão num esforço de restabelecer a correspondência entre eles, que havia sido interrompida durante a semana que sucedeu a morte da mãe, e de firmar o seu compromisso com ele e com Anita:

Falecida a Mamãe, tocou-me a mim recolher a sua gloriosa herança e, desde este momento, proponho-me a levar avante a tarefa iniciada por ela, tanto em relação a ti, como à Anita. Quanto a esta última, espero que me digas o que desejas que eu faça com ela. Meu intuito é o de conservá-la comigo e creio, sem presunção, que terei forças e autoridade para educá-la e guiá-la na vida, apoiando-me para isto nos exemplos extraordinários de dignidade e firmeza que a nossa mãe nos legou, com a sua vida. Sei, no entanto, que alguns amigos, talvez receosos da minha inexperiência, têm a intenção de recolher a Anita, desde que estejas de acordo, é claro. Um deles é o General Lázaro Cárdenas, atual ministro da Guerra e grande amigo nosso. [...] Meu reconhecimento ao General Cárdenas, pelas atenções e carinho paternal com que me

rodeou, numa hora tão penosa, não tem limites, porém não me conformo com a idéia de separar-me da Anita. Ademais, parece-me que só eu, na tua falta e na das manas, estarei em condições de manter viva, no coraçãozinho da Anita, a recordação da Avó – a quem ela deve a vida – além do amor aos Pais, à nossa família e tradições, à nossa Pátria. (PRESTES, 2002, p. 470)

Em resposta, Prestes escreveu:

Na minha opinião, por tudo quanto já te deve, ela te pertence e, a não ser a Olga, caso ainda esteja viva, como me esforço por crer, ninguém mais neste mundo, nem mesmo eu, tem o direito de arrancá-la de junto de ti e, justamente por isso, penso com tranquilidade no seu futuro e na sua educação, apesar da perda irreparável que sofreu com o desaparecimento de sua Vovó querida. (PRESTES, 2002, p. 243)

A partir da resposta do irmão, Lygia, então com 29 anos, assumiu a responsabilidade por levar adiante o trabalho da mãe e não hesitou em reivindicar para si a responsabilidade pela educação da sobrinha. Havia, também, a necessidade de manter a Campanha Prestes e de não permitir que o irmão fosse esquecido em seu isolamento. Além disso, havia por parte de Lygia em suas cartas e em suas escolhas – uma preocupação com a memória e com os vínculos e valores que decorrem de sua preservação. Nesse sentido, para além do amor que dedicava à sobrinha, evidente nas cartas que escreveu ao irmão, para Lygia, a educação de Anita representava a garantia de que os valores pelos quais a família lutou e se sacrificou não seriam esquecidos. Significava a possibilidade real de transmissão, e nessa missão ela estava sozinha, pois o mundo estava em guerra, e essa mesma guerra impedia que suas irmãs pudessem migrar para o México.

A correspondência entre Lygia e Prestes se intensificou a partir de 1943, e em suas cartas semanais, ele manteve a preocupação com o futuro da irmã, questionando se as responsabilidades que ela havia assumido fariam com que sua vida e sua juventude fossem colocadas em segundo plano. Lygia, por sua vez, estava decidida a cuidar da própria vida e da vida da sobrinha sem lamentos ou menções a sacrifícios. Suas cartas nesse período falam da busca por trabalho, das decisões tomadas em relação à sepultura da mãe, e de questões cotidianas da vida de Anita, como a escolha de uma escola e a necessidade de tomar vacinas.

Num primeiro momento, logo em seguida da morte de Leocádia, a correspondência entre Lygia e Sobral Pinto, agora necessária para que ela pudesse tomar conhecimento da situação legal do irmão, foi insistentemente censurada e extraviada. Em carta a Prestes datada 5 de julho, Lygia comentou a situação:

Quanto às cartas do Dr. Sobral, está visto que há alguém interessado em que eu não conheça as suas opiniões, pois até hoje nenhuma me chegou às mãos.guardo com ansiedade crescente alguma palavra dele que me oriente, mas não sei como receberei,

se as censuras continuarem a extraviar, arbitrariamente, até os registrados. (PRESTES, 2002, p. 478)

Diferente de Leocádia, que ao longo dos anos de prisão do filho e da Campanha Prestes, havia se tornado conhecida e respeitada, Lygia não podia contar com as benesses desse tipo de reconhecimento. Suas cartas eram mais frequentemente extraviadas, assim como seu direito sobre a tutela de Anita mais facilmente questionado.

Cerca de um mês após a morte da mãe, Lygia aceitou o convite feito pelo Partido Socialista Popular e viajou, acompanhada de Anita, para Cuba, onde permaneceu por quatro meses atuando na Campanha Prestes. Enquanto esteve em Cuba, Lygia escreveu regularmente ao irmão, exceto pelo período em que esteve internada no hospital em razão de uma crise de apendicite, todavia, muitas de suas cartas nesse período chegaram com atraso ou foram extraviadas. As cartas de Prestes para a irmã no mesmo período, isto é, de julho a novembro de 1943, expõem a sua aflição com a falta de notícias e suas tentativas de obter alguma informação através dos amigos com os quais se correspondia desde 1941. Esse foi um momento particularmente triste para Prestes, pois além do luto, precisou passar vários dias sem notícias da filha e da irmã.

Em Cuba, Lygia e Anita concederam entrevistas para emissoras de rádio e participaram de congressos, atos públicos e manifestações populares em prol da libertação de Prestes. Em suas cartas ao irmão, Lygia escreveu sobre o acolhimento que ela e Anita receberam do povo cubano, assim como sobre o reconhecimento da memória de sua mãe entre eles:

Ao dizer isto, penso na nossa querida Mãe, que tanto amava Cuba e os cubanos e tanto desejou conhecê-los de perto... Enfim, apesar de que não lhe foi dado realizar este seu desejo, o povo de cuba conhece bem a sua vida de luta. Poderia dizer, sem exagero, que foi em Cuba que o desaparecimento de nossa Mãe repercutiu por mais tempo e aqui, certamente, sua memória será sempre lembrada. (PRESTES, 2002, p. 497)

Em uma carta escrita em 11 de agosto de 1943, Lygia informou ao irmão sobre a publicização de uma de suas cartas, e da importância desse gesto como uma forma de agradecimento ao carinho que ela e Anita haviam recebido em um momento de luto e sofrimento:

Compreendo muito bem o teu desejo de agradecer a cada um dos amigos, pela solidariedade que nos deram, e compreendo melhor ainda os motivos que te impedem de fazê-lo. Pensando nisso, tenho procurado agradecer, em teu nome e no das manas também, as atenções de que nos cercaram. Por outra parte, foi bastante divulgada a tua primeira carta, de 17/06, que contém uma frase de agradecimento a todos os amigos, o que preenche em parte essa omissão, da qual tu não és responsável, como é sabido por todos. (PRESTES, 2002, p. 487)

Em toda a correspondência de Prestes na prisão, esta é a única referência à publicização de uma carta privada. Todavia, esse gesto permite uma reflexão acerca da possibilidade do uso político dessas cartas, antes mesmo de se tornarem acervo, isto é, antes de serem revestidas por uma aura de memória. As cartas de Prestes eram, no ambiente da prisão, a única forma possível de comunicação direta com o coletivo mobilizado pela Campanha Prestes, e assim como a presença de Anita – “*La Ninã, aquella que la Abuelita logró salvar de la Gestapo*”¹⁰⁵ – nos eventos promovidos pela Campanha, essas cartas representavam uma forma de vitória sobre a opressão, no sentido de serem uma prova de vida e de resistência.

De volta ao México, Lygia pode retomar a regularidade de sua correspondência com Prestes, ainda que por pouco tempo, pois em abril de 1944 ela ficou doente mais uma vez. Contaminada com rubéola e sem o diagnóstico correto, Lygia passou vários meses sofrendo com as consequências da doença. Em suas cartas ao irmão, enquanto pôde escrever a ele, Lygia comentava os problemas de saúde, mas procurava tranquilizá-lo, afirmando sempre que estava sendo tratada e que já se sentia melhor. A situação, contudo, era outra, como conta Anita Prestes em suas Memórias:

No final de julho seu [de Lygia] estado de saúde piorou muito e, em agosto, me levaram para a casa desse médico, casado com uma estadunidense – o que se justificava por terem uma filha da minha idade com quem eu podia brincar. Essa senhora, entretanto, pretendia me separar de Lygia e conseguir permissão do meu pai para ficar com a minha guarda, contando para isso com o apoio do marido. Os dias se passavam e a enfermidade da minha tia não era diagnosticada pelos médicos, embora a submetessem a variados exames. Por fim, ela foi internada numa clínica psiquiátrica! No início ainda recebia visitas e, como eu sentia muito a sua falta e pedia insistentemente para vê-la, fui levada algumas vezes até essa clínica. Na realidade, o referido casal, contando com a colaboração de mais alguns supostos amigos, armaram um verdadeiro complô contra Lygia, mantendo-a em isolamento total sob o pretexto de que deveria ficar em isolamento absoluto. Ao mesmo tempo, espalharam a falsa notícia de que minha tia estaria sofrendo das faculdades mentais. (PRESTES, A., 2019, p. 45-46)

Ainda de acordo com Anita Prestes, Lygia foi ajudada por amigos que ameaçaram divulgar o caso na imprensa caso ela fosse mantida no hospital, até que, finalmente, pôde voltar para casa e retomar a tutela da sobrinha. Durante todo o período de doença e, com dificuldade, durante a internação, Lygia escreveu ao irmão, e a leitura dessas cartas aponta para uma cronologia dos fatos, de acordo com as informações que ela podia ou queria dar a ele.

¹⁰⁵A frase em espanhol foi citada por Lygia em uma carta datada de 5 de outubro de 1943, na qual ela descreve o carinho do povo cubano com Anita. Em suas palavras: “Às vezes, vou passando com a Anita pela rua e alguém desconhecido, gente anônima do povo, exclama: *Mira La Ninã, aquella que la Abuelita logró salvar de la Gestapo!* Muitos, a maioria, se acercam e a acariciam, animam, lhe afagam os cabelos... Parece que duvidam dos próprios olhos, que querem certificar-se de que é real, de carne e osso, como que não acreditam neste milagre de amor e perseverança que a Olga e a Mamãe realizaram. É comovente” (PRESTES, 2002, p. 497).

Em uma carta escrita antes de ser separada de Anita, em 22 de junho de 1944, Lygia disse ter estado bastante doente e que os médicos acreditavam que tudo era consequência da morte da mãe e, por isso não lhe deram o tratamento correto. Disse, ainda: “Como sabes, estão na moda as teorias de Freud, em que tudo se explica pelo lado emocional” (PRESTES, 2002b, p. 200). Ao longo dos meses de julho, agosto e setembro, ela escreveu regularmente a Prestes, sem, contudo, tratar em detalhes das condições de sua saúde. Em uma carta escrita em 1º de agosto, informou que estava de repouso, por isso Anita estava hospedada na casa de amigos. Nas cartas seguintes voltou a falar da ausência de Anita, das saudades que sentia e das visitas que fazia à sobrinha quando possível. Até que, em 5 de outubro, Lygia escreveu sobre a sua internação:

Espero que tenhas recebido sem atraso o meu telegrama de fins de setembro, no qual te avisava que talvez ficasses sem notícias minhas por alguns dias, porque ia para um sanatório. Pensava poder escrever-te logo, por isso te dizia que seguia a carta. Lamentavelmente, somente hoje me foi possível fazê-lo, depois de muita insistência de minha parte. Consideram os médicos que escrever exige muito esforço, imagina só! Proibiram também as visitas, de maneira que não voltei a ver os amigos nem mesmo a Anita. Bem podes calcular o quanto me custa este isolamento, mas procuro conformar-me e esperar com calma que os médicos mudem de opinião. São absurdas estas teorias modernas, mas o que fazer?... (PRESTES, 2002b, p. 219).

Na mesma carta, disse não saber se as cartas do irmão lhe estavam sendo entregues, ou se também estariam proibidas pelos médicos. Durante a internação, Lygia escreveu outras duas cartas, uma datada de 13 de outubro, na qual voltou a questionar se as cartas do irmão estariam sendo retidas no hospital; e uma segunda carta datada de 25 de outubro, acusando o recebimento de três cartas, que segundo a amiga que as entregou, haviam chegado juntas e com atraso. Disse que se sentia melhor, mas que ainda não haviam lhe permitido ver a Anita. Por fim, no dia 4 de novembro, Lygia escreveu avisando que no dia anterior havia voltado para casa e que Anita estava com ela.

Preocupado com a situação da irmã e da filha, mas empolgado com as notícias da guerra e das mudanças no ambiente político brasileiro, Prestes escreveu semanalmente para Lygia ao longo do ano de 1944. Durante quase todo o ano, as visitas de Orlando Leite Ribeiro, Sobral Pinto e de um primo, chamado Justino, foram frequentes, e eram comentadas nas cartas que Prestes escrevia para Lygia. Além disso, com a ajuda do primo Justino, por algum tempo Prestes pôde enviar para Lygia recortes de jornais brasileiros para que ela pudesse ficar a par do que se passava no país.

Consolidaram-se nos primeiros meses de 1944, algumas melhorias nas condições da prisão de Prestes, não apenas pela ampliação da possibilidade de visitas e de presentes que

podiam ser recebidos, como também pelas condições materiais de sua vida. Esse movimento havia começado no ano anterior, quando Prestes mudou para uma cela maior e mais confortável, onde segundo suas próprias palavras, vivia agora “num amplo salão muito mais fresco e agradável do que o local anterior” (PRESTES, 2000, p. 189).

Ainda que no segundo semestre as visitas de Justino tenham sido proibidas, Prestes continuou autorizado a receber os presentes enviados por ele, além das revistas que lhe enviava regularmente o primo Alfredo. São desse período, também, as primeiras cartas independentes de Anita, isto é, cartas que não se resumiam às poucas linhas anexas às cartas da tia. Prestes recebeu cartas da filha inclusive durante o tempo que ela foi afastada de Lygia, e continuou a recebê-las até a sua libertação no ano seguinte.

Passado o difícil ano de 1944, Lygia voltou às cartas noticiosas, nas quais narrava o cotidiano da sobrinha e seus projetos e expectativas para o futuro. Esse retorno às boas cartas foi percebido por Prestes que em 4 de janeiro de 1945 escreveu à irmã sobre isso:

Tive ontem o presente máximo de tua boa e linda carta – a semanal de 21 de dezembro que me causou a maior alegria por tudo o que nela me contas e, mais particularmente, pela atenção com que respondes às minhas perguntas e entras, assim, na desejada *charla*. Sinto de tal maneira a necessidade de um interlocutor, de alguém capaz de ouvir-me e responder, que me alegra esta palestra a distância, mesmo assim epistolar e limitada pelos grandes obstáculos que ainda nos separam. (PRESTES, 2002b, p. 123).

A partir de então, Lygia e Prestes retomaram as suas *charlas* e juntos assistiram a uma gradual mudança da conjuntura política, com a desarticulação do Estado Novo e a ampliação do campo democrático no país. Em suas cartas, Lygia questionava o irmão quanto à possibilidade de seu retorno, e por mais de uma vez Prestes pediu que esperasse por condições mais seguras, uma vez que qualquer mudança afetaria diretamente a vida e a estabilidade de Anita.

Em março de 1945, pressionado pela mobilização política em torno da campanha pela anistia dos presos políticos, Getúlio Vargas liberou todas as visitas para Prestes, que, a partir de então, passou a ser visitado por amigos, aliados, jornalistas e intelectuais, como Caio Prado e Carlos Drummond de Andrade. Pelas cartas, Lygia sabia que se aproximava o momento de seu retorno ao Brasil, mas foi apenas após a assinatura do Decreto-lei que concedeu a anistia a todos os presos políticos, em 18 de abril, que Lygia e Anita voltaram ao Brasil.

Lygia morreu no Brasil em 28 de setembro de 2007, depois de uma longa vida dedicada à família e aos seus ideais. Ela e Anita jamais se separaram, viveram juntas os anos de perseguição e de exílio nas décadas de 1950 e 1970. Junto de Anita, Lygia resistiu a muitos

outros anos de distância do irmão, que nos anos 1950 e durante a ditadura civil-militar brasileira viveu na clandestinidade e no exílio. Juntas, tia e sobrinha, preservaram o acervo documental da família e mantiveram-se firmes em defesa da memória de Prestes, particularmente, depois de sua morte em 1990. Ainda que Lygia seja um personagem pouco conhecido na história das lutas sociais e políticas no Brasil, suas cartas e seus gestos em prol da memória e do reconhecimento do irmão, garantiram que os anos de prisão pudessem, nos dias de hoje, ser conhecidos através de diferentes possibilidades narrativas.

4. RECONHECIMENTO E LEGADO: CAMINHOS DE PRESERVAÇÃO

“Há três tempos: o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro, porque essas três espécies de tempo existem em nosso espírito, e não as vejo em outra parte. O presente do passado é a memória; o presente do presente é a intuição direta; o presente do futuro é a esperança”.
Santo Agostinho, Confissões.

O tempo presente é o ponto de partida de todas as tentativas de conhecer os caminhos da preservação. Ainda que os rastros deixados no percurso guardem em si as marcas do seu tempo, a leitura desses rastros acontece no presente e a partir das expectativas e conhecimentos do presente. No mesmo sentido, a preservação se constitui como um gesto em prol do futuro, um gesto de esperança que vai além da vontade de lembrar, está no desejo de que outros conheçam o passado que já não podem vivenciar. A preservação de acervos epistolares pode, assim, trilhar muitos e diferentes caminhos, sejam aqueles formatados pelas leis, aqueles decorrentes do descaso e da inércia das pessoas e das instituições, ou aqueles resultantes dos vínculos afetivos e do reconhecimento de uma responsabilidade com o futuro da memória.

Para cada um dos correspondentes e instituições envolvidos na trama epistolar construída ao longo dos nove anos de prisão de Luiz Carlos Prestes, as cartas escritas e recebidas assumiram importâncias e ocuparam lugares diversos no complexo jogo de lembrar e esquecer que esses mesmos indivíduos e instituições mantêm na estreita relação de interdependência entre a memória e a promessa, isto é, entre o que se quer manter do passado e o compromisso assumido com o futuro. Nessa perspectiva, os motivos pelos quais as cartas são guardadas, ou simplesmente esquecidas em arquivos, gavetas e caixas, são tão variados quanto às relações estabelecidas entre as pessoas que as escrevem, as histórias que narram e as relações de poder que as envolvem.

Quando as cartas em questão resultam de relações familiares e de amizade, os sentimentos vivenciados e, por vezes, manifestados pelos correspondentes, logo são reconhecidos como as causas mais prováveis da preservação, todavia, as cartas são, em potência, bem mais do que uma troca de mensagens mantida por uma relação de amor e amizade, são documentos que registram essa relação e que circulam no interior de instituições sujeitando-se não apenas à burocracia e à lei, como também às subjetividades dos intermediários que garantem a sua efetiva circulação.

No caso da correspondência de Luiz Carlos Prestes com sua família e amigos, mantida no ambiente prisional, no exílio e durante a Segunda Guerra Mundial, os fios que entrelaçados tecem suas trajetórias de preservação circulam e deixam rastros em diferentes ambientes de

reconhecimento, fazendo com que cartas resultantes de uma mesma relação epistolar tenham caminhos de preservação distintos. Daí a importância de uma leitura que considere o próprio texto epistolar como ponto de partida para a busca desses rastros, considerando, também, as relações mantidas entre os correspondentes e os valores reconhecidos nessas relações.

Nesse sentido, e com base nas evidências apresentadas nos capítulos anteriores, é possível afirmar que a correspondência de Prestes no período de prisão, que foi preservada, percorreu ao menos quatro caminhos: o primeiro foi aquele trilhado pela família e pelos amigos, mantido pelos vínculos afetivos que os uniam e pelo esforço no sentido de manter a regularidade da correspondência por meio de cópias, traduções e do compartilhamento dessas cartas entre eles; o segundo foi a salvaguarda resultante do trabalho da polícia (brasileira e alemã) e da censura, por meio de cópias e apreensões, arquivadas por exigência legal; o terceiro diz respeito às cartas e cópias de cartas que foram levadas por Prestes quando ele saiu da prisão e guardadas por ele na sede do PCB no Rio de Janeiro; o quarto, e mais abrangente, foi o caminho resultante das relações de reconhecimento no âmbito da estima social, isto é, por parte da família, dos amigos e, até mesmo das instituições, acerca da importância dessas cartas como documentos históricos representativos para a memória de Prestes e para o seu legado como homem público.

Cabe ressaltar, que essas trajetórias não se deram de modo isolado e independente umas das outras. Em todas elas há, em maior ou menor grau, elementos que permitem discutir questões relativas à memória e às diferentes formas pelas quais o gesto de guardar cartas, doá-las para instituições de salvaguarda ou de torná-las públicas, decorre de diferentes relações de reconhecimento por meio das quais questões como: o direito à memória e às disputas em torno da memória de Prestes se colocam como partes do caminho percorrido por cada uma dessas cartas até a sua preservação, indiciando, também, os caminhos que resultaram no descarte ou extravio de parte do acervo.

As linhas que seguem percorrem esses caminhos de preservação a partir dos indícios deixados no texto epistolar e nos discursos associados a ele ao longo do tempo, desde às notas da censura, contemporâneas a esses textos, até as notícias veiculadas na imprensa em diferentes períodos, passando pelas lembranças narradas pelos correspondentes e pelas iniciativas e manifestações de indivíduos e grupos que reivindicam para si o legado de Luiz Carlos Prestes.

4.1. Guardar cartas: uma questão familiar?

As cartas familiares, assim como outros documentos de ordem pessoal e autobiográfica produzidos dos homens e mulheres reconhecidos publicamente, circulam no estreito limite que separa o público e o privado nas relações familiares e de amizade. Esse limite, tão flexível e diverso quanto às estratégias criadas por esses indivíduos para se relacionarem uns com os outros e com as coletividades e instituições que os cercam, também é o lugar onde habitam os gestos da guarda e do abandono. Nesse sentido, “o ato de arquivar é um ‘tipo de testemunho’”. No plano pessoal, é um modo de vivenciar e memorizar nossas vidas – nossa existência, nossas atividades e experiências, nossas relações com os outros, nossa identidade, nosso ‘lugar’ no mundo” (MCKEMMISH, 2018, p. 239). No caso dos epistolários, quando correspondentes e guardadores não coincidem, o gesto de guardar cartas pode decorrer de caminhos ainda mais diversos e envolver questões como a preservação da memória de um ente querido ou a busca por justiça e reparação.

Alguns dos caminhos percorridos pela correspondência de Prestes na prisão até a sua salvaguarda institucional, começaram antes mesmo de sua soltura em 1945 e do retorno de Lygia e de Anita Prestes ao Brasil. Esses caminhos iniciaram ainda durante a vigência dessa correspondência e nasceram das demandas impostas pelas circunstâncias vividas pelos correspondentes, quais sejam: a prisão de Prestes e de Olga, o exílio de Leocádia e de suas filhas e a Segunda Guerra Mundial. Nesse mesmo contexto, tomou forma a principal característica do acervo epistolar preservado: a coexistência de originais e de cópias. Graças a essa característica, algumas das cartas foram preservadas em mais de um suporte e por mais de um guardador.

No que concerne à produção e ao compartilhamento de cópias de cartas pela família Prestes, é importante ressaltar que essa foi uma prática recorrente ao longo de toda a correspondência, e, assim como as leituras compartilhadas e a guarda das cartas recebidas, essa prática foi mencionada com frequência no próprio texto epistolar. Nesse sentido, uma leitura dos caminhos de preservação que atravessam as relações familiares e o reconhecimento no âmbito do amor e das relações pré-jurídicas precisa, necessariamente, retomar algumas das questões abordadas no capítulo anterior, pois as escolhas e os sentimentos declarados pelos correspondentes ao longo de cada diálogo epistolar indiciam os contextos e as circunstâncias, nas quais os primeiros gestos de preservação ou de abandono desse acervo efetivaram-se.

As cartas de Prestes às irmãs trazem indícios importantes acerca da produção e da guarda de cópias de cartas pela família. Alguns desses indícios, apresentados como parte importante

do diálogo epistolar de Prestes com Lygia, demonstram que, para além das cópias feitas como medida de segurança em razão dos constantes extravios e apreensões, o fato de a família ter vivido em diferentes países durante o período em que se deu a correspondência, assim como a impossibilidade de Clotilde, Eloíza e Lúcia, deixarem a URSS durante o período de guerra, fizeram com que a prática de fazer cópias de cartas e compartilhá-las em família se tornasse um caminho possível para a preservação dessas cartas, cujas possibilidades de salvaguarda eram multiplicadas a cada cópia enviada.

Como ficou evidente no diálogo epistolar mantido entre Prestes e Lygia, ela era a pessoa responsável por fazer as cópias das cartas recebidas, para em seguida enviá-las para Moscou, garantido que as irmãs também tivessem notícias da situação de Prestes. Além disso, Lygia também copiava as traduções das cartas que Olga escrevia para ela e para Leocádia, e as enviava para Prestes, que seguidamente pedia por mais notícias da filha e da companheira. Em uma carta para a avó, datada de 13 de agosto de 1937, ele escreveu sobre uma dessas cartas: “Recebo regularmente as notícias da Mamãe, das manas, da Olga e da minha Anita Leocádia. Ainda hoje recebi a cópia de uma carta da Olga para a Mamãe, datada de 15 de julho último” (PRESTES, 2000, p. 91).

Tanto nas cartas de Leocádia para o filho como naquelas que ele escreveu para a mãe, há inúmeras menções à produção e ao envio de cópias de cartas escritas por ou para Olga, isso porque a exigência de tradução e o limite de cartas e de caracteres impostos nos campos de concentração, fizeram com que Olga decidisse escrever alternadamente para Prestes e para Leocádia e suas filhas. Em razão disso, a correspondência de Prestes com a mãe passou a ser o lugar onde o recebimento, a tradução e o envio das cópias de cartas de Olga eram comunicados.

Todo esse sistema de cópias e traduções, apresentado no capítulo anterior como ponto central dos esforços de Leocádia e de Lygia para garantir a correspondência entre Prestes e sua companheira, contribuiu diretamente para a salvaguarda dessas cartas, tanto por meio da produção de cópias quanto pelo envolvimento de outros agentes, como tradutores e intermediários. Em uma entrevista concedida para esta pesquisa, em novembro de 2021, Anita Prestes descreveu o funcionamento desse sistema. Em suas palavras:

De trinta e seis ao final de trinta e oito estávamos em Paris. E aí, tinha uma campanha de solidariedade muito grande, inclusive a chamada Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos no Brasil, e se estendia a Olga e, quando eu nasci, a mim também. Então, tinha muita gente que ajudava e colaborava. Então elas [Leocádia e Lygia] conseguiram montar um grupo de pessoas amigas, que gratuitamente, voluntariamente, traduziam as cartas. Então você veja a trabalhadeira, traduziam do alemão pro francês pra mandar pro meu pai. E do meu pai, quando chegava, era traduzida para o alemão pra mandar para Alemanha. E elas faziam o papel de pombo

correio. Frequentemente perdia-se as cartas, depois demoravam muito, na época era tudo mais devagar do que é hoje. (PRESTES, A., 2021, sd)

Havia, portanto, no esforço de garantir a correspondência regular entre Prestes e Olga, o envolvimento de um “grupo de pessoas amigas”, que não só tinham acesso às cartas, como também eram responsáveis pela tradução, produzindo os textos que efetivamente chegavam às mãos de Prestes e de Olga. Ainda de acordo com Anita, como parte desse sistema de cópias e traduções, havia a decisão sobre o que fazer com os originais. Em suas palavras: “A Lygia tinha essa preocupação, as cartas eram traduzidas e mandavam a tradução, então ela foi guardando os originais, tanto da minha mãe quanto do meu pai. Na medida em que era traduzido, o que partia era o traduzido, e os originais ela guardava” (PRESTES, A., 2021, sd).

As cópias feitas por Lygia ou por tradutores voluntários e enviadas à Prestes trazem, ainda, um outro indício relevante, isto é, a relação de confiança existente entre eles, como uma forma de atestação, por parte de Lygia e de Leocádia, de que as palavras escritas no papel enviado eram idênticas àsquelas da carta original. Diferentemente das cópias feitas pelo próprio remetente com o propósito de guardar consigo as palavras escritas na carta que será enviada, prática comum entre correspondentes regulares, as cópias feitas por Lygia eram trabalho de uma intermediária que invertia essa relação, guardando os originais e enviando as cópias.

A decisão de Lygia de guardar as cartas escritas por Prestes e por Olga não pode ser pensada apenas como um gesto altruísta, desinteressado ou movido pelo hábito. Além dessas cartas, Lygia arquivou, em colaboração com a mãe, panfletos, recortes de jornal, fotografias e outros documentos referentes à Campanha Prestes, assim como as cartas que ela e a mãe receberam de Prestes e cópias das cartas que escreveu ao irmão. Esses documentos, assim como toda a correspondência da prisão, eram um “tipo de testemunho” de uma parte importante da vida de toda a família e do trabalho incansável de Leocádia e das filhas em defesa de Prestes, Olga e Anita.

Havia no trabalho desenvolvido por Lygia, no arquivamento das cartas, o reconhecimento de sua responsabilidade para com o irmão e seu legado, que de algum modo, também era o legado de toda a família. Na construção de sua identidade narrativa, isto é, a identidade pessoal associada ao poder de narrar e narrar-se (RICOEUR, 2007, p. 114), Lygia se reconhecia como herdeira dessa responsabilidade, como demonstra a primeira carta que escreveu ao irmão após a morte da mãe, na qual declara de modo resolutivo, que coube a ela recolher a herança da mãe e levar adiante o trabalho em relação ao irmão e à sobrinha (PRESTES, 2002, p. 470). Nesse sentido, ao arquivar as cartas do irmão e da família durante o

período de prisão, Lygia arquivava também os testemunhos de sua vida de dedicação e amor à família.

Ainda que o protagonismo de Lygia em todo esse sistema de cópias e compartilhamentos de cartas fique evidente, não apenas pelas menções feitas por ela, por Leocádia e por Prestes em suas cartas, mas também por ter sido ela a guardiã desse acervo pelos anos que se seguiram, a produção de cópias de cartas não se restringia às suas atividades diárias na organização da correspondência e na comunicação intrafamiliar. Havia também as cópias das cartas de Leocádia a Sobral Pinto, que, por vezes, eram entregues à Prestes pelo advogado com o propósito de colocá-lo a par das tratativas sobre a sua defesa. Em uma carta escrita à mãe, em 26 de agosto de 1937, Prestes fez referência à expectativa de receber a cópia de uma dessas cartas:

Aqui estive no sábado e comigo longamente conversou o Dr. Sobral Pinto. Ele havia recebido as tuas cartas e mostrou-me uma cópia da missiva por ele escrita, acompanhando a tua. Infelizmente ele se esqueceu de trazer-me a cópia da tua carta, que tem para mim grande importância. [...] Prometeu mandar 2º feira a referida cópia, mas até hoje continuo esperando... o que me faz quase desesperar... mas, talvez, no próximo sábado ele me traga a cópia prometida... (PRESTES, 2000, p. 94)

Em outra carta, datada de 10 de maio de 1938, Prestes mencionou o recebimento, por parte da administração do presídio, de uma cópia de carta enviada por Sobral Pinto. Em suas palavras: “No sábado, entregaram-me, devidamente rubricada pelo Dr. Sobral Pinto, uma cópia da carta que lhe dirigiste a 27 de abril último e, pelo que escreves, imagino, ainda melhor, o quanto sofreste com a longa interrupção de nossa correspondência” (PRESTES, 2000, p. 165).

Entre as cópias produzidas por Lygia, as traduções feitas com a ajuda de voluntários e as cópias feitas por ordem de Sobral Pinto, muitas das cartas guardadas pela família, foram preservadas por meio de cópias, em especial a correspondência passiva de Prestes. Nesse ponto é importante questionar a noção de autenticidade em relação às cartas e às suas cópias no que concerne ao reconhecimento dos valores que promovem a sua preservação.

No caso da correspondência de Prestes, a existência de cópias e as menções a elas no próprio texto epistolar evidenciam as estratégias utilizadas pelos correspondentes para superar as limitações das suas condições de enunciação, mas também expõem outros elementos que colocam originais e cópias em um mesmo patamar de importância, isso porque, ambas evidenciam, de modo independente, momentos diferentes das relações epistolares vividas pelos correspondentes.

Na correspondência entre Prestes e Olga, por exemplo, até que ele dominasse suficientemente o idioma alemão, as cartas de Olga que lhe chegavam às mãos eram sempre

cópias traduzidas. Os originais, guardados por Lygia, jamais fizeram a viagem até a Casa de Correção, não foram censurados no Brasil, carimbados e assinalados, segurados entre mãos saudosas e lidos com a ansiedade de quem espera há muito tempo por notícias. No outro lado dessa relação epistolar estavam as cartas manuscritas por Olga, o papel e o envelope com os selos que lhe permitiram comprar no campo de concentração. As marcas no papel, as rasuras, a consistência ou a insegurança da letra, nada disso pôde seguir até o Brasil. No sistema de cópias e traduções, as cartas originais se tornavam objetos do arquivo de Lygia antes mesmo de serem lidas por Prestes.

A questão da autenticidade como um ponto de diferenciação entre verdadeiro e falso não se aplica nesse caso, tampouco estabelece uma hierarquia de importância entre originais e cópias, pois ambas são evidências para essa história, ou, como lembra Burke (2017, p. 39), ao citar um dos argumentos em resposta às críticas feitas à autenticidade de fotografias posadas e com cenários construídos artificialmente, “fotografias nunca são evidência da história: elas próprias são a história”. Ainda que o próprio Burke (2017) aponte para o perigo dessa afirmação, ressaltando que, assim como outras formas de documentos, as fotografias podem ser consideradas tanto evidência como história, no caso das cópias de cartas, cabe lembrar que tão importante quanto à sua existência como documento por meio do qual foi preservado o texto epistolar, são as motivações e as circunstâncias nas quais sua produção foi necessária ou desejada. O gesto de copiar cartas também é parte e evidência da história. Nesse sentido, as cartas e suas cópias fazem parte da história dessa correspondência, assim como evidenciam as relações estabelecidas pelos correspondentes entre si e com as instituições que limitavam sua comunicação. Não se trata, portanto, de anular a diferença entre a carta original e sua cópia, mas de reconhecer a relevância e a existência independente de cada uma delas como documentos para a história dessa correspondência e de sua preservação.

Ainda que a prática de copiar e de compartilhar cartas tenha sido importante para a trajetória de preservação da correspondência de Prestes em âmbito familiar, grande parte de sua correspondência passiva com a família não foi copiada. Esse foi o caso das cartas manuscritas de Leocádia, escritas “ao correr da pena” (PRESTES, 2002, p. 314) e com frequência e regularidade inabaláveis, mesmo nos períodos em que as notícias do filho não chegavam ou demoravam semanas para chegar. Essas cartas compõem a maior parte da correspondência passiva de Prestes entre os anos de 1937 e 1942 e foram aquelas que mais sofreram nos caminhos irregulares da preservação. Essa particularidade da correspondência entre o pai e a avó foi lembrada por Anita ao falar das cartas que não puderam ser guardadas por Lygia. Em suas palavras:

O caso da minha avó foi um pouco mais complicado, e se perderam tantas também, porque ela não tinha as cópias. Minha avó escrevia toda a semana, as vezes duas vezes por semana. Escrevia pro filho, de próprio punho e mandava a carta, e a Lygia não tinha nem tempo de tirar a cópia na máquina, que naquela época era a máquina de escrever. Então o resultado é que as cartas da minha avó, não tinha, digamos, não tinha cópia lá com ela, vieram pro meu pai e ponto final. (PRESTES, A., 2021, sd)

As respostas de Prestes a cada uma das cartas da mãe foram integralmente preservadas, com exceção daquelas extraviadas antes de chegarem à destinatária. Essas cartas são uma forma de acesso indireto às cartas de Leocádia, e possibilitam um olhar mais próximo sobre o cotidiano dessa correspondência, pois durante os primeiros seis anos de prisão elas ditaram o ritmo da rotina epistolar da família Prestes, não apenas por serem frequentes, mas por serem o espaço possível de convivência em família.

A correspondência ocupava um lugar importante no cotidiano de Leocádia e de suas filhas no exílio. As cartas de Prestes e de Olga eram provas de vida, já que não havia qualquer certeza em relação à sua situação na prisão. Ao mesmo tempo, essas cartas também representavam a única relação possível entre eles e sua filha que cresceu ouvindo a leitura de suas cartas e beijando seus retratos. Quando completou cinco anos, em 27 de novembro de 1941, Anita recebeu a primeira carta enviada pelo pai. Esse gesto a inseriu como sujeito dessa correspondência e, mais tarde, ela mesma passou a enviar bilhetes a ele, acompanhados de flores, cartões e desenhos. A escrita, a leitura e a guarda das cartas de Prestes eram, nesse contexto, uma questão familiar, como também demonstram as Memórias de Anita, publicadas em 2019, nas quais ela escreveu sobre a importância das cartas dos pais nos primeiros anos de sua vida:

A chegada de uma carta era motivo de alegria em nossa casa, embora as notícias que trazia nem sempre fossem animadoras. [...] Eu também tomava conhecimento dessas cartas e muitas delas era dirigidas a mim, assim como versos e desenhos que meu pai me enviava. Tanto pelas correspondências dele quanto pelas da minha mãe, mais esparsas, eu sabia que era centro das atenções de ambos e que me dedicavam grande afeto. [...] Embora longe dos meus pais, cresci cercada do carinho deles, que me chegava através das cartas, da dedicação de Leocádia e Lygia e da atenção, amizade e cuidados de numerosas pessoas de diversas nacionalidades. (PRESTES, A., 2019, p. 37)

A partir de outubro de 1938, as cartas destinadas à Leocádia, Lygia e Anita eram enviadas para um *apartado* na cidade do México, um tipo de caixa postal consultada por Lygia quase diariamente. As constantes mudanças de endereço impossibilitavam o recebimento de cartas em casa, além disso o uso do *apartado* também dispensava Leocádia e Lygia de informar seu endereço atual nessas cartas que, todos sabiam, eram “cartas abertas”. Em suas Memórias, Anita também escreveu sobre o lugar ocupado pela correspondência na rotina da família durante

o exílio no México, o que corrobora as muitas menções de Prestes ao sofrimento de sua mãe com a ausência de suas cartas, assim como suas preocupações com a vida de Lygia, totalmente dedicada à sobrinha, à mãe e a ele próprio. De acordo com Anita:

Em nossa vida no México ocupava um lugar importante a correspondência com meus pais. Havia a angústia de Leocádia à espera de cartas que demoravam a chegar, sem notícias do filho e da nora, assim como das filhas residentes na União Soviética – principalmente após o ataque hitlerista a esse país, em 21 de junho de 1941. De quando em quando vinham notícias alarmantes a respeito do meu pai, o que levava Leocádia a telegrafar ao senhor Sobral Pinto pedindo informações urgentes. Recordo-me das idas de Lygia ao correio central tanto para enviar cartas, livros e revistas quanto para receber as correspondências, que seguidamente não haviam chegado. Às vezes íamos as três ao correio, carregadas de pacotes a serem despachados. (PRESTES, A., 2019, p. 37)

Com a morte de Leocádia em junho de 1943, a rotina de correspondências foi mantida por Lygia, que diferentemente da mãe, datilografava a maior parte de suas cartas e conservava cópias sempre que possível. Em razão disso, a correspondência passiva de Prestes a partir de 1943 foi amplamente preservada pela família. Nos dois últimos anos dessa correspondência, Lygia e o irmão estreitaram ainda mais os laços que os uniam e Lygia tornou-se efetivamente a segunda mãe de Anita. Juntas, deixaram o México em outubro de 1945, levando consigo o “volumosíssimo arquivo” (PRESTES, 2002, p. 337) de Lygia, que mais tarde tornou-se, também, o arquivo de Anita.

O retorno ao Brasil deu início a uma nova fase na vida de Lygia e de Anita. Depois de três meses hospedadas na casa de amigos no Rio de Janeiro, mudaram-se para uma casa alugada, na qual viviam, além delas, Prestes e um ou dois companheiros responsáveis por acompanhar Prestes em suas atividades políticas¹⁰⁶. No ano seguinte, Eloíza, Clotilde e Lúcia, acompanhada do marido e dos três filhos, chegaram de Moscou e, também, foram viver na mesma casa, até que fosse possível encontrar um outro imóvel para Lúcia e a família.

A convite do irmão, Lygia assumiu a administração da casa, que mais do que uma moradia, era um local de encontro para Prestes e seus apoiadores. De acordo com Anita Prestes

¹⁰⁶Entre os companheiros que moraram com a família Prestes nesse período esteve Gregório Bezerra, que escreveu sobre essa experiência em suas Memórias, publicadas em 2011 pela editora Boitempo. De acordo com Bezerra (2001, p. 360-361): “Logo após a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, convidaram-me – e aceitei – para residir com o camarada Prestes em sua casa, na rua Gago Coutinho, perto do Largo do Machado. [...] Além de tudo, tive a sorte de familiarizar-me com as suas irmãs – Clotilde, Eloíza e Lúcia – e com sua filha, Anita Prestes. Éramos uma só família. Elas me consideravam com um irmão e eu as considerava como excelentes irmãs. Dedicava uma grande estima à Anita, como se fora minha própria filha. Era uma família simples e modesta. Lygia era a governanta da casa; além de dirigir os assuntos domésticos, era a responsável pela educação de Anita”. Ainda de acordo com Bezerra, a família era constantemente vigiada pela polícia. Em suas palavras: “Defronte à nossa residência, havia uma casa de cômodos com dois andares: a sala da frente do andar superior era ocupada por três sujeitos que nos vigiavam dia e noite. Logo que havia algo de anormal, ou a polícia farejava algum movimento de massas, duplicava a vigilância, para melhor ‘nos proteger’... A polícia nos ‘protegia’ e ainda guardava a nossa casa. Estávamos ‘seguros’”.

(2019, p. 54-55), as memórias que têm dos poucos anos em que ela e o pai puderam viver juntos, antes que ele fosse forçado a viver na clandestinidade e no exílio, são de um pai bastante ocupado, mas que sempre lhe dedicou amor e atenção. Sobre os primeiros meses após o seu retorno ao Brasil ela escreveu:

Meu pai era muito ocupado, pois desenvolvia intensa atividade política na qualidade de secretário-geral do PCB e de senador, primeiro na Assembleia Constituinte e, a partir da promulgação da Constituição, em setembro de 1946, no Senado da República. [...] Seguidamente, meu pai voltava para casa tarde da noite, após participar de comícios e atos públicos ou de demoradas reuniões partidárias. Mesmo assim, ele se levantava de madrugada para ler, estudar e escrever textos e discursos necessários para a atividade política que desenvolvia. Lygia organizava seus papéis e livros e desempenhava o papel de secretária dedicada. (PRESTES, A., 2019, p. 54)

O trabalho de Lygia como administradora da casa e como secretária do irmão, colocou sob sua responsabilidade os arquivos pessoais de Prestes, que, em certa medida, se confundiam com os arquivos da família. Essa não era uma tarefa fácil no ambiente de perseguições aos comunistas e suas famílias promovido a partir do governo de Eurico Gaspar Dutra no Brasil. Anita lembra que quase todos os dias havia policiais à paisana em frente à sua casa e que no período anterior à promulgação da nova Constituição, várias casas de militantes do partido foram invadidas e Prestes precisou passar vários dias fora de casa (PRESTES, A., 2019, p. 57).

No ano de 1947, o ambiente de perseguições e ameaças aos dirigentes do PCB e à militância como um todo, se acirrou e Prestes passou a viver em uma situação de semiclandestinidade, comparecendo a poucas sessões no Senado e passando vários meses longe da família que também permanecia vigiada. Em 7 de janeiro de 1948, Prestes teve o seu mandato de Senador cassado e passou a viver na clandestinidade, onde permaneceu por 10 anos vivendo em aparelhos do partido e sob forte vigilância. O curto período de legalidade do PCB, de 1945 a 1947, foi também o tempo que Anita e Lygia puderam viver junto de Prestes, pois nos 10 anos que se seguiram à cassação do seu mandato, as cartas foram, novamente, as únicas formas de relacionamento possível entre eles. Sobre essa correspondência, Anita escreveu o seguinte em suas Memórias:

Durante os anos em que meu pai esteve clandestino, nunca deixamos de nos corresponder, embora com irregularidade, pois dependíamos da disponibilidade de companheiros que serviam de intermediários. O interesse pela minha vida, pelos meus estudos e pelas minhas preocupações, assim como pelas atividades por mim desenvolvidas, era uma constante nas cartas e cartões que meu pai me escrevia. Até hoje guardo algumas dessas mensagens, reveladoras do seu grande carinho e da amizade que ia se consolidando entre nós. (PRESTES, A., 2019, p. 62)

Aos poucos, as cartas guardadas por Lygia e Anita foram se somando a um vasto acervo documental com fotografias, recortes de jornal, cartões, poemas, entre outros. Lygia também

guardava a documentação reunida durante a Campanha Prestes e os papéis herdados da mãe, de tal modo que a guarda desse acervo dependia da colaboração de terceiros, como lembrou Anita, ao ser questionada sobre a manutenção dos arquivos da família durante os períodos de perseguição, clandestinidade e exílio:

Ela [Lygia] era uma pessoa, primeiro: ela era muito dedicada a família, à mãe, ao irmão, aos irmãos em geral, ao irmão mais velho e às irmãs, depois a mim. Ela era uma pessoa, realmente, extremamente dedicada, e também tinha essa preocupação em preservar a história, o que não era uma coisa muito comum. As pessoas na época não se preocupavam muito com isso, essa preocupação surgiu mais recentemente. Ela tinha essa preocupação de guardar as coisas, guardar os materiais, preservar, fazer arquivo. Ela não era perita, mas tanto que esse material que eu doeï - não só cartas, outros materiais que eu doeï que tinha aqui guardado, que eu doeï para a São Carlos - , grande parte estava organizado por ela. Ela tinha um senso de organização, de arrumar as coisas em pastas, muita coisa eu aprendi com ela. Eu procurei também colaborar nesse sentido, mas o fundamental foi ela que fez, a organização de todo esse material: fotografias, não só as cartas, mas documentos diversos, materiais. Ela procurou sempre preservar isso e salvar da polícia, porque havia o risco de ser confiscado, destruído pela polícia. [...] Quando ela sabia que tinha um risco maior, ela tirava de casa e botava em casa de amigos, de pessoas que não tinham tanto risco de serem procuradas. E assim se preservava. (PRESTES, A., 2021, s/d)

Em 1950, Lygia foi comunicada que a direção partidária havia decidido que Anita deveria deixar o país com destino a Moscou, pois devido ao contexto de preparação para a luta armada, o partido não poderia manter a assistência dada à família, assim como a segurança de Anita. Então, na véspera da divulgação do *Manifesto de 1950*, Anita e Lygia, que havia decidido acompanhar a sobrinha, foram informadas que deveriam providenciar uma pequena mala com pertences pessoais e alguns pacotes com documentos do partido, que estavam arquivados em sua casa. De acordo com Anita Prestes (2021, s/d), o arquivo pessoal de Lygia, onde as cartas da prisão estavam guardadas, permaneceu no Brasil em posse de Clotilde e Eloíza (PRESTES, A., 2021, s/d). É importante ressaltar, que não houve tempo para organizar qualquer medida específica de salvaguarda para essas cartas, uma vez que Clotilde e Eloíza também foram comunicadas que deveriam providenciar a retirada de móveis e pertences pessoais da casa que seria entregue ao proprietário (PRESTES, A., 2019, p. 68). Assim, as irmãs de Prestes levaram consigo o que foi possível, o restante dos livros e documentos foram distribuídos por Arruda, então dirigente do PCB, de forma aleatória na casa de companheiros e amigos do partido¹⁰⁷. Essa documentação foi parcialmente recuperada por Prestes após o seu retorno à legalidade.

¹⁰⁷De acordo com Anita Prestes, em entrevista (2021), parte dessa documentação foi recentemente encontrada em uma situação inusitada. De acordo com a entrevistada: “Uma documentação importantíssima da Campanha Prestes aqui na América Latina, que a Lygia também guardou, trouxe do México e tava guardada aqui. Mas com aquele negócio da gente viajar, em cinquenta, que nós viajamos, fomos para a União Soviética, aí as coisas foram distribuídas pelas casas de diversos companheiros. E tinha um advogado aqui, que era membro do partido, inclusive defensor dos comunistas, e que era um cara rico, por sinal, e que morava em um big de um apartamento. Acontece que essa documentação ficou com ele, mas acho que nem ele sabia. Isso estava guardado lá num canto,

Anita e Lygia viveram na URSS por sete anos e quando voltaram ao Brasil em 1957, Prestes continuava na clandestinidade, mas agora vivia com a companheira D. Maria do Carmo Ribeiro e com os filhos João Antônio (4 anos), Rosa (3 anos) e Ermelinda (1 ano). Em março de 1958, quando o Juiz José Monjardim Filho revogou o pedido de prisão preventiva contra os dirigentes comunistas, Prestes pôde voltar a viver na legalidade e, naquele mesmo ano, voltou a morar com Anita e Lygia em uma casa alugada pelo Partido no bairro de Botafogo, administrada por Lygia e que também servia para reuniões da militância comunista. D. Maria e os filhos continuaram a viver em um sítio, aparelho do Partido, localizado no subúrbio do Rio de Janeiro. Foi apenas em 1960, depois de um acidente que lesionou a coluna de Prestes, que D. Maria e os filhos passaram a viver na casa do bairro de Botafogo. Nas palavras de D. Maria, “dessa forma inesperada, passei a ser oficialmente a mulher de Luiz Carlos Prestes” (PRESTES, M., 1992, p. 110).

No livro que publicou dois anos depois da morte de Prestes, D. Maria do Carmo descreveu as circunstâncias de sua mudança para a casa do bairro de Botafogo, e a importância dessa mudança para a guarda dos documentos de Prestes. Em suas palavras: “Pela primeira vez desde que estávamos juntos o Velho pôde montar um gabinete de trabalho. Reuniu seus livros, revistas e documentos num só espaço. Não precisava mais espalhá-los por casas de amigos e parentes” (PRESTES, 1992, p. 111).

A família conviveu na casa de Botafogo por dois anos, até que em 1962, Prestes mudou-se para São Paulo com D. Maria e as crianças, enquanto manteve um apartamento no Rio de Janeiro onde morava durante a semana com Lygia e Anita, viajando todos os fins de semana para encontrar a companheira e os outros filhos. Assim como Prestes, seus documentos ficaram divididos em duas casas e seguiram caminhos diversos até a sua salvaguarda institucional.

Ainda que tenham vivido em uma mesma casa por dois anos e compartilhado o ônus e o bônus de serem a família de Luiz Carlos Prestes, houve, desde o princípio, uma relação conflituosa entre a antiga e a nova família de Prestes e esses conflitos se refletiram, de algum modo, no destino do acervo documental reunido pela família, assim como nas disputas em torno da memória de Prestes, que ocuparam a cena pública após a sua morte em 1990.

num quarto de empregada, tinha vários quartos de empregada no apartamento. Bom, ele morreu, anos depois morreu a esposa - ninguém tá sabendo disso. A Lygia lamentava muito que tinha perdido essa documentação. Aí, de repente, a filha que estava liquidando o apartamento, que ia vender o apartamento, a filha mais velha, felizmente ela me conhecia. Você vê, professora universitária e não dava a menor bola pra esse negócio de guardar documentos. Felizmente ela se lembrou de mim, me telefonou e disse: olha aqui tem uns papéis, uns documentos, parece que são do partido. Você está interessada? Se não estiver interessada eu vou jogar fora. Eu disse não, não joga fora não que eu vou aí agora (risos)”.

No que concerne à correspondência da prisão, em especial ao acervo reunido e salvaguardado por Lygia, é importante ressaltar que mesmo diante de dificuldades, incertezas e situações de insegurança, houve um esforço por parte das irmãs e da primeira filha de Prestes no sentido de garantir a salvaguarda dessas cartas e de outros papéis reunidos ao longo de sua história de exílios e distâncias. Esse esforço, manifestado ainda durante a vigência dessa correspondência, se estendeu ao longo de anos marcados por novos exílios, perseguições e diálogos epistolares. O reconhecimento desse esforço não significa afirmar que não houve gestos semelhantes por parte de D. Maria, seus filhos e netos para a salvaguardar outros documentos importantes para a preservação da memória de Prestes em diferentes períodos de sua vida, significa, antes, considerar que os conflitos familiares também decorrem de relações de reconhecimento ou de sua frustração e que a história desses conflitos está emaranhada à história de preservação desse acervo¹⁰⁸.

Cabe lembrar, que as relações familiares e as escolhas e decisões decorrentes do reconhecimento no âmbito do amor e das relações pré-jurídicas formam apenas uma das trajetórias de preservação dessas cartas, que, embora familiares, foram escritas e circularam em ambientes fortemente institucionalizados. Enquanto a família criava estratégias para a manutenção da correspondência e para a sua preservação, essa correspondência era atravessada e, por vezes limitada, pela burocracia, pelo poder institucional e pelas subjetividades dos agentes do Estado. Nesse sentido, a guarda de cartas nunca é apenas uma questão familiar, ela é, em princípio, uma questão de poder e de vulnerabilidade.

4.2. A salvaguarda por exigência legal

Ao se referir à documentação preservada no APERJ, que integrou a publicação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes, a historiadora Jessie Jane Vieira de Souza, à época diretora do arquivo, ressaltou que:

O mais instigante nesta documentação foi o seu destino: ao ser apreendida pelo Estado, no exercício de suas funções repressivas, terminou sendo organizada e preservada a fim de que hoje possamos utilizá-la como instrumento para a construção da cidadania e a afirmação dos valores democráticos. (SOUZA, 2000, s/d)

¹⁰⁸D. Maria do Carmo, seus filhos e netos, foram responsáveis pela preservação de um importante acervo documental composto por correspondências do período posterior aos anos de 1970, além de recortes de jornais, textos, cartilhas, fotografias, relatórios, panfletos, manifestos, entrevistas, discursos e homenagens, entre outros. Esse acervo foi doado pela família ao Arquivo Nacional em 2011 e compõe o Fundo Luiz Carlos Prestes.

A historiadora referia-se às cartas e cópias de cartas escritas por Prestes ou enviadas a ele, que foram apreendidas pelo Estado ao longo dos nove anos de sua prisão. Essas apreensões se deram não apenas na forma de censura postal, mas também como prática comum no contexto da prisão e da repressão ao comunismo e aos seus líderes no país. Talvez jamais seja possível saber as circunstâncias exatas nas quais essas cartas foram apreendidas e os usos pretendidos para elas, mas há indícios para recuperar, ainda que de modo lacunar, o caminho percorrido por elas até o *status* de documento protegido e reconhecido como Patrimônio Arquivístico/Documental.

Um dos muitos caminhos possíveis para a preservação de acervos epistolares é a sua institucionalização, isto é, o seu reconhecimento como documento comprobatório e de relevância operacional ou histórica. Esse foi o caminho percorrido por parte da correspondência da prisão de Prestes, como indiciam suas cartas, a documentação arquivada pela administração do presídio e por outros órgãos de censura, assim como os acontecimentos que se seguiram à anistia e a consequente libertação de Prestes.

Nas cartas que Prestes escreveu à mãe e a Lygia quando ainda estava preso, assim como naquelas escritas por elas a ele, há inúmeras menções ao extravio, a retenção ou a apreensão de sua correspondência. Havia por parte de Prestes a certeza de que os entraves à sua correspondência com a família eram formas de castigo impostas a ele, assim como eram as proibições para comprar ou receber jornais, livros e revistas¹⁰⁹. Prestes e sua família estavam cientes de que as cartas que escreviam eram “cartas abertas” e que as apreensões e retenções faziam parte das circunstâncias impostas pela prisão e pelo exílio. Como já foi mencionado no capítulo anterior, Prestes informou à mãe, em uma de suas primeiras cartas, que a censura de sua correspondência seria feita pela Inspetoria Geral de Polícia, e que para agilizar o processo ela deveria destinar para lá as cartas que escrevia a ele. Sabe-se, portanto, que havia ao menos dois intermediários entre as cartas de Prestes e os correios: o primeiro intermediário era a administração da Casa de Correção, que era responsável por remeter às cartas que Prestes escrevia; o segundo era a censura feita pela Inspetoria Geral de Polícia. Nessa perspectiva, é possível afirmar que as apreensões e mesmo os extravios poderiam ocorrer sob responsabilidade tanto de um como de outro intermediário.

¹⁰⁹Em carta enviada clandestinamente a um amigo não identificado, Prestes escreveu que a suspensão de sua correspondência era feita pela administração da Casa de Correção com o objetivo de submetê-lo a um tipo de tortura moral. (PRESTES, 2002b, p. 476). Essa mesma carta é mencionada no capítulo anterior com o propósito de expor os caminhos paralelos de circulação da correspondência de Prestes na prisão.

Nos primeiros meses após a transferência de Prestes para a Casa de Correção, quando o diretor ainda era Carlos de Lassance, parece ter havido um entendimento entre o prisioneiro e a direção do presídio, todavia, os problemas com a correspondência continuavam, como demonstra uma carta de Prestes para a mãe em 6 de agosto de 1937:

Infelizmente tu estás recebendo as minhas cartas com grande atraso; mas nada é possível fazer, porque, apesar da grande boa vontade e rapidez com que o Diretor da Casa de Correção expede as minhas cartas, forças ocultas e misteriosas as retêm por alguns dias, já depois de entregues ao Correio. (PRESTES, 2000, p. 85)

Com a demissão de Carlos de Lassance e sua substituição por Aloyzio Neiva e, posteriormente, por Vítório Canepa, as “forças ocultas e misteriosas” deixaram de ser os únicos entraves à correspondência de Prestes com a família, como demonstra uma outra carta, escrita por Leocádia ao filho em 26 de julho de 1941:

Recebi finalmente, ontem à tarde, a tua primeira carta do mês em curso. Digo a primeira, porque a que deves haver escrito, a 5, ainda não chegou às minhas mãos. Que haverá? Por que essa coincidência de se extraviarem sempre as primeiras cartas do novo mês? A Administração da Casa devia ter interesse em descobrir esse mistério e procurar evitar um fato tão injusto, que não se deve repetir. (PRESTES, 2000, p. 598)

Há, ainda, outros indícios que corroboram a prática constante de apreensões e de retenções da correspondência de Prestes, e eles estão justamente nas notas da polícia, arquivadas junto às cartas e nas informações presentes nas notas que acompanham as cartas publicadas, as quais foram elaboradas por Anita e Lygia Prestes, organizadoras da publicação.

Por ocasião da publicação da correspondência de Prestes durante os anos de prisão, as organizadoras se depararam com cópias de cartas que jamais foram remetidas aos destinatários e optaram por publicar essa informação junto dessas cartas, como, por exemplo, a carta enviada por Prestes à Leocádia em 29 de março de 1938, junto da qual foi publicada a seguinte observação: “Esta carta não foi remetida pela Polícia à D. Leocádia; conservou-se cópia na administração do presídio” (PRESTES, 2000, p. 159). O mesmo aconteceu com as cartas datadas de 25 e 26 de abril do mesmo ano.

Para além das notas da censura, que foram preservadas e publicadas junto às cartas censuradas, nas quais há referências ao envio de livros, revistas e cheques com diferentes valores, há também, as notas da polícia, duas das quais foram publicadas junto das cartas às quais se referiam, ambas escritas por Prestes ao companheiro Agildo Barata, militante comunista que estava preso em razão de sua participação nos levantes de 1935. Junto da primeira carta, escrita em 22 de junho de 1942, foi publicada a seguinte nota: “Nota da Polícia:

Esta carta não seguiu, porque não é permitido a presos tratar de assuntos políticos em sua correspondência” (PRESTES, 2002b, p. 501). Depois de ser comunicado que sua carta não havia sido remetida, Prestes voltou a escrever com a intenção de que uma carta menor pudesse ser enviada. Na carta, datada de 05 de janeiro de 1943, Prestes, em tom irônico, parabenizou Barata por seu “atual prestígio”, pois seu telegrama havia sido entregue, enquanto aquele enviado por sua mãe ainda não lhe tinha chegado às mãos. Seja em razão do destinatário ou da linguagem utilizada, o fato é que o destino dessa segunda carta não foi diferente daquele reservado à primeira. A carta não foi remetida e foi arquivada pela polícia, junto da seguinte observação:

Obs.: A carta acima referida não está escrita em termos (palavra cortada pela própria polícia). Além disso, não é sincera, posto que nenhum telegrama a mãe de Prestes enviou este ano, conforme sua própria afirmação em carta aqui recebida, motivo pelo qual foi apreendida e incluída em seu prontuário.

A DIRETORIA (PRESTES, 2002b, p.538).

O prontuário de Prestes era o destino legal das cartas apreendidas pela administração da Casa de Correção, assim como o eram todos os documentos julgados relevantes para a vida institucional do prisioneiro. Esses prontuários integravam a estrutura burocrática das polícias políticas, cuja história atravessa períodos de repressão e de democracia no Brasil. Nesse sentido, a trajetória de preservação das cartas de Prestes apreendidas pelo Estado se confunde com a história institucional das polícias políticas no Rio de Janeiro, assim como com o destino de seus arquivos.

De acordo com a descrição do Fundo das Polícias Políticas sob responsabilidade do APERJ¹¹⁰, ao longo da história da república brasileira, foram criadas delegacias, divisões e seções da administração pública responsáveis pela investigação e pela repressão aos movimentos e organizações de cunho político, como parte da manutenção da ordem política e social. O primeiro órgão criado com esse propósito foi a Seção de Ordem Social e Segurança Pública, que integrava a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, criada pelo Decreto n. 14. 079 de 25 de fevereiro de 1920. Mais tarde, por meio do Decreto n. 15.848 de 20 de novembro de 1922, foi criada a 4ª Delegacia Auxiliar, responsável pela segurança política e social na capital da república.

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, em 1933, foi estabelecida a Delegacia Especial de Segurança Pública e Social, que atuou na repressão à ANL, ao PCB e a Ação

¹¹⁰Descrição do Fundo das Polícias Políticas disponível em: <http://base.aperj.rj.gov.br/index.php/pol-cias-pol-ticas-do-rio-de-janeiro> Acesso em: 07 maio 2023.

Integralista Brasileira (AIB). É importante lembrar que Luiz Carlos Prestes esteve no centro dos eventos que levaram a ANL à ilegalidade, assim como protagonizou os levantes comunistas de 1935¹¹¹. De modo que as investigações que levaram a sua prisão, ainda que lideradas pela chefia da Polícia Civil, na figura de Filinto Müller, se deram durante a vigência dessa delegacia. Cerca de 10 anos depois, quando Prestes ainda estava preso, durante o Estado Novo, foi criada a Divisão de Polícia Política e Social, com o propósito de reprimir as atividades dos militantes comunistas e investigar e manter vigilância sobre lideranças políticas.

Ainda segundo o APERJ (2023),

Com a transferência da capital do país para Brasília, a polícia política foi integrada à estrutura do estado da Guanabara. Em 1962, foi criado o Departamento de Ordem Política Política e Social, que atuou na repressão aos sindicatos, entidades, estudantes, artistas e intelectuais. Com a criação do novo estado do Rio de Janeiro, em 1975, foi organizado o Departamento Geral de Investigações Especiais, cujas funções de polícia política foram extintas em 1983 (APERJ, 2023, s/d).

O Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) foi o último órgão de polícia política no Rio de Janeiro e herdou a documentação das seções, delegacias e divisões que o precederam. Depois da extinção das suas funções de polícia política, essa documentação ficou sob guarda da Polícia Federal, até que, por meio da Lei n. 2.027, de 29 de julho de 1992, foi entregue ao APERJ, formando o Fundo das Polícias Políticas.

Em meio a documentação recebida pelo APERJ, estavam as cartas escritas por Prestes que nunca chegaram aos seus destinatários, as cartas destinadas a ele e que jamais lhe foram entregues, assim como, cópias de sua correspondência produzidas pela censura e/ou pela administração da Casa de Correção. Como parte do Fundo das Polícias Políticas, essas cartas se juntaram a cerca de 120 mil prontuários, 3 mil pastas, centenas de códices e 2 milhões e meio de fichas referentes a investigações e a presos políticos ao longo dos mais de 60 anos de atuação das polícias políticas no Brasil.

O recolhimento dessa documentação pelo APERJ resultou em uma série de projetos de pesquisa e de divulgação do acervo, como os eventos promovidos pelo arquivo no ano de 1993, que incluíram uma exposição no Museu Nacional de Belas Artes, um seminário e uma mostra de vídeo sobre “Censura e cinema nos anos de exceção”. O arquivo promoveu, ainda, a divulgação do acervo em eventos fora do país e a sua publicização por meio de publicações e

¹¹¹Em 5 de julho de 1935 tornou-se público o manifesto da ANL assinado por Prestes e que defendia a consigna “Todo poder à ANL”. De acordo com Fausto (2014, p. 198), “Na comemoração do 5 de julho de 1935, Carlos Lacerda leu um manifesto de Prestes, que se encontrava clandestino no Brasil, apelando para a derrubada do “governo odioso” de Vargas e a tomada do poder por um governo popular, nacional e revolucionário. O governo, que já vinha reprimindo as atividades da ANL, obteve uma excelente razão para fechá-la”.

mostras temáticas¹¹². A publicação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes, no ano 2000, se deu nesse contexto.

Em 2007, o Fundo das Polícias Políticas, custodiado pelo APERJ, foi nominado pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo (MOW), da UNESCO¹¹³, o que conferiu a esse acervo o reconhecimento como patrimônio arquivístico/documental de interesse nacional. É importante ressaltar que as cartas de Prestes apreendidas ou copiadas pela polícia durante o período em que ele esteve preso, receberam essa chancela institucional como parte do Fundo das Polícias Políticas e não por integrar o acervo epistolar de Luiz Carlos Prestes. Nesse sentido, sua trajetória de preservação, que esteve inicialmente associada à figura de Prestes e ao processo legal de sua prisão, mais tarde veio a percorrer o mesmo caminho dos demais documentos resultantes da atuação das polícias políticas no Brasil, preservado, entre outros motivos, por sua importância para a história do país e para o reconhecimento dos valores fundamentais à democracia e aos direitos humanos. Nas palavras de Jessie Jane Vieira de Sousa (2000):

Essa documentação foi recolhida em 1992 a partir da iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de assegurar a preservação do patrimônio documental e garantir as informações que possibilitassem a atuação dos grupos de direitos humanos no trabalho de elucidar o destino de centenas de desaparecidos políticos durante os governos militares (SOUSA, 2000, sd).

Nesse contexto, as cartas de Prestes passaram a fazer parte de um acervo maior, cuja preservação está diretamente relacionada à memória dos anos de ditadura no país e a busca das vítimas por justiça e reparação. O que não significa dizer que a memória de Prestes e de sua família tenha deixado de importar à preservação dessas cartas, muito pelo contrário, o reconhecimento do seu valor documental e, até mesmo, testemunhal, lançou luz sobre o restante do acervo epistolar de Prestes, que foi preservado em meio a outras circunstâncias de reconhecimento.

¹¹²Conforme notícias veiculadas na imprensa do período: “Olho da repressão”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1993. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/127992 Último acesso em 05/05/2023; “Espantando de vez os fantasmas da repressão”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1994. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/327452 Acesso em: 05 maio 2023.

¹¹³O Programa Memória do Mundo (MOW) foi criado, na década de 1990, como braço da UNESCO voltado à preservação de acervos documentais considerados relevantes para a memória do mundo e que estivessem em risco. Ao longo do tempo, o programa foi redefinindo suas finalidades e instalando Comitês Nacionais, responsáveis por receber e analisar as candidaturas. O Comitê Nacional do Brasil da Memória do Mundo da UNESCO foi criado no âmbito do Ministério da Cultura pela portaria [MinC n. 259](#), de 2 de setembro de 2004. Atuou de modo ininterrupto até 2019, quando suas atividades foram encerradas após o Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Em 2023, o Decreto [nº 11.371](#) revogou o Decreto n. 9.759, que havia extinguido o Comitê MOW Brasil, restituindo suas atividades.

Além das cartas arquivadas pela polícia brasileira, há aquelas que foram copiadas ou apreendidas pela Gestapo. Essas cartas integram o conjunto de documentos produzidos ou apreendidos relativos à Olga Benário ao longo dos mais de cinco anos em que esteve presa na Alemanha nazista. Essa documentação, da qual faz parte a correspondência ativa e passiva de Olga Benário com Leocádia, Lygia, Lucia, Clotilde, Eloíza e Luiz Carlos Prestes, foi apreendida pelos soviéticos em 1945, após a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, e preservada por eles até que, em 2015, foi disponibilizada para consulta pública¹¹⁴.

De acordo com Anita Prestes (2017, p. 13-14): “O acervo dos chamados ‘documentos-troféus’ (*Trophäen dokumente*) abrange cerca de 2,5 milhões de folhas que integram 28 mil dossiês, por sua vez divididos em 50 catálogos”. Entre esses documentos está o “Processo Benário”, composto por 8 dossiês com mais de 2 mil folhas. Muitas das cartas preservadas no Processo Benário, em especial aquelas enviadas para Olga, também foram preservadas graças ao sistema de cópias e traduções das cartas para o idioma alemão organizado por Leocádia e Lygia Prestes, mas para algumas delas, aquelas escritas por Olga e não remetidas pela Gestapo, essa foi a única forma de preservação possível.

Sejam os prontuários organizados pela polícia brasileira, ou os dossiês e processos resultantes do trabalho burocrático da Gestapo, os acervos salvaguardados por exigência legal, também, envolveram certo grau de subjetividade. A decisão sobre quais cartas eram de interesse do Estado ou ofereciam risco à ordem estabelecida, partia de agentes do Estado, mais ou menos comprometidos com as estruturas ideológicas sustentadas pelo regime governante. Assim como havia carcereiros que contrabandeavam jornais e garantiam um sistema paralelo de correspondências para Prestes nos períodos de proibição, também havia aqueles que retinham a correspondência por mais tempo do que o necessário. Nesse sentido, mesmo as apreensões resultantes da estrutura burocrática das prisões, aconteciam em meio a relações de reconhecimento, tanto aquelas baseadas no reconhecimento dos direitos fundamentais do prisioneiro como humano quanto às mediadas pelas normas impostas pela instituição relativas à gestão da informação que chegava e saía da prisão.

Ao contrário das cartas de Olga, confiscadas pela Gestapo, que tiveram sua salvaguarda garantida pela apreensão dos arquivos nazistas pelos soviéticos e, portanto, associadas a uma

¹¹⁴ De acordo com Anita Prestes (2017, p.14), constam no Processo Benário: “Nove [cartas] de Olga para Prestes, seu marido, e oito de Prestes para a esposa; doze de Olga para Leocádia e Lygia, respectivamente sua sogra e sua cunhada, e sete de Leocádia e Lygia para ela; três de Olga para as três irmãs de Prestes residentes em Moscou e dezesseis de uma delas, Clotilde, dirigidas à cunhada”. O Processo Benário está disponível em: <https://germandocsinrussia.org/de/nodes/1-russisch-deutsches-projekt-zur-digitalisierung-deutscher-dokumente-in-den-archiven-der-russischen-federation> Acesso em: 08 maio 2023.

ideia de vitória e símbolo de poder, as cartas apreendidas ou copiadas pela polícia brasileira trilharam um caminho um pouco mais tortuoso. Além das cartas e cópias de cartas que foram mantidas nos arquivos da polícia, das quais já se conhece o destino, houve aquelas que foram entregues a Prestes quando ele saiu da prisão e que se perderam em meio aos atos de repressão promovidos pelo governo federal contra o PCB e seus membros na década de 1940. A história dessas cópias de cartas se confunde com a história das cartas recebidas por Prestes e arquivadas por ele ao longo do período de prisão e que recentemente ressurgiram na cena pública, colocando na ordem do dia a questão: A quem pertencem as cartas?

4.3. O leilão: sobre o valor das cartas e o direito à memória

De acordo com Anita Prestes quando seu pai deixou a prisão, em abril de 1945, beneficiado pelo decreto de Anistia dos presos políticos, assinado por Getúlio Vargas no apagar das luzes do Estado Novo, levou consigo as cartas que havia recebido, os livros e revistas comprados por ele ou enviados pela família, e “uma coleção de cadernos com cópias das cartas batidas a máquina” (PRESTES, A., 2021, s/d). Sem casa para onde voltar e hospedado com amigos, Prestes optou por guardar seus livros e documentos na sede central do recém-legalizado PCB, do qual era Secretário Geral.

Em suas Memórias, Anita Prestes conta que no dia seguinte à sua chegada ao Brasil, no dia 29 de outubro de 1945, foi levada pelo pai à sede do Partido onde, junto à tia, concedeu entrevistas e conheceu um pouco do trabalho que Prestes vinha desenvolvendo desde sua soltura. Na tarde do mesmo dia, todos foram surpreendidos pela renúncia forçada de Getúlio Vargas e pela violenta repressão aos comunistas¹¹⁵. Em suas palavras:

Logo soubemos que, embora o golpe fosse contra Vargas, o principal alvo da repressão era o PCB, cuja sede foi invadida e depredada pela polícia, assim como outros locais do partido e dos sindicatos. Dirigentes do PCB passaram a ser perseguidos e presos, sendo que os tanques, caminhões e metralhadoras do Exército não foram dirigidos contra Vargas, mas contra a sede central do Partido (PRESTES, A., 2019, p. 52)

¹¹⁵De acordo com Fausto (2014, p. 215): “A queda de Getúlio não foi uma conspiração externa, mas o resultado de um jogo político complexo. Não faltou também um fator desencadeante. A 25 de outubro de 1945, o chefe do governo realizou uma manobra errada, ao afastar João Alberto do cargo de estratégico de chefe de polícia do Distrito Federal. Tanto mais que o substituto era um irmão do presidente – o truculento Benjamin Vargas. A partir daí, o general Góis, no Ministério da Guerra, mobilizou as tropas do Distrito Federal. Dutra tentou inutilmente um compromisso, pedindo a Vargas que revogasse a nomeação de seu irmão. O pedido foi recusado. Afinal, a queda de Getúlio Vargas se fez a frio. Forçado a renunciar retirou-se do poder, fazendo uma declaração pública de que concordara com sua saída. Não chegou a ser exilado do país e pôde retirar-se para São Borja, sua cidade Natal”.

Na invasão da sede central do Partido, cartas, livros e outros documentos guardados por Prestes, teriam sido destruídos ou ilegalmente apreendidos pela polícia. A repressão ao PCB e seus dirigentes se manteve por aproximadamente duas semanas, nas quais Prestes ficou na clandestinidade. Quando, em 12 de novembro, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal que havia assumido a presidência da República, assinou um decreto convocando eleições para uma nova Assembleia Constituinte, Prestes e os demais dirigentes do Partido retomaram suas atividades e organizaram a campanha para o pleito de 2 de dezembro daquele ano. Em relação às cartas perdidas, restava lamentar, já que muitas delas eram exemplares únicos da correspondência de Leocádia com o filho.

Alguns anos mais tarde, já no governo de Eurico Gaspar Dutra, quando as perseguições aos comunistas se acirraram, a sede do Partido foi novamente invadida e, mais uma vez, foram levadas cartas e outros documentos guardados por Prestes. Por muitos anos, a família acreditou que essas cartas estivessem definitivamente perdidas, até que, em 18 novembro de 2018, o jornal *O Globo* publicou em suas redes, a notícia de que um lote com 320 cartas¹¹⁶ enviadas para Luiz Carlos Prestes seria leiloadado no Rio de Janeiro.

As notícias veiculadas – “*Cartas de Olga para Prestes são encontradas no Rio*”(Facebook), *Cartas de Olga para Prestes, escritas em prisão nazista, são encontradas no Rio* (YouTube), *Um romance no cárcere: cartas mostram amor entre Olga Benário e Luiz Carlos Prestes* (Twitter), *Cartas mostram amor entre Olga Benário e Luiz Carlos Prestes* (site de O Globo)¹¹⁷ –, davam destaque à correspondência entre Prestes e Olga Benário, chamando a atenção para o caráter romântico das cartas escritas por eles. Além disso, informavam que as cartas haviam sido encontradas no lixo e vendidas a um comerciante de antiguidades que decidiu levá-las a leilão, marcado para o dia 22 de novembro sob responsabilidade da casa de leilões da Sra. Soraia Cals.

Ao tomar conhecimento, pela imprensa, de que as cartas de seus pais iriam a leilão, Anita Prestes tomou providências legais para impedi-lo, dando início a um processo que se estendeu até o ano de 2020, quando o Supremo Tribunal Federal não conheceu o recurso

¹¹⁶ Nas muitas notícias veiculadas sobre o leilão das cartas de Prestes, há diferenças relativas ao número de cartas do lote, algumas reportagens mencionam o número de 320 cartas, enquanto outras divulgam o número de 319 cartas.

¹¹⁷ Conforme: https://www.facebook.com/jornaloglobovideos/videos/cartas-de-olga-para-prestes-s%C3%A3o-encontradas-no-rio/302345760382954/?locale=pt_BR Acesso em: 27 maio 2023; <https://www.youtube.com/watch?v=dxOl4XKhkm4> Acesso em: 27 maio 2023;; <https://twitter.com/OGloboPolitica/status/1064117280643141634> Acesso em: 27 maio 2023; <https://oglobo.globo.com/politica/cartas-mostram-amor-entre-olga-benario-luiz-carlos-prestes-23242840> Acesso em: 27 maio 2023.

extraordinário com agravo à sentença do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que havia considerado Anita Prestes como herdeira dessas cartas.

Em entrevista, Anita Prestes descreveu as circunstâncias nas quais soube do leilão e as providências que tomou para impedi-lo:

É, fiquei sabendo pela imprensa. Bom, é um comerciante que trabalha aqui no centro do Rio, ele compra coisas antigas, coisas velhas e depois revende. Algumas coisas ele faz leilão, tem contato com a leiloeira, uma leiloeira famosa que tem aqui. Então, ele e a leiloeira iam leiloar, mas eles estavam preocupados, porque o leilão tem que ser anunciado, não pode fazer leilão sem anunciar. E, então, eles procuraram anunciar já em cima do leilão, provavelmente para evitar que eu tomasse conhecimento. Eu sou uma pessoa conhecida aqui no Rio de Janeiro. Principalmente a leiloeira, não tinha como ela não saber da minha existência. Eles tinham a obrigação de ter, em primeiro lugar, me procurado, mas não fizeram isso. Então eles iam botar em leilão, já estavam com o leilão com data marcada quando a notícia apareceu no jornal. Aí, felizmente, eu tenho um amigo que é advogado que me colocou em contato com esse outro advogado que é especialista nessa temática e ele foi muito eficiente. Imediatamente conseguiu entrar na justiça com uma liminar, e a juíza me deu ganho de causa. Suspendeu o leilão. Aí começou o processo. Aquela liminar suspendeu o leilão naquele momento, senão poderia ter ido a leilão, se não andasse rápido, não tivesse a liminar, certamente o leilão iria acontecer, estava marcado. Tanto que, tanto a leiloeira, quando o tal comerciante, ficaram muito aborrecidos. (PRESTES, A., 2021, s/d)

Assim que soube do leilão, Anita, acompanhada do advogado, foi visitar o lugar onde as cartas anunciadas estavam expostas e logo percebeu que se tratavam das cartas que a família julgava desaparecidas desde a década de 1940. Nos dias seguintes, a notícia do quase leilão das cartas de Prestes foi pauta em diversos órgãos de imprensa, nos quais questões como a origem das cartas, o lugar onde foram mantidas por mais de 70 anos e a quem elas pertenceriam de direito, foram levantadas.

Dois dias depois da divulgação do leilão pelo jornal *O Globo*, no dia 20 de novembro de 2018, o site *The Intercept* publicou a reportagem, de autoria do jornalista Mário Magalhães, na qual ele afirmava categoricamente que as cartas de Prestes que iriam a leilão “pertenceram a acervo público não identificado, de onde teriam sido extraviadas em passado próximo ou longínquo” (MAGALHÃES, 2018, s/d)¹¹⁸. No entanto, as evidências apresentadas pelo jornalista – carimbos da censura, anotações escritas à lápis nas margens e cartas escritas no período em que Olga estava no Brasil – indiciavam apenas que essas cartas haviam circulado no interior das instituições prisionais, mas não que tivessem sido, necessariamente, arquivadas pelo Estado. Afinal, mesmo as cartas que eram entregues a Prestes passavam pela censura e por intermediários na Casa de Correção e, portanto, recebiam carimbos, marcas e anotações. Na

¹¹⁸Conforme: “Cartas de Luiz Carlos Prestes que vão a leilão por 350 mil pertenceram a acervo público”, *The Intercept* – Brasil, 20 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/11/20/cartas-prestes-leilao-acervo-publico/> Acesso em: 27 maio 2023.

mesma reportagem, o jornalista citou uma carta escrita por Olga em 14 de maio de 1941, que já havia sido publicada em 2002, na obra *Anos Tormentosos*, e questionou: “Como a carta original foi parar no leilão?”.

A resposta para a pergunta feita pelo jornalista, passa necessariamente por uma leitura integral do texto epistolar, isto é, marcas e sinais, cartas relacionadas, contexto de escritura e de guarda e agentes envolvidos, pois ainda que a singularidade das cartas seja uma evidência importante para o seu estudo, é o todo indissociável do acervo, a sequência de acontecimentos e as informações presentes no próprio texto, que permitem fechar algumas lacunas de entendimento quanto ao destino das cartas. Em maio de 1941, Prestes já havia aprendido a ler em alemão, e havia comunicado à família que podia receber as cartas de Olga no suporte original, como demonstra o *post scriptum* de uma carta escrita para a mãe em 1 de março de 1939: “P. S. – Podes mandar as cartas da Olga no original, em alemão, porque já as traduzo com relativa facilidade, o que constitui para mim um bom exercício” (PRESTES, 2000, p. 233-234). A partir dessa data, algumas das cartas de Olga que chegaram à Leocádia com destino à Prestes foram enviadas sem a necessidade de tradução, cabendo a Lygia, apenas a possibilidade de fazer cópias antes de enviar os originais. Desse modo, a carta presente no lote anunciado para o leilão, possivelmente, tenha sido recebida e guardada por Prestes, enquanto a carta publicada em 2002, provavelmente, seja uma das cópias feitas por Lygia.

A imprensa desenvolveu um papel importante ao longo dos dois anos em que as cartas de Prestes foram objeto de disputa judicial. Nos dias seguintes à reportagem do site *The Intercept* outras reportagens replicaram a informação de que as cartas que iriam a leilão haviam pertencido a um acervo público no Rio de Janeiro¹¹⁹, fazendo com que o APERJ se pronunciasse informando que faria um levantamento em seu acervo para verificar se alguma das correspondências sob sua guarda havia desaparecido. Mais tarde, confirmou-se a informação de que essas cartas jamais fizeram parte do acervo do APERJ.

¹¹⁹A título de exemplo, algumas das notícias mencionadas: “Polêmica: leilão de cartas para Luís Carlos Prestes pode ser suspenso”, Estado de Minas, 21 de novembro de 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2018/11/21/interna_nacional,1006982/polemica-leilao-de-cartas-para-luis-carlos-prestes-pode-ser-suspenso.shtml Acesso em: 27 maio 2023; “O mistério que envolve as cartas de Olga a Luís Carlos Prestes”, Nexo, 22 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/22/O-mist%C3%A9rio-que-envolve-as-cartas-de-Olga-a-Lu%C3%ADs-Carlos-Prestes> Acesso em: 27 maio 2023; “Cartas para Luiz Carlos Prestes que vão a leilão por R\$ 350 mil pertenceram a acervo público”, Blog Combate Racismo Ambiental, 20 de novembro de 2018. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/11/20/cartas-para-luiz-carlos-prestes-que-vaio-a-leilao-por-r-350-mil-pertenceram-a-acervo-publico/> Acesso em: 27 maio 2023.

Em dezembro de 2018, Anita Prestes concedeu uma entrevista à jornalista Juliana Dal Piva, do jornal *O Globo*¹²⁰, na qual narrou suas memórias sobre a perda dessas cartas que agora ressurgiam em meio a polêmicas e questionamentos quanto ao seu direito de herdeira. Sobre o fatídico dia em que a sede do Partido foi invadida, ela disse lembrar que:

Até máquinas de escrever foram destruídas, uma fogueira foi feita na porta da sede do partido. Pedacos de carta da minha vó surgiram dias depois e desapareceram as cartas, isso eu me lembro, tanto meu pai como a minha tia lamentavam que as cartas principalmente da minha avó tinham se perdido. Algumas cópias sobraram. Depois teve uma segunda invasão. Tem uma cartinha minha de criança, eu tinha 10 anos à época, de janeiro de 1947. Então meu pai já estava solto há muito tempo. Essa cartinha só podia estar na sede do partido. Inclusive não tem carimbo da censura. (PRESTES, A., 2018, s/d)

Na mesma entrevista, quando questionada sobre a possibilidade de as cartas anunciadas no leilão serem as mesmas que estavam na sede do partido, ela respondeu:

Está muito claro que essa documentação foi apreendida nessas duas invasões que houve na sede do partido. Só pode ter sido levada por um policial. O importante é saber que essa documentação foi apreendida no Comitê Central do Partido (Comunista) e me pertence porque sou a única herdeira. Sou a única filha de Olga e Prestes. (PRESTES, A., 2018, s/d)

Houve, ainda, outras reportagens que, nos anos seguintes, repercutiram a disputa judicial entre Anita Prestes e os proponentes do leilão, expondo, também, a discordância de parte da família em relação ao processo movido por ela¹²¹. A cada decisão judicial, a imprensa recuperava a história das cartas de amor encontradas no lixo, que se tornaram objeto de disputa entre a filha dos correspondentes e os proponentes do leilão, questionando a quem de direito, pertenceriam essas cartas.

A pergunta, “A quem pertence uma carta?”, velha conhecida dos estudos de epistolografia, já estava presente na obra *Le pacte autobiographique* de Philippe Lejeune, publicada em 1975, na qual o autor diferenciava, baseado na legislação francesa vigente na época, os direitos de autoria do remetente – propriedade moral e intelectual – e o direito de propriedade do destinatário – propriedade sobre o objeto carta. Assim como na França descrita por Lejeune, no Brasil a correspondência também não desperta o interesse dos legisladores, o

¹²⁰Conforme: “Cartas de Prestes e Olga que iam a leilão podem ter sido levadas do PCB”, O GLOBO, 3 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/cartas-de-olga-prestes-que-iam-leilao-podem-ter-sido-levadas-do-pcb-23273469>. Acesso em: 27 maio 2023.

¹²¹A título de exemplo, algumas das notícias mencionadas: “Encontradas no lixo, cartas de Olga Benário e Prestes devem ser devolvidas a filha do casal”, Migalhas, 18 de março de 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/298304/encontradas-no-lixo--cartas-de-olga-benario-e-prestes-devem-ser-devolvidas-a-filha-do-casal>. Acesso em: 27 maio 2023; “Leilão de cartas de Olga Benário a Prestes pode parar na justiça”, O Globo, 21 de novembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/leilao-de-cartas-de-olga-benario-prestes-pode-parar-na-justica-23246236>. Acesso em: 27 maio 2023.

que faz com que haja uma frágil proteção legal referente às correspondências de ordem privada. Até 1998, as correspondências eram reconhecidas como obras intelectuais e, portanto, protegidas pelo direito autoral na Lei 5.988/1973. Com o advento da Lei 9.610/1998, elas deixaram de ser mencionadas como obras protegidas, colocando em dúvida sua proteção através da noção de direito autoral.

Na mesma década, a Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como lei de arquivos, abriu outra possibilidade de defesa legal para as correspondências de ordem privada. Essa possibilidade estava baseada no princípio do reconhecimento do valor histórico ou de interesse público dos arquivos privados. De acordo com o Artigo 12 dessa lei: “Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” (BRASIL, 1991).

Mas no caso das cartas anunciadas para o leilão, a proteção por meio da lei de arquivos não foi o argumento utilizado, uma vez que o processo foi movido por uma das autoras das cartas e que também era herdeira dos demais autores e do destinatário de todas elas. A disputa era entre o direito moral, reivindicado pela herdeira, e o direito patrimonial, reivindicado pelo comerciante que comprou as cartas supostamente descartadas no lixo.

Depois de o 6º Juizado Cível da Lagoa/RJ haver concedido a liminar requerida por Anita Prestes para impedir a realização do leilão, o processo foi julgado pelo Juiz Tabelar Fernando Rocha Lavosi, que, em sentença, afirmou que a controvérsia acerca do lugar de onde essas cartas foram extraviadas não era relevante para a decisão quanto ao seu destino atual, uma vez que a parte autora, isto é, Anita Prestes, não tinha conhecimento do paradeiro desses documentos, ou se eles teriam sido destruídos. O juiz ainda respondeu aos questionamentos sobre a possibilidade de essas cartas terem pertencido, em algum momento de sua história, ao fundo documental das polícias políticas salvaguardado pelo APERJ. Em suas palavras:

De outro giro, afirma categoricamente o APERJ que as cartas nunca lhe foram entregues em 1992, quando referida instituição, por determinação de lei, recebeu vasta documentação histórica relativa ao período de ditadura militar no Brasil oriunda do extinto DOPS e dos demais órgãos que atuaram com estreita colaboração com o SNI. Aliás, as razões pelas quais as cartas não foram remetidas ao APERJ juntamente com o acervo recebido em 1992 são completamente desconhecidas e muito provavelmente não estavam arquivadas nesses locais. Assim, se do APERJ não foram extraviadas, para lá não devem ser enviadas. (RIO DE JANEIRO, 2019, p. 209)

Na mesma sentença, Lavosi reconheceu o direito de Anita Prestes sobre o lote de cartas, e concluiu:

Ademais, entendo que as cartas, muitas delas escritas por Olga Benário, como também asseverado pelo APERJ, possuem caráter estritamente pessoal, pois redigidas por uma mulher ao homem que amava, em momentos de insofismável tristeza e angústia por conta do encarceramento de ambos, e pela filha deles ao pai, dentre outras. Portanto, não obstante a inegável carga histórica, entendo que o conteúdo das cartas dizem respeito somente à parte autora, única filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, que as trará à público se assim lhe aprouver. (RIO DE JANEIRO, 2019, p. 209-210)

Houve, por parte do Poder Judiciário, o reconhecimento do valor histórico do acervo, mas também que esse valor não se sobrepunha ao direito da filha sobre a memória epistolar de seus pais. Nesse contexto, Anita Prestes foi reconhecida como um sujeito de direitos, assim como foram os laços afetivos e hereditários que lhe conferiram direito às cartas, cabendo a ela a decisão de publicizá-las ou não. O valor dessas cartas como documentos históricos não foi desconsiderado, pois é preciso lembrar que o Estado não era uma das partes do processo e havia o compromisso declarado por parte de Anita Prestes, de doar o acervo para uma instituição de salvaguarda. De outro modo, o reconhecimento público do direito de Anita Prestes como herdeira das cartas escritas e recebidas por seus pais, acabou por criar um ambiente propício para o questionamento relativo ao direito de herança dos demais filhos de Luiz Carlos Prestes.

A sentença foi publicada, no dia 12 de março de 2019, e dois dias depois uma reportagem do jornal *O Globo*¹²² entrevistou o economista Luiz Carlos Prestes Filho, meio-irmão de Anita, que manifestou seu desacordo em relação à decisão judicial baseada no argumento de que Anita seria a única herdeira desse acervo. Em suas palavras:

- Em primeiro lugar, as cartas foram endereçadas a meu pai então se foram endereçadas a ele pertenceram a meu pai. Não a Olga Benário - disse ele, que achou grave o reconhecimento de Anita como única herdeira. Prestes tem 9 filhos com a segunda mulher, Maria Prestes. - Acho uma afronta o juiz não reconhecer os outros nove filhos - completou ele. - Eu sou tão herdeiro de Luiz Carlos Prestes como a Anita e meus irmãos. (PRESTES FILHO, 2019, sd)

Na mesma entrevista, Luiz Carlos Prestes Filho manifestou sua intenção de reivindicar na justiça o seu direito e de seus irmãos de serem consultados quanto ao destino do acervo. Ainda que esse desacordo tenha sido repercutido pela imprensa, não há registros de qualquer ação movida por ele nesse sentido.

Com o acervo ainda sob sua custódia, Soraia Cals e Carlos Otávio Gouvêa de Faria, recorreram da sentença. O recurso foi julgado pela 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cível do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, que manteve de modo unânime a decisão a favor de Anita Prestes. No voto do juiz relator do processo, Arthur Eduardo Magalhães

¹²²Conforme: “TJ do Rio decide devolver cartas de Olga Benário e Prestes para a filha do casal”, *O Globo*, 14 de março de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/tj-do-rio-decide-devolver-cartas-de-olga-benario-prestes-para-filha-do-casal-23522717> Acesso em: 27 jul. 2023.

Ferreira, foram abordados separadamente cada um dos argumentos dos recorrentes, tais como: o valor pecuniário das cartas, o direito dos demais herdeiros e, por fim, o direito de Anita Prestes ao acervo.

No que concerne ao valor pecuniário das correspondências, o juiz relator ressaltou que “o valor econômico das cartas (se é que existe) cede diante do direito de personalidade que se extrai de seu conteúdo e que somente pode ser defendido pelos herdeiros”. Além disso, defendeu que não houve desapropriação do patrimônio dos recorrentes, construindo uma longa argumentação sobre a origem duvidosa do acervo e a inconsistência do argumento de que Luiz Carlos Prestes teria descartado essas cartas. Em suas palavras:

O argumento de que as cartas teriam sido descartadas pelo próprio destinatário é simplesmente inaceitável, sabendo-se que ninguém, em sã consciência, pode imaginar que Luiz Carlos Prestes jogaria no lixo cartas de cunho pessoal de sua intimidade, quando é certo que inúmeras outras foram guardadas e estão em arquivos públicos no Brasil. (RIO DE JANEIRO, 2019b, p. 284)

Era de conhecimento público que as correspondências familiares de Prestes, não apenas as escritas e recebidas na prisão, mas também as de diferentes períodos de sua vida, haviam sido preservadas pela família e doadas para arquivos públicos no país. Além disso, havia mais de 18 anos que grande parte da correspondência da prisão tinha sido organizada e publicada por Anita e Lygia Prestes em uma parceria com o APERJ, logo não havia motivos para acreditar que a família teria intenção de descartar ou de impedir o acesso de pesquisadores ao acervo. Mais uma vez, o que estava em disputa não era o interesse público, mas o direito de personalidade dos correspondentes e de seus herdeiros.

Sobre o direito de herança dos demais herdeiros de Prestes, o juiz relator argumentou:

A alegação de que existem outros herdeiros de Luiz Carlos Prestes não serve como suporte para arguição de ilegitimidade da Recorrida. O que está em debate nesta demanda é o direito de personalidade dos pais da Recorrida, cujo conteúdo particular foi ressaltado pelos próprios Recorrentes ao anunciar o leilão das cartas. (RIO DE JANEIRO, 2019b, p. 282)

De fato, tanto o anúncio do leilão quanto a repercussão na imprensa acerca de seu cancelamento e do processo judicial movido por Anita Prestes, tiveram como foco as cartas trocadas entre Prestes e Olga, ainda que representassem uma pequena parte do total de cartas anunciadas. O discurso publicitário em torno das cartas de amor e da tragédia vivida pelo líder comunista e pela revolucionária judia, acabou por fortalecer os argumentos em defesa do direito de sua única filha ao acervo. O que não significa dizer que a decisão judicial tenha desconsiderado a existência de outros herdeiros, como argumentou o juiz relator:

O caráter pessoal das cartas – tão ressaltado no edital do leilão –, autoriza a qualquer dos herdeiros o uso dos instrumentos processuais próprios para a defesa da intimidade de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, não havendo que se falar em usurpação de competência do Juízo orfanológico, na medida em que não se afasta o direito dos demais herdeiros de também reclamar, se assim entenderem, o que parece improvável diante do teor do documento de fls. 158, a defesa da intimidade do destinatário das cartas. (RIO DE JANEIRO, 2019b, p. 283)

Por fim, quanto ao direito de Anita Prestes às cartas, o juiz relator concluiu:

Não pretende a Recorrida reivindicar a propriedade das cartas, senão defender a memória de seus pais. Não consta que a recorrida, uma renomada historiadora, tenha interesse comercial nesta demanda, ao contrário dos Recorrentes. Nem seria necessária a informação contida na inicial de que sua intenção é doar as cartas para o acervo da Universidade Federal de São Carlos (fls. 38), permitindo, ainda, que elas sejam disponibilizadas ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. O que pretende a Recorrida, portanto, é prestar tributo à memória de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, quiçá para expiar, ainda que minimamente, a culpa de um País que reprimiu ditatorialmente as ideias comunistas do primeiro e deportou a segunda para campos de concentração, onde veio a falecer. Em qualquer lugar do Mundo, essa defesa seria reverenciada; aqui, é fonte de resistência de quem quer transformar história em pecúnia. (RIO DE JANEIRO, 2019b, p. 283-284)

Cerca de dois anos após o início do processo, mesmo com o recurso apresentado pelo comerciante Carlos Otávio Gouvêa Faria ao Supremo Tribunal Federal, a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foi mantida e as cartas foram entregues à Anita Prestes, que publicou, em abril de 2021, um artigo intitulado *As cartas de Luiz Carlos Prestes que iriam a leilão*¹²³. Depois de narrar os acontecimentos que envolveram a disputa pelas cartas, desde o anúncio do leilão, em novembro de 2018, até o desfecho favorável a ela, em outubro de 2020, Anita Prestes fez um inventário das cartas, demonstrando que tanto os números anunciados pela imprensa quanto os presentes na campanha de divulgação do leilão, não eram exatos. De acordo com a autora:

Num total de 353 cartas existentes no lote que me foi entregue por decisão judicial, registrei 44 cartas de Olga (26 para Prestes e 18 para Leocádia e cunhadas), 169 de Leocádia (mãe de Prestes), 71 de Lygia (irmã de Prestes), 10 de Ermelinda (avó de Prestes), 9 de Anita (filha pequena de Prestes). As restantes, de outros parentes e alguns amigos. [...] São 26 cartas de Olga para meu pai, sendo 10 de próprio punho e apenas uma inédita, de janeiro de 1940; as demais já foram publicadas em Anos Tormentosos e Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo. As duas cartas de 1936, ainda da prisão aqui no Brasil, foram publicadas em meu último livro, faltando, contudo, uma parte da carta datada de 6/7/1936, que não cheguei a fotografar quando em novembro de 2018 tive acesso ao lote de cartas em poder da leiloeira (PRESTES, A., 2021b, p. 3-4).

¹²³Cabe destacar que a decisão judicial que garantiu à Anita Prestes a propriedade das cartas de sua família, não possui repercussão geral, embora possa ser utilizada como jurisprudência para futuras decisões sobre a salvaguarda de acervos epistolares.

No mesmo inventário, Anita observou que das 169 cartas escritas por Leocádia, 139 eram inéditas, corroborando as evidências de que na grande maioria das vezes Lygia não tinha tempo de fazer cópias das cartas que a mãe enviava ao irmão. Já entre as cartas de Lygia, a situação era diferente, das 71 identificadas, apenas 12 eram inéditas, as demais foram copiadas por Lygia e publicadas na obra *Anos Tormentosos*, assim como a maior parte das cartas de Olga. Tendo como parâmetro as cartas preservadas pela família e publicadas junto às cartas preservadas pelo Estado, o inventário confirmou as suspeitas de Anita Prestes, de que as cartas que a família considerava perdidas desde a década de 1940, eram as mesmas anunciadas no episódio do leilão. Além disso, havia outras questões relativas ao acervo e ao lugar em que esteve guardado por mais de 70 anos. Nas palavras de Anita Prestes:

Se essas cartas foram apreendidas pela polícia, por qual razão não estavam no arquivo do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), cujo acervo se encontra hoje no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), onde há um número expressivo de cópias de cartas, assim como algumas originais, recebidas por Prestes durante os nove anos que esteve preso nas dependências da Polícia Política do então Distrito Federal? Quem teria sido durante todo esse tempo o depositário dessa documentação, de caráter estritamente pessoal, mas, por pertencer a um personagem histórico como Luiz Carlos Prestes, de indiscutível valor histórico? (PRESTES, A., 2021b, p. 2)

A hipótese levantada por Anita Prestes em seu artigo, partiu dos dados divulgados pela jornalista Juliana Dal Piva em uma reportagem investigativa publicada no jornal *O Globo* em 2 de dezembro de 2018¹²⁴. De acordo com Dal Piva (2018, s/d), um outro conjunto de documentos adquirido pelo mesmo comerciante que comprou as cartas de Prestes traz indícios de que as cartas e esses documentos foram guardados pela mesma pessoa: Israel Souto, delegado e homem de confiança de Filinto Müller. Esse conjunto de documentos é composto por uma pasta com vários papéis com cabeçalhos da Delegacia de Ordem Política e Social assinados ou endereçados a Israel Souto e entre eles está uma carta de Leocádia Prestes a Heráclito Fontoura Sobral Pinto datada de outubro de 1937.

Não há como afirmar com certeza que Israel Souto, falecido em 1962, e seus herdeiros tenham sido os guardadores das cartas de Prestes por sete décadas, mas é certo que essas cartas estiveram bem acondicionadas, haja vista o seu bom estado de conservação, como assegura Anita Prestes em entrevista:

¹²⁴Conforme: “Cartas de Prestes e Olga que iam a leilão podem ter sido levadas do PCB”, O GLOBO, 3 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/cartas-de-olga-prestes-que-iam-leilao-podem-ter-sido-levadas-do-pcb-23273469> Acesso em: 28 maio 2023.

Tudo estava em perfeito estado, algumas dentro do respectivo envelope, tudo certinho. Foram bem guardadas. O que a gente imagina foi isso: que algum descendente, porque esse cara, que provavelmente, esse policial que tinha sido chefe de gabinete do Filinto Müller, ele morreu em sessenta e dois. Essa jornalista do Globo viu isso, morreu em sessenta e dois, e, naturalmente tinha filho, neto que guardou. E é comum as pessoas, assim, familiares liquidarem a casa, venderem a casa, e querem se desfazer dessas coisas. (PRESTES, A., 2021, s/d)

A história do caminho percorrido por essas cartas até o seu retorno à família Prestes está repleta de lacunas, mas expõe importantes indícios das relações de reconhecimento vivenciadas em diferentes instâncias, desde a escolha feita por Prestes de levar consigo as cartas que recebeu na prisão e guardá-las na sede do PCB, até a longa disputa judicial enfrentada por sua filha para impedir que essas cartas fossem a leilão. Nesse ínterim, a preservação dessas cartas em um ambiente privado e independente da família Prestes, seu possível descarte no lixo e seu resgate associado à atribuição de valor pecuniário e a promoção midiática da biografia dos correspondentes.

A imprensa, tanto na divulgação do leilão quanto na cobertura dos desdobramentos do processo judicial, destacou as cartas escritas por Olga Benário, ainda que essas fossem apenas uma pequena parte do acervo, fazendo da descoberta dessas cartas a exposição de uma história de amor e de tragédia. Nesse sentido, o reconhecimento público das figuras de Prestes, de Olga e da história que viveram incidiu diretamente sobre o reconhecimento das cartas como documentos e como objetos de *status*, uma vez que a avaliação feita pela casa de leilões estabeleceu como lance mínimo a quantia de R\$ 350 mil, demonstrando que havia uma expectativa de demanda diante desse valor. Se por um lado, a publicidade sobre as cartas de Olga Benário a Luiz Carlos Prestes agregou valor ao lote como objeto a ser comercializado, por outro, a mesma publicidade contribuiu para dar visibilidade à reivindicação de Anita Prestes como única herdeira do casal.

Durante o processo judicial, as cartas de Olga Benário continuaram a ser mencionadas como ponto de destaque no conjunto epistolar, como demonstram as decisões judiciais em primeira e segunda instâncias que construíram seus argumentos em defesa do direito de personalidade dos pais de Anita Prestes, ressaltando o direito da herdeira de salvaguardar a intimidade de seus pais e o caráter estritamente privado das cartas em disputa. O reconhecimento desse direito, também colocou em evidência o direito de Anita Prestes à memória, não apenas no que diz respeito à defesa da memória de seus pais, como mencionado pelo juiz relator, mas também, no que concerne ao seu direito de conhecer e preservar o próprio passado, uma vez que seu nascimento e sua infância foram temas recorrentes nas cartas escritas à Prestes nesse período.

De acordo com Dantas (2008, p. 78), o direito de personalidade está diretamente relacionado ao direito individual à memória dos vivos, e essa relação se desdobra em diferentes posições jurídicas, tais como: “o direito à integridade do passado, o direito à veracidade do passado e o direito à reserva do passado”. Nessa perspectiva, o direito que um indivíduo tem de conhecer suas origens familiares e os vínculos identitários que decorrem dessas origens, está no âmbito do direito à integridade do passado, ao qual se somam os direitos de veracidade e reserva, quando esse indivíduo reivindica o direito de impedir a divulgação de boatos inverídicos ou especulações sobre seu passado, assim como o direito de decidir sobre a divulgação de informações de cunho privado.

Nesse sentido, a decisão judicial que reconheceu o direito de Anita Prestes sobre as cartas de seus pais, também evidenciou seu direito de conhecer e preservar a própria história e os vestígios materiais que a documentam. Ao mesmo tempo, reconheceu que enquanto para o público em geral essas cartas são, em potência, documentos históricos, objetos de curiosidade, objetos de status e patrimônio documental, para Anita Prestes são parte da materialidade de um legado pelo qual se entende responsável e para o qual dedicou a maior parte de sua vida como historiadora.

A decisão favorável à herdeira não excluiu, contudo, a relevância desses documentos para a história política do país. Ainda que nenhum arquivo público tenha reivindicado o direito sobre as cartas, essa foi uma questão abordada ao longo do processo, e sobre a qual o juiz relator fez a seguinte consideração:

Registre-se, apenas, que se tratando de direito de personalidade, como dito anteriormente, parece forçoso concluir que os herdeiros devem abdicar ou não desse direito, cuja “expropriação” pelo Poder Público seria um segundo golpe contra Luiz Carlos Prestes e Olga Benário. De toda forma, como se demonstrou alhures, a Recorrida claramente afirmou que disponibilizaria o acervo para consulta pelos órgãos públicos interessados. (RIO DE JANEIRO, 2019b, p. 286).

O reconhecimento do direito dos herdeiros de preservar a memória dos correspondentes já falecidos, assim como o reconhecimento da relevância dessas cartas como documentos da história política do país, estende a questão do direito à memória para além do círculo familiar. Não apenas por considerar possíveis usos indevidos dessas cartas para legitimar narrativas sobre a vida privada dos correspondentes, como também por considerar o acesso a essas cartas uma questão de interesse público no âmbito das disputas em torno da memória de Prestes e dos ideais defendidos por ele.

Essas cartas, assim como as preservadas pela família e pelo Estado, tiveram a sua trajetória de preservação atravessada por diferentes instâncias de poder, demonstrando que a

salvaguarda de cartas familiares pode mobilizar ambientes exteriores ao ambiente do lar e das relações de intimidade, não apenas pela notoriedade de seus correspondentes, embora esse seja um fator predominante, mas também pelas circunstâncias históricas de sua produção. Assim, a pergunta “A quem pertence uma carta?” – que encontra formulações diversas e estatutos jurídicos distintos em cada lugar e período histórico –, ao ser pensada em relação a cartas escritas e recebidas por pessoas conhecidas publicamente no âmbito das lutas políticas, não deixa de implicar em relações necessárias no que se refere ao uso político e ideológico de seu conteúdo, seja no sentido de reafirmar os valores defendidos pelos correspondentes, seja como instrumento contestador do lugar ocupado por eles na história e/ou na memória coletiva.

Ademais, a exposição pública das circunstâncias do desaparecimento dessas cartas por mais de 70 anos, e a sua devolução pelo Estado, por meio do Poder Judiciário, a Anita Prestes representou uma medida de reparação à expropriação de que sua família foi vítima. Não obstante, essa medida, como toda reparação a crimes políticos, não foi capaz de restituir um estado anterior ao dano, mas de abrir novos caminhos para a ação em defesa do direito à memória no âmbito da preservação do legado documental de Luiz Carlos Prestes. Nesse sentido, importa pensar a salvaguarda do conjunto de cartas da prisão para além das decisões familiares e das exigências legais, ou seja, no âmbito das relações de reconhecimento baseadas na estima social, assim como no campo de disputas em torno da memória de Prestes e da preservação de seu legado.

4.4. Estima social: Reconhecimento público e preservação

Em maio de 1945, quando Jorge Amado publicou no Brasil a primeira biografia de Luiz Carlos Prestes, escrita em 1942 como parte da campanha pela Anistia dos presos políticos do Estado Novo, ajudou a consolidar a imagem heroica do “Cavaleiro da Esperança” que os jornais da capital haviam promovido e questionado, em diferentes circunstâncias, durante os anos da Coluna Prestes e do exílio na região do Prata. Mas foi através das palavras de Jorge Amado que, pela primeira vez, a vida privada de Prestes tomou a cena pública, e o Brasil conheceu a infância difícil do menino que ficou órfão de pai aos 10 anos, os feitos militares do jovem oficial e os sacrifícios dos quais ele foi capaz em defesa dos seus ideais. O ano de publicação da biografia, também foi o ano da Anistia, por meio da qual Prestes deixou o isolamento da prisão e passou a viver em um ambiente de popularidade e reconhecimento que o levou ao Senado da República cerca de um ano depois.

Diante dos acontecimentos que marcaram a transição para um regime democrático, após o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, e do protagonismo de Prestes na política nacional nesse período, a construção de sua imagem pública acabou por sobrepor o interesse sobre a vida privada do homem descrito por Jorge Amado como o “herói que o povo concebe, alimenta e cria” (AMADO, 2011, p. 21). A partir de então, e até a sua morte em março de 1990, o Luiz Carlos Prestes visível foi o comandante da Coluna, o líder comunista, o Senador e o político presente e opinativo que resistiu a duas ditaduras e assistiu a duas transições para regimes democráticos.

Depois da morte de Prestes, teve início um movimento no sentido de reivindicação do seu legado no âmbito da política nacional. Tanto o Partido Democrático Trabalhista (PDT), do qual Prestes era presidente de honra, quanto o PCB, partido do qual foi Secretário-Geral e com o qual havia rompido em 1980, se manifestaram no sentido de reconhecer a importância de seu legado para as demandas da classe trabalhadora e o compromisso de manter viva a sua memória. Ainda durante os ritos fúnebres, que reuniram, além da família, admiradores, artistas e políticos de diferentes orientações ideológicas, o então prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB) declarou que pretendia “reverenciar a memória de Prestes dando seu nome a uma das principais avenidas da Zona Oeste – a Estrada do Catonho, em Jacarepaguá – e a um CIEP (Centro Integrado de Educação Pública)”¹²⁵, além de construir um monumento à Coluna Prestes e garantir que a viúva de Prestes recebesse uma pensão do município.

As declarações de Marcello Alencar não foram um gesto isolado e nos anos seguintes o nome de Luiz Carlos Prestes foi se consolidando na memória pública¹²⁶. Memoriais foram erigidos, ruas, parques, bairros e escolas receberam seu nome em todas as regiões do país¹²⁷. Isso acontecia enquanto o Brasil vivenciava o primeiro mandato de um presidente eleito em

¹²⁵Conforme: “A última viagem do Cavaleiro da Esperança”, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 8 de março de 1990. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/5510 Acesso em: 25 maio 2023.

¹²⁶Nesta pesquisa, adotou-se o termo “memória pública” para tratar da memória na esfera pública, isto é, aquela imagem do passado que se discute publicamente, nos nomes de ruas, praças e monumentos, entre outros. Partindo do princípio de que a memória pública “*Se trata de una noción interdisciplinar que se caracteriza por una atención específica a la noción de «publicness of the past», que concierne a los procesos que hacen posible la inscripción institucional, social y cultural del pasado en el espacio público*” (TOTA, 2018, p. 401).

¹²⁷Atualmente, há ruas, avenidas e logradouros com o nome de Luiz Carlos Prestes nos seguintes municípios do país: Sobral (CE), Cuiabá (MT), Guaíba (RS), Ponta Grossa (PR), Rondônia (RO), Cachoeiro do Itapemirim (ES), Caxias do Sul (RS), Irecê (BA), Florianópolis (SC), Canoas (RS), Teixeira de Freitas (BA), Aracaju (SE), Rio de Janeiro (RJ), Várzea Grande (MT), Campos dos Goytacazes (RJ), Belém (PA), Santo Ângelo (RS), São Miguel (RS), Campo Grande (MS), Osasco (SP), Bagé (RS), Pontal do Paraná (PR), Pananduva (SC), Santa Terezinha de Itaipu (PR), São Leopoldo (RS), Taboão da Serra (SP), Muzambinho (MG). Seu nome também está em escolas, parques e bairros nas seguintes cidades: Canaã Carajás (PA), Iguaçu (PR), Quedas do Iguaçu (PR), Apucarana (PR), São Paulo (SP), Santos (SP), Carira (SP), Rio de Janeiro (RJ), Quedas do Iguaçu, Maracanaú (CE), Contagem (MG), Landri Sales (PI), São Paulo (SP), Matinhos (PR). Fonte: *Google maps* (2023).

sufrágio direto após duas décadas de ditadura, e o mundo assistia à derrocada da URSS sob um mar de denúncias e reivindicações memoriais.

As disputas em torno da memória de Prestes não tiveram lugar apenas no campo da política e da retórica partidária. Ainda no período de sua internação no Hospital da Beneficência Portuguesa e durante o velório, a imprensa noticiou desentendimentos familiares que acabaram por se desdobrar em contendas públicas sobre o legado político de Prestes. Títulos como: “Legado político divide família de Luiz Carlos Prestes” e “Durante o velório, um duro combate em família”¹²⁸, publicados pelo jornal O Globo, expuseram a divisão da família em relação ao futuro do “Prestismo”, e tiveram como ponto de partida o rompimento de parte da família com o Deputado Acácio Caldeira do PDT, que era assessor de Prestes. Acácio Caldeira foi acusado por D. Maria do Carmo e por seus filhos, de usar o velório de Prestes para se promover politicamente. Em sua defesa saíram Anita e suas tias Lygia e Eloíza, que endossaram a seguinte fala de sobrinha: “Eles não podem acusar um dos maiores amigos de meu pai em nome da família. Nós também somos da família e não concordamos com as acusações. São injustas e infundadas. Meu pai não merece essa sórdida lavagem de roupa suja em seu velório”. Em resposta, publicada na mesma reportagem, D. Maria do Carmo disse: “Acho que ela pensa que por ter sido a primeira filha, deveria ter todos os privilégios. Não podemos admitir que se tire proveito político desse momento. O velho não merece isso. Ele merece respeito”.

Para além das questões privadas que dividiam a família, havia as disputas em torno dos usos da memória de Prestes, em especial no que se relacionava ao uso do seu nome por aqueles que reivindicavam sua herança política. Os “Prestistas”, criticados por D. Maria e por seus filhos, e apoiados por Anita e suas tias, reivindicavam essa herança, assim como um dos filhos de Prestes, Luiz Carlos Prestes Filho, que se candidatou a deputado federal pelo PDT, no pleito de 1990¹²⁹.

Ainda durante o ano de 1990, um outro filho de Prestes, o historiador Iuri Ribeiro Prestes, anunciou que estava escrevendo um livro sobre o pai e sua atuação revolucionária nos

¹²⁸Conforme: “Multidão vela Prestes na Assembleia”, O Globo, Rio de Janeiro, 08 de março de 1990. Disponível em: https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_artigos/o_globo/1990/03/08/01-primeiro_caderno/ge080390012NAC1-0001_g.jpg Acesso em: 25 maio 2023.
 “Legado político divide família de Luiz Carlos Prestes”, O Globo, Rio de Janeiro, 06 de julho de 1990. Disponível em: https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_artigos/o_globo/1990/07/06/01-primeiro_caderno/ge060790002NAC1-0002_g.jpg Acesso em: 25 maio de 2023.

¹²⁹Conforme: “Legado gera polêmica”, Folha de São Paulo, São Paulo, 9 de março de 1990. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10897&keyword=legado&anchor=721683&origem=busca&origin_URL=&maxTouch=10&pd=c7ac6a5f891bfa42b84dc81c420a7516 Acesso em: 23 maio de 2023.

anos de exílio na URSS¹³⁰. Dois anos depois, os jornais anunciavam o projeto de um memorial a ser inaugurado no ano seguinte sob o nome “Memorial Luiz Carlos Prestes” e que abrigaria o acervo reunido por seu filho, Luiz Carlos Prestes Filho, em Moscou. No mesmo ano, D. Maria do Carmo publicou o livro autobiográfico *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*, se somando às muitas iniciativas da família no sentido de promover a história e a memória de Prestes, mas, também, colocando em evidência, uma segunda vez, a vida privada do Cavaleiro da Esperança. Em 1997, o documentário *O Velho*, dirigido por Toni Venturini e produzido com recursos do Ministério da Cultura e da Prefeitura do Rio de Janeiro, também colocou em evidência a vida privada de Prestes, através de imagens em vídeo e fotografias produzidas pela família e pela imprensa. No mesmo documentário foram entrevistados D. Maria do Carmo e seus filhos, além de pesquisadores, militantes comunistas e intelectuais brasileiros.

Em suas Memórias, Anita Prestes (2019, p. 257) escreveu sobre os últimos dias da vida de Prestes e sobre a situação de conflito que se formou ainda durante o velório e se estendeu pelos anos seguintes, assim como sobre a postura assumida por ela e por suas tias Lygia e Eloíza diante das contendas públicas em torno da memória de seu pai. Anita, que em 1989 havia defendido sua tese de doutorado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), sobre a Coluna Prestes, foi aprovada em concurso público para professora de História do Brasil na UFF, consolidando-se, a partir de 1992, como docente e pesquisadora. Assim, como filha de Prestes e historiadora, foi a público inúmeras vezes nos anos seguintes para fazer esclarecimentos ou críticas a manifestações, discursos e ações que julgava abusivas em relação à memória de seu pai.

Em meio a esse contexto de exposição e de conflito, uma notícia publicada pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, colocou em evidência uma questão que há muito havia sido mantida fora da cena pública: a correspondência da prisão. Publicada pouco mais de um mês após a morte de Prestes, a notícia intitulada “Senado abre velhos segredos da história”¹³¹, informava que uma comissão especial composta por cinco senadores iria analisar e divulgar parte dos documentos preservados nos arquivos secretos do Senado, entre os quais estariam cartas escritas por Prestes na prisão e que, segundo a notícia, poderiam ser conhecidas pelo público. Em agosto do mesmo ano, por ocasião da publicação do relatório do Senador Francisco Rollenberg, presidente da

¹³⁰Conforme: “Ex-senador será enterrado no Rio ao som da ‘Internacional’”, Folha de São Paulo, São Paulo, 9 de março de 1990. Disponível em: https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_artigos/o_globo/1990/03/08/01-primeiro_caderno/ge080390014NAC1-0001_g.jpg Acesso em: 23 maio de 2023.

¹³¹Conforme: “Senado abre velhos segredos da história”, *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1990. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_05/1751 Acesso em: 25 maio de 2023.

comissão, soube-se que não se tratava das cartas da prisão, mas que o pacote com a inscrição “Correspondência do Senador Luiz Carlos Prestes”, que inspirou as especulações da imprensa, continha apenas documentos de natureza privada, além de impressos e exemplares de jornais diversos. De acordo com o relatório, além da frustração causada à imprensa, “frustrou-se, assim, também, a esperança de ali encontrar-se o ideário do líder comunista ou a sua estratégia de luta pela implantação do socialismo no Brasil” (SENADO FEDERAL, 1990, p. 10).

Na apresentação ao mesmo relatório, o Senador Nelson Carneiro, então Presidente do Senado, também comentou a questão da correspondência de Prestes, que, em seu entendimento:

“[...] imaginava-se dirigida ao Senado ou à posteridade, como testemunho, mas que, tratando-se de cartas particulares dirigidas ao eminente Senador por seus correligionários, foram formalmente entregues à família do parlamentar, representada na ocasião por sua filha, a professora Anita Leocádia. (CARNEIRO, 1990, p. 4)

Para os senadores, que imaginavam encontrar cartas escritas por Prestes e, portanto, documentos que testemunhassem suas ideias e ações no campo da política, o conjunto de cartas escritas por infames ao líder comunista frustrou suas expectativas quanto ao potencial revelador das correspondências, ao mesmo tempo, que o caráter privado dos documentos foi considerado como fundamento para a decisão de entregá-los à família. Dessa forma, as cartas de Luiz Carlos Prestes não foram transcritas nos dois volumes publicados com os documentos secretos tornados públicos, como também não permaneceram sob a guarda do arquivo do Senado. Importa destacar, ainda, que o caráter privado dos documentos também foi apontado como a causa de sua guarda pelo Senado por tanto tempo, visto que os acontecimentos que se seguiram à cassação do mandato de Prestes, como sua entrada na clandestinidade e posterior exílio, impediram a devolução ao dono por direito.

Ainda que a presença das cartas de Prestes nos arquivos do Senado tenha sido apenas uma entre tantas notícias relacionadas à sua memória que tomaram as páginas dos jornais nos anos que se seguiram à sua morte, ela evidencia questões que hoje são caras à compreensão da preservação de acervos epistolares baseada nas relações de reconhecimento no âmbito da estima social, isso porque, os critérios para definir quais documentos são de interesse público e merecedores da salvaguarda institucional são, em parte, subjetivos, e assim como as demais formas de reconhecimento baseadas na estima social, são influenciados pelos valores éticos que predominam numa sociedade.

É importante ressaltar que a preservação de acervos epistolares decorrente de relações de reconhecimento no âmbito da estima social está intimamente ligada à publicização dos acervos preservados. Nesse sentido, está relacionada aos valores socialmente compartilhados

que sustentam as noções de honra, reputação e prestígio social. Nessa perspectiva, o potencial revelador das cartas preservadas é o elemento propulsor de sua preservação, assim como essa preservação se dá sempre em um contexto de reivindicação memorial, no sentido de estar associada a biografia dos correspondentes, e isso se refere menos ao “sujeito biograficamente individuado”, e mais ao seu valor enquanto “contribuição coletiva para realização das finalidades sociais” (HONNETH, 2003, p. 211). E, dessa forma, como também destaca Honneth (2011, p. 43), trata-se da integração social mediante o reconhecimento, e, também, da natureza conflituosa de tal processo de integração.

Os mesmos argumentos sustentam a preservação institucional e a publicização das correspondências de Prestes como uma luta por reconhecimento, que não se esgota na publicidade e no propósito de ocupar o espaço público dos debates, pois não se trata de fama, mas de honra, reputação e prestígio social. Se por um lado é a autocompreensão cultural da sociedade que orienta a estima social no reconhecimento das capacidades e realizações julgadas intersubjetivamente, enquanto valores éticos socialmente predominantes, por outro lado, há no caráter conflituoso, a busca pela manutenção e/ou a modificação desses valores.

Os anos que se seguiram à morte de Prestes, marcados por disputas públicas pelo seu legado político e pela consolidação do seu nome na memória pública do país, foram também os anos nos quais os conflitos e as disputas em torno de sua memória fizeram com que a família, dividida e em desacordo, tomasse direções diversas quanto à imagem de Prestes que deveria ser reconhecida e preservada. O caso da pensão concedida pelo Exército às filhas de Luiz Carlos Prestes é um bom exemplo do caráter conflituoso da luta por reconhecimento que teve lugar na relação entre o Estado e as diferentes partes da família Prestes. Em junho de 1991, o Ministério do Exército decretou a anistia, reforma e promoção *post mortem* de Prestes a coronel do Exército. Na ocasião, Luiz Carlos Prestes Filho declarou estar de acordo com o decreto, e concluiu: “Os militares estão reconhecendo que meu pai deveria ser considerado o patrono do exército”¹³². O mesmo decreto foi duramente criticado por Anita Prestes, que o considerou um insulto à memória do pai. Depois de renunciar a parte da pensão que lhe cabia escreveu aos jornais expondo sua indignação nos seguintes termos:

É lamentável que, logo após o falecimento do meu pai e ignorando a sua vontade expressa, a viúva tenha requerido ao Ministério do Exército a referida anistia, visando a obtenção de pensão. O exército recusou-lhe a pensão, mas decidiu concedê-la às filhas de Prestes. Desejo deixar claro diante da opinião pública que acabei de assinar “Termo de renúncia”, recusando-me a receber a referida pensão – dinheiro pago pelo contribuinte brasileiro –, que jamais meu pai aceitaria, como nunca aceitou qualquer

¹³²Conforme: “Prestes e o Exército”, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1991. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/45611 Acesso em: 24 maio de 2023.

pensão do Governo. Considero a “promoção” do general da Coluna Invicta a coronel reformado do exército um insulto à sua memória e um desrespeito às convicções revolucionárias de um homem que já não pode mais protestar, como sempre fez enquanto viveu. Configura-se mais uma manobra no sentido de esvaziar a figura de Prestes do seu conteúdo revolucionário, transformando o “Cavaleiro da Esperança” num personagem domesticado e inofensivo para os donos do poder. (PRESTES, 1991, s/d. apud PRESTES, A., 2019, p. 259)

Retratado como um novo “Patrono do Exército” ou como revolucionário que se opôs aos militares e repudiou suas ações durante os anos de ditadura, houve nesse episódio, assim como em questões que se colocaram nos anos seguintes, uma evidente disputa de narrativas em torno da memória de Prestes e do direito de falar em seu nome. A luta por reconhecimento, nesse contexto, foi exposta pelo conflito. O mesmo conflito teve lugar quanto às decisões tomadas pela família em relação à preservação do legado documental de Prestes ou relacionado a ele. Na mesma década em que D. Maria do Carmo e os filhos anunciaram e publicaram pesquisas, documentos e livros sobre a vida e a atuação política de Prestes, Anita e Lygia deram início a organização das cartas da prisão que só seriam publicadas 10 anos depois da morte de Prestes.

Sobre o processo de organização das cartas para a publicação, Anita Prestes recorda que no período de redemocratização do país, ela e a tia precisaram reunir as cartas e outros documentos que haviam sido guardados por Lygia na casa de amigos durante a ditadura civil-militar, pois havia sempre o risco de a polícia confiscar esses documentos. Foi apenas, após a morte de seu pai e em um contexto marcado pela disputa de narrativas em torno de sua memória, que ela e a tia decidiram mexer nesses documentos guardados há quase 50 anos. Em suas palavras:

Afinal, em noventa e quatro eu e ela resolvemos, eu estava com um pouco mais de tempo, estava na universidade, mas tinha um pouco mais de tempo, eu e ela nos organizamos para tirar cópia. Naquela época a gente não trabalhava ainda com computador, era na máquina, na máquina de escrever. A gente copiou todas aquelas cartas, tudo aquilo que está nos *Anos Tormentosos* a gente copiou uma por uma. Geralmente, a gente copiava quando tinha tempo, eu trabalhava na faculdade nessa época, tinha pouco tempo, ela também tinha uma série de compromissos, tinha uma irmã doente, enfim, mas a gente foi fazendo, levamos todo o ano de noventa e quatro. E de noite a gente conferia, por exemplo, eu lia e ela conferia ou ela lia e eu conferia, a gente conferia carta por carta, era tudo conferido. Aí, ao final, a gente levou o ano inteiro, até o final de noventa e quatro estava tudo pronto. Escrevemos aquela apresentação, fizemos também aquelas notas de pé de página para tornar compreensível pro leitor. (PRESTES, A., 2021, s/d)

O trabalho de ler e de copiar cada uma dessas cartas, assim como de buscar informações para escrever notas de esclarecimento sobre questões que somente a família conhecia, como apelidos, nomes de animais de estimação e os bastidores da correspondência, foi um trabalho íntimo e desenvolvido cotidianamente entre tia e sobrinha. Os motivos pelos quais Lygia havia

decidido guardar essas cartas não haviam desaparecido com o tempo, mas as circunstâncias vividas naqueles primeiros anos da década de 1990 impuseram novas e difíceis escolhas. Em uma entrevista concedida ao jornal *Tribuna da Imprensa* em 17 de fevereiro de 2003¹³³, por ocasião do lançamento da terceira edição do livro contendo as cartas da prisão, Lygia fez a seguinte consideração:

Essas cartas são coisas íntimas de família que nunca pensei em expor, mas quando vi uma onda de calúnias contra meu irmão não teve outro jeito. As cartas provam que ele era o oposto do que dizem, o pintam como um homem frio, calculista, um militar inflexível. E as cartas revelam a ternura, o amor que ele tinha (PRESTES, L., 2003, p.13).

Em janeiro de 1995, as cartas estavam copiadas e prontas para a publicação. O título “Anos Tormentosos” havia sido escolhido em razão de ter sido essa a expressão usada por Leocádia em uma de suas cartas ao filho para se referir ao período que estavam vivendo. A publicação, contudo, não foi possível, como explicou Anita Prestes em suas Memórias:

A direção da editora Vozes tinha se mostrado interessada na publicação dessa coletânea de cerca de novecentas cartas, trocadas entre Prestes e a família, assim como com alguns amigos e seu advogado. Entretanto, alegando preocupações com questões relacionadas a direitos autorais, dos quais eu e Lygia abríamos mão, o responsável pela editora considerou necessário obter a concordância da viúva de Prestes – que, em uma atitude inexplicável, não a concedeu (PRESTES, A., 2019, p. 262)

Assim, as cartas e suas cópias voltaram para os arquivos de Lygia, até que depois de cinco anos de espera, apresentou-se outra oportunidade para a sua publicação. A historiadora Jessie Jane Vieira de Sousa, então diretora do APERJ, procurou Anita Prestes e propôs a publicação das cartas da prisão, considerando as cartas salvaguardadas pelo Arquivo no Fundo das Polícias Políticas desde 1992. A resposta de Anita foi imediata:

Eu disse a ela: a gente está com esse material todo pronto, temos mais cartas do que essas que vocês têm aqui. Aí ela encampou. Então publicou o primeiro volume que saiu em dois mil. O arquivo público estava sem dinheiro para publicar o dois e três, acontece (risos). Eles digitalizaram tudo, nós não tínhamos digitalizado, a gente tinha batido à máquina, eles digitalizaram. [...] A gente deu uma cópia para eles, xerox, e lá digitalizaram. A equipe do arquivo fez esse trabalho de digitalizar e de até fazer um índice onomástico. Como estava difícil publicar os volumes dois e três porque eles não tinham dinheiro, eu entrei em contato com o editor da Paz e Terra, o dono da Paz e Terra, que era o Gaspariano, um homem progressista de esquerda, um industrial, mas era progressista. Aí eu fui conversar com ele, a gente desistiu dos direitos autorais, aliás, sempre desistiu, não fazíamos a menor questão de direitos autorais, e ele concordou. E aí ele fez um acordo com o Arquivo Público, foi uma publicação conjunta, publicou tudo de novo: um, dois e três. (PRESTES, A., 2021, s/d.)

¹³³Conforme: “Cartas Reveladoras”, *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2003. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_06/18717. Acesso em: 25 maio de 2023.

A publicação dos três volumes de *Anos Tormentosos*, que dispensou a autorização da viúva e dos outros nove filhos de Prestes, reuniu as cartas e as cópias de cartas preservadas pelo APERJ e o acervo reunido e preservado por Lygia com ajuda da família e de amigos durante os anos de perseguição e de exílio. No período em que essa publicação foi possível, o país vivia sob um contexto político marcado por iniciativas do Estado no sentido de reconhecer algumas das demandas das vítimas da ditadura e de suas famílias. No segundo ano do governo Fernando Henrique Cardoso, foi promulgada a Lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995 que instituiu a Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Três anos depois, o Decreto Legislativo 89/1998, reconheceu a jurisdição contenciosa da Corte Iberoamericana de Direitos Humanos no país e, quando os livros já estavam sendo distribuídos pelas livrarias, a Lei 10.559 de 13 de novembro de 2002 instituiu a Comissão de Anistia e regulamentou o regime do anistiado político no Brasil.

A publicação foi organizada da seguinte forma: o primeiro volume foi dividido entre a correspondência ativa e passiva de Prestes com a família entre os anos de 1936 e 1941; o segundo volume reuniu a correspondência ativa e passiva de Prestes com a família nos anos de 1942 e 1943; o terceiro e último volume foi dividido em seis partes, sendo a primeira e a segunda dedicadas à correspondência ativa e passiva com a família nos anos de 1944 e 1945, a terceira e quarta dedicadas à correspondência ativa e passiva com Olga Benário; e a quinta e sexta partes, compostas pela correspondência ativa e passiva com o advogado, companheiros e amigos. Os três volumes reúnem, ao todo, 950 cartas acompanhadas de notas explicativas e anexos.

A publicação dessas cartas expôs a intimidade da correspondência da família Prestes em um dos períodos mais trágicos de sua história, não apenas por essas cartas terem sido escritas da prisão e do exílio, mas porque os anos de prisão também foram anos de perda. Primeiro de D. Ermelinda Felizardo, falecida em janeiro de 1941, em seguida Olga Benário, assassinada em abril de 1942 e, por último, Leocádia Prestes, falecida em junho de 1943. Esse caráter privado da correspondência foi ressaltado no texto de apresentação escrito por Lygia e Anita Prestes, no sentido de demonstrar a importância da publicização dessas cartas para que o povo brasileiro conhecesse um Luiz Carlos Prestes não estereotipado. Esse propósito foi declarado logo nas primeiras palavras escritas por elas no texto de apresentação:

Com este livro o público brasileiro terá a oportunidade de conhecer melhor a personalidade de Luiz Carlos Prestes. Destas páginas emerge não só a figura do revolucionário comunista, do homem que renunciou a tudo para dedicar-se de corpo e alma à luta pela causa do socialismo no Brasil e no mundo, como principalmente o personagem humano que sofre e se angustia, que se rebela contra seus algozes, mas

vê-se obrigado a cultivar um certo estoicismo como forma de sobreviver; que apesar do natural pessimismo de quem tem pela frente uma condenação à quase cinquenta anos de prisão, esforça-se por ser otimista e alimenta a esperança em dias melhores. [...] O mundo interior de Luiz Carlos Prestes, seus sentimentos elevados, seu moral de revolucionário, mas também de filho, irmão, esposo, pai e amigo surgem de maneira cristalina da leitura destas cartas, reveladoras do que foram os seus nove anos de prisão – nove anos de martírio –, abrangendo o período de 1936 a 1945. (PRESTES, 2000, p. 15)

Esse texto, que segundo Anita Prestes (2021, s/d), foi escrito no final de 1994, ainda que tenha sido revisto para a publicação, se insere no mesmo contexto de disputa em torno da memória de Prestes que marcou os anos seguintes à sua morte, expondo uma evidente luta por reconhecimento, no sentido de tomar as cartas como documentos comprobatórios do caráter e da honra de Prestes, com o propósito declarado de “[...] desmistificar a imagem de Prestes ‘fabricada’ por seus inimigos durante décadas – a de um homem desumano, cruel, indiferente, frio, calculista e arbitrário” (PRESTES, 2000, p. 16)

De outro modo, o caráter privado das correspondências não foi enfatizado nos outros dois textos que acompanharam as cartas publicadas, quais sejam: “O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e a correspondência de Prestes”, de autoria da então diretora do APERJ e historiadora Jessie Jane Vieira de Sousa; e “Palavras Prévias”, sob a autoria de João Luiz Duboc Pinaud, à época, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.

Em seu texto, Sousa situou a correspondência de Prestes como parte do Fundo das Polícias Políticas salvaguardado pelo APERJ, e sua publicação como resultado da política desenvolvida pelo Arquivo para divulgar os acervos arquivísticos sob sua guarda, e destacou:

Esta documentação foi recolhida em 1992 a partir da iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de assegurar a preservação do patrimônio documental e garantir as informações que possibilitassem a atuação dos grupos de direitos humanos no trabalho de elucidar o destino de centenas de desaparecidos políticos durante os governos militares. (SOUSA, 2000, s/d)

Se por um lado, o termo “patrimônio documental” utilizado por Sousa em seu texto, expôs os limites dentro dos quais as cartas familiares e de cunho estritamente privado escritas por Prestes ou enviadas a ele na prisão, foram reconhecidas como documentos de interesse público pelo Estado; por outro lado, a publicação desse acervo acabou por estender esse reconhecimento às cartas escritas nas mesmas circunstâncias, mas preservadas pela família. Isso não significa dizer que a publicação tenha garantido uma chancela institucional de preservação às cartas que permaneceram com a família, mas de reconhecer que os argumentos que atribuem valor patrimonial às cartas preservadas no Arquivo, atribuem o mesmo valor às cartas preservadas pela família.

O reconhecimento do valor documental da correspondência de Prestes na prisão também foi ressaltado por Pinaud, ao fazer a seguinte consideração: “A publicação das cartas particulares dará acesso a informações até então desconhecidas, transformando-as em textos públicos e, conseqüentemente, em documentos políticos” (PINAUD, 2000, p. 13). É importante ressaltar que as ideias de Prestes sempre foram públicas, no sentido de sua participação ativa na política brasileira e das cartas abertas, artigos e manifestos que escreveu. Em razão disso, seu ideário foi publicamente combatido ou seguido por indivíduos e coletividades, de tal modo, que a confiança no potencial revelador de sua correspondência privada, para uma melhor compreensão do seu lugar na história brasileira, corrobora os discursos que sustentam a estima social como um fator de reconhecimento. Assim como corrobora a ideia defendida por Pinaud de que a publicização das cartas da prisão potencializa seu caráter político e, nesse sentido, lança luz sobre o valor documental de cartas privadas quando atravessadas por diferentes instâncias de poder.

Cerca de 16 anos depois da publicação dos três volumes de *Anos Tementosos*, Anita Prestes, que já havia doado o acervo pessoal de sua tia Eloíza, falecida em 1998, para o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e para Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL)¹³⁴, decidiu doar para a Biblioteca Comunitária da UFSCar, todo o acervo arquivístico, bibliográfico, iconográfico e tridimensional, reunido, organizado e preservado por Lygia, referente a Prestes e suas relações políticas e familiares.

O processo de doação teve início em 15 de setembro de 2017 e foi concluído em 5 de janeiro de 2018, mas foi apenas em 16 de março do mesmo ano que os documentos chegaram a São Carlos. Cerca de um ano antes da entrega do acervo, a UFSCar criou a Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA), que passou a ser a gestora da Coleção Luiz Carlos Prestes, junto com outras oito coleções especiais, assim nomeadas: Coleção Florestan Fernandes (FF), Florestan Fernandes - Distrito Federal (FF-DF), Museu

¹³⁴O acervo pessoal de Eloíza Felizardo Prestes foi doado por Anita Prestes ao Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, em 1990. De acordo com o catálogo produzido pela instituição de salvaguarda, “A coleção Eloíza Felizardo Prestes reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados) documentos impressos (convites, boletins, títulos de jornais e revistas) e documentos visuais (fotografias etc.)”. Muitos desses documentos são referentes a Luiz Carlos Prestes e foram reunidos entre 1942 e 1998. Da mesma forma, por meio da doação feita em 1999, por Anita Prestes, o Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas, recebeu uma outra parte do acervo documental reunido por Eloíza. De acordo com a descrição feita pela instituição: “O conjunto é composto por periódicos, manuscritos, recortes, folhetos e textos sobre a temática das mulheres e do feminismo. Inclui fichas com informações biográficas de mulheres de vários países e cadernos de recortes sobre: Laura Brandão, Rosa Bittencourt, Anita Garibaldi, Ana Neri, Chiquinha Gonzaga, Nisia Floresta, Alice Tibiriçá e Valentina Terechkova”. Conforme: AMORJ - <https://redisap.unicamp.br/index.php/br-spaefp> AEL - <https://amorj.ifcs.ufrj.br/arquivos/ELO%C3%84SA%20FELIZARDO%20PRESTES.pdf>

Florestan Fernandes, Coleção Luís Martins (LM), Revista Ilustração Brasileira (ILB), Coleção Henrique Luiz Alves (HLA), Coleção Ficção Científica (FC), Coleção Brasiliana (C).

De acordo com Cláudia Barros, bibliotecária e atual diretora da UMMA¹³⁵, depois de tomar conhecimento de que a Biblioteca Comunitária tinha interesse em salvaguardar o acervo de Luiz Carlos Prestes, Anita Prestes, que no período procurava uma instituição para essa finalidade, entrou em contato com a Biblioteca Comunitária e realizou uma visita, na qual conheceu o espaço e o trabalho realizado nas outras coleções salvaguardadas¹³⁶. Depois de conhecer a instituição e de receber uma proposta de tratamento para o acervo elaborada pela equipe da Biblioteca, Anita decidiu fazer a doação.

Ainda de acordo com Cláudia Barros, a filha de Prestes tinha uma preocupação muito grande em relação às questões burocráticas e legais que envolviam a doação, no sentido de garantir a segurança do acervo a longo prazo. Em uma participação no programa “Na Pauta” promovido pela UFSCar na internet, Anita disse que depois da morte de sua tia Lygia decidiu acelerar a busca por uma instituição que pudesse salvaguardar esse acervo e que essa não foi uma tarefa fácil. Na mesma entrevista, quando questionada sobre o porquê de disponibilizar esse acervo ao público, ela respondeu:

Ter acesso a essa documentação é fundamental para acabar com muita falsificação que existe na história e construir uma visão mais próxima da realidade, mais verdadeira, para as novas gerações. E que essas novas gerações possam participar desse processo de reconstruir, inclusive a história do Brasil que é muito falsificada. (PRESTES, A., 2022, s/d)¹³⁷

De acordo com Izabel Mota Franco¹³⁸, bibliotecária e diretora da UMMA na data em que o acervo chegou à instituição, o material doado foi entregue em 360 pacotes de papel pardo, identificados com um número e acompanhados de um pequeno bilhete manuscrito com uma

¹³⁵As informações concedidas por Claudia Barros a esta pesquisa resultam de respostas a um questionário enviado por e-mail em 15 de setembro de 2022 e respondido, também por e-mail, em 29 de setembro do mesmo ano. Resultam também, do registro de uma conversa informal durante a visita à UMMA realizada em 5 de outubro de 2022, da qual há registro fotográfico e de áudio.

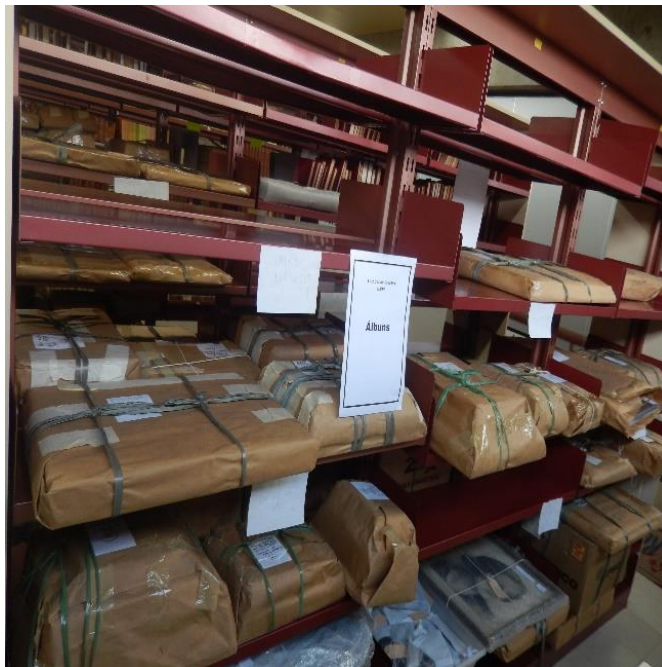
¹³⁶Em uma entrevista concedida à TV UFSCar durante inauguração da exposição do acervo tridimensional da Coleção Luiz Carlos Prestes em setembro de 2018, Anita Prestes disse ter escolhido a UFSCar, pois teve notícia de que a instituição abrigava o acervo de Florestan Fernandes e que esse acervo estava sendo bem cuidado. Disse, ainda, que era uma honra ter o acervo do seu pai preservado junto do acervo de Florestan Fernandes. Conforme: “Momento histórico na UFSCAR!”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mx2LWOJ3k4o> Acesso em: 26 maio de 2023.

¹³⁷Excerto transcrito a partir do arquivo de vídeo com a fala de Anita Prestes no programa “Na Pauta”, transmitido ao vivo no dia 13 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HFDgc16KCAQ> Acesso em: 25 maio 2023.

¹³⁸Izabel Mota Franco narrou as circunstâncias da doação na mesma edição do programa “Na Pauta”, mencionado anteriormente, no qual também estavam presentes a atual diretora UMMA, a profissional responsável pelo processamento do acervo arquivístico e Anita Prestes. O mesmo assunto foi tratado por Izabel em outra matéria jornalística da TV UFSCar publicada em 3 de abril de 2018. Conforme: <https://www.youtube.com/watch?v=MNHf0NffLwA> Acesso em: 25 maio 2023.

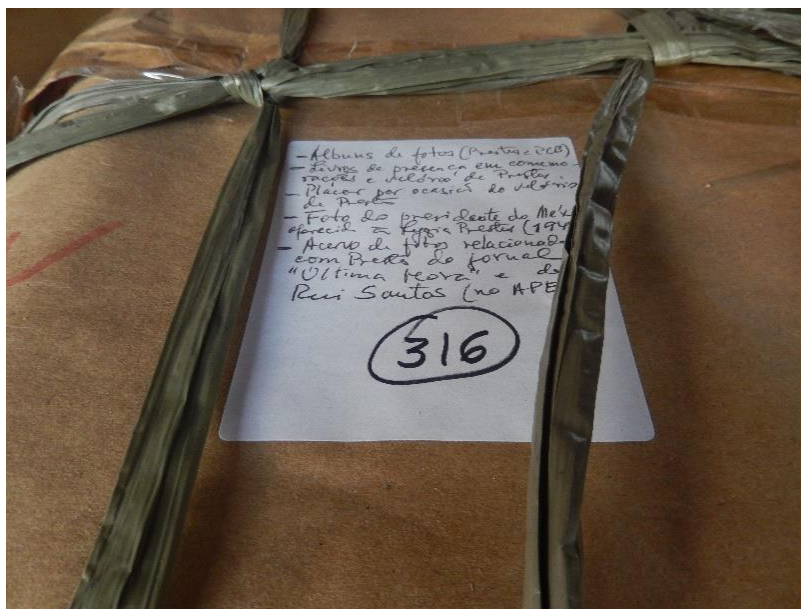
descrição breve do conteúdo de cada um deles. Os pacotes (Figuras 8 e 9) continham documentos diversos, livros, material audiovisual e objetos tridimensionais.

Figura 8: Pacotes de papel pardo com o acervo doado por Anita Prestes a UMMA.



Fonte: Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico UMMA/UFSCAR

Figura 9: Detalhe de um dos bilhetes que acompanhavam o acervo doado.



Fonte: Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico UMMA/UFSCAR

A primeira parte do acervo a ser catalogada e exposta ao público foi aquela composta por objetos tridimensionais. Esse trabalho foi registrado pela imprensa que fez uma ampla cobertura da inauguração da exposição (Figuras 10 e 11) e por um Trabalho de Conclusão de

Curso (TCC)¹³⁹ defendido por Sabrina Sena de Jordão (2019) que na época era estagiária na UMMA.

Figura 10: Exposição de apresentação do Acervo Luiz Carlos Prestes na Biblioteca Comunitária da UFSCar



Fonte: Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico UMMA/UFSCAR

Figura 11: Exposição atual no espaço da UMMA



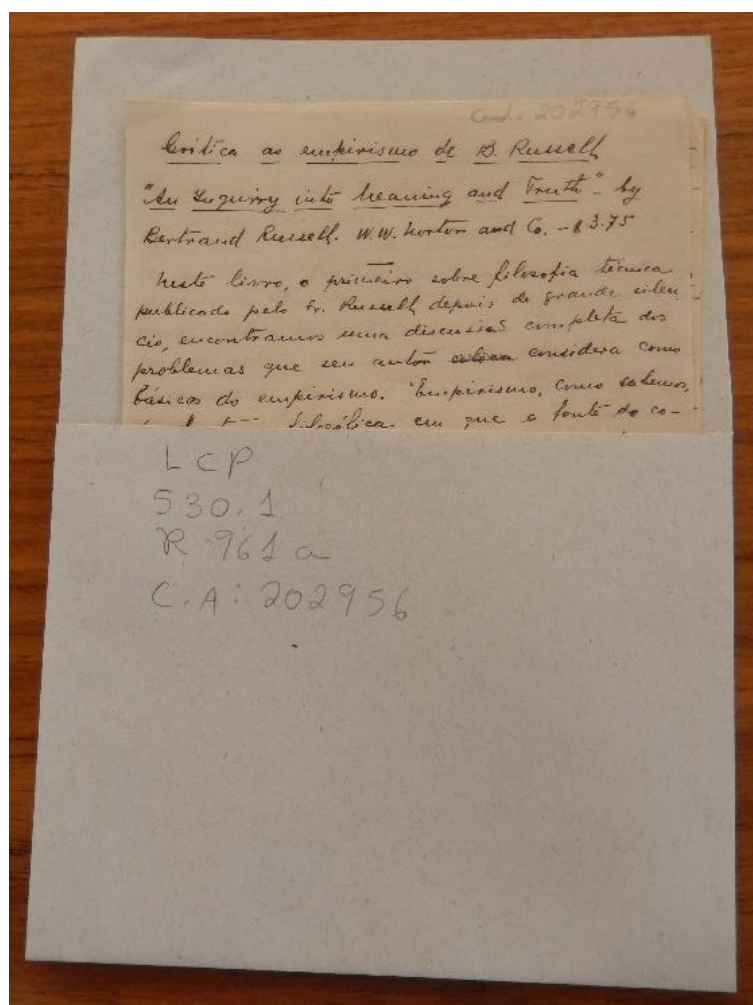
Fonte: Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico UMMA/UFSCAR

O trabalho de inventário, catalogação, restauro e encadernação dos livros doados teve início logo em seguida, e foi a segunda tipologia de acervo a ser tratada. Os livros de Prestes,

¹³⁹O trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Luiz Carlos Prestes: objetos pessoais que constituem as coleções especiais da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos”, discutiu o processo de catalogação e inventário do acervo tridimensional doado por Anita Prestes.

em especial aqueles lidos na prisão, são uma fonte de extrema relevância para o estudo de suas cartas, não apenas por serem frequentemente citados no texto epistolar, mas por trazerem em si, anotações manuscritas por Prestes nas margens e em pequenos pedaços de papel preservados entre as folhas, as já mencionadas “tirinhas” (Figura 12) escritas por Prestes. Os mais de 1400 livros (Figura 13) que compõem o acervo foram organizados por Lygia e por Anita em três categorias relacionadas ao período de aquisição e leitura: antes da prisão, durante a prisão e depois da prisão. Essa forma de organização foi mantida pela UMMA, que recentemente concluiu a catalogação de todos os livros e disponibilizou na plataforma *pergamum* no Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar¹⁴⁰.

Figura 12: Folha de papel com “tirinhas” (anotações) feitas por Luiz Carlos Prestes encontradas entre as páginas de um de seus livros



Fonte: Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico UMMA/UFSCAR

¹⁴⁰Cerca de 700 livros que integram o acervo bibliográfico de Prestes foram restaurados e encadernados em um trabalho desenvolvido pela encadernadora e restauradora Elisandra Lavínia Pinto. O processo de desenvolvimento do trabalho com os livros de Prestes foi descrito por Lavínia em uma live no canal UMMA UFSCar no youtube. Conforme: <https://www.youtube.com/watch?v=vG19zJ5jcDE> Acesso em: 25 maio 2023.

Figura 13: Estante com livros que pertenceram a Luiz Carlos Prestes



Fonte: Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico UMMA/UFSCAR

A terceira parte do trabalho de processamento do acervo de Prestes, isto é, o inventário e a catalogação do material arquivístico, está em andamento e indisponível ao público e a pesquisadores. Entre esses documentos está a correspondência da prisão publicada na obra *Anos Tormentosos*, mas também a correspondência entre Leocádia, suas filhas e Olga Benário, a qual não foi publicada com a correspondência da prisão. A salvaguarda institucional dessas cartas, assim como de outros documentos produzidos no período de prisão e de exílio amplia, sobremaneira, as possibilidades de leitura da correspondência da prisão e expõe materialmente os indícios já presentes no texto epistolar publicado, como, por exemplo a existência de muitas cópias de uma mesma carta e de cartas manuscritas e/ou datilografadas em muitos idiomas, como destacou Vera Lúcia Cóscia, bibliotecária responsável pelo processamento do acervo arquivístico, em sua fala no programa “Na Pauta” da UFSCar.

De acordo com Vera Lúcia Cóscia, os documentos reunidos e preservados por Lygia e por Anita Prestes são de difícil tratamento, pois são de tipologias diversas e foram produzidos em diferentes idiomas e suportes. Diante disso, a organização proposta por Vera Lúcia e por sua equipe foi a criação de um Fundo Luiz Carlos Prestes, dividido em séries e dossiês. As séries propostas foram as seguintes: Vida Pessoal, Vida Política, Produção Intelectual, Produção Intelectual de Terceiros, Correspondências e Homenagens Póstumas. Foram propostos, ainda, três dossiês, dedicados a três pessoas com presença marcante no acervo, quais sejam: Anita Prestes, Lygia Prestes e Leocádia Prestes.

Ao final do processamento de todo o acervo de Luiz Carlos Prestes, será possível acessar digitalmente esses documentos, por meio da plataforma *Pergamum*, e presencialmente mediante agendamento. De qualquer forma, a salvaguarda institucional desses documentos confere-lhes, por meio da possibilidade de acesso, um caráter público diferente daquele conferido às cartas pela publicação. No Fundo Luiz Carlos Prestes a série “correspondências” será parte de um conjunto maior de documentos como recortes de jornal, anotações, rascunhos, cartazes e outros materiais publicitários referentes à Campanha Prestes ou a prisão de Prestes e de Olga. A preservação das cartas da prisão percorre, nesse sentido, mais uma etapa do seu caminho, e, assim como as cartas que foram preservadas pelo Estado e que compõem o Fundo das Polícias Políticas, essas cartas também passarão a compor um outro objeto de preservação, passível de outras relações de reconhecimento.

A doação para a Biblioteca Comunitária da Universidade de São Carlos, ainda que o acervo tenha sido incorporado à estrutura da UMMA, foi um gesto no sentido de publicizar o acesso a esses documentos, já que a Biblioteca Comunitária não restringe seus serviços à comunidade acadêmica. Nesse sentido, a Coleção Luiz Carlos Prestes, estará, em breve, disponível ao público em geral, assim como já estão as coleções de Florestan Fernandes e as demais coleções preservadas pela UMMA, que hoje ocupa um espaço no prédio da Biblioteca Comunitária.

Tanto as questões mobilizadas nos eventos que levaram à publicação das cartas da prisão, quanto às circunstâncias nas quais elas foram doadas para uma instituição pública de salvaguarda, demonstram que a preservação decorrente do reconhecimento no âmbito da estima social não pode ser pensada de modo fragmentário e isolado das outras formas de reconhecimento, uma vez que, cada situação de conflito em torno da memória de Prestes, cada manifestação de reconhecimento no âmbito da memória pública, assim como, cada gesto em prol da salvaguarda do seu legado documental, mobiliza também as relações de reconhecimento mantidas no âmbito familiar, que no começo de tudo evitaram que essas cartas se perdessem em meio a uma vida de exílios e perseguições. Assim como mobiliza a noção de direito à memória, no sentido de reconhecer a importância dessas cartas como documentos de interesse público.

Nesse sentido, a presença de Prestes na memória pública, isto é, em nomes de ruas, praças e parques, assim como, em monumentos e memoriais construídos em sua homenagem ou em homenagem ao seu maior feito militar, são parte fundamental dos argumentos que sustentam a necessidade de investimento de recursos humanos e financeiros que garantam a

preservação de seu legado documental, ainda que esses documentos sejam de ordem estritamente privada, como sua correspondência da prisão.

As diferentes imagens públicas de Prestes, construídas ao longo de uma vida de ação na política – o Cavaleiro da Esperança, o líder militar inflexível, o comunista, o legislador, o símbolo histórico da esquerda brasileira –, se colocam como pontos de disputa nas relações de reconhecimento expostas nas tensões que envolvem seu nome nas manifestações da memória pública, de modo que a defesa ou o repúdio à construção ou a manutenção de lugares e monumentos em sua homenagem, constantemente apontam para uma ou outra dessas imagens, expondo, também, as suas contradições.

Desde a morte de Prestes em 1990, foram erigidos dezenas de monumentos e três memoriais em sua homenagem¹⁴¹, sendo dois deles dedicados à Coluna Prestes e um à sua vida como homem público. Em junho de 1991, o vereador carioca Emir Amed apresentou o Projeto de Lei n. 1367/91, que autorizava a criação do Memorial Luiz Carlos Prestes no âmbito do município do Rio de Janeiro. Na justificativa do projeto publicada no Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro no dia 6 de junho de 1991, a construção do memorial foi apresentada como uma justa homenagem a Prestes, mas principalmente como um espaço de preservação da memória das lutas sociais no país, como demonstra o seguinte excerto:

Com a construção do Memorial Prestes no Rio de Janeiro, criaremos um local de valorização da dignidade das lutas sociais do nosso povo. Contribuiremos para recuperar nossas raízes históricas e culturais. Criaremos um espaço de reflexão sobre os caminhos do Brasil do futuro e de propagação de documentos sobre as lutas sociais do povo brasileiro. Nesse sentido a organização e a sistematização de todo o arquivo particular de Luiz Carlos Prestes (manuscritos, biblioteca, cartas, fotografias, filmes e vídeos) será imprescindível. (RIO DE JANEIRO, 1991 p. 16)

O projeto apresentado por Emir Amed previa a salvaguarda institucional do arquivo particular de Prestes, em um espaço que seria ao mesmo tempo arquivo, museu e centro de atividades culturais, demonstrando que havia interesse por parte de setores da classe política por essa documentação. Como parte do mesmo movimento de luta por reconhecimento, antes mesmo de o projeto ser debatido na câmara de vereadores, D. Maria do Carmo e oito de seus filhos publicaram uma carta aberta, intitulada “Carta à nação”. Na referida carta, datada de 8 de julho de 1992, a viúva de Prestes e seus filhos reivindicavam o reconhecimento, por parte do

¹⁴¹Muitos desses monumentos foram projetados por Oscar Niemeyer, que também foi o responsável pelo projeto arquitetônico de dois dos três memoriais dedicados à Prestes. A título de exemplo, algumas das cidades que possuem monumentos e alusivos a Luiz Carlos Prestes e/ou à Coluna revolucionária comandada por ele: Santo Ângelo (RS), Santa Helena (PR), Arraias (TO), Tenente Portela (RS), Cratêus (CE), Palmas (TO) e São Luiz Gonzaga (RS).

Estado brasileiro, da importância de Luiz Carlos Prestes para o país, especialmente diante do que descreveram como a maior crise política e econômica da história do Brasil. Entre as reivindicações listadas na carta estava a construção do Memorial Luiz Carlos Prestes, que deveria ser construído de acordo com “as concepções histórica de Nelson Werneck Sodré, arquitetônica de Oscar Niemeyer, visual de Carlos Scliar, monumental do recém falecido Honório Peçanha e cultural de Ricardo Cravo Albin” (PRESTES, M., et al. 1992, s/d).

A publicação da carta foi seguida por uma reportagem do jornal O Globo, datada de 2 de agosto de 1992¹⁴², a qual anunciava para o dia 3 de janeiro de 1993, a inauguração do Memorial Luiz Carlos Prestes na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. De acordo com Wilson Tosta, autor da reportagem, o memorial receberia a documentação reunida por Luiz Carlos Prestes Filho em suas viagens a Moscou, em busca de documentos referentes à vida e a atuação política de seu pai nos anos de exílio. Entrevistado por Tosta, Prestes Filho disse que o memorial seria administrado por uma fundação que receberia o nome de seu pai e comentou parte da documentação reunida por ele, que incluía documentos de identidade com codinomes usados por Prestes, documentos da KGB e fotografias. Ao ser questionado quanto às críticas feitas ao projeto do memorial, respondeu que provinham de militares conservadores e de “uma esquerda que até o momento não teve a capacidade de entender a nova situação política mundial e tem uma prática orientada pelo campo socialista e pela URSS que se desfizeram” (PRESTES FILHO, 1992 *apud* TOSTA, 1992).

Debatido na Câmara de Municipal em 14 de agosto de 1992, o projeto de lei foi arquivado e o memorial da Barra da Tijuca não saiu do papel¹⁴³, até que em 1996, Prestes Filho apresentou o projeto ao então governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, que aceitou construir o memorial em Palmas. Todavia, o memorial construído em frente ao palácio do governo de Tocantins e, inaugurado no ano de 2001, não foi o mesmo anunciado pela

¹⁴²Conforme: “Memorial contará história secreta de Prestes”, O Globo, 2 de agosto de 1991. Disponível em: https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_artigos/o_globo/1992/08/02/01-primeiro_caderno/ge020892010NAC1-0001_g.jpg Acesso em: 06 jun. 2023.

¹⁴³Em 12 de agosto de 1992 o projeto do Memorial Luiz Carlos Prestes foi arquivado mediante a apresentação de projeto substitutivo, de autoria do vereador Wilson Leite Passos e subscrito por outros treze vereadores, que propunha a criação do “Memorial Revolucionários Brasileiros”, sob a justificativa de que “É natural e justo que a memória da Vida histórica do País seja preservada - até mesmo como documento e aprendizado - para as futuras gerações. Consequentemente, não deve limitar-se a um ou outro vulto, com características específicas, de caráter doutrinário ou não. Todos os vultos mais expressivos, na vida Nacional, de quaisquer tendência ou ideologias, hão que ter sua presença lembrada e as conseqüências de suas ações, assim, também, justificando-se os custos elevadíssimos de Memorial dessa ordem - sobretudo quando são escassos os recursos para outras iniciativas da mais alta e urgente necessidade social, nos diversos setores, sejam exemplos saúde, educação, habitação etc.” (RIO DE JANEIRO, 1992, p. 57). O projeto substitutivo foi arquivado pela Comissão de Justiça e Redação, de modo que nenhum dos memoriais foi construído.

imprensa carioca em 1992. O projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer¹⁴⁴ foi mantido, mas o memorial passou a se chamar “Memorial da Coluna Prestes” (Figura 14) e foi apresentado como uma homenagem ao movimento tenentista e à marcha heroica da Coluna Prestes. O Prestes comunista e exilado na URSS foi deixado de lado e substituído pelo Cavaleiro da Esperança, ou melhor, pelo Cavaleiro da Luz, nome dado à escultura de Luiz Carlos Prestes feita por Maurício Bentes, que divide o espaço externo do Memorial com o monumento escultórico, também de autoria de Bentes, em homenagem aos “18 do Forte”.

Figura 14: Memorial da Coluna Prestes – Palmas/TO



Fonte: <https://turismo.to.gov.br/>

É importante ressaltar que no contexto de construção do memorial, isto é, no início dos anos 2000, a imagem de Luiz Carlos Prestes como Cavaleiro da Esperança, tinha maior aceitação pela classe política do que a imagem do líder comunista fortemente vinculado a URSS. Dessa forma, a doação feita por Maria do Carmo e seus filhos ao memorial, restringiu-se a mobiliários e objetos de uso pessoal de Prestes ou vinculados à marcha da Coluna. Não há registro de cartas familiares de Prestes preservadas ou reproduzidas nesse memorial, assim como não há qualquer referência ao período de prisão e de exílio¹⁴⁵. No entanto, a noção de que

¹⁴⁴De acordo com a Fundação Oscar Niemeyer, o projeto feito para o Memorial Luiz Carlos Prestes que seria construído na Praça São Perpétuo, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, foi modificado por Niemeyer e construído na Praça dos Girassóis, em Palmas, Tocantins. Disponível em: <https://www.oscarniemeyer.org.br/obra/pro350> Acesso em: 12 jun. 2023.

¹⁴⁵O catálogo do Memorial da Coluna Prestes do Tocantins faz referência a correspondências de Prestes no contexto da marcha da Coluna. As cartas preservadas no memorial são de cunho político, como por exemplo: Carta do Alto Comando Revolucionário para a população de Porto Nacional, assinada por Miguel Costa, Luiz Carlos Prestes e Juarez Távora e o Manuscrito da carta do Intendente de Porto Nacional, Carlos Braga, para o comando da Coluna Prestes.

a preservação dessa ou daquela memória depende de uma escolha pela consolidação de uma imagem de Prestes em detrimento de outras, reforça a ideia de que o reconhecimento no âmbito da estima social não se restringe às políticas de acervo, mas aos discursos que as acompanham.

Todavia, o Memorial da Coluna Prestes do Tocantins não foi o primeiro com esse nome. Em 1996, seu homônimo foi inaugurado na cidade de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul (Figura 15). De acordo com Vitor (2012, p. 71), a história da construção desse memorial iniciou-se com a visita feita por Prestes a cidade de Santo Ângelo em outubro de 1984, em um evento que ficou conhecido como “Coluna Prestes – 60 anos depois”. A visita de Prestes em um contexto de transição para o regime democrático teria acirrado as disputas em torno das interpretações sobre sua trajetória política, promovendo manifestações contra e a favor do reconhecimento de sua importância para a história do país.

No final de 1995, quando o então Prefeito de Santo Ângelo, Adroaldo Loureiro (PDT), propôs a construção do Memorial da Coluna Prestes, houve igualmente manifestações contra e a favor dessa homenagem, que só se consolidou após a visita de Prestes Filho, que estava na cidade para, em parceria com a Revista Manchete, dar início ao seu projeto de percorrer o trajeto da Coluna Prestes, registrando e publicando reportagens especiais na revista. A visita de Prestes Filho deu o impulso necessário para que Adroaldo Loureiro levasse adiante seu projeto de memorial, que foi concluído e aberto ao público em 17 de dezembro de 1996.

Figura 15: Memorial da Coluna Prestes – Santo Ângelo/RS



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Outro fator relevante para a construção e para a manutenção do Memorial da Coluna Prestes na cidade de Santo Ângelo foi o turismo. A cidade, que desde os anos 1990 promovia o turismo em razão de seu passado jesuítico-indígena, viu na construção do Memorial e de dois monumentos¹⁴⁶ alusivos à Coluna Prestes, assim como no fato de a marcha da Coluna ter começado na região, pontos de interesse para o potencial turístico local. De acordo com Vitor (2012, p. 100), “o uso econômico do Memorial da Coluna Prestes através do desenvolvimento do turismo em Santo Ângelo era um dos aspectos mais ressaltados pela imprensa local”, que também divulgou a promoção, feita por agências de turismo, de marchas simuladas pelos caminhos percorridos pela Coluna Prestes na região.

Maria do Carmo e seus filhos apoiaram o projeto e foram doadores de parte do acervo hoje preservado no memorial, que assim como o memorial de Tocantins, não tem em exposição cartas privadas de Prestes, tampouco referências a sua vida como militante comunista. Mesmo que o Memorial tenha mantido como recorte temático a Coluna Prestes, nunca houve consenso quanto à necessidade de prestar homenagens a Luiz Carlos Prestes. Ainda assim, o potencial turístico do projeto e os vínculos históricos da cidade com a Coluna acabaram por vencer o debate público e o Memorial passou a integrar a rota turística da região da Missões.

Também no início dos anos 1990, em Porto Alegre, um grupo de amigos e correligionários de Prestes que acompanhavam sua trajetória política, automeados “Prestistas”, se reuniu com a intenção de homenageá-lo. Nesse contexto, o então vereador, Carlos Eduardo Vieira da Cunha (PDT), apresentou à Câmara Municipal de Porto Alegre o Projeto de Lei Complementar Legislativa n. 014/90, que autorizava o executivo municipal a edificar equipamento público de caráter cultural, e denominá-lo Memorial Luiz Carlos Prestes. Por tratar a matéria da criação de despesas ao Poder Executivo Municipal, o que é vedado aos parlamentares, o vereador apresentou o projeto ao então prefeito Olívio Dutra (PT), que o acolheu e o encaminhou por iniciativa do Executivo.

Aprovada em 18 de julho de 1990, a Lei Complementar 229/90 autorizou o Executivo Municipal a criar o Memorial Luiz Carlos Prestes. A referida lei ainda estabelecia que as placas denominativas do memorial deveriam conter abaixo do nome, as seguintes palavras: “Revolucionário, Líder Comunista e Senador da República” (PORTO ALEGRE, 1990, s/d). Nos anos seguintes à aprovação da lei, foram apresentados, por vereadores de diferentes partidos, diversos pedidos de informação sobre o Memorial e a situação que envolvia a captação de recursos para a sua construção.

¹⁴⁶Houve em Santo Ângelo a construção de dois monumentos referentes à Coluna Prestes, um deles projetado por Oscar Niemeyer e outro de autoria do escultor Maurício Bentes (VITOR, 2012).

Foram necessários 19 anos para que a construção do Memorial fosse financeiramente viável, e isso só foi possível em razão de um acordo entre a Prefeitura de Porto Alegre e a Federação Gaúcha de Futebol (FGF), firmado pela Lei n. 10.695 de 17 de junho de 2009 que autorizava o Executivo Municipal a conceder o terreno para a construção da sede da FGF e estabelecia como contrapartida que a Federação deveria custear a construção do Memorial Luiz Carlos Prestes e sua manutenção por sessenta anos.

As obras iniciadas em 2012, só foram concluídas em 2014, e a partir de então, teve início a organização do Memorial, que contou com a colaboração de Anita Prestes. De acordo com Rolim (2020):

A inauguração contou com ares de dramaticidade e, principalmente, luta. Mesmo ao final de sua construção, algumas dezenas de pessoas protestaram contra a homenagem a um “comunista assassino”. A resposta de entidades universitárias, arquitetos, urbanistas, partidos e demais organizações de esquerda foi organizada em um ato com aproximadamente uma centena de pessoas (ROLIM, 2020, p. 116).

Para além das manifestações e dos conflitos vivenciados no período, houve a apresentação de um Projeto de Lei Complementar Legislativa n. 006/17, sob autoria do vereador Wambert Di Lorenzo (PROS), que revogava a lei de criação do Memorial Luiz Carlos Prestes e instituía no mesmo espaço, o Museu da História e da Cultura do Povo Negro. O projeto de lei foi rejeitado e, finalmente, em 28 de outubro de 2017 o Memorial Luiz Carlos Prestes foi inaugurado na cidade de Porto Alegre (Figura 16).

Figura 16: Memorial Luiz Carlos Prestes – Porto Alegre/RS



Fonte: <https://www.facebook.com/MemorialPrestesRS>

Em uma entrevista concedida às vésperas da inauguração do Memorial, o então diretor, Edson Ferreira dos Santos, declarou que o espaço foi pensado de acordo com um tripé conceitual que homenageia “o patriota, o revolucionário e o comunista”, consolidando-se como um espaço da cidade de Porto Alegre e das pessoas que querem reverenciar a trajetória política de Prestes e, conseqüentemente, das lutas progressistas, de esquerda e da democracia¹⁴⁷.

Diferentemente dos outros dois memoriais, a exposição permanente que ocupa o prédio projetado por Oscar Niemeyer em homenagem ao seu amigo de longa data, atravessa a vida de Luiz Carlos Prestes desde sua juventude, passando pelos anos vividos na marcha da Coluna, o exílio na Bolívia, na Argentina e no Uruguai, a mudança para a URSS, o retorno ao Brasil, os levantes de 1935, a prisão, a experiência democrática como Constituinte e Senador da República, os anos de ditadura, a vida na clandestinidade e o novo exílio, até o seu retorno ao Brasil na redemocratização.

Ainda que o período da prisão esteja retratado com destaque nos painéis fotográficos e descrito nos textos que os acompanham, não há, no Memorial, o uso expográfico das cartas da prisão, ou mesmo qualquer menção a elas. Isso não significa dizer que a existência do Memorial e o recorte temático adotado, não tenham influência sobre os valores mobilizados na preservação da correspondência de Prestes, mesmo porque, o caráter biográfico do memorial não difere do caráter biográfico da correspondência. Nesse sentido, os argumentos que sustentam a necessidade de salvaguarda do legado arquivístico-documental Prestes, no âmbito da estima social, são os mesmos que sustentam a necessidade de um espaço dedicado à sua memória e às causas pelas quais dedicou a maior parte de sua vida.

Como parte da relação conflituosa resultante das relações de reconhecimento no âmbito da estima social, a recente candidatura do Memorial ao reconhecimento como Patrimônio Cultural fez ressurgir no debate público os argumentos que garantiram a sua criação, assim como aqueles que sustentaram as críticas à sua existência. Em 2021, a vereadora Comandante Nádia (PP) apresentou à Câmara Municipal de Porto Alegre, a Indicação de n. 132/ 21, por meio da qual propunha a mudança do nome do Memorial Luiz Carlos Prestes para Memorial Cidade de Porto Alegre. A indicação foi arquivada, mas poucos meses depois o Memorial foi tema de um outro projeto de lei, apresentado pela vereadora Fernanda Barth (PODE), sob o n. 363/22. O projeto, ainda em tramitação, desautoriza a realização de qualquer evento de cunho político, partidário ou ideológico no Memorial Luiz Carlos Prestes.

¹⁴⁷Conforme: “Memorial Prestes”, Jornal Sul21, 3 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wtJcmH5Uck> Acesso em: 26 jun. 2023.

Diante de tantos questionamentos e manifestações públicas contra e a favor do Memorial, importa destacar que, se foram poucos os questionamentos por ocasião de sua criação por lei em 1990, não o foram os debates e tentativas de embargo durante os meses que antecederam a sua abertura ao público em 2017, assim como nos anos seguintes. Essas ações não ficaram restritas a iniciativas legislativas, mas tomaram a cena pública mediante debates e protestos, que tiveram ampla repercussão na mídia regional e nacional. Nesse sentido, no âmbito da memória pública, da estima social ou de sua frustração, as disputas em torno da memória de Prestes se estenderam desde o conflito de narrativas envolvendo a família e o seu legado político, até o espaço público de representação da memória nacional, como as ruas, as praças, os monumentos e os memoriais. Em meio a essa zona de conflito estão os acervos arquivístico-documentais, que não tem a mesma visibilidade dos memoriais e monumentos, mas que estão igualmente sujeitos às oscilações das relações de poder e à insegurança do reconhecimento público.

Assim como o reconhecimento dos memoriais como Patrimônios Culturais e monumentos arquitetônicos representa uma medida de segurança diante das polêmicas que envolvem o nome de Prestes. A salvaguarda institucional e, principalmente, a publicização dos acervos epistolares por meio de sua publicação, também se colocam como obstáculos ao abandono e ao esquecimento de que são vítimas esses acervos quando os correspondentes e seus herdeiros deixam de existir. O reconhecimento no âmbito da estima social é, nesse sentido, um lugar de conflito, mas também de luta e de resistência no campo da memória pública e, no caso da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes, a quarta e mais instável trajetória de preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, inscrita nos marcos dos estudos interdisciplinares em memória social e patrimônio cultural, buscou conhecer as trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes a partir das diferentes relações de reconhecimento construídas e vivenciadas desde sua escritura até a sua salvaguarda institucional. Para isso, foi preciso considerar o caráter indiciário do texto epistolar e as singularidades das cartas como artefatos culturais inseridos no tempo e no espaço social.

Antes, porém, de percorrer os caminhos de preservação a partir dos rastros deixados no texto epistolar, nos textos da imprensa e nos discursos associados às disputas pela memória de Prestes, foi preciso compreender as cartas através dos diferentes usos e sentidos atribuídos a elas ou reconhecidos a partir delas. Com esse propósito, as noções aristotélicas de ato e de potência estabeleceram os limites da definição do objeto carta missiva para esta pesquisa. Assim, as cartas compreendidas como ato – escrita, leitura e comunicação – e como potência – memória, testemunho e documento –, expuseram a sua complexa constituição como objeto que é, a um só tempo, texto e materialidade.

Nessa perspectiva, foi possível observar as cartas escritas por Prestes ou enviadas a ele na prisão a partir dos diferentes usos e discursos a que foram submetidas ao longo dos mais de 80 anos de sua existência, sem que seu caráter fundamental, isto é, aquilo que elas são em ato, fosse desconsiderado. Desse modo, essas cartas, expostas a ambientes, mais ou menos institucionalizados, sujeitas a diferentes protocolos de leitura e submetidas às subjetividades dos correspondentes e de seus herdeiros, foram compreendidas em sua potencialidade como objetos biográficos, objetos de *status*, documentos comprobatórios e testemunhos históricos.

Foi, contudo, a partir da noção de reconhecimento que a relação existente entre os sujeitos da correspondência, seus herdeiros, as instituições no interior das quais as cartas foram produzidas ou circularam, e a sua preservação, pôde ser pensada. Assim, o percurso proposto por Ricoeur (2006), a partir das reflexões de Hegel e Honneth sobre o reconhecimento, isto é, o reconhecimento baseado no amor e nas relações pré-jurídicas, o reconhecimento vivenciado no âmbito do direito e o reconhecimento criado e mantido sob a influência da estima social, permitiu que a busca por indícios das trajetórias de preservação da correspondência de Prestes pudesse considerar diferentes motivações e, até mesmo, injunções decorrentes das relações afetivas (privadas e públicas), da exigência da lei, da burocracia institucional e das relações de poder que permeiam a memória pública.

A noção de reconhecimento como um horizonte teórico permitiu, ainda, que a escolha feita por indivíduos e instituições acerca da necessidade de guardar ou não, correspondências de ordem privada, fosse pensada para além de uma ideia genérica de atribuição de valores, colocando na “ordem do dia” questões como: a guarda a partir do hábito, a identificação de um futuro interesse público, a necessidade/vontade de lembrar, o caráter de atestação das cartas como documento, a reivindicação de um direito à memória, o respeito à norma prescrita e, no âmbito público, de uma luta por reconhecimento.

Nesse percurso, as cartas foram as protagonistas de todas as análises. Mesmo quando artigos e reportagens publicados na imprensa, biografias, memórias e entrevistas foram utilizados com o propósito de preencher as lacunas deixadas pelo texto epistolar e para caracterizar os contextos de escritura e de guarda das cartas, as cartas ditaram o ritmo e a temporalidade dessas análises, principalmente por evidenciarem as simultaneidades das narrativas construídas a partir do texto epistolar. Nas cartas, os acontecimentos vivenciados ou lembrados pelos correspondentes eram narrados a partir do ponto de vista de cada escrevente, de tal modo que a cada diálogo epistolar estudado, as mesmas questões voltavam a ser abordadas, como, por exemplo, a difícil espera por cartas e as restrições à correspondência.

As “cartas antes das cartas” apontaram para a importância de uma leitura do uso midiático das correspondências para a construção da imagem pública de Prestes antes mesmo de sua prisão, assim como para a relevância de outras correspondências, como as cartas de Sobral Pinto, para um retrato das circunstâncias nas quais teve início a correspondência de Prestes na prisão. As “cartas antes das cartas” expuseram, ainda, a estreita relação existente entre a biografia dos correspondentes e suas escolhas em relação à guarda ou ao descarte de seus papéis privados, assim como a relação possível entre a guarda de cartas e o reconhecimento do direito de herança. Todavia, foi a partir das cartas da prisão, presentes nesta pesquisa através dos diálogos epistolares de Prestes com a mãe, com a companheira e com uma de suas irmãs, que o potencial indiciário das cartas em relação à sua própria trajetória de preservação foi evidenciado.

Esses diálogos epistolares foram analisados a partir da leitura das cartas publicadas na obra *Anos Tormentosos: Correspondência da Prisão de Luiz Carlos Prestes (1936-1945)*. Desse modo, foi possível, também, considerar como parte dessa análise os indícios deixados ao longo do processo de organização e publicação das cartas, por Anita e Lygia Prestes. Além das notas explicativas com esclarecimentos sobre o uso de codinomes, cartas censuradas e cartas que nunca chegaram, havia os anexos com textos mencionados nas cartas e a publicação de

notas da censura, uma vez que parte das cartas publicadas havia sido preservada pela família e parte pelo Estado.

A correspondência de Prestes com a mãe foi fundamental para o registro de sua rotina epistolar na prisão, não apenas por constituir a maior parte das cartas escritas ou recebidas por ele até o ano de 1943, mas porque, em suas cartas para a mãe, cerca de uma ou duas por semana, Prestes comentava o envio e o recebimento de cartas das irmãs, da avó e da companheira. Além disso, tanto Prestes quanto Leocádia, depois de uma sequência de extravios, passaram a principiar suas cartas com menções às recebidas e às últimas enviadas. Essas menções, feitas a partir das datas de envio permitiram que as cartas extraviadas ou aquelas que por diferentes motivos não foram preservadas, fossem reconhecidas como parte do diálogo mantido entre eles e indiciassem a dimensão aproximada da correspondência que mantiveram. Esse dado também foi importante no sentido de evidenciar que, o fato de a publicação trazer um número maior de cartas escritas por Prestes para a mãe, do que de cartas escritas por ela ao filho, se deve mais à trajetória de preservação de cada uma delas do que ao fluxo e a regularidade de sua correspondência. Cabe observar que a mesma situação se repetiu na correspondência de Prestes com Lygia e com as outras três irmãs.

Leocádia foi uma mediadora na vida epistolar do filho na prisão. Suas cartas, muitas delas lidas através das respostas escritas por Prestes, organizavam a correspondência com Olga Benário, o envio de livros e revistas solicitados por ele, e o ajudavam a superar o isolamento, pois eram uma presença constante e uma prova de vida em um ambiente de tantas incertezas. Leocádia também mediou a relação de Prestes com o advogado e escreveu aos juízes do Tribunal de Segurança Nacional exigindo que fossem respeitados os direitos de seu filho, fazendo-se presente, através das cartas, a cada momento dos processos movidos contra ele.

Enquanto esteve viva, mesmo diante das dificuldades impostas pelo exílio, Leocádia jamais deixou de escrever ao filho, assim como não permitiu que o seu sofrimento fosse esquecido. Por meio de uma campanha internacional que mobilizou grupos, associações e indivíduos na Europa e na América, Leocádia denunciou o Estado Brasileiro e garantiu a Prestes a notoriedade que se colocou como um entrave ao potencial esquecimento decorrente do isolamento que lhe foi imposto.

As cartas de Prestes para a mãe, preservadas quase em sua totalidade, foram lidas como um relato cotidiano dos anos de prisão, mas um relato mediado pela censura, através do qual foi possível identificar indícios do funcionamento da correspondência que partia ou chegava à Casa de Correção, assim como a influência que as relações de poder decorrentes da conjuntura política do país, tinham sobre a regularidade da correspondência. Essas cartas indiciam, ainda,

o uso da proibição da correspondência de Prestes com a família como uma forma de punição que lhe foi imposta, assim como a restrição do acesso aos jornais, livros e revistas por longos períodos.

O diálogo epistolar de Leocádia com o filho expôs o panorama geral da correspondência da prisão, ou seja, o fluxo, o volume, a abrangência, a estrutura burocrática, as manifestações de Prestes em relação à importância das cartas em seu cotidiano, assim como os entraves e dificuldades impostos pela censura, pela guerra e pela polícia brasileira, mas foi preciso buscar em outros dois diálogos epistolares os indícios para preencher algumas das lacunas ainda existentes nessa história.

As cartas trocadas entre Prestes e sua companheira Olga Benário, publicadas apenas no terceiro volume de correspondências, são as cartas como maior reconhecimento público associado à biografia dos correspondentes. Essas cartas foram publicadas em coletâneas independentes e foram objeto de estudo em diversas pesquisas acadêmicas, mas para além do atributo romântico que é próprio às cartas de amor publicadas, essa correspondência também se caracteriza como um registro do diálogo epistolar entre dois prisioneiros, submetidos à institucionalização de quase todos os aspectos de sua vida, como o acesso à informação, à comunicação com a família e à privacidade.

Prestes e Olga escreveram um ao outro, com maior ou menor regularidade, entre março de 1936 – bilhetes escritos quando ambos estavam presos no Brasil – e fevereiro de 1942, quando Prestes, que não tinha notícias da companheira desde novembro do ano anterior, escreveu a ela pela última vez. Essa correspondência, em sua maioria intermediada por Leocádia e Lygia, foi objeto de comentários feitos na correspondência de Prestes com a mãe e com a irmã, os quais associados às menções feitas por Olga e por Prestes em suas cartas, evidenciaram o sistema de cópias, traduções e arquivamentos, que criou as condições necessárias para a salvaguarda dessa correspondência, ainda que majoritariamente por meio das cópias datilografadas feitas por Lygia.

As cartas escritas por Olga até janeiro de 1938, período em que pode manter a filha consigo, também serviram como um diário dos primeiros 14 meses da vida de Anita. Esse diário epistolar, cujos capítulos eram ansiosamente aguardados por Prestes e por sua família, foi descrito por ele em uma carta para a mãe como um “tesouro e uma relíquia” (PRESTES, 2000, p. 40) que lhe permitia acompanhar o desenvolvimento da filha. A preservação dessas cartas pela família foi, também, a preservação da memória dos primeiros meses da vida de Anita, os únicos que pode conviver com a mãe. Nesse sentido, a preservação dessas cartas, mais do que

as de quaisquer outras, expõe as condições nas quais o reconhecimento baseado no amor e nas relações pré-jurídicas se coloca como uma condição primeira para a salvaguarda.

Limitadas a um número estabelecido de caracteres e a duas por mês, as cartas escritas por Olga nos campos de concentração, onde esteve presa depois de ser separada da filha, também continham informações importantes sobre o funcionamento de sua correspondência com Prestes e com a família dele. Em suas cartas para o companheiro, Olga, seguidamente, mencionava sua correspondência com Leocádia, Lygia e, mais tarde, com as demais irmãs de Prestes, demonstrando a existência dessa correspondência, ainda que nenhuma dessas cartas tenha sido publicada em *Anos Tormentosos*. Além disso, seus comentários sobre o tempo de espera por cartas e sobre as cartas que recebia indiciaram, também, o funcionamento da circulação de cartas de prisioneiros nos campos de concentração nazistas. Esses indícios associados aos “documentos troféus” confiscados pelo exército russo com o fim da Segunda Guerra Mundial, nos quais constam cartas de Olga apreendidas pela Gestapo, expõem, não somente a existência de um fluxo de correspondências de Olga com a família Prestes, como também a presença constante dos agentes da censura alemã nessa correspondência.

O pouco que se sabe do cotidiano de Olga nos campos de concentração, assim como dos anseios e desejos manifestados por ela nos últimos anos de sua vida advém dessas cartas, que submetidas a diversos intermediários como Leocádia, Lygia, tradutores e censores, percorreram diferentes caminhos de preservação, evidenciados em maior ou menor grau pelo próprio texto epistolar, inserido no conjunto maior que representa a correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes. O reconhecimento da importância histórica de Olga e de Prestes no âmbito da estima social, manifestado pela presença de seus nomes nos espaços representativos da memória pública, também está associado à essa correspondência, haja vista a ampla divulgação daquela que teria sido a última carta de Olga Benário, cujas palavras “Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo”, marcaram a imagem da revolucionária judia e comunista que foi deportada, pelo governo brasileiro, grávida de sete meses para a Alemanha nazista.

Ainda que a correspondência de Prestes com a mãe e com a companheira tenha conservado indícios importantes acerca da salvaguarda de suas cartas, foram as escolhas feitas por Lygia que garantiram a existência do arquivo familiar onde foi preservada, junto de outros documentos, a maior parte da correspondência da prisão. Nesse sentido, o diálogo epistolar mantido entre Prestes e Lygia se mostrou igualmente importante, ao expor a relação de amor, respeito e dedicação vivenciada por eles, assim como as estratégias encontradas por ambos para superar as perdas e manterem-se unidos até o fim daqueles anos tormentosos.

Inicialmente, as cartas de Lygia ao irmão funcionavam como um complemento a correspondência mantida pela mãe, isso porque, em suas cartas Lygia respondia a questões feitas por Prestes à mãe, informava a situação das irmãs que viviam na URSS e colaborava com a organização para o envio de livros e revistas. Lygia também fez de sua correspondência com o irmão, um lugar para as memórias que compartilhavam, mencionando, seguidamente, os tempos de infância e projetando um futuro em que todos viveriam juntos.

Em suas cartas havia, também, referências ao trabalho desenvolvido por ela e pela mãe para garantir a correspondência de Prestes com outros membros da família, por meio da feitura de cópias e do seu envio. Essa prática, mencionada por Lygia em suas cartas, evidenciou a existência de um sistema de compartilhamento de cartas no interior da família, indicando que esse foi também um dos caminhos possíveis para a sua preservação. As cartas de Prestes à irmã também corroboram essa prática, uma vez que ele próprio afirma que ao escrever a ela também escrevia para as outras irmãs.

Com a libertação de Anita em janeiro de 1938, a correspondência de Lygia com o irmão assumiu um outro propósito. As “cartas-relatórios” que passou a escrever, se tornaram, assim como haviam sido as cartas de Olga, diários cotidianos da vida de Anita. Em sua maioria, essas cartas não foram preservadas pela família, de tal modo que, assim como as de Leocádia ao filho, o acesso a elas também se deu pela leitura das respostas escritas por Prestes. Desse modo, as cartas de Prestes à irmã nesse período expõem indícios do lugar ocupado pela correspondência na relação de Prestes com a filha, que ouvia a leitura de suas cartas e, mais tarde, passou a escrever pequenos bilhetes anexos às cartas da tia.

Foi apenas com a doença e com morte de Leocádia, em junho de 1943, que Lygia assumiu integralmente a correspondência semanal com o irmão, assim como a responsabilidade pela Campanha Prestes e pela educação de Anita. As cartas desse período, preservadas em sua maioria, mantiveram a centralidade de Anita entre os assuntos abordados, mas também trataram das mudanças nas condições da prisão de Prestes, cujo isolamento foi gradualmente reduzido, permitindo a ele receber visitas com mais frequência e reestabelecer suas relações no campo da política.

Lygia se tornou, ao longo de todos esses anos, uma segunda mãe para Anita e expressou em suas cartas, o entendimento que tinha acerca da importância de a sobrinha não ser privada da história da vida de seus pais. Em uma de suas cartas ao irmão, datada de 10 de janeiro de 1945, ela escreveu: “sempre me pareceu que se algum patrimônio tem a Anita, são precisamente os exemplos de coragem, firmeza de caráter, abnegação, etc. que lhe dão seus pais e que lhe legou a avó” (PRESTES, 2002b, p. 252). Indícios como esses permitem conjecturar que o

esforço de Lygia no sentido de organizar e manter um arquivo familiar com fotografias, recortes de jornal, livros e cartas, foi, também, um esforço no sentido de garantir à sobrinha o direito à memória de seus pais.

As cartas de Lygia, Olga e Leocádia, assim como aquelas escritas por Prestes a cada uma delas, documentaram os esforços da família e de amigos no sentido de garantir a regularidade de sua correspondência, por meio de cópias, traduções e pelo compartilhamento de algumas dessas cartas entre eles. Esses esforços ampliaram às possibilidades de preservação dessa correspondência, não só por envolverem um número maior de pessoas interessadas, mas por demonstrarem que havia uma preocupação por parte da família no sentido de guardar esses documentos.

Esses diálogos epistolares documentaram, ainda, as dificuldades enfrentadas por Prestes e por sua família para manter uma correspondência regular em ambientes fortemente institucionalizados e sob o filtro constante da censura. As referências às cartas extraviadas e censuradas, assim como aos longos períodos de espera pelo envio e pelo recebimento de cartas na Casa de Correção e nos campos de concentração onde Olga esteve presa, evidenciaram uma segunda trajetória de preservação dessas cartas, isto é, a salvaguarda por exigência legal.

Em 1945, quando Prestes foi anistiado e Anita e Lygia puderam voltar ao Brasil, teve início um novo momento para a história de preservação dessas cartas, momento que foi relembrado por Lygia e Anita quando escreveram o texto de apresentação para a publicação da correspondência da prisão, cerca de 50 anos depois de seu retorno ao Brasil. A vida sob constante vigilância da polícia, as estratégias de Lygia para manter as cartas em segurança, distribuindo-as pela casa de amigos, assim como as perseguições e os anos de exílio, também foram mencionados por Anita em suas memórias, demonstrando que o mesmo interesse manifestado por Lygia enquanto ainda escrevia ao irmão na prisão, se manteve e foi compartilhado com a sobrinha, que no retorno ao Brasil depois dos anos de exílio, reuniu, junto com a tia, os documentos que haviam ficado no país, organizando novamente o arquivo familiar.

A morte de Prestes em 1990, estabeleceu um novo marco para a preservação da correspondência da prisão. A sua morte desencadeou uma disputa pública pelo seu legado político, envolvendo a família, correligionários e agremiações partidárias que reivindicavam para si a memória de Prestes. Os conflitos familiares ganharam as manchetes de jornal e em poucos anos, livros, entrevistas e documentários foram produzidos, assim como foram construídos monumentos e memoriais à Coluna Prestes. Nesse contexto, também marcado pela redemocratização do país depois de mais de duas décadas de ditadura, as disputas em torno da

memória de Prestes fizeram com que a preservação de quaisquer documentos associados ao seu nome fosse potencialmente de interesse público.

Em 1992, quando as cartas de Prestes salvaguardadas por exigência legal foram integradas ao acervo do APERJ, parte da correspondência da prisão passou a fazer parte do Fundo das Polícias Políticas, reconhecido como um conjunto de documentos de fundamental importância na luta por justiça e reparação promovida pelas vítimas da ação repressiva do Estado. Alguns anos depois, em 1994, uma outra parte dessa correspondência, aquela preservada pela família, passou a ser copiada e organizada para a publicação, que só foi possível seis anos depois, graças a um acordo firmado entre o APERJ e Anita e Lygia Prestes.

A publicação dessa correspondência reuniu pela primeira vez as cartas preservadas pela família e aquelas apreendidas ou copiadas pela polícia, estendendo aos documentos preservados por Anita e Lygia Prestes o mesmo reconhecimento público daqueles preservados pelo Estado. Essas cartas, como escreveu o então Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, transformaram-se, pela publicação, em textos públicos e “consequentemente, em documentos políticos” (PINAUD, 2000, p. 13). A publicização dessas cartas, depois de uma década de intensa disputa pela memória de Prestes, colocou em evidência o potencial dos textos epistolares como documentos de interesse público e a sua preservação no âmbito do reconhecimento baseado na estima social.

Cerca de 18 anos depois da publicação da correspondência da prisão, mais ou menos na mesma época em que Anita Prestes doou o acervo familiar referente ao seu pai para a Biblioteca Comunitária da UFSCar, as cartas de Prestes voltaram a ocupar as manchetes dos jornais, quando um conjunto com mais de 300 cartas escritas a ele no período de prisão foi anunciado em um leilão no Rio de Janeiro. A disputa judicial entre Anita Prestes e os proponentes do leilão, colocou em questão o caráter privado da correspondência, os sentidos e valores reconhecidos e/ou atribuídos a essas cartas, assim como o direito de herança reivindicado por Anita. O leilão, que não aconteceu, chamou a atenção para o valor pecuniário atribuído a essas cartas, baseado, também, no reconhecimento no âmbito da estima social, isto é, no reconhecimento histórico dos correspondentes, assim como no lugar ocupado por eles na memória pública.

É importante ressaltar que, no caso dessas cartas familiares, o reconhecimento público da importância da biografia dos correspondentes está diretamente relacionado aos argumentos que sustentam a sua salvaguarda institucional. Nesse sentido, a salvaguarda está sujeita às oscilações das relações de poder que permeiam o reconhecimento público, isto é, a depender das narrativas vigentes e dos valores que as sustentam, alguns acervos correm maior ou menor

risco de abandono. Isso não significa dizer que essa situação não seja igualmente recorrente nas trajetórias de preservação de outras tipologias de acervo, mas que a preservação das correspondências de ordem privada pode facilmente ser relegada às subjetividades dos correspondentes e de seus herdeiros, a menos que seja resgatada pelo argumento, igualmente subjetivo, do interesse público.

Ao longo desta pesquisa, guiada pela noção ginzburguiana de indício, confirmou-se a hipótese de que as trajetórias de preservação ou de abandono começam ainda durante a vigência da correspondência e deixam rastros no texto epistolar, por meio dos quais é possível fazer uma leitura das relações de reconhecimento vivenciadas entre os correspondentes. Essas relações mantidas pela memória e manifestadas pelo gesto da guarda ou do abandono, não se esgotam nas relações familiares baseadas no amor e nos vínculos afetivos, elas se estendem até uma noção de reconhecimento no plano jurídico, onde são mediadas pelas limitações impostas pela instituição do direito, como no caso do direito à memória, do direito à comercialização de cartas famosas, ou, ainda, do direito à privacidade e a não publicização de cartas privadas. Todavia, são as relações de reconhecimento mantidas a partir da publicização dos acervos epistolares, seja por meio de sua publicação, seja por meio de sua exposição pública pela imprensa ou em museus e galerias, que os argumentos baseados na estima social, isto é, baseados nos valores compartilhados por uma coletividade em um dado tempo e espaço, mediados pelas relações de poder que autorizam discursos e práticas, e colocam a preservação de acervos epistolares de ordem privada no campo das disputas pela memória e da manutenção da memória pública.

Ao fim desse percurso em busca de indícios que pudessem contar a história dessas cartas, dos lugares que ocuparam, das pessoas que envolveram e das vidas que testemunharam, foi preciso afastar o olhar para poder observar as relações estabelecidas entre cada uma das trajetórias de preservação identificadas. A família, o Estado, a lei e a estima social não estabeleceram fronteiras rígidas para as relações de reconhecimento que sustentaram argumentos, escolhas e gestos em prol da preservação das cartas de Prestes e de sua família. Os fios que entrelaçados contam essa história partem de um mesmo lugar: o texto epistolar. Daí a importância de considerar o potencial indiciário dessas cartas escritas em situação de exílio e privação de liberdade, atravessadas por diferentes instâncias de poder, reivindicadas como direito e, muitas vezes, proibidas como punição. Essas cartas não podem ser lidas apenas como documentos históricos, mas, como afirma Ginzburg (2007, p. 11) ao tratar da relação entre o verdadeiro, o falso e o fictício, precisam ser lidas como textos “entranhados de história”.

REFERÊNCIAS

- ABAL, Felipe Cittolin. Getúlio Vargas e o Supremo Tribunal Federal: uma análise do habeas corpus de Olga Prestes. **Antíteses**, v. 10, n. 20, p. 881-900, jun/dez. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6336831.pdf> Acesso em: 20 jun. 2023.
- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ALCOFORADO, Mariana. **Cartas Portuguesas**. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- AMADO, João Jorge. Apresentação. In. AMADO, Jorge. **Toda saudade do mundo**: a correspondência de Jorge Amado e Zélia Gattai: do exílio europeu à construção da Casa do Rio Vermelho (1948-67). Organização e notas de João Jorge Amado. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 11-16.
- AMADO, Jorge. **Toda saudade do mundo**: a correspondência de Jorge Amado e Zélia Gattai: do exílio europeu à construção da Casa do Rio Vermelho (1948-67). Organização e notas de João Jorge Amado. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. **O Cavaleiro da Esperança**: vida de Luís Carlos Prestes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- AMARAL, Glória Carneiro do. Sévigné em ação: Sévignações. In. GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (org.). **Prezado senhor, Prezada senhora**: estudo sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 19-33.
- APERJ. **Fundo POL - Polícias Políticas do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://base.aperj.rj.gov.br/index.php/pol-cias-pol-ticas-do-rio-de-janeiro> Acesso em: 07 mai. 2023.
- ARENDT, Hannah. **Rahel Varnhagen**: a vida de uma judia alemã na época do Romantismo. Trad. Antônio Trânsito e Gernot Kludasch. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Leonel Vallandro. Prefácio David Ross. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ASSUNÇÃO, Moacir. **Luiz Carlos Prestes**: um revolucionário Brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora. 2007.
- BEM, Jeanne. Le statut littéraire de la lettre. In: FRANÇON, André; GOYARD, Claude. **Les correspondances inédites**. Paris: Economica, 1984. p. 113-116.
- BENARIO, Olga; PRESTES, Luiz Carlos. **Die Unbeugsamen**: Briefwechsel aus Gefängnis und KZ (German Edition). COHEN, Robert (org). Wallstein Verlag. Edição do Kindle, 2013.
- BETTIOL, Maria Regina Barcelos. Mário de Andrade e a especificidade do gênero epistolar: o esboço de uma teoria. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 65, dez. 2016. p.227-236.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/bloch-m-apologia-da-histc3b3ria.pdf> Acesso em: 05 abr. 2021.

BONZOUMET, Liane Campos. **De amnésia á anamnese**: patrimônio, memória e esquecimento no último esconderijo de Olga Benário. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2021.

BORGES, Marlene. Cartas Ad. Familiares VII, 1 – 4: Cícero a Marco Mário Introdução, tradução e notas. Rónai: **Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios**, V.3 n.1 pp. 76-89, UFJF, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23126/12792> Acesso em: 12 fev. 2021.

BOSI, Ecléa Bosi. **O tempo vivo da memória**: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAGA, Paula Lou’Ane Matos. **O Governo de Bernardes e a Liga das Nações**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial União, 09 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, Atualiza e Consolida A Legislação Sobre Direitos Autorais e Dá Outras Providências. Brasília, DF: Diário Oficial União, 20 fev. 1998. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243240/L9610.1998.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Congresso. Senado. **Decreto Legislativo nº 89, de 03 de dezembro de 1998**. Aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos a interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do art. 62 daquele instrumento internacional. Brasília, DF: Diário Oficial do Senado Federal, 04 dez. 1998. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DLG&numero=89&ano=1998&ato=782kXQE1EeNpWTd13> Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002**. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10559&ano=2002&ato=26fETQq5ENNpWTb4c> Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973**. Regula os direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial União, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5988.htm Acesso em 18 jul. 2023.

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.** Reconhece Como Mortas Pessoas Desaparecidas em Razão de Participação, Ou Acusação de Participação, em Atividades Políticas, no Período de 02/09/1961 A 15/08/1979, e Dá Outras Providências. Brasília, DF: Diário Oficial União, 05 dez. 1995. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9140&ano=1995&ato=474ITUq5UeJpWTf0b> Acesso em: 18 jul. 2023.

BRITO, Mário da Silva. **O Fantasma sem castelo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CAMINHA, **Pero Vaz de. Carta de Pero Vaz de Caminha.** Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf Acesso em: 20 abr. 2023.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, Nelson. Apresentação. In. SENADO FEDERAL. **Arquivo Secreto do Senado Federal.** V.1. Relatório da Comissão Especial Instituída pelo Ato nº 7, de 1990, do Presidente do Senado Federal, destinada a avaliar a documentação secreta. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/pdf/arquivo-secreto-vol.-i> Acesso em: 18 jul. 2023.

CARONE, E. Entrevista: Luís Carlos Prestes. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], n. 33, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.15.v0n33.2179. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2179> Acesso em: 12 jul. 2023.

_____. **A República Velha:** II evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1983.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In. CHARTIER, Roger (org.). **História da Vida Privada:** da Renascença ao Século das Luzes. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 113-162.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. **A história cultural:** entre práticas e representações. 2ª ed. Trad. Maria Manuela Galhardo. Algés – Portugal: Difel, 2002.

CIVITA, Victor. Advertência do editor. In. LACLOS, Pierre Ambroise François Chordelos de. **As relações Perigosas.** Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

COHEN, Robert. **Der Vorgang Benario:** Die Gestapo-Akte 1936-1942 (German Edition). Edition Berolina. Edição do Kindle, 2016.

COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935.** Natal: EDUFRN, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrrn.br/jspui/bitstream/123456789/19524/1/A%20Insurreicao%20Comunista%20de%201935.pdf> Acesso em 20 abr. 2023.

COUTINHO, Amélia. Heráclito Fontoura Sobral Pinto. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/heraclito-fontoura-sobral-pinto> Acesso em: 20 jun. 2023.

CUNHA, Maria Teresa S. Essa coisa de guardar... homens de letras e acervos pessoais. **História da Educação (ASPHE)**, v. 12, n. 25, p. 109-130, 2008.

_____. A escrita epistolar e a história da educação. In: **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, 25., 2002, Caxambu. Anais [...]. Caxambu, 2002. Disponível em: Disponível em: <http://25reuniao.anped.org.br/posteres/mariateresasantoscunhap02.rtf> Acesso em: 14 mai. 2020.

DALTOZO, José Carlos. **Cartão-postal, arte e magia**. Presidente Prudente: Gráfica Cipola, 2006.

DANTAS, Fabiana Santos. **O direito fundamental à memória**. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Jurídicas, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4176?mode=simple> Acesso em: 25 jan. 2023.

DARTON, Robert. História da Leitura. In. BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 203-242.

DIAZ, Brigitte Diaz. **O gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade: Formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX**. Trad. Brigitte Hervot e Sandra Ferreira. Editora da USP, 2016.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A contestação necessária**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FISCHER, Steven Roger. **História da Escrita**. Trad. Mirna Pinsky. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. **História da Leitura**. Trad. Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In. FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.203-222.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, nº 21, p. 59-87, 1998.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. Em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez editora, 1981.

GASTAUD, Carla Rodrigues. **De Correspondências e Correspondentes: Cultura Escrita e Práticas Epistolares no Brasil entre 1880 e 1950**. Tese de doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Educação, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, Escrita da História: a título de prólogo. In: **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

_____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, vol. 11, n. 21, p. 121- 127, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069> Acesso em: 20 mai. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Les Presses universitaires de France, 1952.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas Epistolares**. Trad. Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Editora da USP, 2016.

HELM, Sarah. **Se isto é uma mulher: dentro de Ravensbrück: o campo de concentração de Hitler para mulheres**. Trad. Ana Saldanha. Lisboa: Editorial Presença, 2015.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

JORDÃO, Sabrina Sena de. **Luiz Carlos Prestes: objetos pessoais que constituem as Coleções Especiais da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de São Carlos, Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação, 2019.

LACLOS, Pierre Ambroise François Chordelos de. **As relações Perigosas**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEJEUNE, Philippe. **Le pacte autobiographique**. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

LEVI, Primo; BENEDETTI, Leonardo. **Assim foi Auschwitz: Testemunhos 1945-1986**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LOUREIRO, Isabel. Apresentação ao terceiro volume. In: LUXEMBURGO, Rosa. **Cartas: volume III**. Organização de Isabel Loureiro. Tradução de Luiz Frungillo (alemão). Pedro Leão da Costa Neto e Grazyna Maria Asenko da Costa (polônês). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MAGALHÃES, Mário. **Cartas para Luiz Carlos Prestes que vão a Leilão por R\$ 350 mil pertenceram a acervo público**. The Intercept -Brasil, 2018. Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/2018/11/20/cartas-prestes-leilao-acervo-publico/> Acesso em: 24 jun. 2023.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... In. HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. **Pensar Arquivos**. Trad. Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MESTERS, Carlos. **Paulo Apóstolo**: um trabalhador que anuncia o Evangelho. São Paulo: PAULUS, 2008.

MITCHELL, D.C. **The Process of Reading**: Cognitive Analysis of Fluent Reading and Learning to Read. Chichester e Nova York, 1982.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes**: Lutas e autocríticas. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MÜLLER, Fernanda. **Correspondências de Clarice Lispector**: da remetente à escritora de literatura. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 37 (3): 317-324, set.-dez. 2008.

NEVES, Gabrielle Marques. **Análise das cartas de Heloísa de Argenteuil na Correspondência com Abelardo**: amor e violência no século XII. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2017.

NIN, Anaís. **Henry & June**: diários não expurgados de Anaís Nin (1931-1932). Trad. Rosane Pinho. Porto Alegre: L&PM, 2014.

_____. **Fogo**: diários não expurgados de Anaís Nin (1934-1937). Trad. Guilherme da Silva Braga. Porto Alegre: L&PM, 2011.

_____. **Incesto**: diários não expurgados de Anaís Nin (1932-1934). Trad. Guilherme da Silva Braga. Porto Alegre: L&PM, 2008.

OLIVEIRA, Raphael Corrêa. **Na residência de D. Leocádia Prestes mãe de Luiz Carlos Prestes. Diário da Noite**. São Paulo, 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093351/446> Acesso em: 25 abr. 2023.

PERLES, João Batista. **Comunicação**: conceitos, fundamentos e história. 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf> Acesso em: 06 abr. 2021.

PINAUD, João Luiz Duboc. Palavras Prévias. In. PRESTES, Luiz Carlos. **Anos Tormentosos**: Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945), volume 1. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000. p.13-14.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. As cartas falsas: cabalas na Primeira República. In. GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (org.). **Prezado senhor, Prezada senhora**: estudo sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 251-259.

PLATÃO. **Fedro ou da Beleza**. Trad. Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

PORTO ALEGRE (Município). **Lei Complementar nº 229, de 18 de julho de 1990**.

Autoriza o executivo municipal a edificar equipamento público de caráter cultural, denominando-o Memorial Luís Carlos Prestes, e cria fundo especial de natureza contábil própria. Porto Alegre, RS, Disponível em: <http://leismunicipa.is/aumcg> Acesso em: 18 jul. 2023.

PORTO ALEGRE (Município). **Lei nº 10.695, de 17 de junho de 2009**. Autoriza o executivo municipal a conceder o uso de terreno à Federação Gaúcha de Futebol, estabelece contrapartida para essa concessão e dá outras providências. Porto Alegre, RS, Disponível em: <http://leismunicipa.is/nsjhd> Acesso em: 18 jul. 2023.

PORTO ALEGRE (Município). **Projeto de Lei Complementar nº 00790/17, de 08 de março de 2017**. Denomina Museu da História e da Cultura do Povo Negro o equipamento público localizado no terreno discriminado como área B no anexo, altera o caput do art. 1º e os INCS. I e III do caput do art. 2º e revoga o art. 3º, o art. 4º e seu parágrafo único e o art. 5º, seus INCS. I e II e seu parágrafo único, todos da Lei nº. 10.695, de 17 de junho de 2009, que autoriza o executivo municipal a conceder o uso de terreno à Federação Gaúcha de Futebol, estabelece contrapartida para essa concessão e dá outras providências -; e revoga a lei complementar nº 229, de 18 de julho de 1990 – que autoriza o executivo municipal a edificar equipamento público de caráter cultural, denominando-o Memorial Luís Carlos Prestes, e cria fundo especial de natureza contábil própria. Proc. Nº 00790/17 - Plcl 006/17. Porto Alegre, RS, Última Tramitação: 27/10/2017. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/131069> Acesso em 18 jul. 2023.

PORTO, Maria Bernadette. **História do exílio no feminino**: Les Lettres chinoises e lettres parisiennes. In. CANADART, 13., Salvador: UNEB, 2005. 11-23.

PRESTES FILHO, Luiz Carlos. **TJ do Rio decide devolver cartas de Olga Benário e Prestes para a filha do casal**. Entrevistado por Juliana Dal Piva. *O Globo*, 14 de março de 2019. <https://oglobo.globo.com/politica/tj-do-rio-decide-devolver-cartas-de-olga-benario-prestes-para-filha-do-casal-23522717> Acesso em 27 jul. 2023.

_____. **Memorial contará história secreta de Prestes**. Entrevistado por Wilson Tosta. *O Globo*, 2 de agosto de 1991. Disponível em: https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_artigos/o_globo/1992/08/02/01-primeiro_caderno/ge020892010NAC1-0001_g.jpg Acesso em: 10 jun. 2023.

PRESTES, Anita Leocádia. **Entrevista concedida a Mariana Pezzo**. Na Pauta (live), Dez. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HFDgc16KCAQ> Acesso em: 25 mai. 2023.

_____. **Entrevista. [Nov. 2021]**. Entrevistador: Cristiéle Santos de Souza. Entrevista via internet. 1arquivo mp4 (56 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice 4 desta tese.

_____. As cartas de Luiz Carlos Prestes que iriam a leilão. **Germinal Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 653-661, abr. 2021b. Disponível em: https://www.ilcp.org.br/prestes/images/stories/doc/AS_CARTAS.pdf Acesso em 13 jul. 2023.

_____. **Viver é tomar partido:** memórias. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Cartas de Prestes e Olga que iam a leilão podem ter sido levadas do PCB.** Entrevistada por Juliana Dal Piva. O Globo, Dez. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/cartas-de-olga-prestes-que-iam-leilao-podem-ter-sido-levadas-do-pcb-23273469> Acesso em: 13 jul. 2023.

_____. **Olga Benário Prestes:** uma comunista nos arquivos da Gestapo. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Luiz Carlos Prestes:** um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos no Brasil:** uma emocionante história de solidariedade internacional. São Paulo: Expressão Popular, 2015b.

_____. **Luiz Carlos Prestes – patriota, revolucionário, comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRESTES, Anita Leocádia; PRESTES, Lygia. Apresentação. In. PRESTES, Luiz Carlos. **Anos Tormentosos:** Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945), volume 1. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000. p. 15-21.

PRESTES, Leocádia Felizardo. **Carta de Leocádia Prestes ao Supremo Tribunal Militar** (Paris, 14 de maio de 1937). In. ILCP, 2012. Disponível em: https://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=247:mae-coragem&catid=30:sobre-do-leocadia&Itemid=165 Acesso em: 25 jun. 2023.

PRESTES, Luiz Carlos. **Anos Tormentosos:** Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945), volume 2. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

_____. **Anos Tormentosos:** Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945), volume 3. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002b.

_____. **Anos Tormentosos:** Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945), volume 1. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

PRESTES, Lygia. **Leocádia Prestes. Mãe Coragem!** 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/livros/leocadia.pdf> Acesso em: 10 jul. 2023.

_____. **“Cartas Reveladoras”,** Tribuna da Imprensa. Entrevistada por Marlene Monteiro. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2003. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_06/18717 Acesso em: 25 mai. 2023.

PRESTES, Maria, *et al.* **Carta à nação exigindo o reconhecimento da importância de Luiz Carlos Prestes pelo governo do Brasil.** 1992. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1349377.pdf Acesso em: 10 jul. 2023.

PRESTES, Maria. **Meu Companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

QUILLICI, Mariana Bisai. **Epístolas de amor e de guerra: O espaço biográfico nas cartas de Olga Benário**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Pós-Graduação em Letras, 2015.

RAMOS, Marcelo Gonçalves. **Velho como o jornal de hoje: a Intentona Comunista nas páginas d'O Globo**. Anais do Seminário Internacional em Memória Social, 2016. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0134/NOR0134_10.PDF Acesso em: 25 abr. 2023.

RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In. CHARTIER, Roger (org.). **História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 211-262.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Percorso do Reconhecimento**. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. **Do texto a ação**. Trad. Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Réis Editora, 1989.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei Nº 2027/1992 nº 2027, de 29 de julho de 1992**. Autoriza o poder executivo a transferir as fichas e documentos do extinto DOPS para o arquivo público do estado e dá providências. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial, 07 ago. 1992. v. 1. Disponível em: https://silep.fazenda.rj.gov.br/index.html?lei_2027_29071992.htm Acesso em: 18 jul. 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). **Projeto de Lei nº 1367/91, de 04 de junho de 1991**. Autoriza a criação do Memorial Luiz Carlos Prestes, no âmbito do município do Rio de Janeiro. Tramitação do Projeto de Lei 1367/91. Disponível em: http://www.camara.rj.gov.br/spl/spl_tramit_proj_assunto.php?id=5582 Acesso em: 18 jul. 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). **Projeto de Lei Substitutivo nº 1, de 13 de agosto de 1991**. Autoriza a criação do “Memorial Revolucionários Brasileiros”, no âmbito do município do Rio de Janeiro. Substitutivo no 1. Rio de Janeiro, RJ: Diário da Câmara Municipal, 13 ago. 1992. p. 57-57. Disponível em: <https://dcmdigital.camara.rj.gov.br/web/viewer.html?file=../storage/files/1992/8/19920813357E470F.pdf> Acesso em: 18 jul. 2023.

RIO DE JANEIRO. Juizado Especial Cível Fazendário. **Sentença nº 0275434-76.2018.8.19.0001**. Anita Leocadia Prestes. Soraia Cals. Rio de Janeiro, RJ, 12 de março de 2019. Processo Eletrônico. Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Terceira Turma Recursal). **Súmula do Recurso Inominado Nº 0275434-79.2018.8.19.0001 nº 2019.700.530575-8, Antecipação de Tutela**. Recorrentes: Carlos Otávio Gouvêa de Faria; Soraia Carls. Recorrido: Anita Leocadia Prestes. Relator: Arthur Eduardo Magalhães Ferreira. Rio de Janeiro, RJ, 29 de maio de 2019b. Súmula: Negando provimento aos recursos. Rio de Janeiro.

ROCHA, Vanessa Mussoni. **Por um protocolo de leitura do epistolar**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2017.

RODA VIDA. **Entrevista de Luiz Carlos Prestes 1986**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aKkCysZb0V0> Acesso em: 25 jun. 2023.

ROLIM, Gustavo Koszeniewski. O Memorial Luis Carlos Prestes, a materialização de uma história: possibilidades na educação patrimonial. Revista História & Luta de Classes, 2020.

ROLIM, Gustavo Koszeniewski. **Herança, Esperança e Comunismo: Luiz Carlos Prestes e o movimento comunista brasileiro – documentos (1980-1995)**. Marília: Lutas Anticapital, 2020b.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Júlia ou a Nova Heloísa**. Trad. Fúlvia Moretto. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

SANTOS, Maria Eduarda Bandeira Cardoso dos. A relação entre ato e potência na metafísica de Aristóteles. **Revista Húmus**, nº 7, p. 111-121 Jan/Fev/Mar/Abr. 2013. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1504> Acesso em 11 mar. 2021.

SENADO FEDERAL. **Arquivo Secreto do Senado Federal. V.1**. Relatório da Comissão Especial Instituída pelo Ato nº 7, de 1990, do Presidente do Senado Federal, destinada a avaliar a documentação secreta. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/pdf/arquivo-secreto-vol.-i> Acesso em: 18 jul. 2023.

SILVA, Raquel Afonso da. **Entre livros e leituras: um estudo de cartas de leitores**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas. Campinas, 2009.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo comunistas**. Introdução, notas e organização de Ary Quintella. Belo Horizonte: Editora, 1979.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e a correspondência de Prestes. In. PRESTES, Luiz Carlos. **Anos Tormentosos: Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945)**, volume 1. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000. s.d.

SOUZA, Cristiéle Santos de. **Escrever, Guardar, Lembrar**: os copiadores de cartas de Dom Joaquim Ferreira de Mello. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, 2014.

TIN, Emerson (org.). **A arte de escrever cartas**: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. TOTA, Anna Lisa. *Memoria Pública*. In. VINYES, Ricard. **Diccionario de la memoria colectiva** (Historia nº 33004) (Spanish Edition) (p. 401). Gedisa Editorial. Edição do Kindle.

TVURN. **Memória Viva Luiz Carlos Prestes 1987**. Youtube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9l8VSfwdDxA&t=8s> Acesso em: 20 abr. 2023.

UFSCAR- Oficial. **Na Pauta**. Youtube, 2022. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=HFDgc16KCAQ> Acesso em: 25 mai. 2023.

VENTER, Sahm. Uma nota sobre as cartas. In. MANDELA, Nelson. **Cartas da prisão de Nelson Mandela**. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Todavia, 2018.

VEYZON, Campos Muniz. O caso Olga Benario Prestes: um estudo crítico sobre o habeas corpus nº 26.155/1936. **Revista Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 36-60, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/download/9065/6598/0> Acesso em: 20 jun. 2023.

VIANNA, Marly de A.G. As rebeliões de novembro de 1935. **Revista Novos Rumos**, nº 34, 2003. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0134/NOR0134_10.PDF Acesso em: 20 abr. 2023.

VITOR, Amilcar Guidolim. **A Coluna Prestes em Santo Ângelo/RS**: Recorrendo-se ao passado para erigir um patrimônio. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria, Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, 2012.

WERNER, Ruth. **Olga Benario**. Berlim: Verlag Neues Leben, 1962.

ZIMBRÃO, Sandra de Brito Bezerra. O tom confessional e autobiográfico na epistolografia de Machado de Assis. Dissertação de Mestrado – Universidade Aberta, Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa – Investigação e Ensino, 2016. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6603/1/TMELP_SandraZimbrao.pdf Acesso em: 25 abr. 2023.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Tabelas – Correspondência entre Luiz Carlos Prestes e Leocádia Felizardo Prestes em números.

CARTAS DE LEOCÁDIA FELIZARDO PRESTES PARA LUIZ CARLOS PRESTES		
1936		
1	31 de dezembro (não foi recebida) - Paris	Publicada em PRESTES, 2000.
2	Telegrama 31 de dezembro (não foi recebido) - Paris	Publicada em PRESTES, 2000.
1937		
1	11 de março - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 16 de março de 1937 (PRESTES, 2000)
2	20 de março - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 31 de março de 1937 (PRESTES, 2000)
3	10 de abril - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 21 de abril de 1937 (PRESTES, 2000)
4	17 de abril - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 14 de maio de 1937 (PRESTES, 2000)
5	24 de abril - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 14 de maio de 1937 (PRESTES, 2000)
6	8 de maio - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 24 de maio de 1937 (PRESTES, 2000)
7	15 de maio - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 24 de maio de 1937 (PRESTES, 2000)
8	22 de maio - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 3 de junho de 1937 (PRESTES, 2000)
9	29 de maio - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 22 de junho de 1937 (PRESTES, 2000)
10	5 de junho - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 22 de junho de 1937 (PRESTES, 2000)
11	19 de junho - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 29 de junho de 1937 (PRESTES, 2000)
12	30 de junho - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 9 de julho de 1937 (PRESTES, 2000)
13	03 de julho - Paris	Publicada em PRESTES, 2000

14	10 de julho - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
15	17 de julho - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
16	31 de julho - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
17	7 de agosto - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 13 de agosto de 1937 (PRESTES, 2000)
18	18 de agosto - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
19	21 de agosto - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
20	25 de agosto - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
21	28 de agosto - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 10 de setembro de 1937 (PRESTES, 2000)
22	1 de setembro - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
23	8 de setembro - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
24	15 de setembro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 28 de setembro de 1937 (PRESTES, 2000)
25	18 de setembro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 28 de setembro de 1937 (PRESTES, 2000)
26	22 de setembro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 5 de outubro de 1937 (PRESTES, 2000)
27	25 de setembro - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
28	29 de setembro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 12 de outubro de 1937 (PRESTES, 2000)
29	2 de outubro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 19 de outubro de 1937 (PRESTES, 2000)
30	9 de outubro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de outubro de 1937 (PRESTES, 2000)
31	13 de outubro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de outubro de 1937 (PRESTES, 2000)
32	16 de outubro - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
33	23 de outubro - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
34	30 de outubro - Paris	Publicada em PRESTES, 2000
35	13 de novembro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 3 de dezembro de 1937 (PRESTES, 2000)
36	17 de novembro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 3 de dezembro de 1937 (PRESTES, 2000)
37	18 de dezembro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes para a avó em 22 de dezembro de 1937 e na carta para a mãe em 28 de dezembro do mesmo ano (PRESTES, 2000)

38	22 de dezembro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 28 de dezembro de 1937 (PRESTES, 2000)
39	25 de dezembro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 4 de janeiro de 1938 (PRESTES, 2000)
40	29 de dezembro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 4 de janeiro de 1938 (PRESTES, 2000)
Obs.: No dia 11 de agosto Leocádia enviou uma carta ao então Ministro da Justiça publicada em PRESTES, 2000.		
1938		
1	1 de janeiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de janeiro de 1938 (PRESTES, 2000)
2	5 de janeiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de janeiro de 1938 (PRESTES, 2000)
3	8 de janeiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 18 de janeiro de 1938 (PRESTES, 2000)
4	12 de janeiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 18 de janeiro de 1938 (PRESTES, 2000)
5	15 de janeiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 25 de janeiro de 1938 (PRESTES, 2000)
6	22 de janeiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 1 de fevereiro de 1938 (PRESTES, 2000)
7	26 de janeiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 1 de fevereiro de 1938 (PRESTES, 2000)
8	29 de janeiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 8 de fevereiro de 1938 (PRESTES, 2000)
9	9 de fevereiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 15 de fevereiro de 1938 (PRESTES, 2000)
10	16 de fevereiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 22 de fevereiro de 1938 (PRESTES, 2000)
11	19 de fevereiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 28 de fevereiro de 1938 (PRESTES, 2000)
12	12 de março - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 22 de março de 1938 (PRESTES, 2000)

13	19 de março - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 29 de março de 1938 (PRESTES, 2000)
14	23 de março - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de abril de 1938 (PRESTES, 2000)
15	30 de março - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de abril de 1938 (PRESTES, 2000)
16	2 de abril - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de abril de 1938 (PRESTES, 2000)
17	6 de abril - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de abril de 1938 (PRESTES, 2000)
18	9 de abril - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de abril de 1938 (PRESTES, 2000)
19	13 de abril - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de abril de 1938 (PRESTES, 2000)
20	16 de abril (extraviada) - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 2 de maio de 1938 (PRESTES, 2000)
21	23 de abril - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 2 de maio de 1938 (PRESTES, 2000)
22	30 de abril - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 10 de maio de 1938 (PRESTES, 2000)
23	4 de maio - acusada como recebida apenas em 14 de junho - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 17 de maio de 1938 (PRESTES, 2000)
24	7 de maio - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 17 de maio de 1938 (PRESTES, 2000)
25	11 de maio - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 24 de maio de 1938 (PRESTES, 2000)
26	14 de maio - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 24 de maio de 1938 (PRESTES, 2000)
27	18 de maio - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 24 de maio de 1938 (PRESTES, 2000)
28	21 de maio - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 31 de maio de 1938 (PRESTES, 2000)
29	25 de maio - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 7 de junho de 1938 (PRESTES, 2000)
30	28 de maio - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 7 de junho de 1938 (PRESTES, 2000)
31	8 de junho - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 21 de junho de 1938 (PRESTES, 2000)

32	18 de junho - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 28 de junho de 1938 (PRESTES, 2000)
33	9 de julho - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 19 de julho de 1938 (PRESTES, 2000)
34	16 de julho - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de julho de 1938 (PRESTES, 2000)
35	20 de julho - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de julho de 1938 (PRESTES, 2000)
36	27 de julho - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 9 de agosto de 1938 (PRESTES, 2000)
37	30 de julho - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 9 de agosto de 1938 (PRESTES, 2000)
38	6 de agosto - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 23 de agosto de 1938 (PRESTES, 2000)
39	20 de agosto - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 30 de agosto de 1938 (PRESTES, 2000)
40	10 de setembro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 4 de outubro de 1938 (PRESTES, 2000)
41	1 de outubro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de outubro de 1938 (PRESTES, 2000)
42	8 de outubro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 17 de outubro de 1938 (PRESTES, 2000)
43	1 de dezembro – México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 16 de dezembro de 1938 (PRESTES, 2000)
44	7 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 23 de dezembro de 1938 (PRESTES, 2000)
45	21 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 6 de janeiro de 1939 (PRESTES, 2000)
46	30 de dezembro (cartão) - México	Cartão não publicado - mencionada na carta de Prestes de 20 de janeiro de 1939 (PRESTES, 2000)
Obs.: Não há cartas de Leocádia Felizardo Prestes publicadas nesse ano.		

1939		
1	3 de janeiro (cartão) - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de janeiro de 1939 (PRESTES, 2000)
2	20 de janeiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 1 de março de 1939 (PRESTES, 2000)
3	27 de janeiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 1 de março de 1939 (PRESTES, 2000)
4	10 de fevereiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 1 de março de 1939 (PRESTES, 2000)
5	17 de fevereiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 1 de março de 1939 (PRESTES, 2000)
6	20 de fevereiro (cartão) - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 1 de março de 1939 (PRESTES, 2000)
7	23 ou 24 de fevereiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 8 de março de 1939 (PRESTES, 2000)
8	7 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de junho de 1939 (PRESTES, 2000)
9	10 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de junho de 1939 (PRESTES, 2000)
10	17 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de junho de 1939 (PRESTES, 2000)
11	24 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de junho de 1939 (PRESTES, 2000)
12	31 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de junho de 1939 (PRESTES, 2000)
13	11 de abril - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de junho de 1939 (PRESTES, 2000)
14	19 de abril - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de junho de 1939 (PRESTES, 2000)
15	26 de abril - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de junho de 1939 (PRESTES, 2000)
16	17 de maio - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de junho de 1939 (PRESTES, 2000)

17	7 de junho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de junho de 1939 (PRESTES, 2000)
18	14 de junho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 27 de junho de 1939 (PRESTES, 2000)
19	30 de junho - México	Publicada em PRESTES, 2000.
20	6 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de agosto de 1939 (PRESTES, 2000)
21	14 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de agosto de 1939 (PRESTES, 2000)
22	21 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de agosto de 1939 (PRESTES, 2000)
23	28 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de agosto de 1939 (PRESTES, 2000)
24	18 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 31 de agosto de 1939 (PRESTES, 2000)
25	21 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 31 de agosto de 1939 (PRESTES, 2000)
26	25 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 7 de setembro de 1939 (PRESTES, 2000)
27	4 de setembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 21 de setembro de 1939 (PRESTES, 2000)
28	8 de setembro (não recebida) - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 5 de outubro de 1939 (PRESTES, 2000)
29	15 de setembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 5 de outubro de 1939 (PRESTES, 2000)
30	21 de setembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 12 de outubro de 1939 (PRESTES, 2000)
31	22 de setembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 5 de outubro de 1939 (PRESTES, 2000)
32	6 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 19 de outubro de 1939 (PRESTES, 2000)
33	13 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de outubro de 1939 (PRESTES, 2000)

34	23 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 15 de novembro de 1939 (PRESTES, 2000)
35	27 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de novembro de 1939 (PRESTES, 2000)
36	3 de novembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de novembro de 1939 (PRESTES, 2000)
37	10 de novembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de novembro de 1939 (PRESTES, 2000)
38	17 de novembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 30 de novembro de 1939 (PRESTES, 2000)
39	24 de novembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 7 de dezembro de 1939 (PRESTES, 2000)
40	1 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 14 de dezembro de 1939 (PRESTES, 2000)
41	8 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 21 de dezembro de 1939 (PRESTES, 2000)
42	15 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de dezembro de 1939 (PRESTES, 2000)
43	23 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de janeiro de 1940 (PRESTES, 2000)
44	29 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de janeiro de 1940 (PRESTES, 2000)
1940		
1	4 de janeiro - telegrama - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de janeiro de 1940 (PRESTES, 2000)
2	12 de janeiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 25 de janeiro de 1940 (PRESTES, 2000)
3	19 de janeiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 1 de fevereiro de 1940 (PRESTES, 2000)
4	26 de janeiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 15 de fevereiro de 1940 (PRESTES, 2000)
5	2 de fevereiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 15 de fevereiro de 1940 (PRESTES, 2000)

6	8 de fevereiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de fevereiro de 1940 (PRESTES, 2000)
7	16 de fevereiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 5 de março de 1940 (PRESTES, 2000)
8	23 de fevereiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 12 de março de 1940 (PRESTES, 2000)
9	8 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 19 de março de 1940 (PRESTES, 2000)
10	15 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 2 de abril de 1940 (PRESTES, 2000)
11	22 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 9 de abril de 1940 (PRESTES, 2000)
12	25 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 9 de abril de 1940 (PRESTES, 2000)
13	29 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 16 de abril de 1940 (PRESTES, 2000)
14	5 de abril - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 23 de abril de 1940 (PRESTES, 2000)
15	12 de abril - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 30 de abril de 1940 (PRESTES, 2000)
16	26 de abril - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 14 de maio de 1940 (PRESTES, 2000)
17	3 de maio - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 21 de maio de 1940 (PRESTES, 2000)
18	10 de maio - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 21 de maio de 1940 (PRESTES, 2000)
19	11 de maio - telegrama - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 28 de maio de 1940 (PRESTES, 2000)
20	13 de maio - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 28 de maio de 1940 (PRESTES, 2000)
21	17 de maio - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 28 de maio de 1940 (PRESTES, 2000)
22	23 de maio - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 4 de junho de 1940 (PRESTES, 2000)
23	30 de maio - cartão - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de junho de 1940 (PRESTES, 2000)
24	7 de junho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 18 de junho de 1940 (PRESTES, 2000)

25	14 de junho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 2 de julho de 1940 (PRESTES, 2000)
26	21 de junho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 2 de julho de 1940 (PRESTES, 2000)
27	28 de junho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 9 de julho de 1940 (PRESTES, 2000)
28	5 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 23 de julho de 1940 (PRESTES, 2000)
29	12 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 23 de julho de 1940 (PRESTES, 2000)
30	19 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 30 de julho de 1940 (PRESTES, 2000)
31	26 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 6 de agosto de 1940 (PRESTES, 2000)
32	2 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de agosto de 1940 (PRESTES, 2000)
33	9 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 20 de agosto de 1940 (PRESTES, 2000)
34	16 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 27 de agosto de 1940 (PRESTES, 2000)
35	23 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 3 de setembro de 1940 (PRESTES, 2000)
36	30 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 10 de setembro de 1940 (PRESTES, 2000)
37	6 de setembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 17 de setembro de 1940 (PRESTES, 2000)
38	13 de setembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 24 de setembro de 1940 (PRESTES, 2000)
39	20 de setembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 8 de outubro de 1940 (PRESTES, 2000)
40	1 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 8 de outubro de 1940 (PRESTES, 2000)
41	8 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 15 de outubro de 1940 (PRESTES, 2000)

42	10 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 22 de outubro de 1940 (PRESTES, 2000)
43	17 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 29 de outubro de 1940 (PRESTES, 2000)
44	24 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 5 de novembro de 1940 (PRESTES, 2000)
45	31 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 12 de novembro de 1940 (PRESTES, 2000)
46	7 de novembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 19 de novembro de 1940 (PRESTES, 2000)
47	14 de novembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 26 de novembro de 1940 (PRESTES, 2000)
48	26 de novembro (telegrama) - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 3 de dezembro de 1940 (PRESTES, 2000)
49	26 de novembro carta - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 10 de dezembro de 1940 (PRESTES, 2000)
50	10 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 23 de dezembro de 1940 (PRESTES, 2000)
51	17 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 7 de janeiro de 1941 (PRESTES, 2000)
52	24 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 7 de janeiro de 1941 (PRESTES, 2000)
53	31 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 14 de janeiro de 1941 (PRESTES, 2000)
Obs.: Não há cartas de Leocádia Felizardo Prestes publicadas nesse ano.		
1941		
1	3 de janeiro (telegrama) - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 7 de janeiro de 1941 (PRESTES, 2000)
2	9 de janeiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 21 de janeiro de 1941 (PRESTES, 2000)
3	15 de janeiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 28 de janeiro de 1941 (PRESTES, 2000)

4	22 de janeiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 4 de fevereiro de 1941 (PRESTES, 2000)
5	30 de janeiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de fevereiro de 1941 (PRESTES, 2000)
6	10 de fevereiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 29 de março de 1941 (PRESTES, 2000)
7	19 de fevereiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 10 de abril de 1941 (PRESTES, 2000)
8	24 de fevereiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 10 de abril de 1941 (PRESTES, 2000)
9	4 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 10 de abril de 1941 (PRESTES, 2000)
10	11 de março - México	Publicada em PRESTES, 2000
11	18 de março - México	Publicada em PRESTES, 2000
12	25 de março - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 10 de abril de 1941 (PRESTES, 2000)
13	1 de abril - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 10 de abril de 1941 (PRESTES, 2000)
14	8 de abril - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 24 de abril de 1941 (PRESTES, 2000)
15	15 de abril - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 30 de abril de 1941 (PRESTES, 2000)
16	2 de maio - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 15 de maio de 1941 (PRESTES, 2000)
17	9 de maio - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 22 de maio de 1941 (PRESTES, 2000)
18	16 de maio - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 29 de maio de 1941 (PRESTES, 2000)
19	22 de maio - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 5 de junho de 1941 (PRESTES, 2000)
20	29 de maio - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 12 de junho de 1941 (PRESTES, 2000)
21	5 de junho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 18 de junho de 1941 (PRESTES, 2000)
22	13 de junho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 25 de junho de 1941 (PRESTES, 2000)
23	19 de junho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 2 de julho de 1941 (PRESTES, 2000)
24	24 de junho (bilhete) - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 2 de julho de 1941 (PRESTES, 2000)

25	26 de junho - México	Publicada em PRESTES, 2000.
26	3 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 16 de julho de 1941 (PRESTES, 2000)
27	10 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 23 de julho de 1941 (PRESTES, 2000)
28	15 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 23 de julho de 1941 (PRESTES, 2000)
29	23 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 8 de agosto de 1941 (PRESTES, 2000)
30	29 de julho - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 8 de agosto de 1941 (PRESTES, 2000)
31	5 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 14 de agosto de 1941 (PRESTES, 2000)
32	12 de agosto (bilhete com carta de Olga) - México	Bilhete não publicado - mencionada na carta de Prestes de 21 de agosto de 1941 (PRESTES, 2000)
33	14 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 28 de agosto de 1941 (PRESTES, 2000)
34	21 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 4 de setembro de 1941 (PRESTES, 2000)
35	28 de agosto - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 11 de setembro de 1941 (PRESTES, 2000)
36	4 de setembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 18 de setembro de 1941 (PRESTES, 2000)
37	10 de setembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 25 de setembro de 1941 (PRESTES, 2000)
38	13 de setembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 25 de setembro de 1941 (PRESTES, 2000)
39	30 de setembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 8 de outubro de 1941 (PRESTES, 2000)
40	7 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 15 de outubro de 1941 (PRESTES, 2000)
41	16 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 29 de outubro de 1941 (PRESTES, 2000)

42	22 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 6 de novembro de 1941 (PRESTES, 2000)
43	28 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 6 de novembro de 1941 (PRESTES, 2000)
44	4 de novembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 19 de novembro de 1941 (PRESTES, 2000)
45	11 de novembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 19 de novembro de 1941 (PRESTES, 2000)
46	21 de novembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 3 de dezembro de 1941 (PRESTES, 2000)
47	25 de novembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 3 de dezembro de 1941 (PRESTES, 2000)
48	2 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 18 de dezembro de 1941 (PRESTES, 2000)
49	9 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 18 de dezembro de 1941 (PRESTES, 2000)
50	16 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 30 de dezembro de 1941 (PRESTES, 2000)
51	23 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 30 de dezembro de 1941 (PRESTES, 2000)
52	26 de dezembro - México	Publicada em PRESTES, 2000.
53	30 de dezembro - México	Publicada em PRESTES, 2000.
1942		
1	Telegrama de 3 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
2	9 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
3	11 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
4	13 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
5	20 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
6	28 de janeiro (ela menciona a data de 29 na carta de 24/2) - México	Publicada em PRESTES, 2002.
7	03 de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
8	10 de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
9	17 de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
10	24 de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
11	3 de março - México	Publicada em PRESTES, 2002.
12	10 de março - México	Publicada em PRESTES, 2002.
13	16 de março - México	Publicada em PRESTES, 2002.
14	23 de março - México	Publicada em PRESTES, 2002.

15	30 de março - México	Publicada em PRESTES, 2002.
16	6 de abril - México	Publicada em PRESTES, 2002.
17	13 de abril - México	Publicada em PRESTES, 2002.
18	20 de abril - México	Publicada em PRESTES, 2002.
19	27 de abril - México	Publicada em PRESTES, 2002.
20	4 de maio - México	Publicada em PRESTES, 2002.
21	8 de maio - México	Publicada em PRESTES, 2002.
22	18 de maio - México	Publicada em PRESTES, 2002.
23	23 de maio - México	Publicada em PRESTES, 2002.
24	31 de maio - México	Publicada em PRESTES, 2002.
25	8 de junho - México	Publicada em PRESTES, 2002.
26	15 de junho - México	Publicada em PRESTES, 2002.
27	22 de junho - México	Publicada em PRESTES, 2002.
28	29 de junho - México	Publicada em PRESTES, 2002.
29	6 de julho - México	Publicada em PRESTES, 2002.
30	13 de julho - México	Publicada em PRESTES, 2002.
31	20 de julho - México	Publicada em PRESTES, 2002.
32	27 de julho - México	Publicada em PRESTES, 2002.
33	7 de agosto - México	Publicada em PRESTES, 2002.
34	13 de agosto - México	Publicada em PRESTES, 2002.
35	21 de agosto - México	Publicada em PRESTES, 2002.
36	26 de agosto - México	Publicada em PRESTES, 2002.
37	1 de setembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
38	9 de setembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
39	17 de setembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
40	23 de setembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
41	28 de setembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
42	5 de outubro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
43	13 de outubro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
44	19 de outubro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
45	26 de outubro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
46	2 de novembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
47	6 de novembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
48	12 de novembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
49	16 de novembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
50	23 de novembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
51	1 de dezembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
52	7 de dezembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
53	14 de dezembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
54	21 de dezembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
55	29 de dezembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
1943		
1	4 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
2	7 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
3	11 de janeiro - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 1 de fevereiro de 1943 (PRESTES,
4	18 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.

5	25 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.	
6	1 de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.	
	Cartas escritas por Leocádia Felizardo Prestes a Luiz Carlos Prestes		
	Não Publicadas	Publicadas	Total
1936	00	02	02
1937	27	13	40
1938	46	00	46
1939	43	01	44
1940	53	00	53
1941	48	05	53
1942	00	55	55
1943	01	05	06
Total	218	81	299

CARTAS DE LUIZ CARLOS PRESTES PARA LEOCÁDIA FELIZARDO PRESTES		
1937		
1	16 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
2	31 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
3	21 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
4	4 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
5	14 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
6	24 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
7	3 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
8	22 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
9	29 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
10	6 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
11	9 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
12	16 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
13	23 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
14	6 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
15	13 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
16	18 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
17	26 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
18	2 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
19	10 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
20	17 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
21	21 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
22	28 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
23	5 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
24	12 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
25	19 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
26	26 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
27	2 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
28	30 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.

29	3 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
30	8 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
31	14 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
32	21 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
33	28 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
1938		
1	4 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
2	11 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
3	18 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
4	25 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
5	1 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
6	8 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
7	15 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
8	22 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
9	28 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
10	8 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
11	15 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
12	22 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
13	29 de março (não enviada) - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
14	25 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
15	26 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
16	2 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
17	10 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
18	17 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
19	24 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
20	31 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
21	7 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
22	14 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
23	21 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
24	28 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
25	5 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
26	19 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
27	26 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
28	2 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
29	9 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
30	23 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
31	30 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
32	4 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
33	11 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
34	17 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
35	31 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
36	7 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
37	14 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
38	9 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
39	16 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
40	23 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.

41	30 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
1939		
1	6 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
2	13 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
3	20 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
4	27 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
5	1 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
6	8 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
7	15 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
8	22 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
9	20 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
10	27 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
11	4 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
12	11 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
13	17 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
14	24 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
15	31 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
16	7 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
17	14 setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
18	21 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
19	28 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
20	5 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
21	12 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
22	19 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
23	26 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
24	15 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
25	26 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
26	30 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
27	7 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
28	14 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
29	21 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
30	26 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
1940		
1	4 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
2	11 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
3	18 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
4	25 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
5	1 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
6	8 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
7	15 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
8	20 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
9	27 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
10	5 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
11	12 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
12	19 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
13	26 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.

14	2 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
15	9 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
16	16 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
17	23 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
18	30 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
19	14 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
20	21 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
21	28 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
22	4 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
23	11 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
24	18 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
25	25 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
26	2 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
27	9 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
28	16 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
29	23 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
30	30 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
31	6 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
32	13 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
33	20 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
34	27 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
35	3 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
36	10 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
37	17 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
38	24 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
39	1 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
40	8 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
41	15 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
42	22 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
43	29 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
44	5 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
45	12 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
46	19 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
47	26 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
48	3 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
49	10 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
50	17 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
51	23 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
52	31 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
1941		
1	7 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
2	14 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
3	21 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
4	28 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
5	4 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
6	11 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
7	18 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.

8	29 de março (para as priminhas) - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
9	10 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
10	17 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
11	24 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
12	Abril de 41 (a carta não tem data completa) - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
13	30 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
14	15 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
15	22 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
16	29 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
17	5 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
18	12 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
19	18 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
20	25 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
21	2 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
22	9 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
23	16 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
24	23 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
25	30 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
26	8 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
27	14 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
28	21 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
29	28 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
30	4 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
31	11 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
32	18 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
33	25 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
34	8 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
35	15 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
36	23 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
37	29 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
38	3 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
39	6 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
40	19 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
41	27 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
42	3 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
43	11 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
44	18 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
45	26 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
46	30 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
1942		
1	7 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
2	15 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
3	21 de Janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
4	28 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
5	5 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
6	11 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.

7	13 de fevereiro - Bilhete - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
8	19 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
9	25 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
10	5 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
11	12 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
12	18 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
13	25 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
14	1 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
15	8 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
16	15 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
17	23 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
18	2 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
19	7 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
20	13 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
21	20 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
22	27 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
23	3 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
24	10 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
25	17 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
26	27 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
27	2 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
28	8 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
29	15 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
30	22 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
31	29 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
32	5 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
33	13 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
34	19 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
35	25 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
36	1 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
37	8 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
38	14 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
39	22 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
40	29 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
41	5 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
42	9 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
43	15 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
44	22 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
45	29 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
46	5 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
47	12 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
48	19 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
49	25 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
50	1 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
51	8 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
52	14 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
53	18 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.

54	24 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
55	31 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
1943			
1	7 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
2	13 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
3	20 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
4	27 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
5	1 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
6	13 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
7	19 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
8	25 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
9	4 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
10	11 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
11	18 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
12	25 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
13	1 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
14	8 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
15	15 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
16	5 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.	
Obs. Não há referências nas cartas de Leocádia a cartas escritas por Prestes que não tenham sido publicadas.			
	Cartas escritas por Luiz Carlos Prestes a Leocádia Felizardo Prestes		
	Não Publicadas	Publicadas	Total
1936	00	00	00
1937	00	33	33
1938	00	41	41
1939	00	30	30
1940	00	52	52
1941	00	46	46
1942	00	55	55
1943	00	16	16
Total	00	273	273

Apêndice 2– Tabelas – Correspondência entre Luiz Carlos Prestes e Olga Benário em números.

CARTAS DE OLGA BENÁRIO PARA LUIZ CARLOS PRESTES		
1936		
1	04 de abril –Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES A., 2019.
2	06 de julho – Rio de Janeiro Obs.: Carta incompleta (leilão)	Publicada em PRESTES A., 2019
3	28 de novembro (telegrama) – Berlim Obs.: telegrama não recebido	Publicada em PRESTES A., 2017
4	17 de dezembro – Berlim Obs.: Carta não recebida	Publicada em PRESTES A., 2017; PRESTES A., 2019
1937		
1	25 de março - Berlim	Publicada em PRESTES A., 2017
2	11 de abril – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; MORAIS, 2008 (editada); BENARIO; PRESTES, 2013.
3	15 de maio – Berlim Obs.: Datas diferentes	Publicada em PRESTES, 2002b; MORAIS, 2008 (data de 12 de maio); BENARIO; PRESTES, 2013.
4	02 de junho - Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
5	28 de julho - Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
6	09 de agosto - Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
7	23 de agosto – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
8	07 de setembro – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
9	24 de setembro – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
10	09 de outubro – Berlim Obs.: mencionada com data de 10 de outubro na carta de 03 de janeiro de 1938	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
11	24 de outubro – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
12	08 de novembro – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
13	22 de novembro – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
14	08 de dezembro – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
15	22 de dezembro – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b;

		BENARIO; PRESTES, 2013.
1938		
1	05 de janeiro – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
2	19 de janeiro – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
3	12 de fevereiro – Berlim	Publicada em PRESTES, 2002b; MORAIS, 2008 (carta editada); BENARIO; PRESTES, 2013.
4	11 de março – Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
5	30 de março - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
6	13 de abril - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
7	29 de abril - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; MORAIS, 2008 (carta editada); BENARIO; PRESTES, 2013.
8	14 de maio - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
9	29 de maio - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
10	15 de junho - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
11	29 de junho - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
12	15 de julho - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
13	30 de julho - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
14	15 de agosto - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
15	15 de setembro - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; MORAIS, 2008; BENARIO; PRESTES, 2013.
16	30 de setembro - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
17	15 de outubro - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
18	29 de outubro - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
19	03 de dezembro - Prettin/Alemanha	Não foi publicada, mas foi mencionada na carta de 30 de janeiro de 1939 (PRESTES, 2002b)
20	22 de dezembro - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
1939		
1	15 de janeiro - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES A., 2017

2	14 de fevereiro - Prettin/Alemanha Obs.: mencionada com data de 15 de fevereiro na carta de 20 de junho de 1939.	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
3	28 de fevereiro - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
4	30 de março - Prettin/Alemanha	Publicada em PRESTES A., 2017.
5	30 de junho – Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
6	28 de setembro – Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
7	14 de outubro – Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
8	26 de outubro – Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES A., 2017
1940		
1	28 de janeiro– Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
2	19 de fevereiro Obs.: em nota o organizador informa que a carta original é precedida por um parágrafo destinado a Leocádia e Lígia.	Publicada em BENARIO; PRESTES, 2013.
3	11 de março – Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
4	14 de maio - Ravensbrück/Alemanha Obs.: Acompanha bilhete para Leocádia	Publicada em PRESTES, 2002b; PRESTES A., 2017; BENARIO; PRESTES, 2013.
5	15 de junho - Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES A., 2017
6	22 de agosto - Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES A., 2017
7	11 de novembro - Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
8	Dezembro - Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
1941		
1	Janeiro - Ravensbrück/Alemanha Obs.: Prestes menciona uma carta recebida com data de 28 de janeiro na carta de 23 de abril de 1941.	Publicada em PRESTES A., 2017
2	16 de março - Ravensbrück/Alemanha Obs.: Junto carta para Leocádia	Publicada em PRESTES, 2002b; PRESTES A., 2017; BENARIO; PRESTES, 2013.
3	Abril - Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES A., 2017.

4	21 de setembro - Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.	
5	05 de novembro - Ravensbrück/Alemanha	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.	
1942			
1	Abril - Ravensbrück/Alemanha	MORAIS, 2008.	
	Cartas escritas por Olga Benário para Luiz Carlos Prestes		
	Não Publicadas	Publicadas	Total
1936	00	04	04
1937	00	15	15
1938	01	19	20
1939	00	08	08
1940	00	08	08
1941	00	05	05
1942	00	01	01
Total	01	59	60

CARTAS DE LUIZ CARLOS PRESTES PARA OLGA BENÁRIO		
1937		
1	16 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENÁRIO; PRESTES, 2013.
2	22 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENÁRIO; PRESTES, 2013.
3	16 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENÁRIO; PRESTES, 2013.
4	30 de julho - Rio de Janeiro Obs.: Carta extraviada (conservou-se a cópia), mencionada por Olga na carta de 24 de setembro de 1937. Há uma carta mencionada por Prestes com a data de 31 de julho de 1937 na carta de 18 de agosto de 1937.	Publicada em PRESTES, 2002b; BENÁRIO; PRESTES, 2013.
5	18 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENÁRIO; PRESTES, 2013.
6	02 de setembro - Rio de Janeiro Obs.: Esta carta é mencionada por Olga na carta de 08 de outubro de 1937 com a data de 07 de setembro.	Publicada em PRESTES, 2002b
7	10 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENÁRIO; PRESTES, 2013.
8	16 de setembro – Rio de Janeiro	Carta não publicada – mencionada por Olga na carta de 08 de novembro de 1937 (PRESTES, 2002b; BENÁRIO; PRESTES, 2013.)
9	20 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b;

		BENARIO; PRESTES, 2013.
10	28 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
11	05 de outubro - Rio de Janeiro Obs.: Mencionada por Olga na carta de 22 de novembro de 1937 com a data de 06 de outubro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
12	12 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
13	19 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
14	02 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
15	15 de novembro - Rio de Janeiro	Carta não publicada – mencionada por Prestes em carta de 08 de dezembro de 1937 (PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013).
16	08 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
17	21 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
1938		
1	03 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
2	18 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
3	31 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
4	14 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
5	28 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
6	14 de março - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
7	01 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
8	16 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
9	30 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
10	14 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
11	27 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
12	26 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
13	08 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.

14	22 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
15	21 de novembro – Rio de Janeiro	Carta não publicada mencionada por Prestes em carta de 16 de dezembro de 1938 (PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013).
16	16 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
17	23 de dezembro – Rio de Janeiro	Carta não publicada – mencionada por Olga em carta de 15 de janeiro de 1939 e na carta de 28 de fevereiro de 1939 (PRESTES A., 2017).
1939		
1	30 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
2	03 de março- Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
3	21 de março – Rio de Janeiro Obs.: esta carta é mencionada por Prestes com a data de 22 de março em uma carta de 29 de junho de 1939.	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
4	20 de junho- Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
5	29 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
6	24 de agosto - Rio de Janeiro Obs.: na carta de 11 de dezembro de 1939 Prestes escreve que esta carta foi devolvida.	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
7	04 de outubro- Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
8	12 de outubro- Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
9	11 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
10	27 de dezembro – Rio de Janeiro	Carta não publicada – mencionada por Olga na carta de 28 de janeiro de 1940 (PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013).
11	29 de dezembro- Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
1940		
1	11 de janeiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES A., 2017
2	25 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES A., 2017
3	15 de fevereiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
4	01 de julho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES A., 2017

5	05 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES A., 2017
6	03 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
7	09 de setembro - Rio de Janeiro Obs.: Mencionada por Prestes na carta de 07 de outubro de 1940 com a data de 10 de setembro de 1940.	Publicada em PRESTES A., 2017
8	07 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES A., 2017
9	26 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES A., 2017
10	27 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES A., 2017

1941

1	17 de abril - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
2	23 de abril - Rio de Janeiro Obs.: mencionada por Prestes na carta de 09 de julho de 1941 com a data de 22 de abril de 1941.	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
3	21 de maio - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
4	25 de junho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
5	09 de julho - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
6	13 de agosto - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
7	12 de setembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
8	22 de outubro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
9	14 de novembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
10	11 de dezembro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.

1942

1	26 de janeiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.
2	12 de fevereiro - Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b; BENARIO; PRESTES, 2013.

Cartas escritas por Luiz Carlos Prestes para Olga Benário

	Não Publicadas	Publicadas	Total
1936	00	00	00
1937	02	15	17
1938	02	15	17
1939	01	10	11
1940	00	10	10
1941	00	10	10

1942	00	02	02
Total	05	62	67

Apêndice 3– Tabelas – Correspondência entre Luiz Carlos Prestes e Lygia Prestes em números.

CARTAS DE LYGIA PRESTES PARA LUIZ CARLOS PRESTES		
1937		
1	06 de abril – Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 14 de maio de 1937 (PRESTES, 2000)
2	17 de abril – Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 4 de maio de 1937 (PRESTES, 2000)
3	1º de maio – Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes de 14 de maio de 1937 (PRESTES, 2000)
4	12 de junho – Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes para Leocádia em 22 de junho de 1937 (PRESTES, 2000)
5	9 de julho – Paris	Publicada em PRESTES, 2000.
6	17 de julho (bilhete)– Paris	Publicada em PRESTES, 2000.
7	24 de julho – Paris	Publicada em PRESTES, 2000.
8	14 de agosto – Paris	Publicada em PRESTES, 2000.
9	4 de setembro – Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes para Leocádia em 17 de setembro de 1937 (PRESTES, 2000)
10	11 de setembro – Paris	Publicada em PRESTES, 2000.
11	18 de setembro (bilhete) – Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes 28 de setembro de 1937 (PRESTES, 2000)
12	6 de outubro – Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes para Leocádia em 19 de outubro de 1937 (PRESTES, 2000)
Obs.: Ainda no ano de 1937 há menções de Prestes a outras cartas de Lygia, mas ele não cita as datas.		
1938		
1	2 de fevereiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes para Leocádia em 15 de fevereiro de 1938 e na carta para Lygia em 22 de fevereiro do mesmo ano. (PRESTES, 2000)
2	12 de fevereiro - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes 22 de fevereiro de 1938 (PRESTES, 2000)
3	26 de fevereiro – Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes para Leocádia em 8 de março de 1938 (PRESTES, 2000)
4	26 de março - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes 2 de maio de 1938 e em uma carta de Prestes para Leocádia em 26 de abril. (PRESTES, 2000)
5	20 de abril (extraviada) - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes 2 de maio de 1938) e em uma carta de

		Prestes para Leocádia em 2 de maio de 1938 (PRESTES, 2000)
6	31 de maio (extraviada) - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes 4 de julho de 1938 e em uma carta de Prestes para Leocádia em 21 de junho (PRESTES, 2000)
7	17 de agosto - Paris	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes para Leocádia em 30 de agosto de 1938 (PRESTES, 2000)
8	17 de setembro - Paris	Carta não publicada - mencionada por Leocádia em carta para Prestes em 4 de outubro de 1938 e na carta de Prestes para Leocádia em 4 de outubro de 1938. (PRESTES, 2000)
9	30 de dezembro (cartão) - México	Carta não publicada - mencionada na carta de Prestes para Leocádia em 20 de janeiro de 1939 (PRESTES, 2000)
Obs.: Não há cartas de Lygia datadas de 1938 que tenham sido publicadas, todavia, Prestes menciona em suas cartas a existência de uma correspondência regular com a irmã. São citadas as cartas nas datas acima listadas. Há na correspondência de Prestes com a mãe referências à correspondência de Prestes com Lygia, mas nem todas incluem as datas.		
1939		
1	Meados de janeiro (extraviada) - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Leocádia em 1 de março de 1939 (PRESTES, 2000)
2	Cartão em meados de janeiro - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Leocádia em 20 de janeiro de 1939 (PRESTES, 2000)
3	Carta anterior a dezembro (possivelmente outubro) - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 28 de dezembro de 1939 (PRESTES, 2000)
4	Dezembro (noticiosa carta) - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Leocádia em 20 de fevereiro de 1940 (PRESTES, 2000)
Obs.: Não há cartas de Lygia datadas de 1939 que tenham sido publicadas, todavia, Prestes menciona em suas cartas a existência de uma correspondência regular com a irmã nesse período, sem, contudo, citar as datas exatas das cartas recebidas.		
1940		
1	24 de fevereiro (possivelmente extraviada) - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Leocádia em 19 de março de 1940 (PRESTES, 2000)
2	1 de março - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Leocádia em 19 de março de 1940 (PRESTES, 2000)
3	19 de abril - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 14 de maio de 1940 (PRESTES, 2000)
4	27 de maio - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Leocádia em 25 de junho de 1940 (PRESTES, 2000)

5	Princípios de julho - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 4 de agosto de 1940 (PRESTES, 2000)
6	3 de dezembro - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Leocádia em 10 de dezembro de 1940 (PRESTES, 2000)
Obs.: Não há cartas de Lygia datadas de 1940 que tenham sido publicadas, todavia, Prestes menciona em suas cartas a existência de uma correspondência com a irmã nesse período, sem mencionar a data exata de todas as cartas recebidas.		
1941		
1	Junho (sem data) – “noticioso relatório” - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 4 de agosto de 1941(PRESTES, 2000)
2	13 de outubro - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 13 de novembro de 1941(PRESTES, 2000)
Obs.: Não há cartas de Lygia datadas de 1940 que tenham sido publicadas, todavia, Prestes menciona em suas cartas a existência de uma correspondência com a irmã nesse período, sem mencionar a data exata de todas as cartas recebidas.		
1942		
1	1º de abril continuada em 15 de abril - México	Publicada em PRESTES, 2002.
2	17 de dezembro – México	Publicada em PRESTES, 2002.
Obs. A leitura das cartas de Lygia e Prestes nesse período dá a entender que a correspondência entre eles foi pequena. É possível que não exceda muito número de cartas publicadas.		
1943		
1	8 de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
2	15 de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
3	22 de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
4	3 de março - México	Publicada em PRESTES, 2002.
5	9 de março - México	Publicada em PRESTES, 2002.
6	15 de março - México	Publicada em PRESTES, 2002.
7	17 março (extraviada) - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 13 de abril de 1944 – PRESTES, 2002b.
8	23 de março - México	Publicada em PRESTES, 2002.
9	31 de março (extraviada) - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 3 de junho de 1943 (Publicada em PRESTES, 2002).
10	8 de abril - México	Publicada em PRESTES, 2002.
11	21 de abril - México	Publicada em PRESTES, 2002.
12	1º de maio (cartão) - México	Publicada em PRESTES, 2002.
13	7 de maio - México	Publicada em PRESTES, 2002.
14	22 de maio - México	Publicada em PRESTES, 2002.
15	30 de maio - México	Publicada em PRESTES, 2002.
16	21 ou 23 de junho - México	Publicada em PRESTES, 2002.

17	28 de junho - México	Publicada em PRESTES, 2002.
18	5 de julho - México	Publicada em PRESTES, 2002.
19	12 de julho (extraviada) - México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 12 de agosto de 1943 (PRESTES, 2002.)
20	19 de julho - México	Publicada em PRESTES, 2002.
21	27 de julho - Havana	Publicada em PRESTES, 2002.
22	11 de agosto - Havana	Publicada em PRESTES, 2002.
23	18 de agosto - Havana	Publicada em PRESTES, 2002.
24	28 de agosto - Havana	Publicada em PRESTES, 2002.
25	13 de setembro (extraviada) - Havana	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 7 de outubro de 1943 (PRESTES, 2002).
26	23 de setembro - Havana	Publicada em PRESTES, 2002.
27	5 de outubro - Havana	Publicada em PRESTES, 2002.
28	21 de outubro - Havana	Publicada em PRESTES, 2002.
29	30 de outubro - Havana	Publicada em PRESTES, 2002.
30	07 de novembro - Havana	Publicada em PRESTES, 2002.
31	15 de novembro - Havana	Publicada em PRESTES, 2002.
32	22 de novembro - Havana	Publicada em PRESTES, 2002.
33	Novembro (extraviada) - ?	Carta não publicada - mencionada por Lygia em carta para Prestes em 7 de janeiro de 1944 (PRESTES, 2002b).
34	09 de dezembro - México	Publicada em PRESTES, 2002.
35	16 de dezembro- México	Publicada em PRESTES, 2002.
36	24 de dezembro- México	Publicada em PRESTES, 2002.
37	30 de dezembro- México	Publicada em PRESTES, 2002.

Obs.:

1. Prestes menciona uma carta recebida de Lygia datada de 23 de junho, mas a leitura da carta dá a entender que ele se refere à carta de 21 de junho. Houve, portanto, um erro ao citar a data da carta ou na transcrição para a publicação. A mesma carta é mencionada por Lygia em outra carta de 11 de agosto de 1943 e nela Lygia menciona a data de 23 de junho.
2. Prestes faz referência a cartas que teriam sido extraviadas entre 28 de agosto e 23 de setembro, sendo uma delas 13 de setembro e outras que ele não menciona as datas.
3. Prestes faz referência a uma carta recebida de Lygia, a que ele já teria respondido, datada de 25 de setembro. Tudo indica que ele se refere a carta de 23 de setembro.

1944

1	5 de janeiro (telegrama) - México	Publicada em PRESTES, 2002b.
2	7 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002b.
3	16 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002b.
4	25 de janeiro - México	Publicada em PRESTES, 2002b.
5	1º de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002b.
6	9 de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002b.
7	16 de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002b.
8	23 de fevereiro - México	Publicada em PRESTES, 2002b.
9	1º de março - México	Publicada em PRESTES, 2002b.
10	10 de março - México	Publicada em PRESTES, 2002b.

11	17 de março (extraviada) – México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 13 de abril de 1944 (PRESTES, 2002b).
12	22 de março – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
13	2 de abril – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
14	12 de abril – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
15	20 de abril – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
16	04 de maio – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
17	12 de maio – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
18	18 de maio – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
19	29 de maio – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
20	22 de junho – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
21	2 de julho – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
22	10 de julho – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
23	20 de julho – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
24	1º de agosto (cartão) – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
25	16 de agosto – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
26	20 de agosto – México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 31 de agosto de 1944 (PRESTES, 2002b).
27	22 de agosto – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
28	29 de agosto – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
29	5 de setembro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
30	13 de setembro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
31	Telegrama – fim de setembro – México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 5 de outubro de 1944 (PRESTES, 2002b).
32	24 de setembro (chegou atrasada – em dezembro) – México	Carta não publicada - mencionada por Prestes em carta para Lygia em 7 de dezembro de 1944 (PRESTES, 2002b).
33	5 de outubro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
34	13 de outubro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
35	19 de outubro (possivelmente extraviada) – México	Carta não publicada - mencionada por Lygia em carta para Prestes em 10 de novembro de 1944 (PRESTES, 2002b).
36	25 de outubro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
37	4 de novembro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
38	10 de novembro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
39	20 de novembro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
40	27 de novembro (Telegrama) – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
41	2 de dezembro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
42	15 de dezembro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
43	21 de dezembro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
44	28 de dezembro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
1945		
1	4 de janeiro (Telegrama) – México	Publicado em PRESTES, 2002b.
2	4 de janeiro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.

3	10 de janeiro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
4	18 de janeiro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
5	26 de janeiro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
6	31 de janeiro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
7	08 de fevereiro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
8	17 de fevereiro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
9	23 de fevereiro – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
10	2 de março – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
11	8 de março – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
12	16 de março – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
13	23 de março – México	Publicada em PRESTES, 2002b.
14	31 de março – México	Publicada em PRESTES, 2002b.

Obs.: Prestes menciona um telegrama recebido de Lygia no dia 3, mas o telegrama publicado está com data do dia 4.

Cartas escritas por Lygia Prestes para Luiz Carlos Prestes			
	Não Publicadas	Publicadas	Total
1936	00	00	00
1937	07	05	12
1938	09	00	09
1939	04	00	04
1940	06	00	06
1941	02	00	02
1942	00	02	02
1943	05	32	37
1944	05	39	44
1945	00	14	14
Total	38	92	130

CARTAS DE LUIZ CARLOS PRESTES PARA LYGIA PRESTES		
1937		
1	16 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
2	04 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
3	14 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
4	30 de julho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
5	28 de setembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
1938		
1	22 de fevereiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
2	02 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
3	04 de julho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
4	19 de julho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
1939		
1	16 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
2	24 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
3	28 de dezembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.

1940		
1	04 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
2	27 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
3	04 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
4	22 de dezembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
1941		
1	28 de abril – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
2	28 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
3	04 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
4	13 de novembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2000.
1942		
1	25 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
2	Meados de abril – Rio de Janeiro	Carta não publicada - mencionada por Leocádia em carta para Prestes em 20 de abril de 1942 (PRESTES, 2002).
3	29 de abril – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
4	24 de junho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
5	04 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
1943		
1	07 de fevereiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
2	31 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
3	22 de abril – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
4	29 de abril – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
5	06 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
6	13 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
7	20 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
8	27 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
9	03 de junho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
10	10 de junho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
11	17 de junho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
12	24 de junho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
13	01 de junho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
14	08 de julho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
15	15 de julho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
16	22 de julho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
17	29 de julho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
18	05 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
19	12 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
20	19 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
21	26 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
22	02 de setembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
23	09 de setembro (Lygia faz referência a essa carta com a data de 10 de setembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
24	16 de setembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.

25	24 de setembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
26	30 de setembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
27	07 de outubro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
28	14 de outubro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
29	21 de outubro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
30	28 de outubro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
31	04 de novembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
32	11 de novembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
33	18 de novembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
34	25 de novembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
35	02 de dezembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
36	09 de dezembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
37	16 de dezembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
38	23 de dezembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
39	30 de dezembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002.
Obs.: A partir de janeiro de 1943 Lygia passa a responder algumas das cartas que Prestes escreve para a mãe, uma vez que ela está doente. São mencionadas por Lygia a resposta às seguintes cartas: 13/01; 20/01; 27/01; 01/02; 13/02; 19/02; 04/03; 18/03; 01/04; 08/04;15/04;		
1944		
1	07 de janeiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
2	13 de janeiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
3	21 de janeiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
4	27 de janeiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
5	04 de fevereiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
6	06 de fevereiro – Rio de Janeiro	Carta não publicada - mencionada por Lygia em carta para Prestes em 23 de fevereiro de 1944 (PRESTES, 2002b).
7	11 de fevereiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
8	18 de fevereiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
9	24 de fevereiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
10	03 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
11	09 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
12	16 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
13	24 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
14	30 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
15	06 de abril – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
16	13 de abril – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
17	21 de abril – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
18	27 de abril – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
19	04 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
20	11 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
21	18 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
22	25 de maio – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
23	01 de junho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
24	08 de junho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
25	15 de junho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.

26	26 de junho (cartão) – Rio de Janeiro	Carta não publicada - mencionada por Lygia em carta para Prestes em 1 de agosto de 1944 (PRESTES, 2002b)
27	13 de julho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
28	20 de julho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
29	27 de julho – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
30	03 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
31	11 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
32	17 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
33	25 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
34	31 de agosto – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
35	08 de setembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
36	14 de setembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
37	21 de setembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
38	28 de setembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
39	06 de outubro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
40	10 de outubro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
41	13 de outubro – Rio de Janeiro	Carta não publicada - mencionada por Lygia em carta para Prestes em 10 de novembro de 1944 (PRESTES, 2002b).
42	24 de outubro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
43	03 de novembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
44	09 de novembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
45	16 de novembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
46	23 de novembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
47	30 de novembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
48	07 de dezembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
49	15 de dezembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
50	22 de dezembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
51	29 de dezembro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
1945		
1	04 de janeiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
2	11 de janeiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
3	19 de janeiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
4	22 de janeiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
5	26 de janeiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
6	01 de fevereiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
7	08 de fevereiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
8	16 de fevereiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
9	22 de fevereiro – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
10	01 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
11	09 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
12	15 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
13	23 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
14	30 de março – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
15	08 de abril – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.
16	16 de abril – Rio de Janeiro	Publicada em PRESTES, 2002b.

	Cartas escritas por Luiz Carlos Prestes para Lygia Prestes		
	Não Publicadas	Publicadas	Total
1936	00	00	00
1937	00	05	05
1938	00	04	04
1939	00	03	03
1940	00	04	04
1941	00	04	04
1942	01	04	05
1943	00	39	39
1944	03	48	51
1945	00	16	16
Total	04	127	131

Apêndice 4 – Entrevista com Anita Leocádia Prestes

Transcrição

- Entrevista com Anita Leocádia Prestes via Skype no dia 9 de novembro de 2021 (19 horas)
- Gravada em vídeo (mp4) com duração de 1 hora
- A conversa inicial que antecedeu a entrevista não foi gravada. A gravação só teve início depois de autorizada pela entrevistada.

Entrevistadora – Como eu disse para a senhora o meu interesse é contar a história dessas cartas, e para contar a história dessas cartas eu acabo contando junto a história das pessoas envolvidas, o que é mais fascinante, me parece. Então, eu queria começar por essa questão do período da sua infância. Que lugar ocupava essa correspondência, que lugar ela ocupa nas suas memórias de infância? Essa correspondência desse período de prisão do seu pai.

Entrevistada – Era bom que você lesse meu último livro em que eu conto um pouco disso. Mas é importante entender o seguinte, o papel da minha avó e da minha tia - principalmente a minha tia, porque a minha avó morreu logo, em quarenta e três ela faleceu - na preservação dessas cartas. Elas tinham uma preocupação, que naquela época quase ninguém tinha, de preservar a memória, principalmente, no caso, a memória do meu pai. E aí, você veja, essa questão da correspondência: no primeiro ano da prisão do meu pai, a polícia não deixava se corresponder com ninguém. A minha vó mandava cartas e as cartas não chegavam, não eram entregues, só a partir já de trinta e sete. Eles foram presos em março de trinta e seis, só em março de trinta e sete é que a polícia permitiu que afinal ele se correspondesse com a família. Aí começou essa correspondência, mas tinha uma complicação muito grande, a Gestapo – a correspondência pra minha mãe – a Gestapo só permitia que as cartas chegassem e partissem em alemão, e meu pai não sabia alemão. No início minha avó e minha tia estavam em Paris, depois me resgataram e eu fui para Paris junto com elas. De trinta e seis ao final de trinta e oito estávamos em Paris. E aí, tinha uma campanha de solidariedade muito grande, inclusive a chamada Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos no Brasil, e se estendia a Olga e, quando eu nasci, a mim também. Então, tinha muita gente que ajudava e colaborava. Então elas conseguiram montar um grupo de pessoas amigas, que gratuitamente, voluntariamente, traduziam as cartas. Então você veja a trabalhadora, traduziam do alemão pro francês pra mandar

pro meu pai. E do meu pai, quando chegava, era traduzida para o alemão pra mandar para Alemanha. E elas faziam o papel de pombo correio. Frequentemente perdia-se as cartas, depois demoravam muito, na época era tudo mais devagar do que é hoje. Hoje nem se usa mais carta, mas naquela época o único meio que tinha era a carta (risos), realmente. E, então, as cartas (pausa). A Lygia tinha essa preocupação, as cartas eram traduzidas e mandavam a tradução, então ela foi guardando os originais, tanto da minha mãe quanto do meu pai. Na medida em que era traduzido, o que partia era o traduzido, e os originais ela guardava. Mas, o caso da minha avó foi um pouco mais complicado, e se perderam tantas também, porque ela não tinha as cópias. Minha avó escrevia toda a semana, as vezes duas vezes por semana. Escrevia pro filho, de próprio punho e mandava a carta, e a Lygia não tinha nem tempo de tirar a cópia na máquina, que naquela época era a máquina de escrever. Então o resultado é que as cartas da minha avó, não tinha, digamos, não tinha cópia lá com ela, vieram pro meu pai e ponto final. E aí, o que que aconteceu? Quando ele saiu da prisão, em quarenta e cinco, ele não tinha casa, morava na casa de amigos, e colocou [as cartas] na sede do partido [PCB], que ficava ali no centro da cidade. Aí a polícia foi lá. Pensava-se que tinham destruído as cartas, agora elas apareceram, mas na época acreditava-se que elas tinham sido queimadas. Fizeram fogueira na porta, muita coisa foi queimada, então a minha tia e meu pai pensavam que as cartas tinham sido queimadas, porque nunca se ouviu falar dessas cartas, só agora que elas surgiram. Mas você vê que a grande maioria dessas cartas, eu até faço um inventário lá nesse artigo, eram cartas da minha avó, foram essas que não tinha cópia, porque no caso das cartas do meu pai e da minha mãe, na grande maioria, pelo menos, a Lygia guardava os originais. Entendeu né? Aí depois, eu fui resgatada, já no final de trinta e oito, nós fomos pro México, a minha avó, Lygia e eu, eu pequenininha, fomos pro México. E, no México, a mesma coisa, também tinha uma campanha de solidariedade e também tinha muitos amigos, inclusive alemães exilados, o México era um país progressista naquela época, e dava asilo para todos aqueles antifascistas europeus, pro pessoal fugitivo da guerra da Espanha. Então, tinha muita gente, e os próprios mexicanos que ajudavam. Então, montaram o mesmo esquema de tradução, e aí você vê, vinha do Brasil pro México, do México para a Alemanha, então era uma coisa muito complicada. Lá pelas tantas, em trinta e nove, o meu pai começou a estudar alemão sozinho na prisão. Então, mais pro final da vida da Olga ele conseguiu escrever algumas cartas direto em alemão e mandar direto. Então dessas nem sempre a Lygia tinha cópias, porque a polícia também guardou algumas cópias, a polícia tirava cópias também, a polícia brasileira.

Entrevistadora: Essas são as cópias que estão no arquivo público do Rio de Janeiro?

Entrevistada: Exatamente, essas que estão no arquivo. Tem cópias de muitas. Eles tiravam cópias, inclusive é até engraçado, porque quando meu pai saiu da prisão deram pra ele, a polícia, uma coleção de cadernos com cópias das cartas batidas a máquina.

Entrevistadora: Essa era uma dúvida que eu tinha. Essa era justamente uma das perguntas que eu ia fazer em seguida. Então quando ele saiu da prisão, ele recebeu esse material de cópias que a censura fez?

Entrevistada: É, recebeu. Além disso, ele tinha muitos originais que ele tinha recebido, as cartas que chegavam nele. Então ele botou tudo isso lá na sede do partido. Mas a Lygia tinha guardado todo esse acervo lá no México, quando ela veio pro Brasil ela trouxe. Ela sempre preservou esse material, sempre na esperança de um dia a gente poder publicar. Mas era complicado, não apareciam condições, depois veio a ditadura, que era muita perseguição. Ela inclusive tirou, não só as cartas, como outros documentos que tinha aqui, ela conseguiu casas mais seguras, de pessoas amigas que estavam dispostas a guardar, porque aqui havia o risco da polícia chegar e carregar. Então ela conseguiu preservar isso todos esses anos, você vê quantos anos! Afinal, em noventa e quatro eu e ela revolvemos, eu estava com um pouco mais de tempo, estava na universidade, mas tinha um pouco mais de tempo, eu e ela nos organizamos para tirar cópia. Naquela época a gente não trabalhava ainda com computador, era na máquina, na máquina de escrever. A gente copiou todas aquelas cartas, tudo aquilo que está nos *Anos Tormentosos* a gente copiou uma por uma. Geralmente, a gente copiava quando tinha tempo, eu trabalhava na faculdade nessa época, tinha pouco tempo, ela também tinha uma série de compromissos, tinha uma irmã doente, enfim, mas a gente foi fazendo, levamos todo o ano de noventa e quatro. E de noite a gente conferia, por exemplo, eu lia e ela conferia ou ela lia e eu conferia, a gente conferia carta por carta, era tudo conferido. Aí, ao final, a gente levou o ano inteiro, até o final de noventa e quatro estava tudo pronto. Escrevemos aquela apresentação, fizemos também aquelas notas de pé de página para tornar compreensível pro leitor.

Entrevistadora: Aquelas notas são fundamentais, porque tem questões que teria como saber.

Entrevistada: Pois é, mas só surgiram condições de publicar mesmo, já em dois mil, que aí tinha a diretora do arquivo público, a Jessie Jane, que tinha sido torturada e presa política. Ela me chamou, inclusive, porque eu estava pesquisando lá outras coisas, então ela me chamou porque ela sabia que no arquivo tinha as cópias. Aí ela veio me sugerir se a gente não publicava. Eu disse a ela, a gente tá com esse material todo pronto, temos mais cartas do que essas que vocês tem aqui. Aí ela encampou. Então publicou o primeiro volume que saiu em dois mil. O arquivo público estava sem dinheiro para publicar o dois e três, acontece (risos). Eles digitalizaram tudo, nós não tínhamos digitalizado, a gente tinha batido à máquina, eles digitalizaram.

Entrevistadora: Os originais que eles digitalizaram?

Entrevistada: Não. Digitalizaram o que a gente tinha feito. A gente deu uma cópia para eles, xerox, e lá digitalizaram. A equipe do arquivo fez esse trabalho de digitalizar e de até fazer um índice onomástico. Como estava difícil publicar os volumes dois e três porque eles não tinham dinheiro, eu entrei em contato com o editor da Paz e Terra, o dono da Paz e Terra, que era o Gaspariano, um homem progressista de esquerda, um industrial, mas era progressista. Aí eu fui conversar com ele, a gente desistiu dos direitos autorais, aliás, sempre desistiu, não fazíamos a

menor questão de direitos autorais, e ele concordou. E aí ele fez um acordo com o Arquivo Público, foi uma publicação conjunta, publicou tudo de novo: um, dois e três. Já foi dois mil e um ou dois mil e dois.

Entrevistadora: Acho que dois mil e dois.

Entrevistada: Dois mil e dois, pois é. Foi isso, a história dessa correspondência basicamente é essa. Agora, você estava perguntando como é que eu via isso. Era uma coisa muito presente em casa. As minhas primeiras recordações eu devia ter quatro ou cinco anos, que eu lembro. Quer dizer, da Alemanha eu não lembro nada, nem de Paris, minhas primeiras recordações são do México. E eu me lembro isso, que essa questão de cartas era muito importante lá, pra minha vó e pra minha tia, Elas viviam muito em função disso: manda carta, recebe carta, a carta chegou, a carta não chegou. Tanto que elas nem recebiam...mudou-se muito de casa, elas tinham uma caixa no correio central. E a Lygia ia quase todo dia no correio central pra ver se tinha chegado carta ou não se não tinha chegado. Porque tinha da Alemanha e tinha do Brasil, e ainda tinha das minhas tias que estavam em Moscou. Então você vê a complicação (risos). Então era aquilo, eu vivia um pouco aquele clima da minha vó muito aflita, minha vó vivia muito angustiada: o que que aconteceu? Por que que não chegou carta? Mais ou menos calculava o tempo que as cartas levavam, né? E de vez em quando meu pai era posto de castigo aqui na polícia, se ele protestava contra alguma coisa. Então era posto de castigo e não podia escrever, e não tinha como se comunicar. Corria muito boato, as vezes corria boato até de que ele tinha morrido. Minha vó ficava super aflita e angustiada. Quando ela ficava muito angustiada, ela mandava um telegrama pro doutor Sobral Pinto, que era o advogado, mas as vezes também ele, que era advogado do Prestes, não deixavam entrar na polícia. Então era um pouco complicado. Então isso eu me lembro, da aflição esperando cartas, e quando chegava carta, eu ouvia, provavelmente grande parte eu não entendia, mas eu ouvia elas lerem as cartas. E meu pai, principalmente, porque a minha mãe morreu logo também, em quarenta e um ela deixou de escrever. A última carta dela que chegou foi de novembro, outubro ou novembro de quarenta e um, depois não chegaram mais cartas dela. Em quarenta e dois, depois a gente ficou sabendo que em quarenta e dois ela foi assassinada, mas não se sabia, aliás, não se tinha notícias da Alemanha. A Lygia contava que era assim algo impenetrável você conseguir notícias do que que estava acontecendo na Alemanha, ainda mais em campo de concentração, não prosperava nada, era tudo fechado.

Entrevistadora: Imagino esse silêncio de quarenta e dois até quarenta e cinco. Deve ter sido desesperador esperar por cartas que não chegavam.

Entrevistada: Meu pai estava muito aflito. Havia esperança que ela poderia ter sobrevivido, porque muitas sobreviveram, inclusive, no campo de Ravensbrück, onde ela estava, teve muitas sobreviventes. Então não se sabia, havia essa esperança, mas não se tinha como obter informação. A Lygia andou mexendo com mil pessoas, tentando obter informações, contatos, mas era impenetrável realmente, o que acontecia lá naqueles campos de concentração na Alemanha, era impossível conseguir informação. Não existia nenhuma informação, nada transpirava. E então eu me lembro que elas liam. O meu pai frequentemente escrevia pra mim, aí mandava, as vezes mandava algum desenho, mandava alguma poesia, aí elas me ensinavam a recitar a poesia que ele tinha, que ele fazia. Coisinha simples para criança. Enfim, as recordações que eu tenho das cartas, era isso. Mas era um certo clima, assim, de angústia,

principalmente por parte da minha vó. Quando a Lygia voltava do correio e não tinha carta, isso era uma tristeza.

Entrevistadora: A gente percebe nas suas Memórias, que a senhora publicou em 2019, a primeira vez que eu li, eu não li com olhos de pesquisadora, eu li como leitora.

Entrevistada: Você leu? Então já conhece mais ou menos...

Entrevistadora: Eu fiz o que eu chamo de imersão, eu fui lendo a sua produção, tudo o que eu encontrava, paralelo as cartas. Aí foram surgindo essas lacunas. Em uma dessas leituras eu tive a impressão de que a sua tia Lygia era a pessoa que guardou, era essa a pessoa guardadora. Nos estudos de cartas sempre tem alguém que é a guardadora. Eu queria entender a Lygia nessa história. Onde ela se situa?

Entrevistada: Ela era uma pessoa, primeiro: ela era muito dedicada a família, à mãe, ao irmão, aos irmãos em geral, ao irmão mais velho e às irmãs, depois a mim. Ela era uma pessoa, realmente, extremamente dedicada, e também tinha essa preocupação em preservar a história, o que não era uma coisa muito comum. As pessoas na época não se preocupavam muito com isso, essa preocupação surgiu mais recentemente. Ela tinha essa preocupação de guardar as coisas, guardar os materiais, preservar, fazer arquivo. Ela não era perita, mas tanto que esse material que eu doe - não só cartas, outros materiais que eu doe que tinha aqui guardado, que eu doe para a São Carlos -, grande parte estava organizado por ela. Ela tinha um senso de organização, de arrumar as coisas em pastas, muita coisa eu aprendi com ela. Eu procurei também colaborar nesse sentido, mas o fundamental foi ela que fez, a organização de todo esse material: fotografias, não só as cartas, mas documentos diversos, materiais. Ela procurou sempre preservar isso e salvar da polícia, porque havia o risco de ser confiscado, destruído pela polícia.

Entrevistadora: Eu lembro que nas suas Memórias a senhora descreve duas batidas policiais, aí logo no período do golpe de 64. E eu ficava pensando: como ela conseguiu salvar essas cartas e documentos?

Entrevistada: Quando ela sabia que tinha um risco maior, ela tirava de casa e botava em casa de amigos, de pessoas que não tinham tanto risco de serem procuradas. E assim se preservava.

Entrevistadora: E nessas viagens, por exemplo a ida para o exílio com a senhora em 1950, ela levou essas cartas? Elas ficaram?

Entrevistada: Não levou, até porque tinham outras tias minhas que estavam aqui no Brasil e guardaram. As outras colaboravam também, mas quem realmente cuidava era ela. O grande mérito de ter guardado esse material foi dela.

Entrevistadora: E ela tinha já esse interesse pela publicação?

Entrevistada: Tinha, tinha esse interesse, mas teve que esperar que surgissem as condições para isso. Não tinha essa facilidade de conseguir uma editora e de publicar, compreende? Não foi, assim, uma coisa muito fácil.

Entrevistadora: Nas suas memórias a senhora fala em determinado momento, que depois do falecimento do seu pai houve muitas distorções sobre a imagem dele, sobre o nome dele que foi usado indevidamente. A senhora disse que se sentiu na obrigação de defender a memória

dele. Eu queria entender como a senhora vê a publicação dessas cartas, mesmo a salvaguarda dessas cartas, contribuindo nesse sentido.

Entrevistada: Eu acho que é importante, inclusive foi o que a gente escreveu na apresentação dos Anos Tormentosos. As cartas foram escritas sem nenhuma preocupação de publicar, ele não estava imaginando que aquilo fosse se publicar. Então, ele não podia nem discutir política porque era proibido, a polícia censurava, de política não podia falar. Mas as cartas revelam a pessoa que ele era, as preocupações que ele tinha, ele não se preocupava só com política, ele era realmente uma pessoa muito facética, ele gostava muito de outras coisas, de literatura, de filosofia. Você vê, ele vai estudar na prisão, aí ele pede muito a minha avó e a Lygia também, que desempenhava um papel importante mandando livros pra ele, primeiro da França e depois do México. Então, com isso ele pode aproveitar esse tempo na prisão pra estudar seriamente. De vez em quando, claro, entrava de castigo e tiravam todos os livros dele, ficava um mês, dois meses sem livros, mas depois voltava. Ele estudou muita filosofia, Hegel, aqueles livros com nomes franceses. A minha vó mandou a obra completa de Diderot, que ele gostava muito, foi uma das coisas que eu doeie agora lá pra São Carlos, os livros da prisão que ainda se salvaram, que a Lygia também guardou, tinha todo um armário só com os livros da prisão.

Entrevistadora: Eu imagino que com anotações nas margens?

Entrevistada: É, tem anotações. Isso tudo agora foi lá pra São Carlos. Eu tinha preocupação de perder esse material, porque eu também não sou eterna. E, então, realmente disponibilizar pro público. Tanto que esses livros, agora, os que estavam mais avariados, foi tudo restaurado. Esse trabalho já foi feito, de restauração dos livros todos, dos que precisavam de restauração. Foi um trabalho bem feito, eles deram para uma especialista fazer isso. Então, eu acho que as cartas, elas revelam muito a pessoa. No caso dele, inclusive, como não podia falar em política, revelam, justamente, mais esse lado humano, as relações dele com a família, com as irmãs, com a esposa, com a filha, o que ele pensava, os sentimentos que ele tinha. E ajudam a desmistificar muita mentira que existe por aí sobre o Prestes, que seria um homem duro. Em geral a figura dele é apresentada de maneira muito negativa, a burguesia brasileira tem muita raiva dele, e procura desprestigiar de toda maneira, divulgam uma série de histórias que não correspondem à realidade, quem o conheceu de perto vê que não corresponde. As cartas, eu acho que ajudam a mostrar essa faceta, a personalidade da pessoa. E se não, em geral, você sabe disso melhor do que eu, os acervos de correspondência são acervos importantes na pesquisa histórica. As vezes, dependendo do caso, você vê: República Velha, a correspondência entre aqueles generais da República Velha, eu mesma trabalhei com várias. Isso hoje em dia a gente não vai ter mais, se perdeu, né? Na atualidade ninguém manda carta. O telefone naquela época - da República Velha - não funcionava, era muito precário, não dava para conversar por telefone. Então, você vê, aqui no Rio de Janeiro, que era a capital, moravam relativamente perto, Rui Barbosa, Senador Vergueiro, várias personalidades da República Velha moravam por aqui, não era longe, mas era carta pra lá, carta pra cá, inclusive, geralmente eles tinham os estafetas que levavam as cartas, traziam as cartas (risos), e discutiam os assuntos por carta. Então, esses são acervos que ajudam muito na pesquisa histórica. Eu andei pesquisando esses acervos porque, realmente, tem muita coisa interessante, você pode utilizar como fonte historiográfica. Agora, no caso do Prestes, as cartas não podiam tratar de problemas políticos, então, as vezes, dá pra perceber alguma questão política, mas o fundamental é que são cartas de caráter pessoal, o tempo que vai passando, a vida dele na prisão, a mãe pedia muito que ele contasse.

Entrevistadora: Eu lembro de ter lido em uma das cartas em que ele pede pra - era uma carta pra Lygia, pra sua tia Lygia – em que ele pede, pedia que ela guardasse uma cópia de uma carta que ele estava enviando da Dona Ermelinda pra mostrar para a senhora. Ele tinha essa preocupação com a memória?

Entrevistada: Exatamente, ele tinha, ele era muito ligado nessa avó, a vó Ermelinda, por sinal gaúcha, aí de Porto Alegre. Era uma figura, segundo todos dizem, era uma figura muito corajosa.

Entrevistadora: E escrevia lindas cartas.

Entrevistada: Escrevia muito bem. Escreveu várias cartas para dirigentes da república defendendo o neto, ela era uma pessoa corajosa.

Entrevistadora: Acredito que tem duas cartas dela no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Entrevistada: Sim, já me mandaram.

Entrevistadora: É fascinante, a letra regular.

Entrevistada: A pessoa aprendia caligrafia, antigamente aprendia caligrafia. As cartas da minha vó também, era uma letra bonita assim, o pessoal sabia caligrafia.

Entrevistadora: E lindas cartas. Eu fico escolhendo as minhas favoritas, mas ainda prefiro as da sua tia Lygia que são descritivas, engraçadas, lindas.

Entrevistada: Como ele não conhecia a filha, ele queria saber mais detalhes, e aí a Lygia tinha paciência de fazer essa descrição. Ela nem sempre tinha tempo, porque a vida dela também não era fácil, era muito trabalho.

Entrevistadora: A senhora chegou a conversar com o seu pai sobre essas cartas, se ele tinha a intenção de publicar? Porque ele sabia que elas estavam sendo guardadas.

Entrevistada: Ele não dava muito papel pra isso não. Você vê, a Coluna, quando eu fui pesquisar a Coluna, ele achava que..., sabe? Ele não dava muita importância a esses acontecimentos da vida dele. Sempre houve muita insistência dos amigos e conhecidos, pra ele escrever as memórias dele, ele nunca quis, ele dizia: não, eu não sou escritor, não vou escrever. Foi um dos motivos, que eu, naquela altura dos acontecimentos me senti levada a, realmente, você vê, a história da Coluna, ele tinha uma memória incrível, que ia se perder, né. Ele lembrava, assim, principalmente da Coluna, nos mínimos detalhes, impressionante como ele lembrava. Aí, realmente, então, eu me conscientizei que precisava investir nisso.

Entrevistadora: Em relação a publicação das cartas, a senhora esperava que tipo de repercussão com essa publicação?

Entrevistada: A gente achava que era importante divulgar, o uso podia ser o mais variado. O objetivo principal era esse, que o público interessado conhecesse realmente quem foi o Prestes, porque a figura dele, em geral, é apresentada de uma forma muito falsa, então a preocupação principal era essa, que as cartas contribuíam para divulgar a figura dele.

Entrevistadora: Na apresentação da obra, a professora Jessie Jane também escreve um texto. Nesse texto ela fala sobre essa questão dessas cartas privadas se tornarem de interesse público. O então secretário de Direitos Humanos da época também reforça essa questão de que viram documentos políticos. Eu queria entender como a senhora pensa essa questão do público e do privado. Se é uma exposição da vida privada, ou se essas cartas são então documentos políticos?

Entrevistada: Acho que, realmente, depende também da carta. Há vários tipos de carta, mas de uma maneira geral a carta não deixa de ser um documento. Hoje em dia, já desde os Annales, na França, as fontes foram diversificadas, e uma das fontes pode ser a carta, quando acontece, e, realmente, para vários objetivos, a vida privada pode ser interessante para compreender. No caso do Prestes é interessante, no caso de outras pessoas pode não ser tão interessante, mas ter outras facetas, facetas políticas, aqueles próceres da República Velha, era interessante principalmente as discussões políticas que apareciam ali. Rui Barbosa tinha muitas cartas, eu andei trabalhando com o arquivo do Epitácio Pessoa, no instituto geográfico aqui no Rio de Janeiro, enfim, Arthur Bernardes também tinha cartas, então essas cartas revelam as vezes muitas coisas que sem elas não tem como tomar conhecimento. Eu acho que não pode restringir a um aspecto só, depende, inclusive você pode usar as mesmas cartas com diferentes objetivos conforme o interesse do pesquisador. Por exemplo, cartas do poeta, do Drummond de Andrade, as cartas dele podem ser lidas por um literato que vai fazer uma análise muito ligada a produção literária dele como poeta, principalmente, já outra pessoa, por exemplo eu, que não tenho essa pretensão, eu andei lendo algumas coisas da produção do Drummond voltadas para a relação dele com o Prestes, para opiniões que ele deu sobre o Prestes, isso foi o que me interessou em alguns artigos e cartas dele. Depende do que está interessando ao pesquisador, nem todo pesquisador quer pesquisar tudo, você quer pesquisar, as vezes, um determinado ângulo, determinadas coisas, quer pesquisar aquilo, não vai pesquisar tudo. Cada pesquisador tem um interesse diferente, vai dirigir o seu olhar provavelmente para aspectos distintos de um mesmo documento, que pode ser carta ou pode ser outro documento, pode ser um artigo, podem ser mil coisas.

Entrevistadora: E no caso de cartas como as cartas do seu pai, que foram cartas familiares que não tratavam da questão política, que eram mais da vida privada, a senhora não vê nenhum tipo de invasão de privacidade na publicação dessas cartas? A senhora as entende como documentos públicos?

Entrevistada: É, eu acho que já viraram públicos. Quando foram escritas não eram, mas agora viraram. Depois, meu pai já morreu há muito tempo, os personagens que estão ali nas cartas, a não ser a Lygia que estava viva ainda quando a gente publicou, os outros já não estavam mais aí. Então, realmente, os aspectos... Tanto que a gente, algumas coisas, por exemplo, eu e a Lygia achamos por bem cortar, partes de doenças, por exemplo. No México, a Lygia esteve muito doente, eu andei doente também, e a gente achou que não era o caso. A Lygia descrevia

detalhadamente pra ele, porque ele queria saber dos problemas. Então, a gente achou que aquilo não tinha muito cabimento de você tornar público, aí a gente cortou das cartas esses aspectos. Falava as vezes na doença, mas não entrava em detalhes que ela entrava. Aí, realmente, era expor demais um assunto que não interessa pro público, interessava pro meu pai, no caso. Entendeu?

Entrevistadora: Sim, existe um limite ao expor. Alguma carta ficou de fora da publicação, das que estavam arquivadas pela senhora? Houve uma seleção?

Entrevistada: Não. A gente foi publicando tudo. Publicou tudo. A gente não publicou foi a correspondência, por exemplo, entre a minha mãe, a minha vó e a Lygia, isso a gente não publicou. Ia ser coisa demais. Muita repetição também.

Entrevistadora: Mas essas cartas estão na Universidade de São Carlos?

Entrevistada: Sim, levei tudo pra lá, pra São Carlos. Mas sabe, não tem muita coisa. A minha mãe não podia escrever nada político, e então era muito assim, descrição da filha, enquanto eu estive com ela, e a questão de que ela queria muito sair de lá, com certeza, né? E houve todo um movimento para ver se ela conseguia sair da prisão. Já não era nem prisão, era o Campo de Concentração, mas tudo fracassou. Eu explico tudo isso no livro sobre ela. A gente achou que não valia a pena, que era sobrecarregar demais. O livro ia ficar muito maior, já é grande, e não tinha assim tanto interesse e não tinha nada de muito diferente. Realmente, a única coisa que a gente andou cortando foi a doença, pra não entrar em tantos detalhes sobre doença. Cortou um pouco, deixou alguma coisa, mas achamos que não fazia sentido a ponto de pôr a público as doenças todas que teve. Naquele momento interessava ao meu pai. Ela escrevia mais para ele. Achamos que não valia a pena. Agora, as cartas, eu lembro até que a gente conversou, nós duas, tem muita repetição nas cartas, inclusive ele mesmo diz nas cartas que a vida dele é sempre a mesma, não tem muita novidade para contar. A gente avaliou, será que vai ficar muito monótono? Não vale a pena publicar tudo? Mas avaliamos que era melhor publicar, justamente pra transmitir pro leitor aquela monotonia a respeito da qual ele fala nas cartas. Toda semana escrevia pra mãe, não tinha, assim, novidade pra contar. O máximo que ele conseguia fazer, era quando ele estava lendo, comentar os livros que ele lia, as matérias que ele lia. Então, a gente não cortou cartas não, a gente publicou tudo.

Entrevistadora: Professora, quando eu li as cartas do seu pai, eu fiquei pensando: será que foram selecionadas? Porque ele escrevia muito e recebia muitas cartas. Inclusive nos períodos, eu observo os períodos em que ele foi proibido de escrever, ele segue escrevendo insistentemente, e eles não enviam as cartas.

Entrevistada: Exatamente, eles não enviam. É que nem a Gestapo, a Gestapo também apreendia algumas cartas.

Entrevistadora: E é essa documentação que a senhora teve acesso para escrever o livro sobre a sua mãe?

Entrevistada: É. As cartas que a gente não tinha publicado, essas eu publiquei no livro. Eu fui fazendo uma triagem, aquelas que já estavam publicadas nos anos tormentosos, essas não

precisavam, publiquei as outras, né, as que não tinha. No arquivo público, apareceram duas cartas...Não, não é do arquivo público, nessa coleção que foi agora aqui a leilão, tem duas cartas da minha mãe que a gente não tinha [grande pausa por problemas de conexão]. Nessas cartas que iam a leilão tem duas cartas da minha mãe que nós não tínhamos e que ela escreveu na prisão aqui no Rio ainda. Essas duas cartas eu tinha conseguido fotografar. Depois que foi anunciado o leilão, eu fui com o meu advogado lá ver as cartas. Claro, não dava pra ver demoradamente, fomos lá na leiloeira e a gente fotografou algumas, e essas duas, então, que eu tinha fotografado, uma estava faltando o finalzinho que na hora eu não reparei, eu publiquei no livro das Memórias. Agora eu as recebi quando me foi entregue o material, mas eu não estava com elas, apenas tinha fotografado.

Entrevistadora: E a senhora ficou sabendo do leilão pela imprensa?

Entrevistada: É, fiquei sabendo pela imprensa. Bom, é um comerciante que trabalha aqui no centro do Rio, ele compra coisas antigas, coisas velhas e depois revende. Algumas coisas ele faz leilão, tem contato com a leiloeira, uma leiloeira famosa que tem aqui. Então, ele e a leiloeira iam leiloar, mas eles estavam preocupados, porque o leilão tem que ser anunciado, não pode fazer leilão sem anunciar. E, então, eles procuraram anunciar já em cima do leilão, provavelmente para evitar que eu tomasse conhecimento. Eu sou uma pessoa conhecida aqui no Rio de Janeiro. Principalmente a leiloeira, não tinha como ela não saber da minha existência. Eles tinham a obrigação de ter, em primeiro lugar, me procurado, mas não fizeram isso. Então eles iam botar em leilão, já estavam com o leilão com data marcada quando a notícia apareceu no jornal. Aí, felizmente, eu tenho um amigo que é advogado que me colocou em contato com esse outro advogado que é especialista nessa temática e ele foi muito eficiente. Imediatamente conseguiu entrar na justiça com uma liminar, e a juíza me deu ganho de causa. Suspendeu o leilão. Aí começou o processo. Aquela liminar suspendeu o leilão naquele momento, senão poderia ter ido a leilão, se não andasse rápido, não tivesse a liminar, certamente o leilão iria acontecer, estava marcado. Tanto que, tanto a leiloeira, quando o tal comerciante, ficaram muito aborrecidos. O dia que eu fui buscar o material, eu a notei com uma cara feroz, estava zangada (risos).

Entrevistadora: Eu imagino, porque perderam muito dinheiro.

Entrevistada: Ele não quis dizer nunca quanto foi que ele pagou, porque ele pagou. Mas, teve aí a ajuda de uma jornalista de O Globo que conseguiu destrinchar um pouco a história que eu conto nesse artigo.

Entrevistadora: Pois é, eu fiquei curiosa quanto a isso, porque não fazia muito sentido mesmo a questão de ter sido achado no lixo.

Entrevistada: Tudo estava em perfeito estado, algumas dentro do respectivo envelope, tudo certinho. Foram bem guardadas. O que a gente imagina foi isso: que algum descendente, porque esse cara, que provavelmente, esse policial que tinha sido chefe de gabinete do Filinto Müller, ele morreu em sessenta e dois. Essa jornalista do Globo viu isso, morreu em sessenta e dois, e, naturalmente tinha filho, neto que guardou. E é comum as pessoas, assim, familiares liquidarem a casa, venderem a casa, e querem se desfazer dessas coisas. A mim, já me aconteceu de descobrir um monte de acervo dessa mesma maneira, e que pra mim caiu do céu assim. Mas aí não era carta, era documentação. Uma documentação importantíssima da Campanha Prestes aqui na América Latina, que a Lygia também guardou, trouxe do México e tava guardada aqui.

Mas com aquele negócio da gente viajar, em cinquenta, que nós viajamos, fomos para a União Soviética, aí as coisas foram distribuídas pelas casas de diversos companheiros. E tinha um advogado aqui, que era membro do partido, inclusive defensor dos comunistas, e que era um cara rico, por sinal, e que morava em um big de um apartamento. Acontece que essa documentação ficou com ele, mas acho que nem ele sabia. Isso estava guardado lá num canto, num quarto de empregada, tinha vários quartos de empregada no apartamento. Bom, ele morreu, anos depois morreu a esposa - ninguém tá sabendo disso. A Lygia lamentava muito que tinha perdido essa documentação. Aí, de repente, a filha que estava liquidando o apartamento, que ia vender o apartamento, a filha mais velha, felizmente ela me conhecia. Você vê, professora universitária e não dava a menor bola pra esse negócio de guardar documentos. Felizmente ela se lembrou de mim, me telefonou e disse: olha aqui tem uns papéis, uns documentos, parece que são do partido. Você está interessada? Se não estiver interessada eu vou jogar fora. Eu disse não, não joga fora não que eu vou aí agora (risos). Ela mora em Copacabana. Aí eu fui correndo lá antes que ela jogasse fora. Chego lá, era um mundo de coisas, não dava nem pra carregar. Aí eu consegui um amigo que tem uma transportadora, trouxe aquele material todo aqui pra minha casa e eu comecei a ver. Aí estava lá esse material, inclusive com fotos, a Campanha Prestes nos Estados Unidos. Ótimo, tudo muito bem guardado. Pena que a Lygia já tinha morrido, porque pra ela ia ser uma alegria, tanto que eu escrevi um livro baseado nessa documentação. Também descobri cartas, correspondência pessoal do pai dessa moça, que já tinha morrido há muitos anos. Ele era sergipano, tinha estudado na Bahia, uma correspondência pessoal dele na juventude. Aí eu telefonei pra ela e disse: escuta aqui, tem uma correspondência que é do seu pai, você não se interessa? Eu ia mandar pro Arquivo da Memória Operária, que tem aqui no Rio de Janeiro. Aí ela disse: é verdade? Ela chorou. Eu disse: eu mando pra você de volta. Aí eu mandei as cartas do pai dela de volta pra ela. Mas você veja como são as coisas. Então, eu achei uma sorte que aconteceu isso. Ela me conhecia, tinha meu telefone, se lembrou de mim.

Entrevistadora: Eu acho, professora, que era isso. Eu tenho uma última pergunta pra senhora. Na verdade, eu li suas Memórias e fiquei curiosa quanto as suas cartas, suas cartas ao longo da sua vida. A senhora pretende doar para algum arquivo?

Entrevistada: Não tem muita carta, minha não. Têm cartas aí de criança, a gente publicou algumas nos Anos Tormentosos. Agora apareceram mais algumas nesse leilão, nas cartas do leilão também tem algumas cartinhas minhas. Carta de criança. Eu tinha nove anos, dez anos.

Entrevistadora: Eu li um artigo sobre correspondências suas com um historiador nordestino, sobre a Coluna Prestes. Essa é uma pesquisa de dois mil e dezenove, uma pesquisa recente. Aí eu fiquei com essa dúvida.

Entrevistada: Não, as minhas cartas não. Até porque tinha muita coisa privada, que eu não queria que...não guardei não. Minha tia guardava, mas eu não. Fiz uma liquidação de uma parte, porque problemas familiares, não valia a pena.

Entrevistadora: Era uma curiosidade mesmo, muito obrigada professora.

Entrevistada: Sucesso aí no seu trabalho. Se você precisar tirar alguma dúvida é só me contatar de novo, não tem problema.

Entrevistadora: Muito obrigada, com certeza eu vou procura-la. Na verdade, eu estou relendo as cartas e tabulando.

Entrevistada: Você vê, uma das lendas que corre muito aí, é um lugar comum de grande parte dos autores aí, é que o Prestes era positivista. Isso não é verdade. Aí eu escrevi um artigo, não sei se você conhece o nosso site, do Instituto Luiz Carlos Prestes, por sinal esse artigo está no site, esse artigo que eu te mandei. Tem algumas matérias, algumas interessantes. Aí baseada nas cartas, nessa correspondência da prisão, dos Anos Tormentosos, eu fui pegando, eu lembrava que tinha, as cartas que ele escreve a respeito das opiniões dele sobre os filósofos, inclusive sobre o Positivismo, nessas cartas dele, as citações que estão nas cartas pra mãe. Eu fiz um artigo mostrando que, ao contrário, naqueles anos da prisão ele se dedicou a estudar Hegel, a estudar os materialistas franceses. Justamente, ele combate o Positivismo. Inclusive tem uma carta muito interessante dele com um cientista, acho que é um físico do Uruguai, que no final daquele ano lá, quarenta e quatro, quarenta e cinco, deixaram ele se corresponder com algumas pessoas que não eram da família. Então, tem uma carta em que discute com esse cientista, acho que era físico uruguaio, discute essa questão do positivismo, da filosofia, da dialética do Hegel, é bem interessante. Por aqueles comentários você vê que ele não era positivista. Então tá, desejo boa sorte a você. Prazer em conhece-la.

Entrevistadora: Muito obrigada, então, professora. Foi um prazer conhecer a senhora.

Apêndice 5 – Anos Tormentosos volumes 1, 2 e 3 em números.**Correspondência ativa de Prestes**

Destinatário	Número de cartas
Adelina Zendeja	1
Agildo Barata	2
Alfredo Felizardo	30
Alice Felizardo	1
Anita Leocádia Prestes	11
Armando Cunha	2
Carlos Soárez	1
Carmem Alfaia	1
Cel. Ary Lobo	1
Clotilde Prestes	4
Deputado Eugênio Gomez	1
Destinatário não identificado	2
Diretor da Casa de Correção (Caneppa)	2
Dr. Lassanse	3
Eloíza Prestes	3
Embaixador Berle	1
Ermelinda F. Moises	1
Ermelinda Felizado	21
Fernandes	1
Gladys Felizardo	1
Gonçalina Barreto Leite	1
Heráclito Fontoura Sobral Pinto	10
Jorge Amado	1
Jorge Felizardo	1
La Razón	1
Leocádia Felizardo Prestes	273
Lúcia Prestes	1
Lygia Prestes	127
Maria Luiza Carnelli	4
Mário Felizardo	1
Nair Fernandez	10
Olga Benário	54
Orlando Leite Ribeiro	1
Paul Schurmann	1
Paulo Felizardo	1
Presidente da República (Getúlio Vargas)	1
Prima Eivlys	2
Reinaldo Fernández	1
Rosalinda Lisboa	1
Sara e Maria Torres	6
Teodósio Lezama	7
Vicentina Felizardo	1
Viúva do Cel. Nestor Veríssimo	1
Total: 597	

Correspondência passiva de Prestes

Remetentes	Número de cartas
Agildo Barata	5
Alfredo Felizardo	12
Ana Lima	1
Aníbal Dias	1
Anita Leocádia Prestes	11
Antônio Justino e outros	3
Aristides Duarte	1
Arlindo Augusto da Silva	1
Armando Cunha	1
Armando Hernández	1
Brasil Gerson	1
Carlos Soledade	1
Carlos Ulácia	1
Carmem Alfaia	1
Ciro	1
Coruca Felizardo	1
Costa Leite	1
Costa Leite e outros	1
Cotita e outros	1
Deputado Eugênio Gomez	2
Diamantina Cunha	1
Eduardo Barreiro	1
Eloy	1
Enzmam Cavalcante	1
Ermelinda F. Moises	1
Ermelinda Felizado	2
Eugênio Lima	1
F. Miranda 1	1
Fernández	1
Francisco de Souza Netto	1
Francisco Luis Astiazaran	1
Gladys Felizardo	1
Gonçalina Barreto Leite	1
Heráclito Fontoura Sobral Pinto	5
Jaime Caetano de Almeida	1
Joan Marinello Blas Roca	1
João Penteado	1
João Rodrigues Batista	1
Jorge Amado	1
Jorge Felizardo	1
José Mendes	1
Joseph Van Peter	1
Justino Martins	1
L.G. Souza Filho e outros	1
Laura Nieta	1
Leocádia Felizardo Prestes	81

Luiz e outros	1
Lygia Prestes	92
Maria Luiza Carnelli	3
Mário Felizardo e família	3
Nair e Armando Cunha	1
Nair Fernandez	8
Nerceu de Almeida e outros	1
Nicolau Carvalho	1
Olga Benário	46
Osmar Palma e outros	1
Oswaldo Condessa Martins	1
Padre Manuel Oliveira	1
Paulo Felizardo e família	2
Prima Eivlys	7
Reinaldo Fernández	1
Renato Motta	1
Rosita Dubinsky	1
Sara e Maria Torres	7
Teodósio Lezama	6
Tertuliano Soares	1
Waldo Frnak	1
Zezé Pinheiro	1
M. Girardi	1
José de Luca	1
Tirman e Ghilleermo Marrozos	1
Luísa Haquez	1
Remetente não identificado	1
Total: 350	

Obs. Estão publicadas também três cartas que não tem Luiz Carlos Prestes como uma das partes. São elas:

1. Carta escrita por Leocádia Prestes ao Sr. Ministro da Justiça do Brasil em 1937.
2. Carta enviada a Leocádia pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha em 1942.
3. Carta de Filinto Müller a Victório Canepa em 1942.

Total de cartas publicadas: 950

ANEXOS

Anexo 1 – Poema composto por Pablo Neruda e declamado por ele no velório de Leocádia
Felizardo Prestes

DURA ELEGIA

(1943)

por Pablo Neruda (En la tumba de la
Señora Leocadia Prestes)

Señora, hiciste grande, más grande, a nuestra América.
Le diste un río puro, de colosales águas:
le diste un árbol alto de infinitas raíces:
un hijo tuyo digno de su pátria profunda.

Todos lo hemos querido junto a estas orgullosas
flores que cubrirán la tierra en que reposes,
todos hemos querido que viniera del fondo
de América, a través de la selva y del páramo,
para que así tocara tu frente fatigada
su noble mano llena de laureles y adioses.

Pero otros han venido por el tiempo y la tierra,
señora, y te acompañan en este adiós amargo
para el que te negaron la boca de tu hijo
y a él el encendido corazón que guardabas.
Para tu sed negaron el água que creaste.
El manantial remoto de su boca apartaron.
Y no sirven las lágrimas en esta piedra rota
en que duerme una madre de fuego y de claveles.

Sombras de América, héroes coronados de fúria,
de nieve, sangre, océano, tempestad y palomos,
aquí: venid al hueco que esta madre en sus ojos
guardaba para el claro capitán que esperamos:
héroes vivos y muertos de nuestra gran bandera:
O'Higgins, Juárez, Cárdenas, Recabarren, Bolívar,
Marti, Miranda, Artigas, Sucre, Hidalgo, Morelos,
Belgrano, San Martin, Lincoln, Carrera, todos,
venid, llenad el hueco de vuestro gran hermano
y que Luis Carlos Prestes sienta en su celda el aire,
las alas torrenciales de los padres de América.

La casa del tirano tiene hoy una presencia
grave como un inmenso ángel de piedra,
la casa del tirano tiene hoy una visita
dolorosa y dormida como una luna eterna,

una madre recorre la casa del tirano,
 una madre de llanto, de venganza, de flores,
 una madre de luto, de bronce, de victoria,
 mirará eternamente los ojos del tirano,
 hasta clavar en ellos nuestro luto mortal.

Señora, hoy heredamos tu lucha y tu congoja.
 Heredanos tu sangre que no tuvo reposo.
 Juramos a la tierra que te recibe ahora
 no dormir ni soñar hasta que vuelva tu hijo.
 Y como en tu regazo su cabeza faltaba
 nos hace falta el aire que en tu pecho respira,
 nos hace falta el cielo que su mano indicaba.
 Juramos continuar las detenidas venas,
 las detenidas lamas que en tu dolor crecían.
 Juramos que las piedras que te ven detenerte
 van a escuchar los pasos del héroe que regresa.

No hay cárcel para Prestes que esconda su diamante,
 el pequeño tirano quiere ocultar el fuego
 con sus pequeñas alas de murciélago frío
 y se envuelve en el turbio silencio de la rata
 que roba en los pasillos del palacio nocturno.

Pero como una brasa de centella y fulgores
 a través de las barras de hierro calcinado
 la luz del corazón de Prestes sobresale.
 Como en las grandes minas del Brasil la esmeralda,
 como en los grandes ríos del Brasil la corriente,
 Y como en nuestros bosques de índole poderosa
 sobresale una estatua de estrellas y follaje,
 un árbol de las tierras sedientas del Brasil.

Señora, hiciste grande, más grande, a nuestra América.
 Y tu hijo encadenado combate con nosotros,
 A nuestro lado, lleno de luz y grandeza.
 Nada puede el silencio de la araña implacable
 Contra la tempestad que desde hoy heredamos.
 Nada pueden los lentos martirios de este tiempo
 Contra su corazón de madera invencible.

El látigo y la espada que tus manos de madre
 pasaron por la tierra como un sol justiciero
 iluminan las manos que hoy te cubren de tierra.

Mañana cambiaremos cuanto hirió tu cabello.
 Mañana romperemos la dolorosa espina.

Mañana inundaremos de luz la tenebrosa
cárcel que hay en la tierra
Mañana venceremos.
Y nuestro Capitán estará con nosotros.

Fonte: (PRESTES, 2002)